

GRUPO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS
DO ESTADO DE SÃO PAULO



ESTUDOS LINGUÍSTICOS (SÃO PAULO. 1978)
v. 54, n. 3

ESTUDOS LINGÜÍSTICOS (SÃO PAULO. 1978)

GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (GEL)

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Rua Sérgio Buarque de Holanda, 571, sala D.3.15

CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil

<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/>

estudoslinguisticos@gel.org.br

Diretoria do GEL (Gestão Unicamp - 2023-2025)

(Presidente) Livia Oushiro

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil

(Vice-Presidente) Dayane Celestino de Almeida

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil

(Secretária) Erica Luciene Alves de Lima

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil

(Tesoureiro) Thiago Oliveira da Motta Sampaio

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil

Editor responsável

Profa. Dra. Dayane Celestino de Almeida

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil

Comissão editorial

Profa. Dra. Claudia Zavaglia, Universidade Estadual Paulista

“Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

Prof. Dr. Carlos Eduardo Mendes de Moraes, Universidade Estadual Paulista

“Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil

Prof. Dr. Marcelo Módolo, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Prof. Dr. Oto Araújo Vale, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar),

São Carlos, São Paulo, Brasil

Profa. Dra. Luciani Ester Tenani, Universidade Estadual Paulista

“Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

Profa. Dra. Maria Irma Hadler Coudry, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP),

Campinas, São Paulo, Brasil

Profa. Dra. Angela Cecília de Souza Rodrigues, Universidade de São Paulo (USP),

São Paulo, São Paulo, Brasil

Profa. Dra. Beth Brait, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP),

São Paulo, São Paulo, Brasil

Conselho editorial

- Prof. Dr. Bertrand Daunay, Universidade de Lille, Lille, França
- Prof. Dr. Eric Laporte, Université Paris-Est Marne-la-Vallée, Champs-sur-Marne, França
- Prof. Dr. Frantome Bezerra Pacheco, Universidade Federal do Amazonas (UFAM),
Manaus, Amazonas, Brasil (*in memoriam*)
- Profa. Dra. Inmaculada Penadés Martínez, Universidad de Alcalá (UAH), Madrid, Espanha
- Profa. Dra. Julia Sevilla Muñoz, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, Espanha
- Profa. Dra. Lou-Ann Kleppa, Universidade Federal de Rondônia (UNIR),
Porto Velho, Rondônia, Brasil
- Profa. Dra. Luisa A. Messina Fajardo, Università di Roma Tre, Roma, Itália
- Prof. Dr. Marcos Lopes, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil
- Profa. Dra. Maria Luisa Ortiz Alvarez, Universidade de Brasília (UnB),
Brasília, Distrito Federal, Brasil
- Profa. Dra. Renira Rampazzo Gambarato, Jönköping University, Jönköping, Sweden
- Prof. Dr. Roberto Francavilla, Università degli Studi di Genova, Genova, Itália
- Prof. Dr. Ronaldo Lima Junior, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil
- Profa. Dra. Sabela Fernández-Silva, Universidad Católica de Valparaíso (UCV),
Valparaíso, Chile
- Prof. Dr. Salvio Martín Menéndez, Universidad de Buenos Aires (UBA),
Buenos Aires, Argentina
- Prof. Dr. Sirio Possenti, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP),
Campinas, São Paulo, Brasil
- Profa. Dra. Tânia Romero, Universidade Federal de Lavras (UFLa),
Lavras, Minas Gerais, Brasil
- Prof. Dr. Tony Berber Sardinha, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP),
São Paulo, São Paulo, Brasil

Auxiliar editorial

Milton Bortoleto, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Revisão, normatização, projeto gráfico e diagramação

Letraria | www.letraria.net

Catálogo na Publicação elaborada por

Gildenir Carolino Santos (CRB-8ª/5447)

Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978). – v.1, n.1 (1978-). – São José do Rio Preto, SP: Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo, 2002-1 recurso digital : il.

Periodicidade quadrimestral desde volume 36, 2007 (atual).

Periodicidade anual até volume 35, 2006.

Periodicidade semestral até volume 29, 2000.

ISSN 1413-0939 (impresso).

Publicada no formato impresso até volume 29, 2000.

Publicada no formato em CD-ROM dos volumes 30 ao 35 (2001 a 2006).

Disponível online a partir do volume 36, 2007.

Título abreviado: Est. Ling.

Preservada digitalmente no LOCKSS.

Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos>

1. Estudos linguísticos – Periódicos. 2. Linguística – Periódicos. I. Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo.

20-017

CDD: 410.05

CDU: 81 (05)

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	570
Dayane Celestino de Almeida	
<i>Nominata de pareceristas</i>	573
<i>'Chegou todo mundo cansado': uma investigação das construções de ordem marcada com o verbo 'chegar' sob a perspectiva dos Modelos Baseados no Uso</i>	592
Felipe Rodrigues de Araújo	
<i>O samba é do povo, que sofre, que sabe o que é a fome": o que a memória discursiva nos diz sobre?</i>	610
Debora Helen de Oliveira	
<i>A mulher negra em 'Quantos filhos Natalina teve?': discurso racista, representatividade e (in)visibilidade desse corpo na história contemporânea</i>	626
Jéssika Aparecida Santos Ferreira Luana Alves Luterman	
<i>O papel da andaimagem na (co)construção de sentidos para os enunciados com marca de plural nominal na aquisição do PB</i>	642
Rosângela Nogarini Hilário	
<i>A multimodal approach for video game analysis: the concept of Dispositions applied to Japanese Role-Playing Games (JRPGs)</i>	663
André Matumoto	
<i>Remetentes e reminiscências: o gênero epistolar em Júlia Lopes de Almeida</i>	685
Verônica dos Santos Modolo	
<i>A variação diacrônica entre que e o que interrogativos em peças teatrais brasileiras e portuguesas</i>	701
Vitor Morelli Silva	

<i>Noctes Atticae: a etimologia antiga na obra de Aulo Gélío (120–180 d.C.)</i>	721
Raphaella Nasser Alessandro Jocelito Beccari	
<i>O primeiro estásimo de As mulheres de Tráquis, de Sófocles: tradução anotada</i>	737
Lucas Fonseca de Oliveira	
<i>O que os critérios metodológicos adotados podem nos dizer sobre o comportamento de medidas prosódicas?</i>	751
Renata Passetti Pablo Arantes	
<i>A emergência de dizque como um fenômeno de contato linguístico entre o português e o nheengatu</i>	765
Mariana Payno Gomes	
<i>Leitura em aulas na graduação: projeções de letramentos por ingressantes no ProFIS Unicamp</i>	785
Mariana Hernandez Porto Márcia Rodrigues de Souza Mendonça	
<i>Tendências neológicas no léxico do português brasileiro: o caso de gourmet</i>	805
Rafael Prearo-Lima	
<i>A qualidade de voz avaliada por meio de descritores impressionísticos e fonéticos: subsídios para o contexto forense</i>	827
Rafael Scarpelli Renata Passetti Sandra Madureira	
<i>Eu peguei e apresentei: uma análise sintática da construção [V1 (E) + V2] no português brasileiro</i>	845
Victória Cristina Shimada Souza	

Apresentação

É com grande prazer que apresento este número da revista *Estudos Linguísticos*, com artigos originados de trabalhos apresentados no 70º Seminário do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo (GEL), realizado na cidade de Campinas-SP, na Unicamp, em julho de 2024.

Ao articular investigações que transitam pela linguística teórica e aplicada, pela análise do discurso, pelos estudos do léxico, da fonética, da tradução, da historiografia linguística e pelos diálogos com a literatura e a multimodalidade, etc. este volume reafirma o compromisso da revista com a circulação de pesquisas plurais que, a partir de diferentes objetos e perspectivas, contribuem para o avanço da reflexão sobre a língua e a linguagem em suas múltiplas dimensões.

Em “‘Chegou todo mundo cansado’: uma investigação das construções de ordem marcada com o verbo ‘chegar’ sob a perspectiva dos Modelos Baseados no Uso”, **Araújo** examina o funcionamento discursivo da ordem VS em construções com esse verbo. O estudo mostra como tais construções se especializam na introdução e focalização de referentes no discurso falado.

De Oliveira apresenta o artigo intitulado “‘O samba é do povo, que sofre, que sabe o que é a fome’: o que a memória discursiva nos diz sobre?”, em que analisa um enunciado proferido por Beth Carvalho à luz da Análise do Discurso de filiação francesa. O estudo discute como a memória discursiva sustenta a associação entre samba, povo e experiências de privação, ressaltando o papel dessa prática cultural na visibilização de vivências socialmente marginalizadas.

A articulação entre discurso, identidade e literatura é central em “A mulher negra em ‘Quantos filhos Natalina teve?’: discurso racista, representatividade e (in)visibilidade desse corpo na história contemporânea”, de **Ferreira et al.** A análise do conto evidencia processos de subjetivação e rupturas com paradigmas sociais, destacando a personagem como figura dissidente em uma sociedade patriarcal.

O quarto artigo insere-se no campo da aquisição da linguagem. Nele, **Hilário** examina a interação adulto-criança em “O papel da andaimagem na (co)construção de sentidos para os enunciados com marca de plural nominal na aquisição do PB”, discutindo como enunciados andaimantes participam da negociação de sentidos na emergência do plural nominal no português brasileiro. A partir de dados longitudinalmente acompanhados, o

estudo evidencia a centralidade das reformulações na dinâmica interacional que sustenta esse processo.

Em diálogo com os estudos multimodais, **Matumoto** propõe, em “A multimodal approach for video game analysis: the concept of Dispositions applied to Japanese Role-Playing Games (JRPGs)”, o conceito de “Disposition” como ferramenta analítica para jogos digitais. Ancorado na Linguística Sistêmico-Funcional e em contribuições dos “game studies”, o artigo demonstra a produtividade da noção ao examinar disposições constitutivas do gênero JRPG (Japanese Role-Playing Game), tomando como ilustração a análise de uma situação de batalha em um jogo.

A literatura é explorada por **Modolo** em “Remetentes e reminiscências: o gênero epistolar em Júlia Lopes de Almeida”. O artigo investiga o uso da epistolografia em duas obras da autora, destacando o papel do deslocamento temporal como elemento estruturante de processos de reflexão e aprendizagem das personagens, bem como de interpelação das leitoras, no contexto da literatura brasileira de autoria feminina.

No âmbito da sintaxe histórica, **Morelli Silva** analisa, em “A variação diacrônica entre *que* e *o que* interrogativos em peças teatrais brasileiras e portuguesas”, o comportamento dessas formas interrogativas ao longo do tempo. A partir de dados extraídos de obras teatrais e sob uma perspectiva gerativista, o estudo discute tendências de aproximação e distanciamento entre o português brasileiro e o europeu, articulando evidências quantitativas e prescrições gramaticais do século XIX.

Sob o olhar da Historiografia Linguística, **Nasser et al.** examinam, em “Noctes Atticae: a etimologia antiga na obra de Aulo Gélcio (120–180 d.C.)”, passagens da obra do autor latino que revelam práticas reflexivas sobre a origem e a definição das palavras. O artigo evidencia como neologismos e arcaísmos podem ser compreendidos como indícios de uma reflexão etimológica situada historicamente.

Ainda no diálogo com os estudos clássicos, **Oliveira** apresenta, em “O primeiro estásimo de *As mulheres de Tráquis*, de Sófocles: tradução anotada”, uma tradução em prosa do canto coral da tragédia, acompanhada de notas explicativas. O trabalho busca tornar o texto acessível a leitores iniciantes, contextualizando o episódio mítico narrado e articulando-o à temática do amor na obra.

No campo da fonética e da metodologia experimental, **Passeti et al.** discutem, em “O que os critérios metodológicos adotados podem nos dizer sobre o comportamento de medidas prosódicas?”, os efeitos da escolha da unidade de análise em descritores estatísticos da frequência fundamental. Ao comparar unidades de diferentes extensões temporais, o artigo evidencia como decisões metodológicas impactam a interpretação de aspectos prosódicos da fala.

A temática do contato linguístico é abordada por **Payno Gomes** em “A emergência de *dizque* como um fenômeno de contato linguístico entre o português e o *nheengatu*”. O texto analisa o uso de “*dizque*” como marcador de fonte da informação no português falado por indígenas Baré, defendendo sua emergência como inovação resultante do contato entre línguas e como expressão de uma visão de mundo.

No domínio dos letramentos acadêmicos, **Porto et al.** investigam, em “Leitura em aulas na graduação: projeções de letramentos por ingressantes no ProFIS Unicamp”, as projeções de estudantes ingressantes sobre práticas de leitura no ensino superior. A partir da aplicação de um material didático gamificado, o artigo evidencia a heterogeneidade de percursos e decisões de leitura, oferecendo subsídios para a reflexão docente.

Os estudos do léxico comparecem no trabalho de **Prearo-Lima**, “Tendências neológicas no léxico do português brasileiro: o caso de *gourmet*”. O artigo discute a expansão semântica e as derivações associadas a essa unidade lexical, analisando usos contemporâneos em redes sociais e refletindo sobre sua neologicidade no português brasileiro atual.

No campo da Fonética Forense, **Scarpelli et al.** discutem, em “A qualidade de voz avaliada por meio de descritores impressionísticos e fonéticos: subsídios para o contexto forense”, as relações entre descrições técnicas de qualidade de voz e percepções de ouvintes leigos. O artigo aponta implicações relevantes para exames que envolvem testemunhas auriculares.

Por fim, **Shimada Souza** analisa, em “Eu peguei e apresentei: uma análise sintática da construção [V1 (E) + V2] no português brasileiro”, dados que tensionam descrições anteriores dessa construção. Ao examinar ocorrências contemporâneas, o artigo propõe uma reanálise em que o verbo ‘pegar’ assume estatuto gramatical e apresenta restrições distintas das tradicionalmente atribuídas à construção.

A publicação deste número só foi possível graças à dedicada atuação dos pareceristas, dos membros da secretaria e da diretoria do GEL, da gestão anterior (2023–2025) e da gestão atual (2025–2027), dos membros da Comissão Editorial, do Milton Bortoleto – auxiliar editorial da revista –, e da Editora Letraria. Assim, não posso deixar de expressar meus mais sinceros agradecimentos a toda essa equipe. Agradeço, ainda, aos autores pelo interesse em nossa publicação e pela paciência em aguardar a conclusão do – árduo e demorado – processo editorial.

Dayane Celestino de Almeida

Editora-Chefe

Nominata de pareceristas

Adail Ubirajara Sobral

Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil

Adriana Marcon

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Assis, São Paulo, Brasil

Alessandra Regina Guerra

Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Minas Gerais, Brasil

Alessandro Boechat de Medeiros

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Alex Mazzanti Jr.

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Alexandra Aparecida de Araújo Figueiredo

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil

Alexandre Marcelo Bueno

Universidade de Franca (Unifran), Franca, São Paulo, Brasil

Alexandre Melo de Sousa

Universidade Federal do Acre (UFAC), Rio Branco, Acre, Brasil

Alfredo Vital Oliveira

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Aline Peixoto Gravina

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Chapecó, Santa Catarina, Brasil

Aline Ponciano dos Santos Silvestre

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Aline Suelen Santos Sabatini

Universidade Federal do Acre (UFAC), Rio Branco, Acre, Brasil

Amanda Balduino

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil

Ana Beatriz Maia Barissa

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Araraquara, São Paulo, Brasil

Ana Carolina Martins da Silva

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Ana Carolina Pais

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Ana Cristina Carmelino

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, São Paulo, Brasil

Ana Ligia Scaldelai Salles

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

Ana Livia Agostinho

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Ana Paula Machado Goyano Mac-Kay

Universidad Santo Tomas (UST), Viña del Mar, Chile

Ana Paula Ramos Souza

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

Ana Paula Scher

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

André Luis Antonelli

Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Paraná, Brasil

André Matumoto

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

André Xavier

Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil

Angel H. Corbera Mori

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil

Angela Maria Hoffmann Walesko

Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil

Angela Rita Christofolo de Mello

Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), Cáceres, Mato Grosso, Brasil

Anna Flora Brunelli

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

Antón Castro Míguez

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

Antonio Almir Silva Gomes

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá, Brasil

Antonio Carlos Silva de Carvalho

Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL), São Paulo, São Paulo, Brasil

Ariel Novodvorski

Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, Minas Gerais, Brasil

Ariele Helena Holz Nunes

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Aroldo Leal de Andrade

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), São Francisco do Conde, Bahia, Brasil

Artarxerxes Tiago Tácito Modesto

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), Cubatão, São Paulo, Brasil

Atílio Butturi Junior

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Beatriz Curti-Contessoto

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Beatriz Goaveia Garcia Parra-Araujo

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

Benivaldo José de Araújo Júnior

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Bianca Franchini da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Brandon Santana

Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, Piauí, Brasil

Bruno Cavalcanti Lima

Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Bruno Oliveira Maroneze

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil

Carla Cavalcanti e Silva

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Assis, São Paulo, Brasil

Carlos Alexandre Victorio Gonçalves

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Carlos José Lírio

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, São Paulo, Brasil

Carolina Lindenberg Lemos

Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil

Caroline C. Biazolli

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

Caroline Pereira de Oliveira

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, Mato Grosso, Brasil

Cássio Florêncio Rubio

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

Celso Fernando Rocha

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

César Nardelli Cambraia

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Cilaine Alves Cunha

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Cíntia da Costa Alcântara

Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil

Claudia Zavaglia

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

Clóvis Luiz Alonso Júnior

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Cristiane Carneiro Capristano

Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Paraná, Brasil

Cristiane Lazzarotto-Volcão

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Danielly Vieira Inô Espíndula

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campina Grande, Paraíba, Brasil

Daniervelin Renata Marques Pereira

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Dantielli Assumpção Garcia

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Cascavel, Paraná, Brasil

David Paul Gerards

Johannes Gutenberg Universität (JGU), Mainz, Rheinland-Pfalz, Alemanha

Debora Helen de Oliveira

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

Deize Crespim Pereira

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Denise Akemi Hibarino

Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil

Dennis da Silva Castanheira

Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Diego Barbosa da Silva

Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Dirce Charara Monteiro

Universidade de Araraquara (UNIARA), Araraquara, São Paulo, Brasil

Drielle Caroline Izaías Juvino Souza

Instituto Federal de São Paulo (IFSP), São Paulo, Brasil

Edson Rosa Francisco de Souza

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

Eduardo Ferreira dos Santos

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), São Francisco do Conde, Bahia, Brasil

Eliana Alves Grecco

Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Paraná, Brasil

Eliane Aparecida Galvão Ribeiro Ferreira

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Assis, São Paulo, Brasil

Eliane Soares de Lima

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Elias Ribeiro da Silva

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), Alfenas, Minas Gerais, Brasil

Elisabetta Santoro

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Elizabete Aparecida Marques

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil

Emerson de Pietri

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Eric Laporte

Université Gustave Eiffel, Champs-sur-Marne, Marne la Vallée, França

Erica Reviglio Iliovitz

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, Rio Grande do Norte, Brasil

Eugênio Vinci de Moraes

Centro Universitário Internacional (Uninter), Curitiba, Paraná, Brasil

Fabiana Cristina Komesu

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

Fabiano Silvestre Ramos

Universidade Federal de Goiás (UFG), Jataí, Goiás, Brasil

Fábio Fernandes Torres

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Redenção, Bahia, Brasil

Fabricio Paiva Mota

Universidade Federal de Roraima (UFRR), Boa Vista, Roraima, Brasil

Felipe Aleixo

Universidade Federal de Roraima (UFRR), Boa Vista, Roraima, Brasil

Felipe Santos dos Reis

Secretaria de Educação e Cultura do Município de João Pessoa (SEDEC), João Pessoa, Paraíba, Brasil

Fernanda Moraes D Olivo

Fundação Técnico-Educacional Souza Marques, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Fernanda Victória Cruz Adegas

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil

Filipe Mantovani Ferreira

Instituto Federal de São Paulo (IFSP), Salto, São Paulo, Brasil

Flavia Bezera de Menezes Hirata-Vale

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

Flavia Danielle Sordi Silva Miranda

Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, Minas Gerais, Brasil

Flaviane Romani Fernandes Svartman

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Gabriel Isola-Lanzoni

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Geovana Chiari Reis

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

Geovana Soncin

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

Geraldo Vicente Martins

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil

Gilberto Figueiredo Martins

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Assis, São Paulo, Brasil

Giovane Fernandes Oliveira

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil

Gisela Sequini Favaro

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Araraquara, São Paulo, Brasil

Gisele Novaes Frighetto

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil

Graça Rio-Torto

Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal

Graziele Altino Frangiotti

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Guilherme Fromm

Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, Minas Gerais, Brasil

Hélcio Batista Pereira

Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Paraná, Brasil

Ieda Maria Alves

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Isabella de Cássia Netto Moutinho

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil

Ivo Costa Rosario

Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Ivonildo Leidson Barbosa Lima

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil

Jackson Wilke da Cruz Souza

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), Varginha, Minas Gerais, Brasil

Janayna Carvalho

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Jania Martins Ramos

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Janice Gonçalves Temoteo Marques

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil

Jarbas Vargas Nascimento

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Joachim Steffen

Universidade de Augsburg, Augsburg, Baviera, Alemanha

João Carlos Tavares da Silva

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

João Lima

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, Rio Grande do Norte, Brasil

João Marcos Mateus Kogawa

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, São Paulo, Brasil

José Edicarlos de Aquino

Universidade Federal do Tocantins (UFT), Porto Nacional, Tocantins, Brasil

José Marcos Ernesto Santana de França

Universidade Regional do Cariri (URCA), Crato, Ceará, Brasil

Julia Lourenço

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Araraquara, São Paulo, Brasil

Juliano Desiderato Antonio

Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Paraná, Brasil

Júlio Araújo

Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil

Jussara Abraçado

Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Karen Sampaio Braga Alonso

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Karenina do Nascimento Rodrigues

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil

Karin Vivanco

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil

Katia Emmerick Andrade

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, Brasil

Laís Virginia Alves Medeiros

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil

Larissa Giacometti Paris

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil

Lauro José Siqueira Baldini

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil

Leandro Lima Ribeiro

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Leonardo Marcotulio

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Letícia Jovelina Storto

Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Cornélio Procopio, Paraná, Brasil

Letícia Moraes

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil

Lidia Lima da Silva

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Bahia, Brasil

Lilian C. Pires

Universidade Federal de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil

Liliane Santos

Université de Lille, CNRS, Lille, França

Livia Maria Falconi Pires

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

Livia Oushiro

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil

Lou-Ann Kleppa

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, Rondônia, Brasil

Lourenço Chacon

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Marília, São Paulo, Brasil

Luanda Alvariza Gomes Ney

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Lucas da Silva

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Lucas Takeo Shimoda

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Lucas Vinício de Carvalho Maciel

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

Lúcia Granja

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

Luciana Lucente

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Luciana Nogueira

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

Luciane de Paula

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Assis, São Paulo, Brasil

Luciane Sippert Lanza Nova

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Luciani Ester Tenani

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

Luís Henrique Serra

Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, Maranhão, Brasil

Luiz Antonio da Silva

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Luiz Carlos Souza Bezerra

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil

Luiz Fernando Ferreira

Universidade Federal de Roraima (UFRR), Boa Vista, Roraima, Brasil

Magda Wacemberg Pereira Lima Carvalho

Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Pernambuco, Brasil

Manoel Francisco Guaranha

Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo (FATEC), São Paulo, São Paulo, Brasil

Manoel Luiz Gonçalves Corrêa

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Mara Silvia Jucá Acácio

Universidade do Estado do Pará (UEPA), Belém, Pará, Brasil

Marcelo Buzato

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil

Marcelo Concário

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Bauru, São Paulo, Brasil

Marcelo Melo

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Marcelo Módolo

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Marcelo Rocha Barros Gonçalves

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil

Márcia Cristina Romero Lopes

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, São Paulo, Brasil

Márcia de Souza Luz Freitas

Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), Itajubá, Minas Gerais, Brasil

Márcia Mendonça

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil

Marcos Bagno

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil

Marcos Cruz

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil

Marcos Lopes

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Marcos Rogério Martins Costas

Faculdade Unificada do Estado de São Paulo (FAUESP), Mauá, São Paulo, Brasil

Marcus Vinicius Ramos Vieira

Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Maria Aparecida Torres Moraes

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Maria Carlota Rosa

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Maria Clara Pivato Biajoli

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), Alfenas, Minas Gerais, Brasil

Maria Cristina Parreira da Silva

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

Maria Cristina Vieira de Figueiredo Silva

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil

Maria de Fatima de Almeida Baia

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista, Bahia, Brasil

Maria de Lurdes Zanoli

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Maria do Socorro Vieira Coelho

Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Montes Claros, Minas Gerais, Brasil

Maria Filomena Gonçalves

Universidade de Évora, Évora, Portugal

Maria Lucia Barbosa de Vasconcellos

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Maria Lucia da Cunha Victorio de Oliveira Andrade

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Maria Lúcia Leitão de Almeida

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Marian Oliveira

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista, Bahia, Brasil

Mariana Luz Pessoa de Barros

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

Mariangela Rios de Oliveira

Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Marianne Carvalho Bezerra Cavalcante

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil

Marilurdes Cruz Borges

Universidade de Franca (Unifran), Franca, São Paulo, Brasil

Marilza de Oliveira

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Marina Chiara Legroski

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa, Paraná, Brasil

Mario Luiz Frungillo

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil

Mario Santin Fruguele

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Marisol B. C. Mello

Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Marize Mattos Dall-Aglío Hattner

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

Marluza da Rosa

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Frederico Westphalen, Rio Grande do Sul, Brasil

Mayumi Denise Senoi Ilari

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Michel Gustavo Fontes

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, Brasil

Michelle Aparecida Pereira Lopes

Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Passos, Minas Gerais, Brasil

Michelle Machado de Oliveira Vilarinho

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil

Miriam Bauab Puzzo

Universidade de Taubaté (UNITAU), Taubaté, São Paulo, Brasil

Mirian Hisae Yaegashi Zappone

Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Paraná, Brasil

Monica Panigassi Vicentini

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil

Myllena Nascimento

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

Nadja Paulino Pessoa Prata

Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil

Naiá Sadi Câmara

Centro Universitário Municipal de Franca (UNAERP), Franca, São Paulo, Brasil

Nara Caetano Rodrigues

Sem vínculo institucional

Natália Cristine Prado

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, Rondônia, Brasil

Nathalia Mitsunari

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Nathalia Rodrigues Catto Predebon

Instituto Federal Farroupilha (IFF), Campus Alegrete, Rio Grande do Sul, Brasil

Nathan Bastos de Souza

Universidade Federal de Catalão (UFCAT), Catalão, Goiás, Brasil

Noêmia Maria Souza

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil

Oriana de Nadai Fulaneti

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil

Pablo Faria

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil

Paloma Bernardino Braga

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Pâmela da Silva Rosin

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

Paolo Demuru

Universidade Paulista (UNIP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Patrícia Veiga

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil

Paula Martins de Souza

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Paula Tavares Pinto

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

Paulo Chagas de Souza

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Paulo Jeferson Pilar Araújo

Universidade Federal de Roraima (UFRR), Boa Vista, Roraima, Brasil

Paulo Ramos

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, São Paulo, Brasil

Poliana Sabina Quintiliano Silvestro

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil

Priscila Marques Tonelli

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil

Priscilla Mouta Marques

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Rafael Brunhara

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil

Rafael Dias Minussi

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, São Paulo, Brasil

Rafael Marcurio da Col

Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Araguaína, Tocantins, Brasil

Rafael Prearo Lima

Instituto Federal de São Paulo (IFSP), Bragança Paulista, São Paulo, Brasil

Rafael Vetromille-Castro

Universidade Federal de Pelotas (UFPEl), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil

Raquel do Nascimento Marques

Laboratoire d'Histoire des Théories Linguistiques (HTL), Paris, França

Raquel Meister Ko Freitag

Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, Sergipe, Brasil

Raquel Salek Fiad

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil

Regina Lúcia de Faria

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica, Rio de Janeiro, Brasil

Renan Salmistraro

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil

Renata Coelho Marchezan

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Araraquara, São Paulo, Brasil

Renata de Oliveira Carreon

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil

Renata Palumbo

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Renata Regina Passetti

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

Renato Miguel Basso

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

Ricardo Cavaliere

Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Ricardo Nogueira de Castro Monteiro

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Roberto Gomes Camacho

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

Roberto Leiser Baronas

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

Rodrigo Esteves de Lima Lopes

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil

Rodrigo Lazaresko Madrid

Instituto Federal da Bahia (IFBA), Salvador, Bahia, Brasil

Rogério Vicente Ferreira

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, Mato Grosso, Brasil

Romário Duarte Sanches

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Amapá, Brasil

Ronaldo de Oliveira Batista

Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, São Paulo, Brasil

Rosa Yokota

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

Rosana Nunes

Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo (FATEC), São Paulo, São Paulo, Brasil

Rosane de Sá Amado

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Ruth de Oliveira

University of Cape Town (UCT), Cidade do Cabo, África do Sul

Samuel Ponsoni

Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Passos, Minas Gerais, Brasil

Sandra Denise Gasparini Bastos

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

Sandra Mina Takakura

Universidade Estadual do Pará (UEPA), Belém, Pará, Brasil

Sandro Braga

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Sandro Marcio Drumond Alves Marengo

Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, Sergipe, Brasil

Sebastião Carlos Leite Gonçalves

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

Sebastião Elias Milani

Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil

Selma Ferreira de Oliveira Ribeiro

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Marília, São Paulo, Brasil

Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira

Centro Universitário Municipal de Franca (UNAERP), Franca, São Paulo, Brasil

Sheila Vieira de Camargo Grillo

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Shirley Freitas

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Bahia, Brasil

Siderlene Muniz-Oliveira

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Curitiba, Paraná, Brasil

Simone Azevedo Floripi

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Curitiba, Paraná, Brasil

Simone de Campos Reis

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil

Sirio Possenti

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil

Susie Midori dos Santos Sato Santana

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

Suzana Ferreira Paulino

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Recife, Pernambuco, Brasil

Taíse Simioni

Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Bagé, Rio Grande do Sul, Brasil

Talita Serpa

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

Tamires Dártora

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Tamires Bonani Conti

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

Tatiana Gabas

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil

Tatiana Keller

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

Thais Holanda de Abreu-Zorzi

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Araraquara, São Paulo, Brasil

Thaísa Pinheiro Carvalho

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

Thalita Souza-Cruz

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Theodoro C. Farhat

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Thiago Barbosa Soares

Universidade Federal do Tocantins (UFT), Porto Nacional, Tocantins, Brasil

Thiago Jorge Ferreira Santos

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Thiago Moreira Correa

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Araraquara, São Paulo, Brasil

Thiago Oliveira da Motta Sampaio

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil

Vagner Camilo

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Valdiléna Rammé

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil

Vanessa Hagemeyer Burgo

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil

Vera Pacheco

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista, Bahia, Brasil

Vinícius Gonçalves dos Santos

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Violeta Virginia Rodrigues

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Vitoria Ferreira Doretto

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

Vitor Augusto Nóbrega

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Vivian Orsi

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil

Waldemar Ferreira Netto

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

Wellton da Silva de Fatima

Instituto Federal de Alagoas (IFAL), Maceió, Alagoas, Brasil

Wendel Silva dos Santos

Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, Maranhão, Brasil

Yan Masetto Nicolai

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

“Chegou todo mundo cansado”: uma investigação das construções de ordem marcada com o verbo “chegar” sob a perspectiva dos Modelos Baseados no Uso

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v54i3.3906>

Felipe Rodrigues de Araújo¹

Resumo

Neste trabalho, analisamos construções de ordem marcada (VS) instanciadas pelo verbo “chegar”, sob a perspectiva dos Modelos Baseados no Uso (Bybee, 2016; Barlow; Kemmer, 2000) e dos Esquemas Imagéticos (Johnson, 1987; Oakley, 2007). Com o objetivo de descrever as funcionalidades dessas construções, relacionamos a ordem de constituintes às suas funções no discurso. O *corpus* é composto por amostras de fala retiradas do Banco de Dados Iboruna (Gonçalves, 2007). Partimos da hipótese de que a microconstrução em ordem VS funciona como mecanismo de apresentação/focalização, responsável pela introdução de referentes novos no discurso. As ocorrências foram analisadas com base em parâmetros de forma e função. Os resultados evidenciam a especialização da microconstrução, parcialmente esquemática, [[CHEGAR]+[SUJEITO] FOCALIZAÇÃO/ APRESENTAÇÃO] na introdução e focalização de referentes novos no discurso, que em sua maioria são caracterizados semanticamente como Indivíduos de traço [+humano]. Em conjunto, esses achados indicam que a ordem VS com o verbo “chegar” constitui, nessa variedade do PB falado, um recurso construcional sistemático de organização informacional, sensível ao tipo de sujeito, ao gênero discursivo e ao tempo verbal.

Palavras-chave: construções de ordem marcada; verbo “chegar”; esquema Imagético; modelos baseados no uso.

¹ Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil; felipearaujoufg@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0002-8918-3485>

“Chegou todo mundo cansado”: An Investigation of Marked Word Order Constructions with the Verb *Chegar* from the Perspective of Usage-Based Models

Abstract

In this paper, we analyze marked word order (VS) constructions instantiated by the verb *chegar* ‘to arrive’, from the perspective of Usage-Based Models (Bybee, 2016; Barlow; Kemmer, 2000) and Image Schemas (Johnson, 1987; Oakley, 2007). Aiming to describe the functionalities of these constructions, we relate the constituent order to their discourse functions. The corpus consists of spoken data drawn from the Iboruna Database (Gonçalves, 2007). We assume the hypothesis that the VS microconstruction functions as a presenting/focalizing mechanism, responsible for introducing new referents into discourse. The occurrences were analyzed based on formal and functional parameters. The results show the specialization of the partially schematic microconstruction [[CHEGAR]+[SUBJECT]PRESENTATION/FOCALIZATION] in the introduction and focalization of new referents in discourse, which are mostly characterized semantically as individuals with the feature [+human]. Taken together, these findings indicate that the VS order with the verb *chegar* constitutes, in this variety of spoken Brazilian Portuguese, a systematic constructional resource for information organization, sensitive to subject type, discourse genre, and verbal tense.

Keywords: marked word order constructions; verb “chegar”; image schemas; usage-based models.

Considerações iniciais

Esta pesquisa tem por objetivo investigar as funcionalidades das construções de ordem marcada com o verbo “chegar” no português brasileiro falado. Há diferenciações na ordenação dos constituintes da oração entre casos de ordem marcada e não marcada (ou ordem de base) no português brasileiro. Entendemos como ordem não marcada a forma oracional S (=sujeito) V (=verbo) O (=objeto); e ordem marcada as formas de posições derivadas de SVO (VSO, OVS e SOV) (Castilho, 2012).

Neste trabalho, focalizaremos as construções de ordem VS(O). Essas construções são parcialmente esquemáticas, uma vez que o *slot* do verbo é preenchido pelo verbo “chegar”, cujo predicado é de estrutura argumental transitiva circunstancial e tem na base de seu significado pleno de movimento um ser que se desloca de um espaço de origem rumo ao alcance de um espaço de destino, como mostra a ocorrência abaixo:

- (1) aí... uhm aí falo/ aí **chegô(u)** um monte de policial:: aí eles viram... que o carro que tinham sido ro(u)bado... que eles usaram pa roubá(r) a gente éh:: tinha sido ro(u)bado cinco dia antes [BDI-AC001;NE:L32-44]

Esse tipo marcado de construção requer, pela estrutura argumental do predicado, um referente na posição de Sujeito (*um monte de policial*) pós-verbal, o qual alcança um local de destino (lugar onde o perspectivizador conceptualiza a cena), pressupondo o ponto de origem do deslocamento e o trajeto percorrido até o ponto de chegada.

De acordo com Berlinck (1997), Votre e Naro (1986), Pezatti (2014) e Freitas *et al.* (2022), esse tipo de ordem marcada não é um caso formal aleatório, mas é codificado em função de um mecanismo de focalização do referente do Sintagma Nominal (SN). Em (1), observamos que o SN na posição de sujeito pós-verbal é focalizado tanto pela ordem quanto pela possibilidade de “chegar” assumir a função de introduzir uma nova entidade no discurso. Partimos, portanto, da hipótese de que a MicroCx [[CHEGAR]+[SUJEITO]] em ordem VS, no português falado, funciona predominantemente como mecanismo de apresentação/focalização, associada à introdução de referentes novos.

Para a investigação que aqui propomos, empregamos como referencial teórico-metodológico os “Modelos Baseados no Uso” (MBU), teoria de natureza cognitivo-funcional que concebe a língua como sistema adaptativo complexo que comporta ao mesmo tempo padrões estáveis, variação e gradiência (Bybee, 2010). Os MBU, de modo geral, são uma teoria que busca explicar as bases cognitivas da gramática.

Metodologicamente, para a composição do *corpus* desta pesquisa, recorreremos ao Banco de Dados Iboruna, do Projeto ALIP – Amostra Linguística do Interior Paulista (Gonçalves, 2007), mais especificamente à Amostra Censo, que se compõe de 151 entrevistas sociolinguisticamente controladas. A análise dos dados compreende a apuração da produtividade dos diferentes tipos de construções com o verbo “chegar”, baseada na identificação da frequência de tipo (*type*) e da frequência de uso (*token*) (Bybee, 2007; Traugott; Trousdale, 2021). A partir desse passo, outros critérios de análise foram mobilizados, como o traço de Animacidade do Sujeito posposto ([+humano]; [+animado; -humano] e [-humano; -animado]); o Tipo Semântico de Sujeito (Indivíduo; Tempo; Lugar; Estado/Evento); o Gênero Discursivo e o Tempo e Modo do verbo “chegar”.

Além desta introdução, este texto se divide em três seções principais: na primeira, fazemos uma breve exposição teórica dos Modelos Baseados no Uso; na segunda, detalhamos a metodologia utilizada em cada fase do desenvolvimento da pesquisa; e, por fim, na terceira, apresentamos os resultados das análises para as diferentes construções instanciadas pelo verbo “chegar”. Reservamos, à última seção, nossas considerações finais. Fecham esse texto as referências bibliográficas.

Os Modelos Baseados no Uso

Empregamos como referencial teórico-metodológico os “Modelos Baseados no Uso” (MBU), teoria de natureza cognitivo-funcional que trata a língua como um inventário de redes de construções interconectadas. O termo “Modelos Baseados no Uso” (MBU) foi introduzido por Langacker, em 1987, na obra *Foundation of Cognitive Grammar*. Nas palavras do autor:

Uma motivação para este rótulo é a afirmação de que os eventos de uso são a fonte de todas as unidades linguísticas. A relação entre as unidades e os eventos de uso que as geram é fortemente restringida pelo requisito de conteúdo (§1.3.4). De acordo com o requisito de conteúdo, as unidades são limitadas a estruturas que surgem de eventos de uso através de dois processos cognitivos básicos: esquematização e categorização (Langacker, 2008, p. 220, tradução própria²).

Segundo Langacker (2008), no desenvolvimento da Gramática Cognitiva, três características são essencialmente definidoras de um MBU: i) é um modelo de gramática maximalista e generalista – ou seja, um modelo que busca a maximização por abstração para encontrar as motivações cognitivas dos usos da língua; ii) é um modelo não redutivo – cada uso, por mais gradiente que seja é motivado; iii) é um modelo *bottom-up* – ao partirmos do uso linguístico, padrões gerais são abstraídos de padrões específicos que surgem na experiência com o uso da língua. Um MBU é aquele em que o sistema linguístico é fundamentalmente baseado em eventos de uso: instâncias de produção e compreensão da língua por um falante (Berlow; Kemmer, 2000).

Sob essa compreensão, o objetivo geral dos MBU é o desenvolvimento de uma teoria dinâmica que consiga abarcar as diferentes produções linguísticas e explicar os processos cognitivos que motivam o surgimento e o uso de construções, resultantes de pareamentos de forma e significado (Diessel, 2023).

Esquemas Imagéticos

Importante construto teórico da Gramática Cognitiva, e caro a esta pesquisa, é a noção de Esquema Imagético (EI). Trata-se de um processo cognitivo que ajuda a explicar o funcionamento de padrões linguísticos, na medida em que organiza experiências recorrentes do corpo no espaço e no tempo em estruturas mais abstratas.

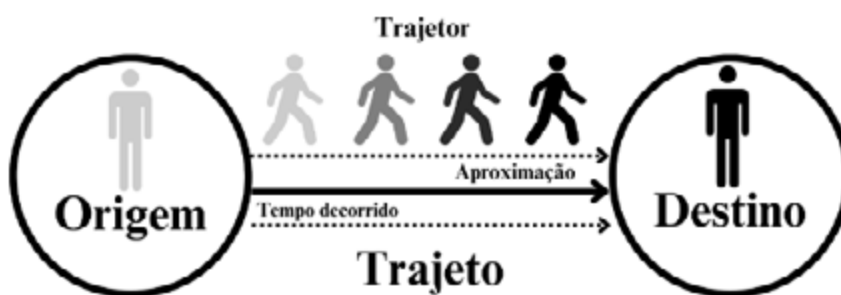
Um EI pode ser definido como uma forma de representação mental que permite ao falante replicar e projetar sua experiência no mundo extralinguístico, servindo de base para a

2 No original: “One motivation for this label is the claim that usage events are the source of all linguistic units. The relationship between units and the usage events that spawn them is tightly constrained by the content requirement (§1.3.4). According to the content requirement, units are limited to structures that arise from usage events through two basic cognitive processes: schematization and categorization”.

formação de novos esquemas construcionais da língua (Oakley, 2007). Deste modo, padrões de uso frequente passam a ser conceptualizados por meio desses esquemas.

Entre os diferentes tipos de EI, interessa-nos, neste trabalho, o Esquema Imagético de Trajetória. Esse esquema, conceptualizado por rotinização, forma um padrão mental visual que, nos termos de Johnson (1987), perfila um Trajetor que se desloca de um ponto de origem a um ponto de destino, por meio de um trajeto e durante um intervalo de tempo. É esse modelo abstrato de deslocamento que mobilizamos na análise da microconstrução, conforme ilustramos na Figura 1.

Figura 1. Esquema Imagético de Trajetória



Fonte: Araújo (2025)

Resumidamente, na abordagem de Talmy (2000), Trajetor é uma entidade que se desloca em um espaço e que, nos termos de Zlatev (2007), pode comportar-se de modo estático, localizado em ponto (Ela está na escola), de modo dinâmico, deslocando-se por um trajeto (Ela chegou da escola), ou realizando um evento (Ela está brincando em seu quarto). Ponto de referência (landmark) diz respeito à entidade de referência em relação à localização ou à trajetória de movimento do Trajetor (Ele foi da escola para casa), podendo compreender Origem e Destino de um movimento. A noção de Movimento pode ser interpretada de duas formas: i) de movimento real percebido, quando um Trajetor se desloca no espaço físico (Ele chegou em casa); ii) de movimento fictício – quando, da perspectiva do Trajetor, o Ponto de referência é que se “desloca” (quando chega a serra...). A noção de Trajeto (ou Percurso ou Caminho) pode ser interpretada também de duas formas: i) de caminho elaborado, referindo-se à trajetória de movimento real ou imaginado do Trajetor em relação ao Ponto de referência; ii) de caminho esquemático, o qual, baseando-se na generalização interlinguística, refere-se às três fases de um evento de movimento: início, meio e fim. O EI Trajetória, representado acima, evidencia de forma simplificada eventos mais complexos codificados linguisticamente. A depender do conceptualizador do evento (o usuário da língua), partes desse esquema (Origem, Destino, Trajetor, Trajeto ou Tempo decorrido) podem ser mais ou menos salientes em termos comunicativos, conceptualizando significados específicos, como esperamos mostrar ao longo de nossas análises. Em outros termos, esses conceitos, quando aplicados às construções com o

verbo “chegar”, nos revelam as associações motivadas pelo EI Trajetória e suas partes componentes (Origem – Trajeto – Destino).

Procedimentos metodológicos

Para a coleta dos dados, recorremos ao Banco de Dados Iboruna, do Projeto ALIP – Amostra Linguística do Interior Paulista (Gonçalves, 2007). A análise foi feita em 151 entrevistas sociolinguísticas que compõem a Amostra Censo do banco de dados.

A metodologia utilizada nesta pesquisa é dividida em cinco etapas.

A primeira etapa corresponde ao levantamento de dados, por meio de busca automática pela primeira sílaba do verbo “chegar”, /che/. Optamos por esse tipo de busca, pois em alguns casos, a transcrição das Amostras no Banco de Dados marca prolongamento (:): da vogal /e/, “che::ga”, impossibilitando que todas as ocorrências com “chegar” sejam encontradas pela base morfológica desse verbo regular [cheg-]. Dos itens encontrados, foram selecionados apenas os dados que correspondiam ao critério de palavra verbal, excluimos expressões idiomáticas e casos de nominalização.

A segunda etapa consistiu no agrupamento das ocorrências coletadas, segundo o padrão construcional abstraído (*type*), de acordo com Traugott e Trousdale (2021), o que resultou no reconhecimento de cinco *microconstruções*³:

- i) [[SUJEITO]+[CHEGAR](+[EXPRESSÃO ADVERBIAL)]]_{TRANSITIVA CIRCUNSTANCIAL};
 - (a) aí nós pegô(u) fomo(s) no/ lá no dentista liga::mo(s)... aí a mulher falô(u) assim – “ah **o ônibus vai chegá(r) aqui** nove e meia... aí (inint.) vê se achava alguma coisa... aí depois cê (me) li::ga” [BDI - AC-016; NE: L. 13-15]
- ii) [[CHEGAR]+[SUJEITO]]_{FOCALIZAÇÃO/APRESENTAÇÃO};
 - (b) catô(u) o carro e ainda saiu... cantan(d)o pneu... e eu tô lá eu deitado conversan(d)o conversa pra cá conversa pra cá beben(d)o cerveja né?... daqui a po(u)co minha filha... **chega ele** daqui uma hora mais ou menos me volta ele... me volta ele corren(d)o assim [BDI - AC-079; NE: L. 15-25]
- iii) [[SUJEITO]+[CHEGAR](+[PREP].+V2_{INF})]_{AUXILIARIZAÇÃO};
 - (c) **o Corinthians** acho que... perdeu um empatô(u) dois ou três... e **chegô(u) a í(r)** pra vigésimo... segundo... vigésimo terce(i)ro... aí o quê que aconteceu? ganhô(u):: [BDI - AC-053; RO: L.546-569]

³ As demais microconstruções são descritas em Araújo (2025).

(iv) [[SUJEITO]+[CHEGAR+([e]+)V2_{FIN}]]_{FOCALIZAÇÃO};

- (d) foi... conversá(r) com a mulher... perguntan(d)o se ela podia comê(r) o lanche né? que a criança num tinha pegado... já tinha acabado a festa... e a: **a dona chegô(u) e falô(u)** – “num contratei você pra pra comê(r)... eu contratei você pra trabalhá(r)... joga esse lanche no lixo que num é pra você” [BDI - AC-047; NR: L.71-89]

(v) [CHEGAR]_{MARCADOR DISCURSIVO};

- (e) o Z. veio a menina dela chamô(u) o Z.... **o Z. chegô(u)** – “vamo(s) po hospital” – ... nós fomo(s) a pé... nós fomo(s) a pé... [BDI - AC-130; NE: L. 199-214]

Desses cinco padrões, focalizaremos neste artigo apenas um: a construção [[CHEGAR]+[SUJEITO]]_{FOCALIZAÇÃO/APRESENTAÇÃO}.

A terceira etapa tratou da apuração da produtividade do padrão construcional selecionado, em termos de frequência *token* e da Análise Colocacional do SN na posição de sujeito. Ou seja, apuramos a frequência de ocorrência da construção [[CHEGAR]+[SUJEITO]]_{FOCALIZAÇÃO/APRESENTAÇÃO}, e contabilizamos quais termos preenchem a posição de Sujeito pós-verbal.

Na quarta etapa, interpretamos os resultados das análises de frequência, à luz dos traços semânticos de Animacidade do Sujeito e do Tipo de Entidade.

Quanto ao traço semântico de Animacidade, segundo Castilho (2012, p. 297), implica reconhecer que: “Dois traços semânticos subordinam-se ao traço /+animado/: o de /± humano/, visto que um referente animado não precisa ser necessariamente humano, e o de /± agentivo/, visto que numa dada sentença um referente animado não precisa necessariamente ser o controlador da ação”. Refinando esse critério para a análise dos colocados na construção, aplicamos os traços: [+ humano]; [- humano; + animado]; [- humano; - animado]; não se aplica, para casos de construção com sujeito indeterminado. Esse traço é interessante para esta análise, pois evidencia uma categoria semântica dos Sujeitos que preenchem os *slots* das construções com “chegar”.

Quanto ao Tipo de entidade semântica de Sujeito, de acordo com Lyons (1977), as categorias de Indivíduo (*chegar alguém*), Tempo (*chegar o natal*), Lugar (*chegar a serra*); Estado/Evento (*chegar um ponto*), são características semânticas de entidades de segunda ordem. Utilizamos, também, “não se aplica”, para casos de construção com sujeito indeterminado. A análise da entidade semântica, associada à frequência, nos interessa, pois, revela quais tipos de Sujeitos são mais atraídos para preencher o *slot* de Sujeito na construção [[CHEGAR]+[SUJEITO]]_{FOCALIZAÇÃO/APRESENTAÇÃO}.

Na quinta e última etapa, propormos generalizações das representações da construção aqui analisada no Esquema Imagético de Trajetória (_{ORIGEM – TRAJETO – DESTINO}).

Resultados e discussões: a função de focalização e apresentação

A Microconstrução [[CHEGAR]+[SUJEITO]_{FOCALIZAÇÃO/APRESENTAÇÃO}] foi identificada em 8,33% (130/1559), ao qual associamos a função de focalização e/ou apresentação do referente do Sujeito posposto. Para chegarmos a esta função, recorremos a alguns pressupostos relacionados à ordem dos constituintes da oração e à função que essa ordem exerce na interação comunicativa.

O conceito de “apresentação”, “sentença apresentativa” ou “sentença apresentacional” é discutida por diversos autores. Mateus (2003, p. 320) caracteriza como as frases que exprimem juízos téticos⁴, possíveis de serem apreendidos nas ordenações VS, VSO, V(O)S e XVS, todas consideradas frases de “apresentação”. Em relação às ordens VS e V(O)S, com a primeira interessando à nossa descrição, Mateus (2003) elenca as seguintes propriedades da frase:

- i) o Sujeito não é tópico.
- ii) o núcleo do predicado é um verbo inacusativo que, portanto, não rege argumento interno.
- iii) a frase tem por função exprimir informação nova.

Consideremos, a esse respeito, a ocorrência exemplificativa em (2).

- (2) **chegô(u) um monte de gente** e tinha dois mato-grossenses tam(b)ém né? [BDI-AC023;NE:L.21-24]

Em (2), os três critérios para que uma frase seja de “apresentação”, de acordo com Mateus (2003), são validados. O SN “*um monte de gente*” na posição de Sujeito não é tópico sentencial, porque está deslocado para depois do verbo; o verbo “chegar” é inacusativo, por ser monoargumental, com argumento externo posposto; e o sujeito posposto é uma informação nova.

Para Castilho (2012, p. 253), a função de apresentar “é introduzir no discurso um novo participante, ou um novo estado de coisas”. A par desse entendimento, o autor entende (e classifica) as sentenças apresentacionais como equivalentes às sentenças existenciais (p. 329), porque os verbos existenciais têm por propriedade não predicar sobre um sujeito, mas simplesmente introduzir uma entidade nova no discurso.

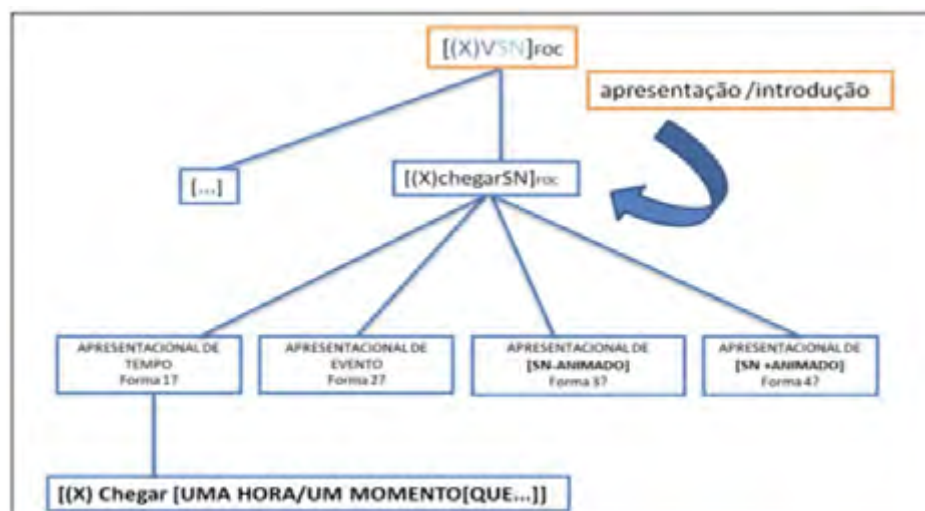
4 Segundo a autora, juízo tético refere-se ao ato de “reconhecimento ou rejeição material de um juízo” (p. 318).

A partir das duas definições acima, compreendemos que a microconstrução $[[\text{CHEGAR}]+[\text{SUJEITO}]_{\text{FOCALIZAÇÃO/APRESENTAÇÃO}}]$ tem função de focalização – devido a propriedades formais apreendidas da ordem dos constituintes – e função de apresentação – uma vez que apresenta um novo referente no discurso.

A partir das duas definições acima, compreendemos que a MicroCx $[[\text{CHEGAR}]+[\text{SUJEITO}]]_{\text{FOCALIZAÇÃO/APRESENTAÇÃO}}$ tem função de apresentação, por introduzir um novo referente no discurso, e função de focalização, associada à ordem marcada dos constituintes (VS). A noção de foco adotada nesta pesquisa segue a proposta de Dik (1997), para quem a função de Foco pode se manifestar por meio de: i) proeminência prosódica; (ii) ordem especial de constituinte; (iii) marcadores de Foco especiais; (iv) construções de Foco especiais (Dik, 1997, p. 327). Assim, no caso desse tipo de MicroCx, observamos que a função se instancia por recurso à ordem especial de constituinte, com Sujeito pós-verbal (VS), a posição típica de foco informacional.

A pesquisa de Freitas *et al.* (2022) evidencia a construção de foco com o verbo “chegar”. Embora os autores tenham desenvolvido a pesquisa com outros objetivos e métodos, é interessante considerar suas observações no que diz respeito à apresentação/introdução como formas de focalização de um SN, como no esquema abaixo:

Figura 2. Rede Construcional $[(X) \text{ CHEGAR SN}]_{\text{FOC}}$



Fonte: Freitas *et al.* (2022, p. 44)

Diante dessas considerações encontradas na literatura, as construções de ordem marcada (VS) podem ser apresentativas existenciais, quando um verbo existencial exerce apenas a função de introduzir uma entidade nova no discurso; e apresentativas téticas (Mateus, 2003; Pezatti, 2014) quando um verbo inacusativo exerce também a função de introduzir uma entidade nova, e ainda a de focalizar o argumento por ele predicado.

Traço e Tipo semântico de sujeito da microconstrução [[CHEGAR]+[SUJEITO]]_{FOCALIZAÇÃO/APRESENTAÇÃO}

Para aferir os resultados da análise do traço de animacidade do tipo construcional em análise, excluímos os casos de SN que referenciam Lugar, Tempo e Estado/Evento, tipos de entidade a que não se aplica o conceito de animacidade, como em (3).

- (3) aí ela começô(u) a paquerá(r) mais meu pai e meu pai a paquerá(r) mais ela... até que **chegô(u) um (dia)** que num ia dá(r) mais pra mantê(r) que minha mãe já não gostava mais do C.... pegô(u) e largô(u) dele... [BDI-AC36;NR:L.178-209]

O traço de Animacidade se aplica somente aos casos de SN-sujeito, representando entidade do tipo Indivíduo. Por isso, foram excluídas das análises 47 ocorrências (dos 130; 36,15%) referentes a SN com codificação de Tempo, Estado/Evento e Lugar. Das 83 ocorrências a que esse critério se aplica, temos 83,1% (69/83) de SN-sujeito com traço [+ humano], como em (4), e 16,9% (14/83), com traço [- humano; - animado], como em (5).

- (4) porque se **chegá(r) alguém** puxá(r) com muita força... e o fio um dos fio soltá(r)... num tê(r) problema de:: éh encostá(r) um fio no [outro] [BDI-AC149;RO:L.184-204]
- (5) a hora que **chegô(u) a serrinha** meu marido falava –“cê vai a hora que chegá(r) a serra... o seu ouvido vai ficá(r) parenen(d)o que vai exPLOdí(r)” [BDI-AC62;DE:L.204-226]

Esse resultado nos mostra que a microconstrução [[CHEGAR]+[SUJEITO]]_{FOCALIZAÇÃO/APRESENTAÇÃO} está se especializando na seleção de referentes de traços [+ humanos] para preencher sintaticamente o *slot* de Sujeito.

Para a análise colocacional, observamos as expressões que ocupam a posição de Sujeito da construção. Essas expressões serão denominadas aqui como “colocados”. Como resultado da análise colocacional, os colocados mais frequentes nesse tipo de construção são mostrados na Figura 3.

Figura 3. Colocados mais frequentes em posição de Sujeito da construção
[[CHEGAR]+[SUJEITO]_{FOCALIZAÇÃO/APRESENTAÇÃO}]

Colocado	Quantidade
“uma hora”	7
“alguém”	5
“um aluno”	3
“um certo momento”	3
“um dia”	3



Fonte: Elaboração própria

Na figura 3 acima, mostramos os cinco tipos de SN-sujeito mais frequentes na construção, de um total de 130 *tokens*, e o esquema de colocação na construção desses colocados mais frequentes. Em busca de generalizações, agrupamos os colocados na posição de SN-sujeito em quatro tipos semânticos, Indivíduo; Tempo; Lugar e Estado/evento, conforme os exemplos de (6) a (9).

- (6) porque se **chegá(r) alguém** puxá(r) com muita força... e o fio um dos fio soltá(r)... num tê(r) problema de:: éh encostá(r) um fio no [outro] [BDI-AC149;RO:L.184-204]
- (7) aí **chegô(u) a hora do almoço**... eu comi uma pi/ uma mini-pizza e bebi uma Coca-Cola... [BDI- AC008;NE:L.16-17]
- (8) a hora que **chegô(u) a serrinha** meu marido falava –“cê vai a hora que **chegá(r) a serra**... o seu ouvido vai ficá(r) paren(d)o que vai exPLOdí(r)” [BDI-AC62;DE:L.204-226]
- (9) então MUIto medicamento ele tomava... e ele entrô(u) numa depressão... e ele começô(u) a bebê(r) demais demais demais... **chegô(u) um PONto**... que no ano de dois mil... isso foi em noventa... dez ano a gente sofreu com ele e com a enfermidade... depois no ano de dois mil... ele começô(u) a fazê(r) muita coisa errada... [BDI-AC132;NE:L.24-37]

No exemplo em (6), o SN-sujeito (alguém) codifica entidade do tipo Indivíduo – uma entidade que, segundo Lyons (1977), é de primeira ordem, porque ocupa lugar no tempo e no espaço, e pode ser avaliada pela sua existência no mundo físico. Esse tipo de entidade é o mais frequente nos dados analisados, com 63,85% (83/130).

Em (7), o SN-sujeito refere a categoria Tempo, marcada por um evento específico e bem delimitado (a hora do almoço). Esse tipo semântico de entidade é o segundo mais frequente nos dados analisados, com 33,08% (43/130). A frequência aqui apresentada reforça o que foi encontrado na análise dos colocados, na Figura 3.

Em (8), o sujeito refere um locativo, “a serrinha” e “a serra”, e justificamos esse uso com o que Talmy (2000) chama de movimento fictício ou psicológico. Nessas situações, a conceptualização é a de que o ponto de referência é que se movimenta em direção ao Trajetor, e não o contrário. SN codificando Lugar tem uma frequência relativamente baixa se comparamos com Indivíduo e Tempo: apresenta 2,31% (3/130) de frequência.

Em (9), o Sujeito refere um Estado de Coisas/Evento, representado metonimicamente pelo SN genérico “um ponto”, especificado na sequência. Um contexto que reforça a interpretação de “um ponto” como sujeito da construção é a ausência de preposição após o verbo “chegar”, excluindo a hipótese de ser um complemento circunstancial (chegar a um ponto), levando à conceptualização de proximidade de um Evento/Processo, uma ocorrência singular no *corpus* investigado, com 0,77% (1/130) de frequência.

Tabela 1. Referencialidade do Sujeito e traço de animacidade em MicroCx
[[CHEGAR]+[SUJEITO]]_{FOCALIZAÇÃO/APRESENTAÇÃO}

Entidade / Animacidade	[+H]	%	[-H; -A]	%	N/A	%	Total	%
Estado de Coisas	-	-	-	-	1	0,77%	1	0,77%
Indivíduo	69	53,08%	14	10,77%	-	0,00%	83	63,85%
Lugar	-	-	-	-	3	2,31%	3	2,31%
Tempo	-	-	-	-	43	33,08%	43	33,08%
Total Geral	69	53,08%	14	10,77%	47	36,15%	130	100%

Fonte: Araújo (2025, p. 76)

A construção de apresentação/focalização aparece nos dados com quatro tipos semânticos de Entidade como Trajetor: *Indivíduo*, como exemplificado em (6), tipo mais frequente neste padrão construcional (63,85% = 83/130); *Tempo* (33,8% = 43/130), como exemplificado em (7); *Lugar* (2,31% = 3/130), como em (8); e *Estado de Coisas*, exemplificado em (9), com menor frequência (0,77% = 1/130).

Ainda que o Destino não seja o foco da análise deste padrão construcional, observamos que em *Eventos de Chegada* os quais envolvem movimentos concretos, o Destino tende a ser um *Lugar*. Já nos casos de movimentos abstratizados (como a passagem do tempo), o Destino assume a forma do *Indivíduo* que conceptualiza o evento, como em (7). Neste último caso, por exemplo, “a hora do almoço” é concebida como um tempo que se desloca em direção ao experienciador.

Pelo tipo de entidade mais frequentemente codificada pelo SN-Sujeito da microconstrução [[CHEGAR]+[SUJEITO]]_{FOCALIZAÇÃO/APRESENTAÇÃO} já fica evidenciada a também preferência por entidades do tipo Indivíduo, o que pode ser interpretado como se tratando de um tipo

de construção especializada na introdução de referentes humanos novos no discurso e focalizados devido sua importância contextual.

Gêneros discursivos, Tempo e Modo verbal

A microconstrução $[[CHEGAR]+[SUJEITO]_{FOCALIZAÇÃO/APRESENTAÇÃO}]$ é presente nos cinco Gêneros Discursivos que compõem cada inquérito do Banco de Dados Iboruna (Gonçalves, 2007). Os gêneros discursivos são: Descrição (DE); Narrativa de Experiência (NE); Narrativa Recontada (NR); Relato de Opinião (RO) e Relato de Procedimento (RP).

A MicroCx $[[CHEGAR]+[SUJEITO]_{FOCALIZAÇÃO/APRESENTAÇÃO}]$ se mostra mais frequente em Narrativas de Experiência, com 40,77% (53/130), e em Narrativas Recontadas, com 26,92% (35/130). Esses dados indicam que a MicroCx é preferivelmente acionada quando os falantes narram situações que envolvem descrição de eventos/cenas em que indivíduos chegam, partem, comportam-se de determinado modo etc. Sendo assim, dada a função primordial desse tipo construcional, pode-se dizer que referentes novos são introduzidos e focalizados no discurso pelo verbo *chegar* mais frequentemente em tipos narrativos (NE e NR) do que em outros tipos textuais (DE, RO e RP). A frequência da MicroCx em Descrição é de 10% (13/130), em Relato de opinião, de 11,54% (15/130) e em Relato de Procedimento, de 10,77% (14/130).

Ao correlacionarmos os resultados da análise acima com Tempo e Modo verbal, chegamos aos resultados dispostos na tabela abaixo:

Tabela 2. Tempo e Modo verbal expressos nos Gêneros Discursivos

Tempo e Modo/Gênero Discursivo	DE	%	NE	%	NR	%	RO	%	RP	%	Total	%
Futuro do Presente do Indicativo	-	-	-	-	2	1,54%	1	0,77%	-	-	3	2,31%
Futuro do Pretérito do Indicativo	-	-	1	0,77%	-	-	1	0,77%	-	-	2	1,54%
Não finito	2	1,54%	4	3,08%	1	0,77%	1	0,77%	3	2,31%	11	8,46%
Presente do Indicativo	3	2,31%	3	2,31%	2	1,54%	7	5,38%	9	6,92%	24	18,46%
Pretérito Imperfeito do Indicativo	1	0,77%	5	3,85%	6	4,62%	1	0,77%	-	-	13	10,00%
Pretérito Perfeito do Indicativo	7	5,38%	39	30,00%	24	18,46%	3	2,31%	2	1,54%	75	57,69%
Pretérito Imperfeito do Subjuntivo	-	-	1	0,77%	-	-	1	0,77%	-	-	2	1,54%
Total Geral	13	10,00%	53	40,77%	35	26,92%	15	11,54%	14	10,77%	130	100%

Fonte: Araújo (2025, p. 78)

Corroborando as análises acima, o Tempo e Modo verbal de “chegar” é mais frequente no pretérito perfeito do indicativo, conforme os exemplos supracitados. No conjunto dos dados, essa forma responde por 57,69% (75/130) das ocorrências e se concentra sobretudo nos tipos narrativos, com 39/130 (30,00%) em Narrativas de Experiência e 24/130 (18,46%) em Narrativas Recontadas. Em termos mais gerais, esse padrão se

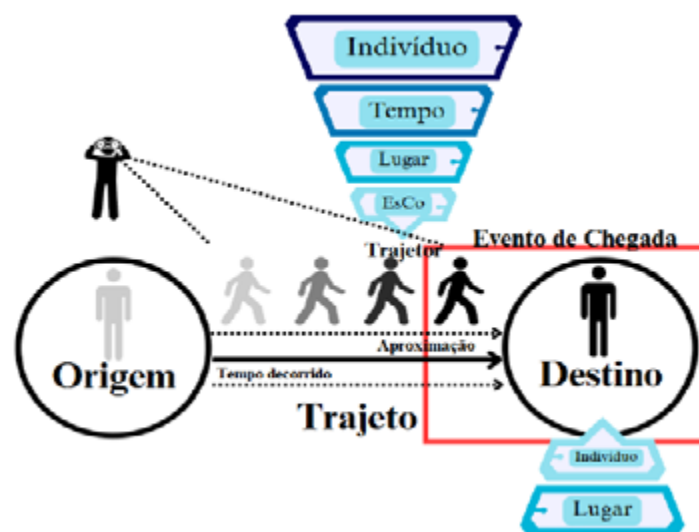
articula ao fato de que, em contextos de narração, os falantes tendem a organizar o relato por meio de tempos pretéritos (90/130); em seguida, pelo presente (24/130); e, mais raramente, por formas de futuro (5/130).

Perfilamentos do Esquema Imagético de Trajetória

A microconstrução $[[CHEGAR]+[SUJEITO]_{FOCALIZAÇÃO/APRESENTAÇÃO}]$ é acionada pelo $EI_{ORIGEM-TRAJETO-DESTINO}$. Isto é, o falante condensa experiências anteriormente presenciadas em esquemas mais simples, que acionam determinadas construções.

A Figura 2 representa o EI depreendido de MicroCx de focalização/apresentação com sujeito pós-verbal a *chegar*. O EI correspondente permite certa diversidade nos tipos semânticos de Trajetor, abrangendo Indivíduo, Tempo, Lugar e EsCo, e, como Destino, Lugar e Indivíduo. Nessa configuração, o esquema perfila pontos como a Aproximação, que culmina em um Destino, configurando-o em um evento de chegada.

Figura 2. Esquema Imagético de Trajetória e as Microconstruções de focalização/apresentação



Fonte: Araújo (2025, p. 107)

A MicroCx $[[CHEGAR]+[SUJEITO]_{FOCALIZAÇÃO/APRESENTAÇÃO}]$ perfila de modo diferenciado os pontos, a depender da natureza do Trajetor e do conteúdo semânticopragmático, da construção. As ocorrências em (122) e (123) ilustram duas configurações distintas: uma que envolve a conceptualização de Trajetor abstrato, expresso como Tempo, e outra que conceptualiza um deslocamento físico e concreto de um Trajetor expresso sintaticamente como Indivíduo. Percebemos que o significado da construção corresponde a partes distintas desse Esquema Imagético. A “hora”, em (10), e “as mesas de computadores”, em (11), percorrem um trajeto até um destino.

- (10) **chegô(u) uma hora** que a gente num queria mais fazê(r) refeição... nos restaurante enjoô(u) a gente cansô(u) [BDI-AC124;DE:L.115-118]
- (11) éh:: **chegaram as mesas de computado::res... as carte::(i)ras... as cade(i)ras...** e agora só tá faltando os computadores que ainda num chegô(u).. [BDI-AC88;DE:L.436-446]

Em (10), *chegar*, na MicroCx, é uma extensão metafórica usada para descrever o alcance de um ponto no tempo – “uma hora” – que representa o momento em que a vontade de continuar indo a restaurantes se esgota. Trata-se de uma construção com os seguintes perfilamentos:

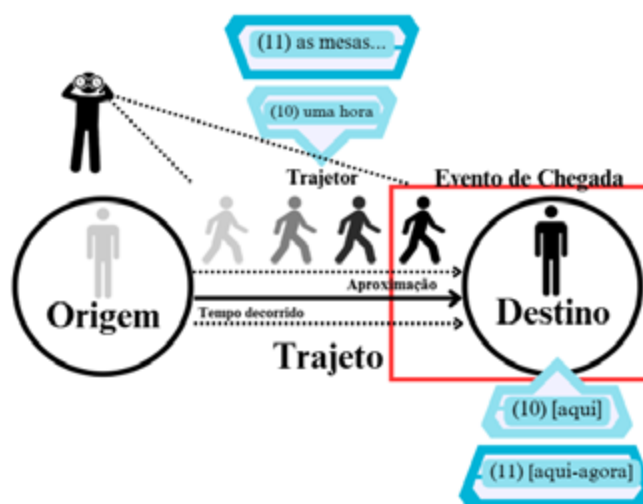
- i. TRAJETOR: a expressão temporal “uma hora”, posicionada pós-verbalmente, que atua como um marco temporal alcançado; TRAJETO: conceitualmente construído como uma repetição de experiências (ir aos restaurantes) que leva ao esgotamento;
- ii. DESTINO: o estado final de cansaço ou saturação experienciado;
- iii. ORIGEM: implícita, corresponde ao início da experiência recorrente;
- iv. PERSPECTIVIZADOR: o falante, que relata a vivência temporal sob seu ponto de vista.

Em (11), *chegar* é usado na MicroCx com sentido mais concreto e espacial, indicando o deslocamento físico de objetos até o local de destino. A construção perfila:

- i. TRAJETOR: “as mesas de computadores, as carteiras, as cadeiras”, que, como pertencentes à entidade Indivíduo, referem elementos concretos e ocorrem pospostos ao verbo;
- ii. DESTINO: inferido como o local em que se encontram os interlocutores (a escola), com apoio na *dêixis* situacional;
- iii. ORIGEM: não codificada linguisticamente, mas pressuposta como o local anterior de onde os objetos foram enviados;
- iv. TRAJETO: inferido conceitualmente como deslocamento espacial entre a Origem e o Destino;
- v. PERSPECTIVIZADOR: o falante, que atualiza discursivamente o ponto de chegada dos objetos em seu próprio espaço de fala.

Ilustramos, na figura abaixo, as partes perfiladas do EI na MicroCx de focalização/apresentação:

Figura 3. Exemplos de MicroCx de focalização/apresentação e a conceptualização do Esquema Imagético de Trajetória



Fonte: Araújo (2025, p. 9)

O sentido da microconstrução aciona as partes destacadas no “Evento de chegada”. Dessa forma, o Trajetor (“uma hora” e “as mesas”) – que pode ser concreto ou abstratizado – é focalizado e introduzido como novo no discurso. O trajetor ingressa em um Destino (o aqui-agora, do perspectivizador) – que pode ser explícito ou implícito (mas de ciência dos interlocutores). Na Figura 3, as partes do Ei são perfiladas, na MicroCx, em (10) como evento de chegada abstrato e temporal, marcado pelo esgotamento de uma sequência experiencial; e em (11), como evento de chegada concreto e espacial, no qual o Trajetor é fisicamente deslocado até um local compartilhado pelos interlocutores. Ainda que as duas construções apresentem Trajetor posposto e focalizado, o significado emergente, em (10), focaliza o processo que culmina em uma mudança de estado, e, em (11), a materialização da chegada de um indivíduo no espaço referenciado.

Considerações finais

A análise da microconstrução [[CHEGAR]+[SUJEITO]^{FOCALIZAÇÃO/ APRESENTAÇÃO}] no português brasileiro falado revelou uma especialização dessa construção na focalização e apresentação de referentes novos no discurso, o que confirma a hipótese levantada. Esses referentes, em sua maioria, são Indivíduos com o traço semântico [+humano]. Além disso, vimos que essa construção ocorre com maior frequência em Gêneros Discursivos Narrativos, especialmente em Narrativas de Experiência e Narrativas Recontadas. Nesse contexto, o verbo “chegar” é predominantemente flexionado nos tempos pretéritos, refletindo a natureza temporal das narrações.

Sob a perspectiva do Esquema Imagético de Trajetória (ORIGEM-TRAJETO-DESTINO), mostramos o correlato conceptual dessa construção. Quando ocorre, partes do Esquema Imagético são acionadas, possibilitando, por meio da construção, a codificação do Evento de chegada. Assim, com esta pesquisa, buscamos contribuir tanto para a descrição de construções com Sujeito posposto, no PB, quanto para o aprofundamento teórico dos Esquemas Imagéticos.

Referências

ARAÚJO, F. R. de. *Construções com o verbo “chegar” no português: uma análise cognitivo-funcional*. 2025. 129 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista (Unesp), São José do Rio Preto, 2025.

BARLOW, M.; KEMMER, S. *Usage-based models of language*. Stanford, CA: CSLI Publications, 2000.

BERLINCK, R.A. Nem tudo que é posposto é novo: estatuto informacional do SN e posição do sujeito em Português. *Alfa*, São Paulo, 1997.

BYBEE, J. L. *Frequency of use and the organization of language*. Oxford University Press, 2007.

BYBEE, J. L. *Língua, Uso e Cognição*. São Paulo: Cortez, 2016.

CASTILHO, A. T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. 1. ed., 3ª reimp. São Paulo: Contexto, 2012.

DIESSEL, H. *The construction: Taxonomies and Networks*. Cambridge: Cambridge University Press, 2023.

DIK, S. *The theory of functional grammar*. New York: Mouton de Gruyter, 1997.

FREITAS JUNIOR, R.; NASCIMENTO, J. P.; MARQUES, P. M.; ALBERNAZ, I. M. G. Discutindo níveis de generalização na gramática de construções baseada no uso: a rede construcional [(x) chegar sn]foc no PB. *Gragoatá*, Niterói, v. 27, n. 58, p. 20-51, maio/ago. 2022.

GONÇALVES, S. C. L. G. Banco de dados Iboruna: amostras eletrônicas do português falado no interior paulista. 2007. Disponível em: <http://www.alip.ibilce.unesp.br>. Acesso em: 03 fev. 2026.

JOHNSON, M. *The body in the mind: the bodily basis of meaning, imagination, and reason*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

LANGACKER, R. W. *Cognitive grammar: a basic introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

LYONS, J. *Semantics* (Vol. 1). Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MATEUS, M. H. M. *Gramática de Português Europeu*. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.

OAKLEY, T. Image Schemas. In: GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. *The Oxford handbook of Cognitive Linguistics*. New York: Oxford University Press, 2007. p. 214-235.

PEZATTI, E. G. Ordenação de constituintes em construções categórica, tética e apresentativa. *DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, [S. l.], v. 28, n. 2, 2014.

TALMY, L. *Toward a cognitive semantics*. Vol. 1, Concept structuring systems. Cambridge, MA: MIT Press, 2000.

TRAUGOTT, E. C; TROUSDALE, G. *Construcionalização e mudanças construcionais*. Petrópolis: Vozes, 2021.

VOTRE, S., NARO, A. Emergência da sintaxe como um efeito discursivo. *Relatório final do Projeto Subsídios Sociolinguísticos do Projeto Censo à Educação*. Rio de Janeiro, 1986. p. 454-481.

ZLATEV, J. Spatial Semantics. In: GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. New York: Oxford University Press, 2007. p. 318-350.

“O samba é do povo, que sofre, que sabe o que é a fome”: o que a memória discursiva nos diz sobre?

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v54i3.3859>

Debora Helen de Oliveira¹

Resumo

Este artigo propõe uma análise discursiva do enunciado “O samba é do povo, que sofre, que sabe o que é a fome”, proferido por Beth Carvalho em 2016. A partir da Análise de Discurso de linha francesa, especialmente dos conceitos de Michel Pêcheux, examino como a memória discursiva articula histórica e simbolicamente o samba ao sujeito coletivo chamado “povo”. Ao problematizar os sentidos que emergem dessa designação, busco compreender como o enunciado reinscreve experiências de sofrimento, privação e fome como constitutivas dessa identidade. Assim, discuto como o samba funciona como prática discursiva capaz de dar visibilidade a vivências socialmente marginalizadas e de produzir efeitos de sentido que atravessam tanto o imaginário social quanto as relações de desigualdade que o sustentam.

Palavras-chave: samba; povo; memória discursiva; Análise de Discurso.

¹ Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil; deborahelen.oliveira@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0002-3396-8523>

Samba belongs to the people, who suffer, who know what hunger is": What does discursive memory tells us?

Abstract

This article offers a discourse-analytic reading of the statement "Samba belongs to the people, who suffer, who know what hunger is," uttered by Beth Carvalho in 2016. Drawing on the French tradition of Discourse Analysis, particularly on Michel Pêcheux's theoretical framework, I examine how discursive memory historically and symbolically links samba to the collective subject designated as "the people." By problematizing the meanings that emerge from this designation, I aim to understand how the statement reinscribes experiences of suffering, deprivation, and hunger as constitutive of this identity. In this sense, I discuss how samba functions as a discursive practice that renders socially marginalized experiences visible and produces effects of meaning that shape both the social imaginary and the structural inequalities that sustain it.

Keywords: Samba; People; Discursive Memory; Discourse Analysis.

Introdução

Os sentidos de "povo" se deslizam em diversas produções de significação que vão além do simples rótulo de quem sofre ou luta. Como Eni Orlandi (2004) nos lembra, não existe sentido sem interpretação, e essa interpretação varia conforme as condições de produção. Quando Giorgio Agamben (2014) destaca que o termo "povo" nas línguas europeias modernas frequentemente se refere também aos excluídos e aos marginalizados, somos levados a questionar: quem realmente define quem é o povo? Na luta de classes proposta por Marx, a complexidade dessa definição se intensifica, revelando uma luta de classe (que é política), uma fratura que nos obriga a olhar para as contradições dentro desse coletivo. O que vemos, então, é um mosaico em que os que sedizem "povo" não compartilham apenas experiências de luta, mas também uma rica tapeçaria de identidades, que desafiam a noção de um povo homogêneo.

Ao refletirmos sobre a afirmação "*O samba é do povo, que sofre, que sabe o que é a fome*",² deparamos com sentidos que ressoam profundamente com a memória coletiva, mas

2 A cantora Beth Carvalho, em entrevista ao *El País* três dias após a condução coercitiva do ex- presidente Lula pela Polícia Federal, compartilhou suas preocupações com a situação política no Brasil, especialmente em relação ao samba e à cultura popular. Ela criticou o desprezo que o samba enfrentou nas gravadoras e celebrou a evolução do gênero ao longo de sua carreira de 51 anos. Carvalho também abordou questões de machismo na música, a nova geração de artistas e a despolitização das escolas de samba. Em uma perspectiva crítica, ela mencionou a influência da CIA na cultura brasileira e expressou apoio à luta por justiça social. A entrevista ocorreu em seu apartamento na Zona Sul do Rio de Janeiro, no dia 19 de março de 2016. Neste artigo, deixaremos a análise completa da reportagem e da entrevista para um próximo trabalho, focando apenas no enunciado "O samba é do povo, que sofre, que sabe o que é a fome".

que também provocam controvérsias. Jacques Rancière (1996) aponta que a classe dominante ignora a parte que lhe cabe nas relações sociais, perpetuando uma exclusão que afeta aqueles que não se reconhecem como povo. Essa ideia levanta questões inquietantes: quem é, de fato, o povo que “sabe” da fome? São apenas os pobres, ou também aqueles que, mesmo sem vivenciar a miséria, contribuem para a rica cultura do samba? O samba, ao se autodenominar a voz do povo, abre espaço para uma reflexão crítica sobre a representação e, até mesmo, a apropriação cultural.

Nesse sentido, a Análise de Discurso materialista nos convoca a considerar que o enunciado sobre o “povo” não se reduz a uma descrição sociológica, mas se constitui como efeito das condições históricas de produção que o atravessam. O termo opera como um lugar de disputas ideológicas, em que diferentes formações discursivas tentam estabilizar sentidos que, por natureza, são instáveis. Assim, o “povo que sofre” não é simplesmente aquele que vivencia a fome, mas um sujeito constituído discursivamente a partir de memórias e esquecimentos, inclusões e exclusões, que determinam quem pode ser reconhecido como legítimo portador dessa voz coletiva. O samba, ao articular esse sujeito, reinscreve uma posição social marcada pela contradição: ele convoca tanto uma identidade de resistência quanto uma identidade produzida pela própria lógica da desigualdade.

Ao observarmos a circulação desse enunciado no espaço social, compreende-se que ele participa de um jogo político de visibilidade e invisibilidade, nos termos de Rancière. Aqueles que são identificados como “o povo” aparecem como sujeitos de um sofrimento que lhes confere autoridade discursiva, mas essa visibilidade pode, paradoxalmente, fixar imagens que reduzem a complexidade das experiências vividas. A AD materialista mostra que o discurso não apenas diz sobre realidades sociais, mas as produz, e é justamente nesse processo de produção que o “povo do samba” pode ser capturado por discursos hegemônicos que romantizam a pobreza ou transformam o sofrimento em mercadoria cultural. Tal captura reforça as desigualdades que o próprio samba, em sua origem, buscou denunciar.

Por fim, ao compreendermos o samba como prática discursiva atravessada pelo interdiscurso, percebemos que sua força política não reside apenas na denúncia das condições materiais da vida popular, mas também na possibilidade de deslocar sentidos que tentam fixar o povo em uma posição única. A polissemia³ do termo, longe de ser um problema, constitui-se como espaço de disputa onde diferentes sujeitos, práticas e memórias se encontram e se confrontam. Assim, o samba pode tanto reproduzir a lógica dominante quanto instaurar rupturas que desestabilizam a ordem dos discursos,

3 A polissemia refere-se aos múltiplos movimentos de sentido que atravessam um mesmo objeto simbólico. Na Análise de Discurso, ela se articula ao múltiplo, ao jogo entre o um e o outro, entre o parafrástico e o polissêmico, entre o singular e o plural. Esses termos não são pensados como oposições nem como pares dicotômicos, pois não existe uma fronteira rígida que os separe. Pelo contrário, tratam-se de processos constitutivos da própria linguagem, coexistindo e se produzindo mutuamente no funcionamento discursivo.

criando brechas para novas formas de subjetivação política. É nesse tensionamento que se inscreve a pergunta fundamental: quem tem o direito de falar como povo, e quem se beneficia ao definir esse lugar?

O enunciado “O samba é do povo, que sofre, que sabe o que é a fome” produz uma ambivalência que merece reflexão. Sugere-se que a dor e a luta são características exclusivas de um povo que, historicamente, tem sido marginalizado. Mas será que essa visão é suficiente para abarcar a totalidade da experiência que o samba representa? Cada nota, cada verso, é um eco das lutas e das vozes silenciadas, mas também questiona uma multiplicidade de identidades que compõem a cultura do samba. Ao nos depararmos com essa afirmação, somos convidados a questionar: quem, de fato, é esse povo que “sabe” da fome?

Nesse ponto, a Análise de Discurso materialista permite compreender que a construção discursiva do “povo” não é natural nem neutra, mas resultado de disputas ideológicas que buscam estabilizar sentidos em um terreno essencialmente instável. O enunciado sobre o samba, ao associá-lo à fome e ao sofrimento, reinscreve uma memória discursiva que legitima determinadas posições-sujeito e silencia outras. A palavra “povo” opera como um significante flutuante, cuja historicidade carrega marcas de desigualdade e resistência, mas cuja circulação também pode cristalizar imaginários que reduzem a complexidade social. Assim, o discurso que vincula o samba ao sofrimento não apenas descreve uma realidade, mas produz um efeito de verdade que condiciona quem pode, ou deve ser reconhecido como sujeito legítimo do samba.

Além disso, quando esse discurso circula nas práticas sociais, ele participa de um processo mais amplo de gestão simbólica do sofrimento, onde certas narrativas são valorizadas enquanto outras são apagadas. A AD materialista nos lembra que não há discurso sem ideologia, e que a ideologia funciona justamente ao naturalizar posições sociais marcadas por relações de poder. Ao afirmar que o samba é do povo que “sabe o que é a fome”, o enunciado pode reforçar uma lógica de exotização e romantização da pobreza, transformando o sofrimento em elemento de autenticidade cultural. Nesse movimento, o povo é simultaneamente elevado como guardião de uma tradição e mantido em um lugar de subalternidade, uma posição que serve tanto à indústria cultural quanto ao imaginário dominante que consome o samba como símbolo, mas ignora as condições materiais de quem o produz.

Por fim, ao interrogarmos quem tem autoridade para definir o que significa “ser o povo”, torna-se evidente que essa definição nunca é inocente: ela envolve a disputa por legitimidade discursiva, pelo direito de falar e de ser ouvido. A partir de uma perspectiva discursiva, torna-se necessário compreender como o discurso sobre o povo opera como estratégia de delimitação, um modo de regular quais corpos, quais vozes e quais experiências são autorizadas a ocupar o espaço simbólico do samba. A AD materialista



nos oferece, então, uma chave para perceber que o povo, longe de ser uma entidade homogênea, é uma construção discursiva atravessada por contradições, desigualdades e resistências. Em vez de aceitar o enunciado como mera constatação, cabe indagar como ele participa da manutenção de uma ordem social que se sustenta na exclusão, e como o próprio samba pode, paradoxalmente, funcionar tanto como instrumento dessa ordem quanto como ferramenta de sua subversão.

E, mais importante, o que isso nos diz sobre a construção de uma identidade que, frequentemente, é moldada pela dor e pela exclusão? A ideia de um povo homogêneo que partilha a experiência do sofrimento pode servir a um propósito fundamentalmente político, mas não nos permite perceber a multiplicidade de vozes que compõem essa narrativa. Nesse sentido, será que estamos realmente ouvindo as histórias que vão além do estereótipo da pobreza, ou estamos perpetuando uma imagem que reduz a complexidade da experiência humana a uma mera representação do sofrimento?

É certo que, historicamente, o povo tem sido definido não apenas pela fome, mas pela marginalização que o empurra para as sombras da sociedade. Essa marginalização não é apenas econômica; ela é ideológica, impregnada em nossa cultura e em nossas instituições, perpetuando uma visão de mundo que desumaniza aqueles que são considerados “outros”. Assim, a questão que se coloca é: quem decide o que significar parte desse “povo”? É uma classificação que, em última análise, determina as relações de poder e opressão, onde a fome não é apenas uma condição de vida, mas uma ferramenta de controle social, moldando identidades de maneira que favorece a manutenção de um sistema desigual.

Neste jogo complexo de identidades, a luta pela representação se torna um campo de batalha. Ao falarmos de um povo que sofre, estamos, por acaso, subestimando a riqueza de suas vivências? Ou, ao contrário, estamos capturando apenas uma fração da realidade que merece ser revelada? O samba, enquanto expressão cultural, desafia essa noção simplista, propondo um diálogo onde cada batida e cada verso clamam por reconhecimento e inclusão. Assim, ao explorarmos essa ideia de povo, somos convocados a questionar não apenas as narrativas dominantes, mas também a nossa própria posição nesse emaranhado de desigualdades.

A delimitação do “povo” como categoria identitária revela um processo contínuo de disputa simbólica. Em vez de representar um coletivo homogêneo, essa palavra abriga múltiplas histórias, desigualdades e projetos políticos. Ao enquadrar o povo como aquele que sofre, cristaliza-se uma imagem que, apesar de verdadeira em muitos contextos, reduz a complexidade da experiência social a uma narrativa única, que nem sempre contempla os deslocamentos, as contradições e as resistências que atravessam esse sujeito coletivo. O risco, então, é transformar uma experiência histórica em essência, como se a identidade popular estivesse irremediavelmente atrelada à privação.

Essa simplificação se intensifica quando práticas culturais como o samba são utilizadas para legitimar determinadas representações sobre quem pertence, ou não, ao povo. A consagração do samba como “voz dos que sofrem” pode funcionar tanto como reconhecimento quanto como aprisionamento, criando um imaginário que associa autenticidade à miséria e legitimidade à dor. Nessa lógica, o sofrimento passa a operar como critério de pertencimento, ao mesmo tempo em que exclui experiências populares que não se enquadram nessa moldura narrativa. Assim, o samba pode ser interpretado como território de disputa, onde diferentes grupos tentam impor sentidos que validam suas próprias posições sociais.

Ao deslocarmos o olhar para as relações de poder que sustentam essa produção de sentidos, torna-se evidente que a categoria “povo” cumpre uma função estratégica: ela organiza percepções sociais, orienta políticas e define quem pode ocupar o espaço da enunciação. A fome, real, simbólica ou historicamente herdada, torna-se elemento que demarca fronteiras entre aqueles que são vistos como legítimos representantes da cultura popular e aqueles que apenas transitam por ela. Nesse processo, não é apenas a experiência da marginalização que está em jogo, mas a forma como essa experiência é mobilizada ideologicamente para manter uma ordem que administra diferenças, regula identidades e distribui reconhecimento de forma desigual. Questionar essas operações significa abrir fissuras no discurso dominante e possibilitar outras formas de dizer, e de existir como povo.

O que a memória discursiva nos diz sobre o samba?

O samba, ao longo de sua suposta evolução, abrangeu uma diversidade de temas que dizem sobre a “realidade” do povo, como louvação, mortalidade, pobreza, crítica social, amor e cotidiano. No entanto, o presente artigo não se propõe a explorar a memória discursiva de cada um desses tópicos, dada a sua complexidade. Em vez disso, o foco recai sobre a intersecção entre o intradiscurso⁴ e o interdiscurso⁵ – ou seja, a memória – no que diz respeito ao sofrimento produzido no samba. Portanto, questionamos: como os sentidos de sofrimento se inscrevem nas narrativas desse gêneromusical, especialmente se considerarmos a afirmativa de que “o samba é do povo, que sofre, que sabe o que é a fome”?

4 Para Pêcheux, podemos entender o conceito intradiscurso como: “o funcionamento do discurso com relação a si mesmo (o que eu digo agora, com relação ao que eu disse antes e ao que eu direi depois; portanto, o conjunto de fenômenos de ‘co-referência’ que garantem aquilo que se pode chamar o ‘fio do discurso’, enquanto discurso de um sujeito” (Pêcheux, 1975/2014, p. 151, aspas do autor).

5 Em relação ao Interdiscurso, o autor afirma que: o interdiscurso, longe de ser efeito integrador da discursividade, torna-se desde então seu princípio de funcionamento: é porque os elementos da sequência textual, funcionando em uma formação discursiva dada, podem ser importados (metaforizados) de uma sequência pertencente a uma outra formação discursiva que as referências discursivas podem se construir e deslocar historicamente (Pêcheux, 2011, p. 158).



No contexto da relação entre o samba e o sofrimento, é essencial reconhecer que, ao expressar suas dores nas letras, o sambista frequentemente não se dá conta de que esse sofrimento é resultado de um contexto histórico e social mais complexo, que não é completamente acessível a ele. Essa situação pode ser comparada à imagem de alguém diante de uma grande árvore, incapaz de ver sua copa, semelhante ao conto do pé de feijão. Conforme Courtine (1999), “o enunciável é exterior ao sujeito enunciator”, indicando que a voz que ressoa nas letras do samba não é exclusiva de quem a canta.

Nessa perspectiva, o sofrimento que aparece no samba não pode ser compreendido como mera expressão individual, mas como resultado de um entrelaçamento de discursos que antecedem e ultrapassam o sujeito sambista. As narrativas de dor presentes nas letras são, antes de tudo, atravessadas pelo interdiscurso, aquilo que já foi dito, pensado e sedimentado historicamente sobre o “povo” e sua relação com a miséria. Assim, quando o sambista canta a fome, ele se inscreve em uma cadeia de sentidos que o precede, atualizando memórias sociais marcadas pela desigualdade. Esse processo evidencia que a dor não é apenas tematizada no samba; ela é reinscrita, reafirmada e, muitas vezes, legitimada como parte constitutiva da identidade popular.

Por outro lado, a própria contradição que atravessa o samba, entre denúncia e reprodução, abre espaço para pensar o gênero musical como lugar de disputa simbólica. Se o enunciável é exterior ao sujeito, como propõe Courtine, isso significa que o sambista não controla totalmente os sentidos que produz, mas também que esses sentidos podem ser deslocados, tensionados ou reconfigurados. O samba, então, atua como campo em que diferentes memórias discursivas se confrontam: a memória que associa o povo ao sofrimento e a memória que reivindica a potência criativa, política e transformadora desse mesmo povo. Nesse jogo, torna-se possível imaginar o samba não apenas como expressão da dor, mas como força capaz de desestabilizar a lógica que a naturaliza, abrindo espaço para novas formas de significar o que é viver, e resistir como povo.

Ao mesmo tempo, essa reinscrição produz efeitos políticos que merecem atenção. Quando o sofrimento se torna eixo central da representação do povo no samba, corre-se o risco de transformar a dor em um elemento de reconhecimento cultural, naturalizando as estruturas que a produzem. A estetização da miséria, ainda que não seja intencional, pode funcionar como dispositivo ideológico que estabiliza a percepção de que o povo “é assim”, condenando-o a ocupar permanentemente o lugar da carência. Nesse sentido, o samba não apenas retrata a realidade, mas participa da constituição de um imaginário no qual o sofrimento se torna marca identitária, dificultando a emergência de narrativas que subvertam essa lógica e reivindiquem outras formas de existência.

Nessa lógica, a repetição discursiva do sofrimento no samba pode ser entendida como parte de um movimento mais amplo de produção e circulação de sentidos que atravessam a memória social. O que se apresenta como “experiência individual” do sambista é, na



verdade, efeito de formações discursivas que organizam o que pode ser dito sobre o povo e como esse povo deve aparecer na cena simbólica. Há, portanto, uma economia política do dizer que distribui lugares de fala e expectativa de sentidos: ao povo, cabe a dor; a alegria, quando aparece, é frequentemente representada como alívio momentâneo ou fuga provisória. Essa distribuição não é neutra: ela reforça posições sociais marcadas pela desigualdade e limita os modos possíveis de subjetivação.

Por isso, o sofrimento no samba opera também como um aparato de inteligibilidade social: ele torna legível uma determinada imagem do povo, vinculada à luta pela sobrevivência, à precariedade e às perdas afetivas. Esse enquadramento, contudo, dificilmente permite que outras dimensões da vida popular, invenção, agência política, conflito, dissenso, insubordinação, ocupem o centro do discurso. Ao privilegiar narrativas de dor, o imaginário hegemônico do samba se aproxima de uma lógica histórica que associa autenticidade cultural à vulnerabilidade. Essa autenticidade, porém, é produzida e consumida dentro de um sistema que beneficia-se da manutenção dessas mesmas condições de vida que afirma representar. Assim, a estética do sofrimento torna-se também uma forma de regulação social.

Assim, ao mencionar o sofrimento, o sambista não apenas se insere em um ciclo de repetição, mas também evoca uma voz já existente, esquecendo-se de que não é o autor dessa narrativa. Courtine (1999) enfatiza que, nesse interdiscurso, o sujeito não ocupa um espaço identificável, mas ecoa uma voz sem nome. Dessa forma, o sofrimento no samba reafirma a ideia de que essa música é do povo que luta contra a fome e enfrenta as adversidades cotidianas, incluindo desilusões amorosas. O sofrimento, portanto, emerge como uma marca identitária, intrinsecamente ligada à vivência daqueles que compõem e apreciam esse gênero.

Entretanto, é justamente na tensão entre repetição e deslocamento que reside o potencial crítico do samba. Ao ecoar uma voz sem nome, o sambista reinscreve sentidos que não domina, mas também abre brechas para que esses sentidos sejam tensionados e ressignificados. A contradição, elemento central no materialismo, é constitutiva do próprio funcionamento discursivo: o samba denuncia a fome ao mesmo tempo em que pode ser apropriado por estruturas que lucram com sua imagem; ele reproduz uma identidade marcada pela dor, mas também oferece condições para a emergência de outras formas de existência coletiva. Nessa ambivalência, o samba revela sua força política: não porque expressa uma verdade sobre o povo, mas porque expõe as disputas que atravessam os modos de construir essa verdade e indica que o sofrimento, longe de ser destino, é campo de luta simbólica.

Ainda sob a perspectiva de Courtine (1999), a citação e a reinterpretação de discursos anteriores conferem aos elementos do discurso uma estabilidade no domínio da memória, criando um espaço de recorrência. É crucial, nesse contexto, articular a memória

à narratividade, entendida como “o modo como a memória se expressa” (Orlandi, 2013). Além disso, devemos considerar que “a língua é a materialidade do discurso” (Orlandi, 2011), o que nos leva a perceber a presença de uma linguagem específica na construção do sujeito sambista, que ocupa uma posição no discurso.

Nesse sentido, ao observarmos os lexemas “povo” e “sofre”, percebemos que eles não operam como simples unidades lexicais, mas como marcas discursivas carregadas de historicidade, que se estabilizam, ainda que provisoriamente, no espaço da memória social. A recorrência dessas palavras nas narrativas do samba evidencia um funcionamento que não é apenas semântico, mas profundamente ideológico: o “povo” aparece reiteradamente vinculado ao sofrimento, e esse vínculo se naturaliza a ponto de parecer inerente à própria definição de povo. Trata-se de um processo que transforma o sofrimento em atributo identitário, consolidando um efeito de evidência que mascara sua construção histórica. Dessa forma, o samba não apenas mobiliza essas palavras; ele as reinscreve em uma cadeia de sentidos que antecede o sujeito e o interpela a ocupar o lugar daquele que sofre.

A articulação entre memória e narratividade torna ainda mais visível o modo como essas palavras funcionam discursivamente. Quando o lexema “povo” aparece nas letras, ele convoca uma memória que associa esse sujeito coletivo à desigualdade, à fome, à resistência cotidiana. Já o lexema “sofre” reforça e atualiza essa posição, delineando um campo de possíveis onde o povo é sempre aquele marcado pela falta, pela violência e pela precariedade. A narratividade do samba, enquanto forma de expressão da memória, organiza esses sentidos em histórias que se repetem, mas que se apresentam como novas a cada enunciação, dando ao discurso a aparência de espontaneidade. Entretanto, essa espontaneidade é resultado de condições históricas e ideológicas que determinam o que pode ser dito sobre o povo, e como, no espaço simbólico do samba.

Para compreender essa dinâmica, revisitar os estudos de Payer se torna relevante, pois ela analisa a memória da língua do imigrante italiano e sua influência no discurso contemporâneo dos brasileiros que descendem dessa história de imigração. Payer propõe uma visão de memória que é viva e dinâmica, emergindo na interseção entre tempo e espaço. Para ela (2006), o foco não deve ser unicamente um direito formal, mas sim o valor que esses elementos conferem à formação histórico-política do sujeito, que, como cidadão, expressa práticas históricas por meio da linguagem.

Essas observações encontram ressonância no que Payer propõe ao pensar a memória como atravessamento temporal e espacial: a memória do povo que sofre não é apenas lembrada, mas atualizada no ato de narrar. Assim como a língua dos descendentes de imigrantes italianos carrega marcas de uma história que não se encerra, a linguagem sambista carrega os vestígios da formação sócio-política do Brasil, atualizando-os na materialidade lexical. O par discursivo “povo/sofre” constitui, portanto, um núcleo de

significação que mantém vivo um passado de exploração e marginalização, ao mesmo tempo em que reproduz, no presente, as condições de inteligibilidade desse sujeito coletivo. Esse movimento não é inocente: ele revela como o discurso participa da perpetuação de posições sociais e de identidades marcadas pela dor, ao mesmo tempo em que pode fornecer brechas para que esses sentidos sejam tensionados, deslocados e ressignificados dentro das práticas culturais.

É preciso pensar na intersecção entre intradiscurso e interdiscurso que há no samba, como algo que não se limita à mera repetição de um discurso anterior; ela expõe uma tensão constante entre o que é dito agora e o que já foi dito, entre a voz do sambista e as vozes que ressoam por meio dele. Nesse sentido, o samba não é apenas uma expressão pessoal de sofrimento, mas um espaço em que o sujeito se inscreve em um ciclo discursivo mais amplo. Ao mencionar a fome, a luta e as decepções, o sambista diz sobre um passado que não é só dele, mas do “povo”, e é justamente nesse ponto que a análise discursiva se intensifica, pois ao se deparar com o sofrimento, o sujeito não controla inteiramente o sentido que produz, já que ele se vê atravessado por enunciados anteriores, significando, por muitas vezes, uma certa voz coletiva, o que Pêcheux (1975/2014) chama de intradiscurso – esse fio que costura o que é dito com o que será dito – se desdobra como um ato de reafirmação e uma tentativa de continuidade.

No entanto, não é apenas a co-referência que mantém esse fio do discurso, pois o interdiscurso, como Pêcheux (2011) nos lembra, é o verdadeiro princípio de funcionamento da discursividade. O que parece ser uma mera repetição do sofrimento, na verdade, se desloca, se transforma, conforme esse sofrimento é articulado em outros discursos. Quando o sambista fala da fome, ele está, simultaneamente, atualizando e deslocando esse discurso para novos horizontes. O sofrimento é constantemente reconfigurado, pois o interdiscurso permite que ele se construa não apenas a partir de uma experiência vivida, mas da memória de lutas anteriores, de vozes que ecoam através do tempo e espaço. Assim, o que parece ser uma simples canção de dor é, na verdade, um campo de disputas discursivas, em que o sentido de “povo que sofre” se ressignifica a cada nova enunciação, criando novas fraturas e reatualizando velhas feridas.

Essa dinâmica nos obriga a olhar para o samba não apenas como um lugar de repetição, mas como um palco onde as contradições discursivas se intensificam. O que é dito no presente, enquanto intradiscurso, remete a um passado que não cessa de retornar, mas que nunca é idêntico a si mesmo. O sambista, então, é atravessado por uma memória discursiva que, longe de ser estática, opera em uma tensão constante entre a reafirmação de identidades e a subversão de sentidos. Ao expressar seu sofrimento, o sambista não apenas se posiciona no presente, mas reconfigura o sentido do que significa “ser povo”. É nessa fratura entre o que é dito e o que ressoa que encontramos a complexidade discursiva do samba: uma luta contínua pela construção de identidades que, ao mesmo tempo em que significam o passado, jamais deixam de se reinventar no presente.

Nessa mesma direção, uma análise de discurso materialista exige compreender que o modo como o samba articula seu universo de sentidos não se separa das condições históricas e ideológicas que o atravessam. Os sentidos mobilizados nas canções, com destaque para termos como *povo* e *sofre*, atua na constituição de posições-sujeito específicas, sempre vinculadas a memórias discursivas que antecedem o enunciador. O termo *povo*, por exemplo, circula na história brasileira como um significante ambivalente: exaltado como portador de autenticidade cultural e, ao mesmo tempo, associado a condições de marginalização e privação. Já *sofre* ultrapassa a dimensão afetiva ou individual e inscreve o sujeito em uma experiência socialmente determinada, frequentemente naturalizada no imaginário nacional. Quando esses significantes se articulam no samba, produzem efeitos de sentido que não se limitam a retratar uma realidade, mas ajudam a estabilizar, ou tensionar lugares políticos e identitários atribuídos àqueles que são nomeados por eles.

Por fim, Orlandi (2003) sugere que devemos “trabalhar o sentido” não como algo isolado, mas como uma “relação a”. Diante dessa perspectiva, surge a indagação: como a memória se manifesta em relação ao sofrimento, especialmente quando consideramos que “o samba é do povo, que sofre, que sabe o que é a fome”? Essa será a questão central a ser explorada na análise subsequente, que aborda a relação entre sofrimento, identidade e narratividade no enunciado proposto.

Gesto de análise

A análise discursiva proposta, fundamentada nos pensamentos de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, traz à tona uma complexidade intrigante no enunciado “O samba é do povo, que sofre, que sabe o que é a fome”, considerando aspectos do funcionamento sintático-linguístico e as relações sociais que o permeiam. A estrutura do enunciado apresenta um sentido que parece simples e evidente, mas produz efeitos profundos. O sujeito “o povo” é definido, enquanto as orações subordinadas “que sofre” e “que sabe o que é a fome” parecem qualificar essa identidade, revelando uma conexão com a dor e a pobreza que desafiam a superficialidade da enunciação. Isso sugere uma vivência histórica, uma luta constante que não se limita ao presente, mas evoca um passado que ecoa nas vozes do samba. Assim, o samba, então, parece ser menos uma expressão individual e mais uma construção coletiva, onde a dor e a luta por reconhecimento se entrelaçam, evocando a identidade do povo.

A articulação entre *povo* e *sofre* revela não apenas uma relação gramatical ou semântica, mas um dispositivo discursivo que estabiliza determinadas posições-sujeito no interior da formação social brasileira. Esses lexemas, quando aproximados, ativam uma memória discursiva que associa de maneira quase automática a identidade coletiva à privação, à vulnerabilidade e à desigualdade estrutural. O enunciado “o povo que sofre” não emerge como descrição neutra, mas como efeito de processos históricos nos quais o sofrimento

se converteu em traço identitário, naturalizado e, em certos contextos, até moralizado. Ao serem mobilizados no samba, tais significantes adquirem materialidade política, porque reinscrevem, a cada repetição, o lugar social reservado aos sujeitos subalternizados.

Desse ponto de vista, é preciso compreender que povo não funciona como um termo referencial transparente: ele opera como um significante político que convoca sentidos contraditórios, disputados e historicamente móveis. Em alguns discursos, povo aparece como símbolo de autenticidade cultural, pureza e resistência; em outros, como categoria que designa precariedade, miséria e ignorância. Já o lexema sofre desencadeia uma cadeia parafrástica que remete não apenas a uma experiência individual de dor, mas a uma estrutura de exploração que perpassa a história do trabalho, da racialização, da fome e da desigualdade no Brasil. Quando esses dois termos se acoplam, formam um bloco discursivo que produz efeitos de evidência: como se fosse “natural” que o povo sofra, como se o sofrimento fosse uma característica quase ontológica desse coletivo.

A noção de que “o samba é do povo” pode ser vista como uma crítica à marginalização das vozes populares em um contexto de relações de poder onde o individualismo prevalece. No entanto, é preciso considerar que a condição de “sofrimento” e “fome” não são apenas descritivos, mas envolvem uma crítica social e uma reflexão sobre a luta de classes, sublinhando a tensão entre a cultura popular e as elites que podem não perceber essa luta ou que, de certa forma, tentam silenciá-la. O samba se torna, assim, uma arena de resistência, onde a vivência do sofrimento é transformada em arte, um ato de afirmação que desafia as normas estabelecidas.

Do ponto de vista materialista, essa aparente naturalidade precisa ser desmontada. A aliança discursiva entre povo e sofre não resulta de uma essência, mas de processos ideológicos que organizam e regulam o modo como os sujeitos podem ser nomeados e reconhecidos. A repetição desse par no samba, “povo que sofre”, não diz apenas sobre uma realidade empírica, mas a reinscreve, a fixa e a estabiliza na memória social. É justamente por isso que a discursividade do samba produz efeitos ambivalentes: ao mesmo tempo em que denuncia a desigualdade, pode também reforçar uma imagem de povo atrelada exclusivamente à dor, ofuscando outras formas de existência, agência e elaboração subjetiva que não passam necessariamente pela lógica da falta.

Neste prisma, o enunciado “O samba é do povo” não se limita a uma simples declaração de pertencimento, mas sugere uma afirmação de identidade e de resistência. O uso do verbo “é” funciona como um elemento categórico que tenta fixar uma relação de propriedade e pertencimento. No entanto, essa relação é multifacetada, pois o “povo” evocado não é uma entidade homogênea, mas um conjunto de vozes que compartilham, por meio do samba, um espaço de resistência e de expressão de suas vivências. Aqui, o sujeito posiciona-se não apenas como um observador, mas como alguém que está imerso nessa cultura, dando voz a um coletivo que sente e vive a dor.



Essa ambivalência permite compreender como o sofrimento, quando incorporado como elemento discursivo, opera tanto como denúncia quanto como marca de sujeição. A enunciação do sofrimento no samba pode se converter em resistência porque torna visível aquilo que o discurso dominante tenta apagar, a fome, a exploração, a violência estrutural. No entanto, essa mesma visibilidade pode produzir um enclausuramento identitário, aprisionando o povo em uma narrativa linear na qual o sofrimento é o ponto de partida e de chegada. Assim, os lexemas *povo* e *sofre*, quando repetidamente articulados, tornam-se operadores de um gesto político que precisa ser analisado criticamente para que possamos compreender quais identidades são possibilitadas ou interditadas por esse discurso.

Além disso, ao observarmos o funcionamento discursivo desses termos, percebemos que eles não apenas nomeiam sujeitos, mas regulam sua circulação social e simbólica. O povo-sofredor é facilmente reconhecido, facilmente representado, facilmente estetizado, o que não significa que seja ouvido ou que suas demandas políticas sejam atendidas. O samba, ao reinscrever essa figura, torna-se ao mesmo tempo espaço de fala e de captura: fala porque permite que vozes historicamente marginalizadas se inscrevam no discurso; captura porque reinscreve a posição da dor como o lugar mais “legítimo” a partir do qual o povo fala. Esse paradoxo é constitutivo do funcionamento ideológico da linguagem tal como descrito por Pêcheux: o discurso oferece posições para o sujeito, mas tais posições nunca são neutras.

As expressões “que sofre” e “que sabe o que é a fome” introduzem uma dimensão de sofrimento e experiência que não é meramente descritiva, mas que convoca o interlocutor a refletir sobre a condição do povo. Ao mencionar o sofrimento, o enunciado não só reconhece uma realidade dolorosa, mas também destaca a capacidade de resistência e de consciência crítica desse povo. A estrutura de repetição da conjunção “que” enfatiza a continuidade do sofrimento e a construção de uma identidade coletiva marcada por essa vivência. Assim, a dor não é apenas um elemento isolado, mas parte de uma narrativa coletiva que se entrelaça com a história e as lutas sociais.

A partir da perspectiva de Michel Pêcheux, vemos que o sentido não é fixo; ele é construído na relação entre sujeito(s). Dessa forma, a análise aponta para o caráter “dialético” do discurso, onde o “sujeito” se forma e se transforma na relação com suas experiências e com a linguagem. O “povo” não é apenas o sujeito passivo desse enunciado, mas um agente ativo que ressoa as vozes e as lutas de sua história. O uso de expressões que evocam sofrimento e consciência social implica uma crítica ao sistema capitalista e às relações de poder que marginalizam esses sujeitos.

Além disso, a presença da fome como um elemento central não pode ser subestimada. Fome, aqui, não é apenas uma questão de escassez de alimento, mas um símbolo das desigualdades sociais e da luta de classes. Esse elemento parafrástico expõe uma

realidade de opressão e revela um desejo por dignidade e reconhecimento. Assim, o enunciado se torna um convite à reflexão sobre as condições sociais que permeiam a vida do povo e a importância do samba como um espaço de resistência e de afirmação identitária.

Assim, essa análise nos convida a questionar e a explorar as diversas camadas desentido que permeiam o discurso, levando em conta as relações de poder, a história e as lutas sociais que moldam a experiência do povo que sofre e que sabe o que é a fome. E, ao final, nos interpelamos: que lugar, afinal, ocupa o samba em meio a essa realidade? Será que sua melodia ecoa apenas a dor ou também a esperança de um futuro em que a fome não seja mais a única certeza do povo?

Por fim, compreender o entrelaçamento entre *povo* e *sofre* implica reconhecer que o discurso não apenas descreve o mundo, mas o produz. Quando o samba repete, atualiza e reorganiza esses significantes, ele não apenas narra uma experiência de sofrimento, mas intervém no modo como essa experiência é simbolizada, interpretada e politicamente mobilizada. Perguntar pelo sentido dessa articulação é perguntar pelas condições de produção desse discurso: quem pode dizer que o povo sofre? Quem legitima essa fala? E, sobretudo, que outras possibilidades de nomeação, menos marcadas pela falta, pela carência e pela dor, poderiam emergir se deslocássemos o eixo interpretativo que historicamente colocou o povo à figura do sofredor? É nesse espaço de abertura, entre o que é dito e o que poderia ser dito, que se inscreve a potência crítica de uma análise discursiva materialista.

Considerações finais

Ao longo deste recorte⁶, exploramos como a Análise de Discurso nos permite compreender os sentidos que permeiam a produção musical, em especial o samba, revelando que este gênero vai muito além de ser apenas uma expressão cultural festiva. Ao contrário, o samba carrega em si uma densidade discursiva que desafia as estruturas de poder e questiona as narrativas dominantes. Nesse cenário, fica claro que as significações do samba não surgem isoladas, mas são construídas a partir de um processo sócio-histórico, enraizado em memórias de exclusão, resistência e transformação.

Assim, o enunciado “O samba é do povo, que sofre, que sabe o que é a fome” emerge como um discurso provocador que desafia a estabilidade dos sentidos. Ele não oferece

6 O enunciado “O samba é do povo, que sofre, que sabe o que é a fome” faz parte de um recorte que apresentei e que está inserido na minha tese, também apresentada no evento do GEL(2024). Esse recorte foi trazido como uma análise dentro da tese intitulada *O samba e a denúncia social – o processo de urbanização da cidade paulista e o discurso da luta da classe operária nas canções de Adoniran Barbosa*. A partir dessa análise, exploro como o samba reflete o sofrimento do povo, não apenas relacionado à fome, mas também à exclusão social provocada pela urbanização. Assim, o recorte evidencia o papel do samba como voz de denúncia e resistência às injustiças enfrentadas pela classe trabalhadora.

uma única verdade, mas abre espaço para uma pluralidade de leituras, de gestos, expondo as contradições de uma sociedade marcada por lutas de classe e desigualdades. Nesse enunciado, o samba se torna mais do que música; ele é uma metáfora da própria luta popular, onde o sofrimento e a fome não são apenas temas, mas experiências vividas e reiteradas. A própria repetição dessas vozes no samba faz parte de um interdiscurso que ecoa as dores e as esperanças de gerações que se apropriam dessa linguagem para resistir.

Portanto, se o samba é, de fato, do povo que sofre e conhece a fome, ele não pode ser compreendido de forma simplista ou romântica. Seu efeito é muito mais profundo e politizado, pois nele reverberam os ecos de uma história de opressão e resistência. Fica então a provocação: o que realmente está em jogo quando cantamos o samba? O que ele diz sobre o poder, sobre a identidade, e sobre a memória de um povo? No fundo, o enunciado nos incita a questionar até que ponto o sofrimento que o samba produz é aceito como parte da identidade nacional, e em que medida essa aceitação é, na verdade, uma forma de silenciamento ou naturalização de desigualdades estruturais.

Referências

AGAMBEN, G. *O que é um dispositivo?* Tradução Nilcéia Valdati. Chapecó: Argos, 2014.

ANDRADE, M. de. *Dicionário musical brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília: MinC; São Paulo: Edusp, 1989.

COURTINE, J. J. O Chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURKY, F. (org.). *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 1999.

El País Brasil. Beth Carvalho: O samba é do povo, que sofre, que sabe o que é a fome. *El País Brasil*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/11/cultura/1457714455_460596.html. Acesso em: 10 out. 2024.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, E. P. *Discurso, Imaginário Social e Conhecimento*. Brasília, DF. Ano 14, n. 61, jan./mar. 1994.

ORLANDI, E. P. *Cidade dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2004a.

ORLANDI, E. P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas: Pontes, 2004b.

ORLANDI, E. P. Análise de Discurso. In: LAGAZZI-RODRIGUES, S.; ORLANDI, E. P. (org.). *Discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2006.

ORLANDI, E. P. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2011.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

ORLANDI, E. P. et al. (org.). *Gestos de interpretação: da história no discurso*. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

PAYER, M. O. *Memória da língua: imigração e nacionalidade*. Campinas: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. (org.). *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 2010b.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Unicamp, 2010c.

PÊCHEUX, M. Metáfora e interdiscurso. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. In: ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2011. p.151-161. Original de 1984.

PÊCHEUX, M. (1975). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 5. Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

RANCIÈRE, J. *Disagreement: politics and philosophy*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

A mulher negra em “Quantos filhos Natalina teve?”: discurso racista, representatividade e (in)visibilidade desse corpo na história contemporânea

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v54i3.3852>

Jéssika Aparecida Santos Ferreira¹

Luana Alves Luterman²

Resumo

Esta pesquisa objetiva descrever e analisar enunciados que evidenciam como a representatividade e a visibilidade constituem necessidades sociais, considerando dimensões físicas, sociais e culturais, bem como práticas discursivas visuais, verbais e multimodais, aos quais possibilitam a inscrição identitária e promovem o efeito de pertencimento a determinados nichos sociais. O *corpus* desta pesquisa constitui-se pelo conto “Quantos filhos Natalina teve?”. Por meio desse gênero discursivo, caracterizado por sua narrativa breve, investigaremos a protagonista, uma mulher negra, a partir das formações discursivas que emergem no conto, assim como suas produções de subjetivação. Para isso, serão analisados trechos da obra com base nos pressupostos de Pêcheux (1997), Orlandi (2009, 2012) e Conceição Evaristo (2016). Os resultados indicam que a personagem se mostra dissidente, ao escapar e estabelecer rupturas com os paradigmas sociais do que é considerado aceitável para uma mulher na sociedade patriarcal.

Palavras-chave: Análise do Discurso; mulher Negra; identidade.

1 Universidade Estadual de Goiás (UEG), Goiânia, Goiás, Brasil; jfjessikaruy2015@gmail.com; <https://orcid.org/0009-0004-3035-347X>

2 Universidade Estadual de Goiás (UEG), Goiânia, Goiás, Brasil; luana.luterman@ueg.br; <https://orcid.org/0000-0001-6491-4045>

The Black woman in “Quantos filhos Natalina teve?”: racist discourse, representation and (in)visibility of this body in Contemporary history

Abstract

This research aims to describe and analyze statements that demonstrate how representation and visibility constitute social needs, considering physical, social, and cultural dimensions, as well as visual, verbal, and multimodal discursive practices, which enable the inscription of identity and promote the effect of belonging to certain social niches. The corpus of this research consists of the short story “Quantos filhos Natalina teve?” (How Many Children Did Natalina Have?). Through this discursive genre, characterized by its brief narrative, we will investigate the protagonist, a Black woman, based on the discursive formations that emerge in the story, as well as her productions of subjectivation. To this end, excerpts from the work will be analyzed based on the assumptions of Pêcheux (1997), Orlandi (2001, 2012), and Conceição Evaristo (2016). The results indicate that the character demonstrates disidentification by escaping and establishing ruptures with the social paradigms of what is considered acceptable for a woman in a patriarchal society.

Keywords: Discourse Analysis; Black Woman; Identity.

Introdução

O conto “Quantos filhos Natalina teve?”, da escritora Conceição Evaristo, narra a história de uma mulher negra proveniente das áreas periféricas e que durante a adolescência acabou por engravidar de um amigo com quem “brincava gostoso todas as noites [...]” (Evaristo, 2016, p. 44). Ao longo de sua vida, ela passa por diversas formas de violência: a doméstica por parte do pai; a negação ao acesso à educação; a imposição de padrões por parte da sociedade patriarcal³; a simbólica e a sexual⁴.

Conceição Evaristo cunhou o termo *escrevivências* para a literatura que desenvolve, ao assumir um compromisso social com a condição de ser uma mulher negra em uma sociedade que possui como um dos seus estigmas o preconceito de gênero e o racial, ao dar voz às experiências de opressão, resistência e valorização da identidade negra feminina em seus textos. O termo acaba por possuir duas dimensões: a trajetória de si

3 Para Castells (1942), o patriarcalismo se constitui como uma das estruturas que a sociedade atual é constituída. É caracterizado pela autoridade, imposta do homem sobre a mulher e os filhos dentro do ambiente doméstico. Diante disso, para que essa autoridade seja exercida, é necessário que o patriarcalismo esteja presente na construção da sociedade, na política e nas leis.

4 “[...] a mulher não se reivindica como sujeito, porque não possui os meios concretos para tanto, porque sente o laço necessário que a prende ao homem sem reclamar a reciprocidade dele, e porque, muitas vezes, se compraz no seu papel de Outro” (Beauvoir, 1967, p. 15).

é escrita a partir das vivências singulares de cada sujeito e cada sujeito pode escrever sobre o que vive.

A concepção eurocêntrica do que é a representação e a visibilidade do gênero feminino reflete uma característica eminentemente colonialista que apaga a mulher negra proveniente de áreas periféricas. Dessa forma, o estudo de narrativas com discursos diretos, vozes ativas que protagonizam e denunciam essa realidade, permite a descrição, a análise e a possibilidade de reconstrução e ressignificação de discursos sobre a mulher negra, cujo efeito possui uma dimensão emancipatória mais relacionada com os desejos e as necessidades dos grupos minoritários. Neste contexto, os contos da autora fornecem elementos étnicos e de gênero que se relacionam com as temáticas da representatividade, da visibilidade e do efeito de emancipação do racismo conservado como acontecimento de longa data, que atualmente são discutidas, mas que têm um caráter de resistência.

O conto enseja também temas atrelados ao discurso feminista e termos que ainda soam como densos para a sociedade patriarcal e que afetam a todos: aborto, submissão feminina e preconceito contra a mulher.

A reflexão sobre o corpo da mulher negra, observando a diversidade e a questão discursiva a partir da análise da produção literária, requer da/do analista do discurso um olhar que consiga compreender como operam as formações discursivas, a descrição e a interpretação por meio dos efeitos de sentido que emergem por meio do intradiscurso⁵ e do interdiscurso⁶. Como defendido por Michel Pêcheux, as formações discursivas não se constituem como “bloco homogêneo de regras organizadas sob a forma de uma máquina lógica” (Pêcheux, 1975, p. 3).

Propomos neste artigo analisar a trajetória de lutas e construção da identidade de mulher negra vivenciada por Natalina no conto “Quantos filhos Natalina teve?”, presente na obra *Olhos d'água*, da escritora mineira Conceição Evaristo. Ademais, objetivamos demonstrar como acontece a conservação do discurso misógino no contexto histórico contemporâneo.

5 “[...] o intradiscurso, enquanto ‘fio do discurso’ do sujeito, é, a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma interioridade inteiramente determinada como tal do ‘exterior’ [...] diremos que a forma-sujeito [...] simula o interdiscurso no intradiscurso, de modo que o interdiscurso aparece como o puro ‘já-dito’ do intradiscurso no qual ele se articula por co-referência” (Pêcheux, 2014, p. 154).

6 O interdiscurso se constitui como a parte dominante das formações discursivas, sendo percebida nos momentos em que acontecem a troca. Será através das regras do interdiscurso que serão determinadas as formações discursivas: “Uma FD é atravessada por várias FD’s [...] toda FD é definida a partir de seu interdiscurso” (Brandão, 2004, p. 89).

Natalina e sua insurgência na produção feminina de subjetividade

Pêcheux (2014) preconiza que o discurso se constitui como o objeto de uma busca que não tem um final definido. É por meio da língua, da história e do sujeito que realiza o discurso, por meio do enunciado, que estes elementos se atrelam e se tornam o ponto inicial das pesquisas da Análise do Discurso. Os conceitos desta vertente de investigação linguística são provenientes de diferentes segmentos das ciências humanas, tais como o Marxismo, a Psicanálise e o Materialismo Histórico. Essa transdisciplinaridade, no processo de descrição e de análise do *corpus* de pesquisa, ajusta-se a aos dados selecionados para a investigação.

A regularidade discursiva faz com que os indivíduos, interpelados como sujeitos, de forma inconsciente, sejam direcionados a ocupar determinados lugares sociais, dependentes de seus legados culturais, ou seja, de sua raça, de sua classe, de seu gênero. Acontece um processo de representação identitária com determinados grupos e classes sociais. Em “Quantos filhos Natalina teve?”, a protagonista, em seu lugar social de mulher negra e inscrita numa região periférica, posiciona-se na sociedade, pois a resistência também constitui poder, dada a capilaridade dele. A protagonista esquiva-se da rede discursiva que a oblitera por sua condição de vulnerabilidade social normalizada pela misoginia, pelo machismo e pelo racismo. A abolição da escravatura, legitimada pela Lei Áurea, permitiria uma transição de classe, em detrimento, também, dos preconceitos de gênero e de raça, mas, no decorrer da narrativa do conto, é possível perceber que não acontece diferença no tratamento dos negros, já que Natalina continua sendo considerada propriedade dos brancos, pois o seu corpo deve satisfazer os desejos de sua patroa em ter um filho; desanuviar a libido, pois, como funciona discursivamente, como percebemos consensualmente, na História, há uma condição orgânica inflacionada pelo discurso machista, cuja tônica é acentuar o prazer masculino, justificando-o pelo excesso do hormônio testosterona – essa é a particularidade do marido, no conto, que necessita aliviar seus desejos. A relação de dominação é narrada no trecho em que é descrito o convívio da mulher negra com os patrões e a aceitação perante o tratamento recebido, demonstrando como ela, de forma inconsciente, chancela sua condição de vulnerabilidade social:

Não entendeu por que aquela mulher se desesperava e se envergonhava tanto por não ter um filho. Tudo certo. Deitaria com o patrão, sem paga alguma, tantas vezes fosse preciso. Deitaria com ele até a outra se engravidar, até a outra encontrar no fundo de um útero, que não o seu, algum bebê perdido no limiar de um tempo que só a velha Praxedes conhecia. [...] O patrão ficava no quarto dele, de noite levantava e ia buscar Natalina no quarto de empregada. Não falavam nada, naqueles encontros de prazer comedido [...] (Evaristo, 2016, p. 47).

Por meio da convivência adquirida através das relações familiares entre seus pais e das relações de trabalho, Natalina estava conformada com a sua condição de mulher objeto, colonizada e escravizada também por meio da esfera mais íntima: a sexual. O

relacionamento de seus pais normalizou discursivamente a prática discursiva de que todas as mulheres deveriam vivenciar uma situação de submissão a todos que fossem considerados superiores (homens, por sua sexualidade masculina; elite, por sua condição financeira abastada); a gestação seria uma vergonha para as mulheres que não possuem maridos. A instituição familiar na qual fora criada demonstra que ela não aprendeu sobre a educação sexual e como a gravidez pode afetar a vida de uma adolescente. No entanto, emerge somente a fúria da mãe.

[...] Brincava gostoso quase todas as noites com o seu namoradinho, e quando deu fé, o jogo prazeroso brincou de pique-esconde lá dentro de sua barriga. A mãe desesperada [...] sabia, porém, que ela, Natalina, não queria. Que a mãe a perdoasse, não batesse nela, não contasse nada para o pai [...]. Ele não ia querer uma menina que estivesse esperando um filho. Que a mãe ficasse calada. Ela estava com ódio e vergonha [...] (Evaristo, 2016, p. 44).

No interior do nicho identitário eurocêntrico de que Natalina era partícipe, a voz da mulher era silenciada/apagada. Ao retornarmos à História, percebemos, no período medieval, a conservação discursiva de que indivíduo do sexo feminino era considerado apenas como um objeto de demonstração pública de poder e beleza ou apenas como uma propriedade masculina. Essa formação discursiva que foi importada da Europa durante o processo de colonização tornou-se a base da formação social dos pais de Natalina e a forma como ela acaba por se representar/invisibilizar perante a sociedade.

Sua personalidade, pelo contexto histórico contemporâneo, cuja circulação do discurso feminista permite a resistência ao machismo estrutural e à submissão à figura masculina, foi clivada subjetivamente de modo contraditório, de modo a romper com o legado cultural da sua instituição familiar: ao mesmo tempo que se submetia aos desejos masculinos do patrão, Natalina não aspirava ao matrimônio, à maternidade; sua gestação indesejada é um desafio por confrontar com a gestão de si, atravessada pelo feminismo e pelo efeito de autonomia feminina, que refuta a submissão ao casamento e aos filhos, sobretudo de modo compulsório. É pela Fita de Möebius que a protagonista do conto se constitui, mulher negra cuja ancestralidade a impele à sujeição sexual e física ao trabalho escravo; no entanto, simultaneamente, o desejo de liberdade a move, por meio do feminismo. Apesar de trabalhar e se envolver em relacionamentos casuais, rejeitando suas gestações, descobre o sentimento materno, a partir do momento em que o filho, no ventre era “Só seu” (Evaristo, 2016, p. 43), o duplo amalgamado em um, investimento subjetivo romântico que a maternidade regularmente materializa ao longo da História. Ao perceber que sua posição na formação social era dissidente, ela consegue romper com a normalidade do casamento como instituição obrigatória para mulheres:

Ela não queria ficar com ninguém. Não queria família alguma. Não queria filho [...]. Ela gostava dele, mas não queria ficar morando com ele. Tonho chorou muito e voltou para a terra dele, sem nunca entender a recusa de Natalina diante do que ele julgava ser o modo de uma mulher ser feliz. Uma casa, um homem, um filho (Evaristo, 2016, p. 46).

Por meio do excerto, é possível comprovar como Natalina recusava laços emocionais com os sujeitos ao seu redor, mesmo que mantivesse uma relação amorosa. Além disso, seu companheiro neste momento não compreende a visão da protagonista ao não querer viver algo que é predestinado para ela: constituir uma família.

Para Pêcheux (1975), o discurso exerce um papel importante no processo de construção dos sentidos. Para ele, o discurso é concretizado por meio dos sentidos que são apresentados pelos interlocutores. Dessa forma, o sujeito não escolhe de forma livre, em certos contextos, o que deve ser falado, mas já é algo condicionado pelas formações ideológicas, que se projetam em formações discursivas, possibilitando as condições de emergência dos enunciados, ou seja, todas as práticas de subjetivação são sócio-historicamente possibilitadas e não são adâmicas, originais; não são intrínsecas ao âmago individual (daí a filiação da Análise do Discurso com o materialismo histórico, com o marxismo filosófico).

Pêcheux (1975, p. 146) postula que a materialidade dos sentidos somente é possível devido ao fato de que “a materialidade concreta da instância ideológica existe sob a forma de formações ideológicas, que, ao mesmo tempo, possuem um caráter ‘regional’ e comportam posições de classe”. Os sentidos são construídos historicamente por meio das relações de poder, de forma que alguns podem se aderir e outros podem ser refutados pelo sujeito e isso depende dos lugares sociais e das posições discursivas que ele ocupa socialmente.

Natalina: protagonista negra e (in)visível

A partir da perspectiva apresentada na Análise do Discurso, o sujeito não se constitui como a fonte ou a gênese dos sentidos, porque o discurso passa pelo processo de atravessamento de outras vozes, de outros saberes e de outras ideologias. Segundo o conceito de ideologia proposto por Orlandi (1983), à medida que o indivíduo é afetado pela ideologia, vai se constituir como um sujeito. Ao longo da obra, a personagem Natalina acaba por se transformar em outros sujeitos, devido à profusão discursiva que a perpassa.

O sujeito é heteróclito, produto de discursos plurais, constituído de múltiplos sentidos, inclusive díspares, pois as formações discursivas permitem essa liquidez enunciativa. Portanto, não existe discurso sem a presença do sujeito e o sujeito necessita dela para ter fundamentada a sua existência.

Na obra, a personagem em questão é uma mulher negra, invisível, descendente de uma zona periférica e que, de forma inconsciente, submete-se normalmente a situações de abuso, estigma histórico que permanece circulando, apesar de as legislações, na

contemporaneidade, registrarem a apologia contra diversas formas de violência contra a mulher. Natalina torna-se visível ao ser elencada como protagonista do conto, numa contemporaneidade que, discursivamente, protagoniza a interseccionalidade e os abusos de gênero e de classe, simultaneamente injustos, contra a mulher negra. No conto, ela é responsável por findar este ciclo que tem início durante a sua infância. Em seus lapsos de memória durante a análise dos eventos de sua vida, revela ao leitor sua angústia, ruptura de padrões e produções de subjetivação insurgentes, favoráveis ao feminismo negro, ao romper a necessidade de promoção do matrimônio para si, apesar da manutenção identitária institucional que a perfaz como incrustada na submissão sexual masculina. Ao assassinar seu violador, ao se subjetivar por um efeito de autonomia contrastante com a normalidade da sujeição machista da mulher como consenso discursivo, pode ser classificada como resistente, como feminista, pois, simbolicamente, essa mulher ajusta seu *modus operandi* subjetivo ao apagar sua própria sujeição por uma técnica de poder favorável à equidade de gênero, destituindo-se da dependência de um homem para sua própria estética existencial e instituindo para si um efeito de autonomia que a visibiliza não mais pela regularidade discursiva da fragilidade feminina imputada pela polarização sexual:

A noite escura não permitia que divisasse o rosto do homem. Ele gozou feito cavalo enfurecido em cima dela. Depois tombou sonolento ao lado. Foi quando, ao consertar o corpo para se afastar dele, ela esbarrou em algo no chão. Pressentiu que era a arma dele. O movimento foi rápido. O tiro foi certo e tão próximo que Natalina pensou estar se matando também. Fugiu. Guardou tudo só pra ela [...] Só que guardou mais do que o ódio, a vergonha, o pavor, a dor de ter sido violentada. Guardou mais do que a coragem da vingança e da defesa. Guardou mais do que a satisfação de ter conseguido retomar a própria vida. Guardou a semente invasora daquele homem. Poucos meses depois, Natalina se descobria grávida (Evaristo, 2016, p. 50).

O receio de o tiro ter matado a si mesma simboliza sua gradação discursiva, seu efeito de liberdade ao recusar a permanência do machismo estrutural e da submissão sexual que a neocolonizava, também representado pelo mal-estar ao se deslocar desse poder tradicional, consensual, da escravidão sexual da mulher negra e sua reinscrição e resignificação ao permitir se visibilizar e apagar sua própria exclusão e invisibilidade, arriscando-se aos preconceitos por ser mãe solo, destituída da compleição ao matrimônio e à ética e à estética existencial possibilitadas apenas se envolvidas ao machismo estrutural, à presença do homem.

Nas passagens narrativas anteriores, percebemos, pela descrição da produção de subjetividade da protagonista, que ela desenvolve um sentimento de coragem e de vontade de retomar a sua vida, apesar de posteriormente descobrir estar grávida. Ela lamentava a gravidez provocada por um abusador; sentia o peso de uma violência sexual, de uma relação sexual não consentida, do ódio e da vergonha; contudo, também era constituída pelo *pathos* da felicidade pela capacidade de gestar um bebê, seu filho. Essa ambivalência

discursiva na subjetividade de Natalina é encontrada em diferentes fragmentos do conto, principalmente a respeito das violências sexual, psicológica e moral.

Estava feliz. O filho estava para arrebentar no mundo a qualquer hora. Estava ansiosa para olhar aquele filho e não ver a marca de ninguém, talvez nem dela. Estava feliz e só consigo mesma. [...] Sabia que o perigo existia, mas estava feliz. Brevemente iria parir um filho. Um filho que fora concebido nos frágeis limites da vida e da morte (Evaristo, 2016, p. 50).

Por meio dos trechos apresentados, ficou destacada a ruptura de paradigmas por parte de Natalina no seu papel como mulher negra e as violências sofridas ao longo de sua vida – apesar de que a reação somente acontece no caso do abuso. A dominação exercida sobre a mulher cuja raça negra é uma das principais temáticas nas obras de Conceição Evaristo. Em sua relação familiar, seu convívio diário com a família parece ser permeado pela violência e seu referencial subjetivo é representado por mulheres fortes, que têm de enfrentar a dificuldade do seu cotidiano. Já o referencial institucional familiar masculino, apesar de calado, faz com que Natalina sinta medo. Isso é perceptível no momento em que ela implora a mãe para não contar a respeito de sua gestação. Notamos a subjetividade de ódio à maternidade desagregada do matrimônio, no caso do pai. Para ela, mesmo sendo fruto da violência sexual, a inocência do filho é a salvaguarda que possibilita uma positividade que se esquia da escravidão sexual, encerrada a partir do momento em que rompe com os paradigmas e mata seu abusador. Esse protagonismo feminino negro, que apaga o machismo e sua impossibilidade de visibilidade, exime, em partes, a personagem da culpa e do ódio pelo fato de estar grávida; em partes porque, ao atirar em seu abusador, posiciona-se discursivamente como vítima agraciada com um filho, ainda que seja pela maternidade solo, e permanece o receio de ser dissidente, pois sente que o tiro também a atinge. O suicídio seria uma metáfora de renascimento, ressignificação que converte sua invisibilidade e protagoniza seu corpo como discursivamente governado por si, pelo feminismo negro:

Natalina alisou carinhosamente a barriga, o filho pulou lá de dentro respondendo ao carinho. Ela sorriu feliz. Era a sua quarta gravidez, e o seu primeiro filho. Só seu. De homem algum, de pessoa alguma. Aquele filho ela queria, os outros não. Os outros eram como se tivessem morrido pelo meio do caminho. Foram dados logo após e antes até do nascimento. As outras barrigas ela odiara. Não aguentava se ver estufando, estufando, pesada, inchada e aquele troço, aquela coisa mexendo dentro dela. Ficava com o coração cheio de ódio (Evaristo, 2016, p. 43).

Ao final da obra, Natalina finalmente se reconhece como mãe e consegue identificar a criança que está em seu ventre como “filho”, algo até então não visto. Percebemos o sentimento de felicidade com a retribuição do carinho por parte do bebê e o sentimento de pertencimento que ela possui agora.

Pêcheux (1975) afirma que uma expressão ou palavra não existe de forma isolada, mas que é determinada a partir das posições ideológicas que se fazem presentes no interior do processo histórico e social a partir do qual as expressões e modalizações lexicais são produzidas: “as palavras, expressões, proposições... mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em relação às formações ideológicas” (Pêcheux, 1975, p. 160).

Portanto, Pêcheux concebe que os sentidos se sustentam a partir das posições defendidas pelos indivíduos que fazem o emprego destas expressões ou palavras, ou seja, é a partir do contexto que os sentidos são construídos, a partir das formações ideológicas e, por conseguinte, discursivas, que reverberam subjetivamente.

O próximo tópico apresenta uma análise a respeito da produção do conto, a partir de uma relação entre a teoria da Análise do Discurso de Linha Francesa com os fragmentos retirados do texto de maneira a demonstrar a pertinência desta área de estudos para a compreensão da identidade da mulher negra presente neste conto.

As condições de discurso feminista negro

O conto “Quantos filhos Natalina teve?”, presente no livro *Olhos d’água*, de Conceição Evaristo, é narrado em terceira pessoa, por um(a) narrador(a) onisciente, que conhece a densidade psicológica da protagonista. A demonstração da subjetividade e das emoções da protagonista conduz o leitor a uma sensação de proximidade com os dramas vivenciados pela Natalina ao longo de sua trajetória narrativa. A linguagem simples reflete o cotidiano dos sujeitos em condição de vulnerabilidade social no Brasil. A autora, Conceição Evaristo, é uma militante das causas de mulheres negras, em condição de vulnerabilidade social.

Entre as temáticas apresentadas na obra estão a gravidez na adolescência, o estupro e a falta dos anseios por vivenciar uma maternidade percorrem a vida de Natalina, o que permite ao leitor conhecer suas vivências: alegrias, amores, perdas, realizações e tristezas que não fazem parte apenas da realidade dela, mas de sujeitos que são mulheres negras em situação de exclusão, o que permite um efeito de pertencimento identitário.

Os discursos são determinados pelo contexto social, ideológico e histórico. Os lugares sociais referenciam sobre si e o outro com o qual se relacionam os sujeitos inscritos em raças, classes e gêneros distintos, possibilitando relações de poder díspares. Neste contexto, acabam por serem associadas as formações imaginárias relacionadas com a sua posição ideológica e a posição ideológica do outro e a situação histórica que foi determinada.

A expressão “condições de produção de um discurso” pode apresentar certas ambiguidades: parece, efetivamente, à luz do que precede, que se pode entender por isso, sejam as determinações que caracterizam um processo discursivo, sejam as características múltiplas de uma “situação concreta” que conduz à “produção”, no sentido linguístico ou psicolinguístico deste termo na superfície linguística de um discurso empírico concreto (Pêcheux, 1997, p.182).

O discurso envolve o sujeito em suas múltiplas facetas, o que leva a um processo de esquecimento da posição social que ocupa, inconscientemente sendo que depende da ideologia e posição que ocupa em relação ao modo de produção na qual o discurso é desenvolvido.

Um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas: por exemplo, o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou a um partido da oposição; é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse, ou então está “isolado”, etc. Ele está, pois, bem ou mal, situado no interior da relação de forças existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado. O que diz, o que anuncia, promete ou denuncia, não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa, em relação ao que diz. Um discurso pode ser um ato político direto ou um gesto vazio, para “dar o troco”, o que é uma outra forma de ação política (Pêcheux, 2014, p. 78).

As condições de produção de um discurso são possibilitadas por um jogo de imagens no qual o indivíduo está inserido e a situação histórica que está determinada. O jogo de imagens tem início com as funções imaginárias que os sujeitos têm a capacidade de atribuir a si.

Natalina não aceita o seu destino de submissão a um homem em específico. Recusa-se ao consenso de que a mulher tem a obrigação de resignar-se e atuar peremptoriamente ao casamento eterno. Também nega a profissão de doméstica. Mesmo ao se submeter de modo dissidente, a resistência constitui a inscrição em outro poder. Ser mulher negra feminista legitima Natalina numa rede já dita sócio-historicamente, regularmente possível por meio de enunciados cuja temática é semelhante. Por isso, não se trata de uma insurgência idiossincrática, propriedade singular da protagonista, pois “Não importa quem fala, mas o que ele diz não é dito de qualquer lugar” (Foucault, 1995, p. 142). A subjetividade da mulher negra é uma proposta sócio-histórica, seja ela tradicional ou dissidente. “Natalina esperou. No outro dia, quando a mãe saiu cedo para a cozinha da madame, ela saiu logo atrás para lugar algum. Não sabia para onde ia. Ao descer o morro, em um dos becos passou em frente ao barraco de Bilico. Era ali que os dois brincavam prazerosos sempre” (Evaristo, 2016, p. 45).

Na obra não é citada a localização de onde os fatos marcantes da vida de Natalina aconteceram, mas, analisando as descrições dos sujeitos, do espaço e das lembranças

da personagem, as informações necessárias para a compreensão do *locus* se torna possível, de forma que é necessário para realizar uma análise dos elementos de produção dos enunciados, por meio de um olhar atento aos sentidos que são construídos ao longo do texto.

Levando em conta o homem, na sua história, considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer. Desse modo, para encontrar as regularidades da linguagem em sua produção, o analista de discurso relaciona a linguagem à sua exterioridade (Orlandi, 2009, p. 16).

É possível perceber por meio das escolhas linguísticas de Conceição Evaristo para realizar a narrativa de Natalina como ela realiza uma denúncia social quanto ao modo como a personagem é interpelada como um objeto sexual pelos sujeitos que a estereotipam, principalmente ao analisar o contexto da violência que sofreu em seu ambiente de trabalho, ao ser impelida a manter relações sexuais e a ter um filho com o patrão, sem qualquer questionamento a respeito de seus desejos sobre a maternidade e o direito de escolha a respeito do sexo compulsório, adestrando e utilizando seu corpo de mulher negra à neocolonidade, à subserviência para uma elite eurocêntrica, que, pela reverberação regular de saberes e poderes misóginos e racistas, podem e devem usufruir dela. Esse trecho da narrativa, ao mobilizar uma descrição do momento em que a personagem é informada da gestação de um bebê, expõe-se a falta de empatia e de liberdade imposta a Natalina, reiterando a conservação discursiva da colonialidade, demonstrando a insistência da escravidão e uma divisão de classe social latente: “Ela e o marido já haviam conversado. Era só a empregada fazer um filho para o patrão. Elas se pareciam um pouco. Natalina só tinha um tom de pele mais negro. [...] Deitaria com o patrão [...], de noite levantava e ia buscar Natalina no quarto de empregada. Não falavam nada [...]” (Evaristo, 2016, p. 47).

Destaca-se, nesse excerto da narrativa, a ressonância discursiva de que as mulheres negras sempre vivenciaram infortúnios nos empregos encontrados por elas nas cidades, já que as funções laborais que conseguiam normalmente eram de domésticas e a posição de escravas sexuais continuavam a permear sua vida, mesmo após anos de promulgação da Lei Áurea, norma proposta para libertar escravos, mas que chancelou o apagamento dos negros e reforçou o racismo estrutural ao precarizar esses trabalhadores, mantendo-os desamparados, sem condições financeiras básicas de sobrevivência, sem direitos humanos. Nas casas das famílias elitistas, reiteravam-se os abusos de seus patrões. Como neste caso, a patroa explica seu sentimento de impotência em gerar um filho e da decisão em conjunto com o marido de que será Natalina a responsável por trazer esta vida ao mundo, escravizando seu próprio útero, sua capacidade de gerar um filho de suas entranhas, de sua genética, e terceirizá-lo, apagando sua sensibilidade e suas emoções, negligenciando seus desejos e suas decisões, para cumprir racionalmente o desejo da patroa infértil.

Portanto, a posição-sujeito de Natalina é desconsiderada durante as decisões, sendo o seu corpo feminino negro discursivizado apenas como um mero objeto que conseguirá atender as necessidades de gerar uma nova vida para a mulher branca e romper a impossibilidade de a patroa ser mãe numa sociedade que exige da mulher a função enunciativa materna.

A formação discursiva se constitui como aquilo que pode e deve ser enunciado devido às condições sociais e históricas. Ela é constituída a partir dos sentidos construídos juntamente com os enunciados. Ao longo da obra que é analisada, emergem diferentes formações discursivas que possibilitam mudanças nos sentidos devido às diversas posições-sujeito assumidas por Natalina. Dessa forma, compreende-se que o sentido é produzido por meio do processo de interlocução dos sujeitos e pelo atravessamento discursivo permitido pelas condições de produção do discurso – definidas pelos contextos social, ideológico e histórico. Ao longo do conto, é possível perceber mudanças em Natalina, provocadas pelos contextos em que seus enunciados são produzidos.

O discurso, portanto, é “o efeito de sentidos entre os locutores” (Orlandi, 2009, p. 21). Dessa forma, é possível entender que o discurso e o sujeito possuem uma relação estreita, no qual o discurso é produto dos sentidos que são produzidos pelos locutores – sujeitos.

Segundo Orlandi (2012, p. 17), “[...] o discurso é a materialidade específica da ideologia e a língua é a materialidade específica do discurso. Desse modo, temos a relação entre língua e ideologia afetando a constituição do sujeito e do sentido”. A partir dos pressupostos de Orlandi (2012), é possível perceber que o discurso se torna a materialização de uma ideologia e o enunciado, por meio da língua, constitui-se como o recurso para que esta materialização aconteça. Por meio da linguagem, os sentidos acabam por se tornarem possíveis através deste processo que a torna como material.

A gradação discursiva da subjetividade de Natalina acontece no momento em que mata o homem que a violentou em um espaço totalmente desconhecido. O narrador, ao trazer as memórias da protagonista sobre os momentos dos “frágeis limites entre a vida e a morte” (Evaristo, 2016, p. 50), faz uma explanação geral dos fatos, mas traz também os sentimentos de Natalina após vivenciar uma violência contra o seu corpo, mas que a partir dela se torna a “protagonista” de sua história. A autora não faz uma definição da data exata em que os fatos aconteceram: o leitor somente sabe que aconteceu durante uma noite e que a gestação está no final.

É apenas na sua quarta gestação que Natalina tem despertado seu amor materno e o desejo por cuidar da criança que está em seu ventre. Ela consegue vivenciar um sentimento de amor e felicidade pelo filho apenas após repetidas violências: a impossibilidade de contracepção gestacional por falta de educação sexual, seja essa temática promovida pela instituição familiar ou escolar. Esta criança é resultado de um estupro, a vida que

está crescendo dentro dela agora é somente sua e não tem ligação com qualquer outra pessoa. No momento em que assassina seu violador, a personagem impede que haja um laço parental entre ela e a outra parte do seu filho. Nem mesmo traços fenotípicos das próprias relações genéticas e de consaguinidade são expectativas da personagem, maculada pela normalização do estupro, violência que ela prefere apagar para amar seu filho: Natalina “estava feliz” (Evaristo, 2016, p. 50).

A protagonista somente consegue se sentir mãe e desejar esta maternidade a partir de uma condição improvável: será no momento em que se sentir sozinha se desenvolve um sentimento de amor por aquele ser concebido nos limites da vida (o prazer da vida do filho) e da morte (a violência sexual). Neste momento em que acaricia sua barriga, Natalina recorda o momento em que descobriu sua primeira gestação, o sentimento de medo de Sá Praxedes, mas em nenhum momento demonstra pesar pelos filhos que entregou para famílias adotivas ou pelo filho criado apenas pelo pai.

A impressão que se tem de Natalina até o momento em que assassina seu violador era de que não possuía qualquer desejo em ser mãe. Ao matar este homem – do qual não tem nenhuma descrição –, há o rompimento com o vínculo de ter um contato direto com o genitor. A partir do momento em que a morte coloca um ponto final no vínculo que poderia existir entre os dois, a personagem se liberta das “amarras” que permearam sua vida: a mãe submissa ao pai, o pai machista e misógino, a sociedade patriarcal e os padrões. Os personagens são inseridos e *locus* sociais próprios, definidos por meio da formação social⁷ deles, possibilitados por meio de uma formação discursiva⁸.

A violência contra a mulher é uma temática explorada por Conceição Evaristo. Natalina sofreu um abuso, pois o patrão a objetificava apenas como uma forma de obter prazer, escamoteando o respeito à sua condição emocional e suas escolhas femininas negras. A atribuição discursiva de uma superioridade física, por ser homem, e de classe, por ser branco intimidou a protagonista, que realiza ao que lhe é ordenado sexualmente. As agressões dispensadas à Natalina por seu abusador provocavam na personagem uma profusão de emoções, como o nojo e o ódio. Mas, no momento em que consegue ter

7 A formação social é compreendida como “sendo dada uma formação social a um momento determinado de sua história, ela se caracteriza por meio do modo de produção que a domina, por um estado determinado pela relação entre classes que a compõem. Essas relações se expressam por intermédio da hierarquia das práticas que esse modo de produção necessita, sendo dado aparelhos por meio dos quais se realizam essas práticas; a essas relações correspondem posições políticas e ideológicas, que não constituem indivíduos, mas que se organizam em formações que mantêm entre si uma relação de antagonismo, de aliança ou de dominação” (Haroche, Pêcheux, Henry, 2020, p. 33).

8 O conceito inicial de formação discursiva proposto por Michel Pêcheux é o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura dada: o ponto essencial aqui é que não se trata apenas da natureza das palavras empregadas, mas também (e sobretudo) de construções nas quais essas palavras se combinam [...] as palavras “mudam de sentido” ao passar de uma formação discursiva a outra (Haroche; Pêcheux; Henry, 2020, p. 15).

acesso à arma e acertar um tiro fatal, um ciclo de violências é encerrado. Em nenhum momento sentiu remorso pela morte, mas teve medo e escolheu mudar de cidade para preservar sua vida e da criança que estava em seu ventre.

Nesse caso, a quarta gestação não estava relacionada à normalização sobre a instituição familiar, conservada pelo estabelecimento de um casal cisheteronormativo e seus filhos, frutos do matrimônio, mas pelos padrões normativos sociais que Natalina acreditava serem propícios para enfrentar uma violência sexual, produzindo efeitos de sentido pernósticos em sua construção identitária. Nas outras gestações, ter um filho significa para ela vergonha, submissão e exploração, definições que ela não desejava repetir; assim, dessubjetivou-se, insurgindo-se contra a tradição discursiva fomentada pelo domínio dos saberes estabelecido por meio do binarismo sexual.

Conceição Evaristo propõe em sua narrativa um rompimento com as convenções sociais para possibilitar que a mulher negra consiga se tornar a protagonista de sua narrativa, trazendo para o leitor sua trajetória permeada pela violência e as marcas de uma sociedade que não a visualiza como um sujeito, conseguindo sua liberdade no final após vivenciar uma tragédia em relação ao seu corpo, conduzindo a protagonista para o ponto de partida da sua vida: uma gestação surpresa. Porém, a quarta gestação possui um novo significado na vida de Natalina por ir além do que é pautado perante as convenções sociais, a “satisfação de ter conseguido retomar a própria vida” (Evaristo, 2016, p. 50).

Por fim, ao analisar a trajetória de Natalina, ao longo de seu percurso como uma mulher negra, demonstra a sua resistência perante os percalços que são apresentados ao longo de sua vida, sendo necessário encontrar o seu próprio espaço em meio às dificuldades, exclusão e ao jugo que precisou enfrentar sobre como deveria ser o comportamento de uma mulher que viveu o sentimento de desprezo em relação a si em uma busca pela sua emancipação.

Considerações finais

Ao propormos descrever e analisar o conto “Quantos filhos Natalina teve?”, com o embasamento da teoria da metodologia adotada via Análise do Discurso, foi possível perceber que, apesar de ser um texto publicado no ano de 2016 e, portanto, contemporâneo, a mulher negra ocupa um lugar de inferioridade perante os discursos machistas, misóginos e racistas que se perpetuam até os dias atuais, no qual a mulher tem sua vida condicionada à neocolonização. A narrativa sobre Natalina não é mera ficção, pois se perpetua a escravidão sexual da mulher negra em diversas instâncias sociais. Mulher não tem direito de escolher a maternidade e permanece importunada sexualmente, engravidando sem consentimento; ela se torna responsável por gestações indesejadas, pela maternidade compulsória, pela impossibilidade de abortar devido à criminalização via legislação e também é negado seu prazer e suas escolhas.

Ao longo da leitura, da descrição e da análise dos fragmentos narrativos selecionados neste artigo, pudemos perceber que a personagem Natalina é objeto de um domínio discursivo misógino, machista e racista, cuja dimensão assimétrica é apologia ideológica da classe dominante, disfarçada sob uma postura de “padrão” para uma mulher. As formações ideológicas vivenciadas atualmente são muito próximas das de antigamente em relação ao corpo de uma mulher negra. Para que aconteça uma mudança na sociedade perante isso, é necessário que mudanças ideológicas sejam desenvolvidas.

Conceição Evaristo, por meio do seu conto e das escrevivências, confissões de si, consegue trazer para o leitor a sociedade patriarcalista que impõe para as mulheres uma visão de como deve ser a “vida feliz”. Consegue demonstrar que Natalina busca se emancipar como mulher negra e resistir diante de um sistema que define os padrões de raça, classe e sexualidade, ao negar a obrigatoriedade de ter filhos e se casar.

A autora consegue romper com a tradicional ficção e possibilita ao leitor reconhecer situações do cotidiano por meio do conto. Podemos perceber como a autora trabalha a realidade da mulher negra permeada por questões de gênero.

O conto também permite observar como a realidade da mulher, sobretudo da mulher negra, é perpetrada pela violência de gênero, de raça e de classe desde sua infância por meio da normalização social, visibilizando subjetividades por meio do protagonismo feminino negro, que muitas vezes consensualmente se ignora. Escrever sobre as vivências é, em Conceição Evaristo, a possibilidade de efeito de liberdade para mulheres silenciadas.

A Análise do Discurso, por meio dos procedimentos de descrição e de análise dos dados das pesquisas, demonstra que os preconceitos de gênero e racial encontram-se presentes no conto e permanecem circulando na sociedade contemporânea. Esse diagnóstico do presente neocolonial é uma denúncia social que possibilita outra ordem discursiva, a da resistência a saberes e poderes misóginos, racistas e de classe social.

Agradecimentos

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa, que foi fundamental para a realização desta pesquisa. O apoio da CAPES foi imprescindível para o desenvolvimento acadêmico e para a concretização deste trabalho.

Agradeço à minha orientadora por sua orientação incansável, apoio constante e valiosas contribuições ao longo de todo este trabalho. Sua dedicação e incentivo foram fundamentais para o desenvolvimento deste estudo e para o meu crescimento acadêmico. Sou profundamente grata por sua confiança e orientação ao longo deste processo.

Referências

- BEAUVOIR, S. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Tradução Sérgio Milliet. 3. ed. São Paulo: Difusão Europeia, 1967.
- BRANDÃO, H. H. B. *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1942.
- EVARISTO, C. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas – Fundação Biblioteca Nacional, 2016.
- EVARISTO, C. *Literafro UFMG*. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo>. Acesso em: 15 set. 2021.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- HAROCHE, C.; PECHEUX, M.; HENRY, P. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, R. L. (org.). *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011. p. 17-40.
- ORLANDI, E. P. *A Linguagem e seu funcionamento*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1983.
- ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: Princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2009.
- ORLANDI, E. P. *Discurso em Análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas: Pontes, 2012.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Orlandi et al. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1975.
- PÊCHEUX, M. Introduction. *Langages*, Paris, n. 37, p. 3-6, 1975.
- PÊCHEUX, M. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. 2. ed. Campinas: Pontes, 1997.
- PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução Péricles Cunha. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.

O papel da andaimagem na (co)construção de sentidos dos enunciados com marca de plural nominal na aquisição do PB

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v54i3.3770>

Rosângela Nogarini Hilário¹

Resumo

Neste trabalho, discutimos as contribuições da andaimagem para a (co)construção de sentidos dos enunciados com marca de plural nominal, considerando a interação entre adulto e criança no contexto da aquisição do português do Brasil. Fundamentamo-nos em uma abordagem dialógico-discursiva, de base interacionista, partindo do conceito de andaimagem proposto por Bruner (2011) e por De Weck e Salazar Orvig (2019). A partir de um paradigma indiciário (Ginzburg, 2003 [1986]), analisamos dados naturalísticos e longitudinais (M. 2;01-2;11 e A. 1;11-2;09), considerando os enunciados da criança com marca de plural nominal ou elementos de apoio, identificando os enunciados andaimantes da mãe. Os resultados mostram que eles desencadeiam a negociação de sentidos para esses enunciados da criança, com a presença de reformulações tanto na fala da criança quanto na produção do adulto.

Palavras-chave: aquisição da linguagem; plural nominal; andaimagem.

¹ Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Assis, São Paulo, Brasil; rn.hilario@unesp.br; <https://orcid.org/0000-0001-8515-5666>

Le rôle de l'étayage dans la (co)construction du sens des énoncés avec marquage du pluriel nominal dans l'acquisition du portugais brésilien

Résumé

Dans cet article, nous discutons des contributions de l'étayage à la (co)construction du sens dans des énoncés avec une marque nominale du pluriel, en considérant l'interaction entre l'adulte et l'enfant dans le contexte de l'acquisition du portugais brésilien. Nous adoptons une approche dialogique-discursive, interactionniste, à partir du concept d'étayage proposé par Bruner (2011) et De Weck et Salazar Orvig (2019). Nous nous appuyons sur le paradigme indiciaire (Ginzburg, 2003 [1986]) pour analyser des données naturalistes et longitudinales (M. 2;01-2;11 et A. 1;11-2;09), en considérant les énoncés de l'enfant avec une marque nominale du pluriel ou des éléments d'appui, en identifiant les énoncés étayants de la mère. Les résultats montrent qu'ils déclenchent la négociation du sens pour les énoncés de l'enfant, avec la présence de reformulations aussi bien dans le discours de l'enfant que dans la production de l'adulte.

Mots-clés: acquisition du langage ; pluriel nominal ; étayage.

Introdução

Neste trabalho, discutimos o papel da andaimagem na (co)construção de sentidos dos enunciados com marca de plural nominal na interação entre mãe e criança em contexto de aquisição do português do Brasil (PB). Nossas reflexões partem de uma perspectiva dialógico-discursiva (Bakhtin, 2006; Volóchinov, 2017; Del Ré; Hilário; Vieira, 2021; entre outros), pois consideramos que a entrada da criança na língua/linguagem se dá *na* e *pela* interação com o outro, sendo, portanto, necessário considerar a aquisição dos aspectos formais (fonológicos e morfossintáticos) em relação às funções e usos da linguagem manifestos no diálogo. Baseamo-nos, ainda, no conceito de andaimagem proposto por Bruner (2011), que diz respeito aos meios pelos quais um adulto auxilia a criança a resolver problemas, concluir tarefas ou alcançar objetivos que, sem esse auxílio, estariam além de suas capacidades, considerando, mais especificamente, as distinções propostas por De Weck e Salazar Orvig (2019) entre a *andaimagem de tarefa* e a *andaimagem linguística*.

Os dados analisados fazem parte do Banco de Dados do grupo NALíngua-CNPq (Del Ré; Hilário; Rodrigues, 2016; Hilário; Moreira; Vieira, 2024) e foram coletados longitudinalmente, em ambiente naturalístico. Os registros em vídeo compreendem as produções de duas crianças brasileiras (M. 2;01 a 2;11 anos, e A., 1;11 a 2;09), em interação com a mãe durante situações cotidianas (banho, refeição, leitura compartilhada, brincadeiras etc.). Trata-se de uma análise qualitativa, a partir de um paradigma indiciário (Ginzburg (2003 [1986]), e foram submetidas à análise todas as sequências (enunciados da criança e

da mãe) que apresentassem i) enunciados da criança com sintagmas nominais com marca morfológica de plural, elementos de apoio (como “outro”. por exemplo) ou outros elementos que remetessem à ideia de pluralidade (como numerais ou repetições do tipo “esse, esse, esse”) e ii) enunciados da mãe, anteriores ou posteriores aos da criança, que pudessem ser categorizados como andaimagem linguística ou de tarefa, conforme De Weck e Salazar Orvig (2019). A relevância em analisar o papel da andaimagem na produção de plural nominal no período de aquisição se dá por diversos fatores. O primeiro deles é o fato de que produzir um morfema de plural é, também, negociar referentes na produção discursiva, o que, frequentemente, leva os parceiros comunicativos a questionarem, justificarem ou reformularem o que dizem, buscando ajustamentos nessa produção. Além disso, estudos anteriores mostraram que a produção da criança brasileira, no período de aquisição, apresenta um número considerável de sintagmas nominais plurais que podem causar estranhamento, especialmente por serem considerados agramaticais (com marca morfológica de plural apenas no último elemento do sintagma, como “a meninas”, por exemplo), como discutido em Hilário (2013, entre outros). Assim, buscamos responder às seguintes questões: essas produções da criança realmente causam estranhamento no interlocutor adulto? Se sim, esse estranhamento daria lugar a propostas de andaimagem do adulto para adequação da produção linguística da criança? De que tipo? Para além desses enunciados que podem causar estranhamento no adulto, haveria ainda outras propostas de andaimagem do adulto para a negociação do referente no caso do uso da marca de plural? De que forma elas colaboram para a (co)construção do sentido de plural?

O artigo está organizado da seguinte forma: na primeira parte, apresentamos a perspectiva teórica à qual nos filiamos e os conceitos de andaimagem segundo Bruner (2011) e De Weck e Salazar Orvig (2019); na segunda parte, apresentamos um breve panorama dos estudos sobre a aquisição do plural nominal no PB e os resultados de nossas pesquisas anteriores sobre a aquisição do plural nominal por crianças brasileiras e portuguesas (Hilário, 2013, 2020a; Hilário; Del Ré, 2023, entre outros) e contextualizamos o presente estudo; na terceira parte, justificamos as escolhas metodológicas e apresentamos o *corpus*; na quarta parte, apresentamos as análises e discussões e, por fim, as considerações finais.

Sobre o conceito de andaimagem

É certo que a noção de andaimagem se inscreve em uma abordagem interacionista da aquisição da linguagem. No entanto, falar em interação não significa, forçosamente, falar em andaimagem. Esse conceito, muito mobilizado nas discussões sobre aquisição e ensino de língua (materna e não materna), foi proposto por Bruner (2011) a partir de outro conceito essencial para os estudos aquisicionistas: o de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), proposto por Vygotsky (2007). Começaremos por ele.

Segundo o autor, a ZDP

[...] é a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através de solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes (Vygotsky, 2007, p. 97).

Para Vygotsky, a criança é um sujeito ativo na construção de seu conhecimento linguageiro e de mundo e seu desenvolvimento se dá a partir da interação com o outro (mãe, pai etc.). Essa interação é caracterizada por ajustamentos do adulto em relação à criança, tendo em vista ajudá-la a realizar tarefas que não conseguiria sozinha, sejam tarefas relacionadas ao “fazer”, como pegar um objeto que está em lugar demasiadamente alto, locomover-se dando passinhos de um lugar a outro, montar um jogo de encaixes etc., sejam tarefas relacionadas ao “dizer”, como nomear um objeto, narrar uma história ou produzir adequadamente uma palavra. Para isso, é preciso que o adulto identifique aquilo que a criança já consegue fazer sozinha (as ações inscritas em sua Zona de Desenvolvimento Real) e o que ela ainda não é capaz de fazer por si só, mas é capaz de fazer mediante o auxílio de alguém mais experiente (ações inscritas em sua Zona de Desenvolvimento Potencial). É nesse espaço psicológico (entre o real e o potencial) que, segundo Vygotsky, o adulto atua, no que o autor nomeia como Zona de Desenvolvimento Proximal. Esse conceito foi recuperado por Bruner e colaboradores ao descrever o processo de tutela exercido pelo adulto na interação com a criança. O *tutorial process* é definido pelos autores como “os meios pelos quais um adulto ou “especialista” ajuda alguém que é menos adulto ou menos especialista” (Wood, Bruner, Ross, 1976, p. 89).

Para exemplificar a ação de um tutor, Bruner recorreu à metáfora do “andaime” (*scaffolding*), um suporte temporário, retirado completamente à medida que a criança desenvolve conhecimentos e habilidades que a tornam capaz de agir de forma autônoma e independente. Os processos de andaimagem permitem que a criança (ou um aprendiz) resolva um problema, realize uma tarefa ou atinja um objetivo que estaria além de seus esforços sem assistência. Esse “andaime” consiste essencialmente no adulto “regulando” os elementos da tarefa que estão inicialmente além da capacidade da criança (ou do aprendiz), dividindo-a em partes, exemplificando-a, ressaltando aquilo que deve ser alvo de atenção especial etc., permitindo que a criança se concentre apenas nos elementos que estão dentro de sua competência. A tarefa, assim, avança para uma conclusão bem-sucedida.

De Weck e Salazar Orvig (2019) debruçaram-se sobre *corpora* longitudinais e naturalísticos para identificar as diferentes facetas da andaimagem de um ponto de vista tanto teórico quanto operacional, categorizando os enunciados andaimantes dos adultos na interação com as crianças em situações cotidianas. Para as autoras, o desafio, do ponto de vista

metodológico, é distinguir entre os enunciados que são andaimantes e os que não o são, já que a andaimagem pressupõe a interação, mas a interação não se reduz à andaimagem. Também é necessário diferenciar os tipos de andaimagem, pois é possível oferecer suporte para a realização de uma tarefa, para a produção de um discurso, para a pronúncia adequada de uma palavra, para a reformulação de um enunciado etc. Nesse sentido, as autoras caracterizaram dois tipos de andaimagem: a andaimagem da tarefa, que diz respeito à gestão da realização da atividade e do uso da língua na tarefa (orientação, regulação da atividade, reações às produções da criança e comportamentos reflexivos do adulto), e a andaimagem linguística, que tem como foco as formas da língua nas produções da criança, tendo em vista um aprimoramento de seus enunciados (reformulações, solicitações de denominação, propostas de denominação, exemplos, solicitações de esclarecimento e definições). Para além dessas categorizações, as autoras observaram as reações das crianças a esses enunciados, discutindo, assim, o efeito desses dois tipos de andaimagem na produção discursiva

Para as autoras, a andaimagem não deve ser vista como uma atividade homogênea. Pelo contrário, ela está sujeita a variações significativas, especialmente porque não se trata de um fenômeno unidirecional: os enunciados andaimantes das mães podem se diferenciar dos dos pais; a andaimagem oferecida a crianças com desenvolvimento atípico se distingue do suporte oferecido a crianças com desenvolvimento típico etc. O trabalho de De Weck e Salazar Orvig (2019) aponta, ainda, a necessidade de se considerar a andaimagem em relação ao tipo de atividade, observando a reação da criança às intervenções do adulto (esperada, não esperada, enunciados como “não sei”...). Para isso, é importante levar em conta se há espaço discursivo, deixado pelo adulto, para que a criança reaja.

Como se pode notar, a andaimagem pressupõe uma assimetria entre os interlocutores e, em geral, espera-se que os enunciados andaimantes produzam um movimento na criança (em suas ações, em sua produção linguística). No entanto, podemos questionar: nos ajustamentos produzidos na interação entre adulto e criança, é possível observar movimentos também do adulto no curso da interação com a criança? Indagamos, aqui, não apenas a respeito da simplificação da tarefa ou das reformulações para os enunciados da criança, mas de ajustamentos feitos pelo adulto em seu próprio enunciado, indícios de uma escuta sensível na negociação de sentidos. Afinal, a andaimagem se distingue, epistemologicamente, das condutas de reforço inscritas em um quadro teórico *behaviorista*. Não se trata, portanto, de fornecer modelos para que a criança os siga, ou de apresentar reforços negativos ou positivos tendo em vista a extinção ou manutenção do que, neste quadro teórico, convencionou-se chamar de “comportamento verbal”. Um enunciado andaimante não tem como objetivo simplesmente “corrigir” a produção da criança, mas garantir que ela, ainda que com ajuda, seja capaz de produzir algo que não conseguiria sozinha. Isso pressupõe que o adulto interprete o que a criança quer ou pode produzir, mas não garante que essa interpretação seja apropriada. Aliás, não é incomum observar diálogos em que o adulto propõe algo, considerando saber o que a

criança deseja fazer ou falar, mas não tenha adesão da criança e se surpreenda com a sua resposta, tendo, assim, que reformular seu próprio enunciado.

Partindo dessas considerações, nosso objetivo é investigar o papel da andaimagem na (co)construção de sentidos dos enunciados com marca de plural nominal (ou elementos que carreguem consigo um sentido de pluralização no discurso), observando esses movimentos, deslocamentos, negociações, que incluem não apenas os enunciados andaimantes do adulto, mas o “ir e vir” na produção do adulto e da criança, buscando “coincidir” referentes, isto é, objetos de discurso sobre os quais se enuncia. Para melhor contextualizar o que buscamos discutir, a seguir, fazemos breves considerações sobre a aquisição do plural nominal, especialmente em PB, apresentando alguns dos estudos até então desenvolvidos sobre o tema.

A morfologia “fora do lugar” e a negociação de sentidos dos enunciados com marca de plural nominal: questões sobre a aquisição do PB

As investigações sobre a aquisição do plural em português brasileiro (PB) (e também sobre o português europeu (PE)) – muitas delas propostas sob uma perspectiva gerativista – sugerem que o processo de aquisição da marca morfológica de número no PB envolve a identificação de propriedades fônicas relativas à presença/ausência do morfema no âmbito do DP e, uma vez reconhecidas estas propriedades, a informação relativa a número seria identificada como um morfema portador de um determinado valor semântico (Ferrari-Neto, 2010, entre outros). Também apontam que as crianças estão sensíveis à expressão gramatical de número tanto no PB (Ferrari-Neto; Corrêa; Augusto, 2005) quanto no PE (Castro; Ferrari-Neto, 2007; Castro, 2007), processando de forma distinta as construções gramaticais (Dplural+Nplural e Dplural+Nsingular) em comparação com as agramaticais² (Dsingular+Nplural). Quanto às construções “agramaticais”, estas foram observadas na fala espontânea da criança, registradas em coletas de dados naturalísticos, tanto em PB (Lopes, 2004; Simioni, 2007; Hilário, 2013; Reis, 2020) quanto em PE (Castro, 2010; Hilário, 2020a). Lopes (2004), por exemplo, sugere que as crianças passam por etapas bem definidas na aquisição do plural, e que as construções agramaticais seriam típicas de um primeiro estágio, mencionando a possibilidade de fatores fonológicos que não são aprofundados.

Um dado interessante surge dos experimentos de Ferrari-Neto (2003) e Castro e Ferrari-Neto (2007) sobre a concordância de plural em PB e PE. Com o objetivo de avaliar em que medida a criança é capaz de interpretar semanticamente informação relativa a número no DP fornecida apenas pela informação morfofonológica, os experimentos

² Nesses trabalhos, os conceitos de gramaticalidade e agramaticalidade são os assumidos pela teoria gerativa.

(que se valeram de figuras que representavam objetos e seres inventados, designados por pseudopalavras, em uma tarefa de identificação de imagens) foram realizados com crianças brasileiras com idade média de 25 meses e crianças portuguesas com idade média de 26 meses. No teste, uma variável independente foi inicialmente considerada: a expressão morfológica do número, nas condições gramatical padrão, como em “os dabos”; gramatical não padrão, como em “os dabo”; não gramatical sufixo, como em “o dabos”; não gramatical infixo, como em “o dasbo”. A forma gramatical do singular foi usada como controle. Os resultados mostram que o número de respostas no singular para a condição agramatical (“o dabos”) superou o de respostas no plural dadas pelas crianças (apenas 33,3% das respostas no PB e 24,44% das respostas no PE foram de identificação da condição agramatical como plural), confirmando a hipótese dos pesquisadores (esperava-se que as crianças processassem a condição agramatical como singular). Entretanto, nos parece interessante que dados naturalísticos e longitudinais de produção indiquem que essas construções ocorram, na produção espontânea da criança, em contextos de plural, inclusive com o gesto de apontar desempenhando um papel crucial na distinção entre singular e plural (Hilário; Romero, 2017; Hilário, 2020b). Essa conclusão foi um dos principais achados de nossa pesquisa de doutorado (Hilário, 2013), que buscou identificar os tipos de marcação de plural na produção oral de crianças brasileiras, além de investigar sua presença na fala de uma criança bilíngue (PB/FR), identificar os fatores linguísticos que influenciam essas produções e explorar as relações entre fatores linguísticos, discursivos e multimodais (tipo de discurso, contexto e gestos de apontar) na construção do sentido em enunciados com marca de plural. Em uma pesquisa posterior, de pós-doutorado (Hilário, 2020b), foram analisados também os dados (longitudinais e naturalísticos) de aquisição do PE considerando apenas a produção verbal, já que eles estavam disponíveis em áudio e não em vídeo. Os dois estudos desenvolveram-se com base em uma abordagem dialógico-discursiva. Com isso, foi possível levar em conta não apenas a produção da criança, mas o contexto em que os enunciados eram produzidos (as repetições ou retomadas, as situações e atividades em que os interlocutores estavam envolvidos etc.). Assim, as reflexões propostas por Bakhtin e o Círculo (Bakhtin, 2006; Volóchinov, 2017, entre outros) a respeito da língua/linguagem nortearam as análises, bem como aquelas apresentadas por Bruner (Bruner, 1984, 2011; Wood; Bruner; Ross, 1976, entre outros) e Vygotsky (2007) no que se refere mais especificamente ao período de aquisição da linguagem, em uma possível aproximação entre os autores.

No que diz respeito ao PB (Hilário, 2013, entre outros), ao examinar a relação entre a fala da criança e a do adulto, observou-se que as primeiras produções de plural surgiam frequentemente em enunciados imediatamente posteriores aos do adulto. Os primeiros sintagmas nominais compostos por mais de um elemento (por exemplo, D+N) apresentavam marca de plural apenas ao final do sintagma, recorrentemente (por exemplo, Dsingular+Nplural), mesmo que essa construção não fosse utilizada pelo adulto. Além dos artigos serem alvo do apagamento do morfema {-s} nesses sintagmas, os numerais que acompanhavam nomes no plural também tinham a fricativa apagada (como em “doi(s) anos”, “dua(s) meninas” etc.). Um dado interessante é que por volta dos

2;7 anos, quando a fricativa já era enfim produzida da forma esperada nos contextos de coda silábica interna, os sintagmas nominais plurais continuavam, no entanto, a aparecer em construções do tipo Dsingular+Nplural (como no enunciado “o meninos também correr”, produzido por A.).

Assim, nos dados que analisamos em PB, constatamos a ocorrência não de dois, mas de três tipos de marcação de plural (concordância/não concordância) na fala da criança no período de aquisição: i) a marcação “padrão”, com sintagmas do tipo Dplural+Nplural, por exemplo; ii) a marcação “não padrão”, com sintagmas do tipo Dplural+Nsingular, por exemplo (estas duas primeiras também presentes na produção do adulto); e iii) uma produção que apresentava a inserção da marca de plural apenas no último elemento do sintagma (ou elemento mais à direita), com construções do tipo Dsingular+Nplural, por exemplo (produção não observada na fala do adulto nesses dados e em PB, em geral).

Embora esses achados sejam muito interessantes para caracterizar a produção da criança nesse período específico de aquisição da linguagem, eles não são suficientes para explicar o processo de aquisição e, mais especificamente, o que convencionou-se chamar de “aquisição morfológica”. Afinal, como dissemos anteriormente, para nós, em uma perspectiva dialógico-discursiva, para compreender a complexidade envolvida na entrada da criança na linguagem, é necessário considerar a aquisição dos aspectos formais em relação às funções e usos da linguagem. Não se trata, portanto, de “adquirir linguagem”, mas de produzir sentidos na e pela linguagem, em interação com o outro, utilizando os recursos linguístico-discursivos disponíveis. Trata-se de (co)construir sentidos na corrente comunicativa da qual todos fazemos parte, o que se aplica tanto ao período de aquisição quanto a outras fases. Referimo-nos às reflexões de Bakhtin e do Círculo (especialmente Bakhtin, 2006; Volóchinov, 2017) e aos autores neles inspirados (como François, 2006, entre outros; Salazar Orvig, 2003, entre outros) para estudar os fenômenos envolvidos na entrada da criança na linguagem. Consideramos que os enunciados são construções projetadas para serem usadas como elos em cadeias de ações cognitivas e comunicativas, e não estruturas fixas e autônomas. A língua/linguagem não é, nesse sentido, um sistema abstrato, pois inclui usos, práticas, ações, atividades e diversos recursos que se (re)configuram para a produção de sentidos, incluindo formas linguísticas, voz, entonação, corpo, gestos etc. Nesta perspectiva, o processo gerativo da linguagem corresponde, primeiramente, à imersão inicial em contextos sociais reais e significativos. Quanto ao processo de aquisição, Salazar Orvig *et al.* (2021) ressaltam a importância da imersão das crianças em atos comunicativos reais, nos quais a produção de sentidos exerce função essencial para a apreensão dos aspectos formais da língua. Trata-se, assim, da negociação na produção de enunciados que permitem aos interlocutores entrarem em acordo sobre os sentidos que pretendem produzir uns com os outros, na interação entre esses interlocutores e entre esses enunciados.

Embora a aquisição morfológica (e a aquisição do morfema de plural em PB e PE, mais especificamente) tenha sido bastante explorada, sobretudo em outras perspectivas teóricas, sua investigação enquanto fenômeno linguístico-discursivo, considerando a presença do *outro* nesta aquisição (como é o caso da investigação sobre andaimagem), ainda é um campo fértil para pesquisas. Por este motivo, consideramos que este estudo tem grande potencial de contribuição, tanto para a área quanto para as discussões teórico-metodológicas em uma perspectiva dialógico-discursiva. A seguir, apresentamos as escolhas metodológicas que nos guiaram na proposta dessas discussões.

Metodologia

Esta é uma pesquisa de cunho qualitativo, proposta a partir da análise de dados longitudinais coletados em ambiente naturalístico, a partir de um paradigma indiciário (Ginzburg (2003 [1986]), isto é, um modelo epistemológico que elege o “singular” como dado que nos permite flagrar a relação sujeito/linguagem, como apontam Abaurre *et al.*, (2012). A decisão pela análise de dados longitudinais e naturalísticos se dá por razões específicas. A primeira dela é o alinhamento com a perspectiva teórica adotada, que considera o diálogo e a interação como os espaços em que a língua/linguagem se manifesta (Bakhtin, 2006; Volóchinov, 2017; Del Ré; Hilário; Vieira, 2021, entre outros). Além disso, nossa pergunta de pesquisa versa sobre uma possível mudança na fala infantil, o que demanda uma observação contínua, que se realiza ao longo do tempo e não em um momento estático. Por fim, a aparente divergência entre os resultados de análise de processamento e de produção em relação à aquisição do plural nominal nos sugere ser válido olhar com atenção para a produção espontânea da criança e sua relação com a fala do outro, buscando, nessa relação, pistas sobre como a criança entra na linguagem, isto é, nesta “corrente comunicativa ininterrupta” (Volóchinov, 2017).

Os dados analisados (M. 2;01 a 2;11 anos, e A., 1;11 a 2;09) fazem parte do Banco de Dados do grupo NALíngua-CNPq (Del Ré; Hilário; Rodrigues, 2016; Hilário; Moreira; Vieira, 2024), foram transcritos no formato CHAT e tiveram a transcrição sincronizada com o vídeo com o auxílio do *software* CLAN, disponível na plataforma CHILDES (MacWhinney, 2000). Optamos pelo uso do CLAN em pesquisas que envolvem análise de *corpus*, pois ele garante uma transcrição fiel da fala infantil, permitindo análises no contexto original (com acesso a vídeos ou áudios dos enunciados) e oferecendo outras funcionalidades importantes. Além disso, o programa é amplamente utilizado por grupos de pesquisa, tanto nacionais quanto internacionais, com os quais mantemos diálogo.

Os vídeos, que foram registrados em situações de interação cotidianas entre a criança e a mãe, na presença da observadora (refeições, brincadeiras etc.), têm duração média de 1 hora cada. As transcrições contêm uma linha principal (transcrição ortográfica do enunciado de cada um dos participantes da sessão) e linhas adicionais (comentários, linha de ação etc.). Para as análises, os vídeos foram assistidos na íntegra e todos

os enunciados da criança com marca de plural ou elementos de pluralização foram categorizados. Em seguida, foram analisados os enunciados anteriores ou posteriores aos da criança (enunciados da mãe ou de outro adulto, reações da criança, novos enunciados da mãe ou do adulto em resposta a estas reações etc.), buscando identificar as ocorrências de *andaimagem linguageira* (que, como apontam Weck e Salazar Orvig, 2019, incluem tanto a *andaimagem linguística* quanto a *andaimagem da tarefa*). Listamos, assim, possíveis estranhamentos que a produção da criança despertaria no interlocutor e as negociações em torno dessa produção. Apresentamos, na sequência, as análises, com trechos do *corpus* que consideramos significativos para a discussão proposta.

Análises e discussão

Primeiramente, é importante ressaltar que, ao contrário do que seria esperado, os enunciados com marcação de plural do tipo Dsingular+Nplural nem sempre causam estranhamento no interlocutor adulto. Quando não há necessidade de negociação para o sentido, a forma pode não ser alvo de correção, proposta de reformulação ou qualquer outro tipo de andaimagem. No entanto, identificamos, no conjunto de dados, o que Salazar Orvig e De Weck (2013) apontam como “diferentes perfis de mães”³: no *corpus* de A., por exemplo, encontramos mais propostas de correções implícitas feitas pela mãe do que no *corpus* de M.

A seguir, trazemos um excerto com propostas de correção não explícita da mãe em relação ao enunciado de A.

A. 2;03.13⁴

A criança está fazendo tarefa, recortando e colando imagens de um panfleto com a mãe na sala da casa.

- (01) *CHI: a conta # **essa contas** .
- (02) *MOT: ah@i **a conta** aqui ?
- (03) *CHI: é **a con:ta** esse [/] esse ## conta .
- (04) *CHI: **o(u)tra [/] o(u)tra** +...
[...]
- (05) *CHI: (a)cabo(u) **a bolsas** ?
- (06) *MOT: (a)cabo(u) **as bolsas** .
- (07) *CHI: onde (es)tá **outra bolsa** # assim da g(r)ande ?

3 Por restrições de espaço e tendo em vista os limites do estudo que apresentamos neste artigo, não desenvolveremos esse tema. Consideramos, no entanto, que seja algo interessante a ser aprofundado em estudos posteriores.

4 Ver em Hilário (2011) um breve resumo das convenções de transcrição.

Nesse excerto, a proposta de correção da mãe em (02) para a produção da criança em (01) parece ter a adesão da criança em (03) – a criança passa de “essa contas” para “a conta”. Porém, se observarmos a sequência, a criança usa elementos de apoio para a expressão de pluralidade. Assim, o enunciado andaimante da mãe, embora pareça objetivar a correção da *forma*, acaba por desencadear uma negociação de sentidos, na distinção entre singular e plural.

Em outro exemplo de proposta de andaimagem linguística, com foco na forma, observamos um movimento interessante da criança:

A., 2;6.19

A criança conversa com a mãe e com a irmã na sala da casa.

- (08) *MOT: (o) que (vo)cê (es)tava fazendo lá na piscina ?
(09) *CHI: b(r)incando de regador # c(om) **a meninas** .
(10) *MOT: hum@i .
(11) *MOT: e # e c(om) a vovó fazia # piui@o +...
(12) *FAT: piui@i sagui [=! canta] [x2]
(13) *CHI: e **a menina** ta(m)bém c(om) a vovó dela # **a meninas** .
(14) *MOT: é: # **as meninas** também ?

%act: CHI balança a cabeça afirmativamente

O que nos parece interessante nesse excerto é que, antes da correção proposta pelo adulto em (14), a criança realiza uma autocorreção: em (13) ela inicia dizendo “a menina”, no singular, e, logo em seguida, corrige para “a meninas”. Assim, A. faz uma distinção clara entre um sintagma nominal no singular e um sintagma nominal no plural. A produção “a meninas” (Dsingular+Nplural), nesta fala espontânea da criança, diz respeito, portanto, ao plural. A correção da mãe (“as meninas”) parece, assim, apenas reafirmar o sentido coocorrente na fala da criança e do adulto, ainda que a forma não seja coincidente.

Assim como De Weck e Salazar Orvig (2019) observaram, a atividade e o gênero do discurso parecem ser categorias importantes na análise da andaimagem também quando há negociação de sentidos dos enunciados com marca de plural. Isso porque o encadeamento dos enunciados pode produzir opacidade, como é possível notar no exemplo a seguir.

A. 2;02.14

Situação: A. brinca com a irmã e a mãe na sala de casa com um jogo de imagens

(15) *CHI: o(lha) mãe .

%act: mostra para a mãe o jogo que montou com a figura de três gatos dentro de uma mão

(16) *MOT: que lindo # **quantos gatos** tem aí ?

(17) *CHI: dois # três # quatro .

%act: aponta para o jogo enquanto conta

(18) *MOT: quatro gatos ?

(19) *CHI: é .

(20) *SIS: não # é três .

(21) *CHI: não # três quatro ## <é> (>) quatro .

%act: aponta para o jogo enquanto conta

[...]

O “jogo de contar” continua com a manipulação de um coelhinho de pelúcia.

(22) *MOT: que lin:da # **quantas orelhinhas** ele tem ?

(23) *CHI: tem dois # t(r)rê:s # quatro .

%act: aponta para cada uma das orelhas do coelhinho enquanto conta

(24) *MOT: nã:o # conta uma +...

(25) *CHI: uma +...

%act: aponta para uma das orelhas do coelho

(26) *MOT: duas +...

(27) *CHI: duas +...

%act: aponta para a outra orelha do coelho

(28) *MOT: duas orelhas .

(29) *CHI: dua(s) orelhas .

[...]

(30) *MOT: **e boca** ?

(31) *CHI: boca ## falto(u) a boca .

(32) *MOT: num@d tem a boca aí@d do coelho ?

- (33) *CHI: num@d tem .
- (34) *MOT: **quantas bocas** ele tem ?
- (35) *CHI: num@d tem .
- (36) *MOT: nenhuma ?
- (37) *CHI: num@d tem .
- (38) *MOT: ah@i coitado ele num@d pode falar .
- (39) *SIS: ele tem zero bocas .
- (40) *CHI: zero bocas .
- (41) *MOT: zero bocas .
- (42) *MOT: **e a Ana quantas bocas tem ?**
- (43) *CHI: dois três quatro .
- (44) *MOT: <é> [>] ?
- (45) *SIS: <0 [=! ri]> [<] .
- (46) *CHI: é .
- (47) *MOT: conta direito # quantas bocas ?
- (48) *CHI: do::is # três !
- (49) *MOT: uma # uma boca .
- (50) *CHI: uma boca ?
- (51) *MOT: é .
- (52) *CHI: **e a mamãe ?**
- (53) *MOT: uma boca também .
- (54) *CHI: e a táta@f ?
- (55) *SIS: uma boca .
- (56) *MOT: também .
- (57) *CHI: **e a blusas ?**
- %act: CHI aponta para a camiseta da mãe, que tem o desenho de uma menina
- (58) *SIS: 0 [=! ri] .
- (59) *CHI: e a blusa ?
- (60) *MOT: a blusa ?
- (61) *MOT: blusa num@d tem boca .

Vemos, nesse exemplo, que o “formato”⁵ oferece certa estabilidade para a interação entre a criança e seus interlocutores (a mãe e a irmã). Assim, as respostas da criança às perguntas da mãe eram, de certa forma, previsíveis, o que permitiu, também, a troca de papéis entre os interlocutores: se, a princípio, a mãe propõe o jogo de contar, perguntando, em (16), “quantos gatos” há na figura, em (22), “quantas orelhinhas” tem o coelhinho e, em (30) “a boca”, que pode ser glosado como “quantas bocas tem o coelhinho”, a criança assume o lugar que estava sendo ocupado pela mãe ao continuar o jogo, perguntando, em (57), “e a blusas?”. A questão posta por A. provoca o riso da irmã e a criança reformula a pergunta, em (59), para “e a blusa?”. A mãe, ao responder a pergunta feita por A. dizendo que “blusa num tem boca” (61), demonstra que sua interpretação para o enunciado havia sido “quantas bocas tem a blusa”. No entanto, é possível dizer que o enunciado de A. reflete a mudança ocorrida na estrutura do jogo: se antes ele se organizava de modo a contar elementos distintos em um mesmo objeto (“quantas orelhas tem o coelho”, “quantas bocas tem o coelho”), passa a se organizar de modo a contar um mesmo elemento em lugares distintos (“e a A., quantas bocas?”, “e a mamãe, quantas bocas?”. A questão por ela formulada poderia ser interpretada tanto como “quantas bocas tem a blusa?” quanto “quantas blusas tem o coelho?”.

Esse exemplo, a nosso ver, mostra a relação estreita entre a andaimagem da tarefa e a andaimagem linguística e a dificuldade metodológica em distingui-las completamente: se, por um lado, os enunciados andaimantes da mãe e da irmã têm como objetivo auxiliar a criança na tarefa de “contar” para participar do jogo proposto, esses enunciados também desencadeiam uma negociação quanto aos sentidos produzidos no discurso – fruto da não coincidência dos referentes, dos objetos do discurso.

Podemos, ainda, citar diversos exemplos de produção da criança que poderiam desencadear, na fala da mãe, uma proposta de correção, sem que isso aconteça.

M. 2;02

A criança e a mãe estão brincando no quarto com um jogo de montar

- (62) *MOT: monta aí !
- (63) *CHI: e agora ?
- (64) *MOT: e agora ?
- (65) *MOT: hum@i ?
- (66) *CHI: e o o(u)t(r)o joguinho hein@i ?
- (67) *MOT: qual ?
- (68) *CHI: **o o(u)t(r)o joguinhos .**

⁵ Ver Bruner (1984).

(69) *MOT: olha aqui

M. 2;05

A criança e a mãe estão no quarto, desenhando e conversando

(70) *MOT: o Mel +...

(71) *MOT: olha aqui .

(72) *MOT: vai compra(r) o home+theater ou vai compra(r) o presente do dia das mães?

(73) *CHI: vo(u) compra(r) o # **o presente do dia da mães** !

(74) *MOT: seu pai queria compra(r) o home+theater # n(ão) é ?

M. 2;10

A criança está com a mãe na sala da casa, folheando um livro, e apontando para as figuras.

(75) *CHI: a lua é linda né ?

(76) *MOT: linda # maravilhosa .

(77) *CHI: olha aqui **a e(s)t(r)elas** .

(78) *MOT: muito linda .

(79) *CHI: é .

Vemos que, nesses casos em que há coincidência em relação ao referente (não é necessário que mãe e criança negociem a forma para se referirem a algo no singular ou no plural), o fluxo da interação segue sem que haja necessidade de enunciados andaimantes propostos pela mãe. No entanto, algo interessante acontece quando há necessidade de negociação, como podemos ver a seguir:

M. 2;03

A mãe está dando de comer à criança

(80) *MOT: de quem que é esse chinelo aí ?

%act: MOT mexe na comida que está no prato enquanto CHI olha para os pés e põe a mão nos chinelos que está calçando

(81) *CHI: é da Mel .

(82) *MOT: é ?

(83) *MOT: do que que é ?

%act: MOT aponta para o chinelo no pé de CHI

(84) *CHI: <é de Bob> [>] +/.

(85) *MOT: <quem que é esse desenho> [<] ?

- (86) *CHI: é **o Bob_E(s)ponjas** .
- (87) *MOT: é **o Bob Esponja** ?
- (88) *CHI: xx [=! afirmativamente] .
- (89) *MOT: é o olhinho do Bob ?
- (90) *CHI: é olhinho !
- (91) *MOT: olha só !
- (92) *MOT: que(r) carinha ?
%act: MOT oferece comida para CHI
- (93) *CHI: o(lha) .
%act: CHI mostra o chinelo para MOT
- (94) *MOT: olha que lindo !
%act: CHI começa a tirar o chinelo com as mãos
- (95) *CHI: ve(ja) .
- (96) *CHI: olha .
%act: CHI segura um chinelo com as duas mãos
- (97) *CHI: yy !
- (98) *MOT: xx [=! suspira] .
- (99) *MOT: olha o Bob (es)tava escondido !
%act: MOT oferece comida para CHI
- (100) *MOT: carinha .
%act: MOT leva comida com um garfo até a boca de CHI
- (101) *CHI: (vo)cê <num [: não] que(r)> [?] ve(r) **o(u)t(r)o** ?
%act: CHI segura os dois chinelos com as mãos
- (102) *MOT: **<o(u)tro> [>] Bob** ?
- (103) *CHI: <(es)tá> [<] +/.
- (104) *CHI: (es)tá (es)condido !
- (105) *MOT: **dois Bob Esponja** .

Consideramos esse exemplo particularmente interessante por mostrar não o deslocamento provocado pelo enunciado andaimante da mãe, que corrige o nome do desenho – de “Bob E(s)ponjas”, produzido por M. em (86) para “Bob Esponja”, produzido pela mãe em (87) –, mas o deslocamento na fala da mãe provocado pelo elemento de

apoio (“outro”) trazido pela criança em (101). A mãe adere à proposta da criança ao dizer “outro Bob” em (102) e depois “dois Bob Esponja” em (105). Nesse caso, mãe e criança negociam o referente, isto é, o objeto do discurso sobre o qual falam: para a mãe, o personagem chamado “Bob Esponja”; para a criança, as duas figuras que aparecem sobre o par de chinelos que ela está calçando, ou seja, o “Bob Esponjas” (um e outro, dois...).

Poderíamos citar outros contextos em que andaimagem linguística e andaimagem da tarefa produzem *movimento* na fala da criança e da mãe enquanto negociam os sentidos dos enunciados com marca de plural. Porém, em razão dos limites deste artigo e do objetivo proposto, consideramos que os exemplos que trouxemos são suficientemente relevantes.

Considerações finais

Neste artigo, apresentamos os resultados de uma pesquisa qualitativa na qual discutimos o papel da andaimagem na (co)construção de sentidos dos enunciados com marca de plural nominal na interação entre mãe e criança em contexto de aquisição do português do Brasil (PB). Com base em dados longitudinais e naturalísticos de duas crianças brasileiras em fase de aquisição da linguagem (M. 2;01 a 2;11 anos, e A., 1;11 a 2;09) e partindo de uma perspectiva dialógico-discursiva (Bakhtin, 2006; Volóchinov, 2017; Del Ré; Hilário; Vieira, 2021; entre outros), investigamos o papel da andaimagem na (co)construção de sentidos dos enunciados com marca de plural nominal (ou elementos que carreguem consigo um sentido de pluralização no discurso), analisando os deslocamentos na fala da criança e do adulto, bem como os enunciados andaimantes implicados na negociação desses sentidos. Para isso, baseamo-nos no conceito de andaimagem proposto por Bruner (2011) e também nos conceitos de *andaimagem de tarefa* e a *andaimagem linguística* propostos por De Weck e Salazar Orvig (2019).

As análises mostraram, primeiramente, que, ao contrário do que seria esperado, os enunciados com marcação de plural do tipo Dsingular+Nplural nem sempre causam estranhamento no interlocutor adulto. Quando não há necessidade de negociação de sentido, em geral, a forma não é alvo de correção, proposta de reformulação ou qualquer outro tipo de andaimagem. Pelo contrário: quando há coincidência em relação ao referente, o fluxo da interação segue sem que haja necessidade de enunciados andaimantes propostos pela mãe.

Os dados mostram, ainda, que o adulto desempenha um papel fundamental na (co) construção dos sentidos das unidades com marca de plural nominal no diálogo. Quando o foco é na atividade, nem mesmo as construções do tipo Dsingular+Nplural, que poderiam provocar certo estranhamento no adulto, fazem com que a mãe corrija a criança ou reformule sua fala. As propostas de reformulação acontecem, de fato, quando criança e

interlocutor adulto negociam o referente (sobre o que estão falando) ou quando o adulto põe foco unicamente sobre a forma.

Além disso, os deslocamentos acontecem não só na fala da criança, que adere à correção ou reformula sua fala, mas também na fala da mãe, que diante de elementos de apoio trazidos pela criança (outro, dois...), reformula sua fala (como vimos em “o Bob” – “dois Bob”). Considerando essas produções da criança, é possível dizer que ela, desde muito cedo, negocia sentidos para as unidades da língua no discurso, inclusive para as que possuem marca de plural.

Conclui-se, portanto, que a andaimagem desempenha um papel fundamental na (co) construção dos sentidos dos enunciados com marca de plural nominal, na aquisição do PB, pois configura-se como um processo interacional, sensível às condições discursivas e situado no contexto da atividade, que se organiza em função da negociação do referente e não exclusivamente da adequação formal das produções infantis. A andaimagem manifesta-se tanto por meio de intervenções linguísticas quanto pela sustentação da tarefa em curso, promovendo deslocamentos na fala da criança e do adulto, os quais evidenciam a natureza dialógica da aquisição. Nesse processo, o adulto atua como interlocutor que orienta, interpreta e, também, reformula a sua própria fala a partir dos elementos de apoio trazidos pela criança, negociando sentidos de forma compartilhada.

Referências

ABAURRE, M. B. N.; FIAD, R. S.; MAYRINK-SABINSON, M. L.; GERALDI, J. W. Considerações sobre a utilização de um paradigma indiciário na análise de episódios de refacção textual. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v. 25, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8639237>. Acesso em: 20 set. 2024.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 261-306.

BRUNER, J. *Le développement de l'enfant: savoir faire, savoir dire*. Paris: PUF, 2011.

BRUNER, J. Contexts and formats. In: MOSCATO, M.; PIRAUT-LE BONNIEC, G. (ed.). *Le langage: construction et actualisation*. Rouen: Publications de la Universit. de Rouen, 1984. p. 69-79.

CASTRO, A. Aquisição de morfologia de plural em português europeu: sobre a produtividade das regras. In: XXV *Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística: Textos Seleccionados*, Porto, APL, 2010. p. 277-289.

CASTRO, A. O processamento da concordância de número interna ao DP por crianças de 2 anos falantes de português europeu. In: LOBO, M.; COUTINHO, M. A. (ed.). *XXII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*; Textos Seleccionados. Lisboa: Colibri, 2007. p. 211-221.

CASTRO, A.; FERRARI-NETO, J. Um estudo contrastivo do PE e do PB com relação à identificação da informação de número no DP. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 65-76, mar. 2007.

DEL RÉ, A.; HILÁRIO, R. N.; VIEIRA, A. J. A linguagem da criança na concepção dialógico-discursiva: retrospectiva e desafios teórico-metodológicos para o campo de Aquisição da Linguagem. *Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso*, v. 16, n. 1, p. 12-38, jan. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2176-457348071>. Acesso em: 03 fev. 2026.

DEL RÉ, A.; HILÁRIO, R. N.; RODRIGUES, R. A. O Corpus NALingua e as tecnologias de apoio: a constituição de um banco de dados de fala de crianças no Brasil. *Revista Artefactum - Revista de Estudos em Linguagem e Tecnologia*. ANO VIII - Nº 02/2016. Disponível em: <http://artefactum.rafrom.com.br/index.php/artefactum/article/view/1363/667>. Acesso em: 20 out. 2020.

DE WECK, G.; SALAZAR ORVIG, A. The contribution of corpus studies to the analysis of scaffolding. *Corpus* 19, 2019.

FERRARI-NETO, J. Interfaces na aquisição da linguagem: informação fônica e semântica na aquisição do sistema de número gramatical em português brasileiro. *Signo*, Santa Cruz do Sul, v. 35 n. 59, p. 75-91, jul.-dez. 2010. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/signo/index>. Acesso em: 30 set. 2015.

FERRARI-NETO, J. *Reconhecimento do número gramatical e processamento da concordância de número no sintagma determinante na aquisição do português brasileiro*. 2003. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

FERRARI-NETO, J.; CORRÊA, L. M. S.; AUGUSTO, M. R. A. O processamento da informação de interface na aquisição do sistema de número gramatical no DP em Português Brasileiro. In: *Anais do IV Congresso Internacional da ABRALIN*, p. 1075-1082, 2005.

FRANÇOIS, F. O que nos indica a “linguagem da criança”: algumas considerações sobre a “linguagem”. Tradução Guacira Marcondes Machado Leite. In: DEL RÉ, A. *Aquisição da linguagem: uma abordagem psicolinguística*. São Paulo: Contexto, 2006.

GINZBURG, C. Sinais – Raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003 [1986].

HILÁRIO, R. N. O plural nominal na fala de criança: um paralelo entre o PB e o PE. Anais do XXXV ENANPOLL, online, 2020a. Disponível em: <https://anpoll.org.br/enanpoll-2020-anais/resumos/digitados/0001/PPT-eposter-trab-aceito-0192-1.pdf>. Acesso em: 25 set. 2021.

HILÁRIO, R. N. Aquisição e multimodalidade: relações entre a produção linguística e o gesto de apontar na aquisição do plural nominal. In: DEL RÉ, A.; FARIA, E. M. B.; CAVALCANTE, M. C. B.; NÓBREGA, P. V. A. (Org.). *Olhares diversos NALíngua(gem) da criança*. 1ed. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020b. p. 88-102.

HILÁRIO, R. N. *Um olhar sobre a aquisição do plural nominal em crianças*. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2013.

HILÁRIO, R. N. Contribuições do Círculo de Bakhtin para os estudos em Aquisição de Linguagem. Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978), v. 40 (2), p. 567-580, 2011. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1318>. Acesso em: 29 out. 2023.

HILÁRIO, R. N.; DEL RÉ, A. A produção do plural nominal por uma criança portuguesa sob o viés dialógico-discursivo. In: DIEDRICH, M. S.; OLIVEIRA, G. F.; DEL RÉ, A. (Orgs). *Língua, discurso e suas relações na Aquisição da Linguagem*. São Carlos: Editora Pedro e João, 2023. p. 126-146.

HILÁRIO, R. N.; MOREIRA, F. M.; VIEIRA, A. J. Os grupos NALíngua (CNPq) e GEALin (UNESP/FCL-AR) e as pesquisas em Aquisição da Linguagem no Sul Global: um relato de experiências. *Revista da ABRALIN*, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 599-623, 2024. DOI: 10.25189/rabralin.v23i2.2217. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/2217>. Acesso em: 27 fev. 2025.

HILÁRIO, R. N.; ROMERO, M. A aquisição do plural nominal por uma criança monolíngue do português do Brasil: o papel enunciativo do plural entre língua-linguagem-discurso. In: SILVA, C. L. C.; DEL RÉ, A.; CAVALCANTE, M. C. B. (Org.). *A criança na/com a linguagem: saberes em contraponto*. Porto Alegre: Instituto de Letras UFRGS, 2017. p. 129-148.

LOPES, R. E. V. Estágios no processo de aquisição de número no DP do português brasileiro. *Letras de Hoje*, v. 39, n. 3, 2004.

MACWHINNEY, B. *The CHILDES Project: Tools for analyzing talk*. Third Edition. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 2000.

REIS, M. M. *Aquisição da variação e mudanças na(s) gramática(s) das crianças: um olhar sobre a Concordância Variável no PB*. 2020. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/345107>. Acesso em: 10 jul. 2020.

SALAZAR-ORVIG, A. Eléments pour l'analyse de la connivence dans le dialogue. In: BONDI, M.; STATI, M. (ed.). *Dialogue Analysis 2000*, Selected papers from the 10th IADA Anniversary Conference. Bologna 2000, Tübingen: Niemeyer, 2003. p. 339-350.

SALAZAR ORVIG, A.; DE WECK, G. Profils de mères et implications des enfants dans la co-construction de récits. *ANAE*, v. 124, n. 5, p. 269-278, 2013.

SALAZAR-ORVIG, A.; DE WECK, G.; HASSAN, R. As implicações de uma abordagem dialógica para a aquisição de linguagem: o exemplo de uma pesquisa sobre a aquisição de expressões referenciais. *Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso*, v. 16, p. 155-180, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bak/a/ZNCt-qYWhXFgZNHJ9TRjKrcp/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 28 fev. 2023.

SIMIONI, L. *A aquisição da concordância nominal de número no português brasileiro: um parâmetro para a concordância nominal*. 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

VOLÓCHINOV, V. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólva Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.

VYGOTSKY, L. *A formação social da mente*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WOOD, D.; BRUNER, J.; ROSS, G. The Role of Tutoring in Problem Solving. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, v. 17, p. 89-100, 1976.

A multimodal approach for video game analysis: the concept of Dispositions Applied to Japanese Role-Playing Games (JRPGs)

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v54i3.3915>

André Matumoto¹

Abstract

This article proposes the concept of Disposition for multimodal video game analysis, focusing on the Japanese Role-Playing Game (JRPG) genre. We conceptualize games as artifacts that orchestrate multiple semiotic modes while simultaneously depending on player volition to activate their semiotic resources. The study is grounded in Systemic-Functional Linguistics (Halliday; Matthiessen, 2014) and its application in multimodal studies (Bateman; Wildfeuer; Hiippala, 2017), to which we incorporate some perspectives from Game Studies (Fernández-Vara, 2015; Jørgensen, 2013; Sicart, 2008). This integrated framework provides methods and categories for demonstrating the productivity of the Disposition concept in video game analysis. To illustrate this approach, we analyzed the *Battle* Disposition in the Action-JRPG *Summon Night: Swordcraft Story* (Flight-Plan, 2003), one of the six defining Dispositions in JRPGs.

Keywords: systemic-functional linguistics; multimodality; game studies; Japanese role-playing games.

¹ Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil; andrematamoto@usp.br; <https://orcid.org/0000-0003-3544-3576>

Uma abordagem multimodal para a análise de video games: o conceito de Disposições aplicado aos RPGs japoneses (JRPGs)

Resumo

Este artigo propõe o conceito de Disposição para a análise multimodal de videogames, em particular do gênero JRPG. Concebemos jogos como objetos que articulam múltiplas modalidades semióticas e, ao mesmo tempo, dependem da volição do jogador para mobilizar os recursos semióticos disponíveis. Baseamos nossa proposição na Linguística Sistemico-Funcional (Halliday; Matthiessen, 2014) e em suas abordagens à multimodalidade (Bateman; Wildfeuer; Hiippala, 2017), conectando-as aos Estudos de Jogos (Fernández-Vara, 2015; Jørgensen, 2013; Sicart, 2008). Esse quadro teórico integrado fornece um conjunto robusto de métodos e categorias para demonstrar a produtividade do conceito de Disposição. Para ilustrar a proposta, analisamos a Disposição *Battle* no JRPG de ação *Summon Night: Swordcraft Story* (Flight-Plan, 2003), tomando-a como uma das seis disposições fundamentais que caracterizam o gênero JRPG.

Palavras-chave: linguística sistêmico-funcional; multimodalidade; *game studies*; jogos japoneses de interpretação de papéis.

Introduction

Dungeons & Dragons (D&D) (Gygax; Arneson, 1974) was the first of what was later known as RPGs, or *role-playing games* (Burn, 2023, p. 319). At first, this genre was confined to *tabletop gaming*, or games played with dice, pen, and paper. Later, however, RPG enthusiasts and video game developers explored how to recreate some of the design choices found in D&D on computers, establishing the CRPG, or *Computer Role-Playing* genre. In the 1980s, North American games such as *Wizardry* (Sir-Tech, 1981) and *Ultima* (Garriott, 1981) were among the first CRPGs. They went on to influence Japanese developers, whose cultural milieu birthed the JRPG genre, or Japanese RPG (Picard, 2021, p. 532).

To define, broadly, what JRPGs are, we draw on the chapter “Single-Player Computer Role-Playing Games” by Douglas Schules, Jon Peterson, and Martin Picard (2018, p. 114). According to the authors, western players created the label ‘JRPG,’ based on perceived differences in gameplay and narrative structure between Western – often of North American or European origin – and Japanese games. Specifically, players noticed that Japanese RPGs are usually more linear, narrative-focused and offer fewer customization options, whereas Western RPGs (WRPG) are less linear and emphasize character and world exploration. Currently, the term may be employed to refer to games that display said traits, instead of their geographical origin. Therefore, a game may be classified as a JRPG but be developed in another country.



Aside from the distinction between WRPGs and JRPGs, we can further categorize JRPGs into three sub-types: Turn-based, Action-based, and Strategy. Turn-based JRPGs organize their combat in turns, similarly to board games such as chess; Action-based JRPGs provide real-time combat; lastly, Strategy JRPGs present large-scale battles, with multiple combatants on a battlefield. This distinction is important, for our purposes, because we consider that, although the concept of Disposition presents categories applicable to the three subgenres (Matumoto, 2025), there are important particularities for each of them. In this article, we will focus primarily on Action-JRPGs, whose real-time combat informs many of the semiotic choices present.

In this article, we will discuss JRPGs, primarily Action-JRPGs, from a multimodal and procedural perspective. To better define what this genre encompasses, we developed the concept of 'Disposition,' a proposal grounded on systemic-functional linguistics that allows us to describe JRPGs in six sets of semiotic resources.

We define Dispositions as historically established, conventional sets of semiotic resources orchestrated for a specific function. We use the label 'Disposition' for two reasons: first, within the video game medium, these resources are multimodally and procedurally organized through code; second, they rely on a player's volition to actualize them in performance and play. As structural patterns, they both constrain and facilitate design within a genre (Giddens, 1984) (Matumoto, 2025). In doing so, they operate the specific ludic possibilities made available to the player.

To delineate the concept of Disposition, as well as the relevant semiotic resources, we ground our approach in Systemic-Functional Linguistics (henceforth SFL), whose proximity to several multimodal approaches, such as Social Semiotics (van Leeuwen, 2005), makes it apt for describing an inherently multimodal artifact. SFL, thus, provides an extensive range of categories to describe the functions of any given semiotic resource. To better align with our objectives, we will also rely upon game studies², which, as we will show in the analysis, offer categories compatible with SFL.

As stated, six Dispositions characterize JRPGs, which are the following: Battle, Menu, Communication, Overworld, Haven, and Dungeon³. Each has its own semiotic configuration and meaning-making potential. In this article, we center on the Battle Disposition, concerned with combat instances between *Agents*, or, in other words, Avatars, characters controlled by the player, and NPCs (*non-player characters*), controlled by the game itself. To illustrate how this Disposition operates, we analyzed the game *Summon Night: Swordcraft Story*

2 In Matumoto (2024), we discuss most of the categories presented herein, focusing on *Final Fantasy* (Square, 1990), another JRPG. In Matumoto (2022), and Matumoto and Gonçalves-Segundo (2022a, 2022b), we also propose categories for video game analysis from a social-semiotic standpoint.

3 For a detailed discussion of the six Dispositions, cf. Matumoto (2025).

(Flight-Plan, 2003). We chose this game because, given its release date and technological limitations, it allows us to compare JRPGs' design and technological choices in terms of the earliest titles, from the 1980s, to the most contemporary ones, from the 2020s.

The article is organized as follows: first, we describe the corpus; then, we discuss methodological choices, as well as the categories of analysis; then, we move on to the analysis of *Summon Night*. Based on the data obtained, we compare it with other JRPGs. Finally, there are the closing remarks.

Corpus description

Summon Night: Swordcraft Story (henceforth SN) (2003) is an Action-JRPG developed for the handheld platform Game Boy Advance by the Japanese company Flight-Plan and published by Atlus in North America. In the game, the player controls either a male (default name Cleru) or a female (default name Pratty) Avatar.

The Avatar chooses a familiar, called Summon Creature, to aid them in the upcoming tournament to determine the next Craftlord, an honorable title in the game's world. Aside from fighting, the aspiring candidates are expected to smith their own weapons. Therefore, the game's 10 days consist of the Avatar participating in the tournament, while also investigating a Labyrinth filled with enemies and resources, the city of Wystem, where the tournament takes place, and other locations, accessible as the game progresses. In Table 1, we provide a video to exemplify how the game works:

Table 1. SN in action



https://youtu.be/lxYnTcrSNkg?si=hAMFsn_Dk0PnFHUN&t=1622

Source: LongplayArchive and DeShelly (2023).



Aside from the fact that it was made by Japanese developers, it is possible to identify in SN, some recognizable traits of the JRPG genre, such as the *anime*-inspired art style, fantastic setting, linear, and gradual progression and limited character customization (the player can choose the Avatar's gender and name, but not its physical attributes, for example).

Methodology

This section outlines the theoretical and methodological framework that underpins this study. The objective is to present and justify SFL as our main theoretical framework, which relates to the theory's connection to approaches to multimodality. We will also delineate how Game Studies intersect with our proposal, regarding the Procedural mode. Finally, we will define which aspects of video games our approach lends itself to, as well as which types of meanings we will highlight in this article.

SFL, idealized by M.A.K. Halliday, is the main framework for our proposal. It conceives language as a social semiotic system, in which meaning arises from functional choices. The theory emphasizes that language operates through systems, organized as options, enabling speakers to select forms based on context to fulfill three *metafunctions*, or inherent functions to language: ideational (language as representation), interpersonal (language as exchange) and textual (language as message) (Halliday; Matthiessen, 2014, p. 30; Webster, 2019, p. 35, 37). In this article, we will analyze how *Summon Night* employs several semiotic resources to create ideational and textual meanings. Further along this section, we will provide our rationale for this methodological choice.

Moreover, SFL is a linguistic theory that lends itself to understanding not only the verbal mode but semiosis in general. Halliday's works, especially *Language as Social Semiotics* (1978), went on to inspire Social Semiotics, an approach that, as the name implies, concerns itself with meaning-making processes as social practices. Social semiotics borrows methods and categories from SFL and therefore offers systemic-functional based descriptions for other semiotic modes, such as the pictorial and acoustic modes (cf. Kress, 2010; Kress; Van Leeuwen, 2001; van Leeuwen, 1999).

Aside from social semiotics, there is also Multimodal Systemic-Functional Linguistics, whose principles align more closely to SFL's methods. SFL also influences other multimodal approaches, such as John Bateman's corpora-based multimodal approach (Jewitt; Bezemer; O'Halloran, 2016, p. 31, 123).

Therefore, SFL and its multimodal counterparts provide several methods and categories to analyze meaning-making processes in multiple semiotic modes. Among them, we will focus on verbal, pictorial, and acoustic modes. We will also highlight the procedural mode

(Hawreliak, 2018), inherent in games, whose discussion requires us to outline which aspects we will emphasize in SN.

Since video games are intrinsically multimodal, but also ludically motivated, our approach must consider the fact that the game is made whole when someone plays it, the *player*. Therefore, it is important to establish that our objective is to describe the *potential* games afford, which will be actualized by a player. This potential is the affordances that the combination of modes and semiotic resources present in the game, and that all players who experience the game will have contact with. To better differentiate these two halves, we will refer to the game as an artifact as 'game' and the game as an experience as 'play.' We will emphasize the 'game,' the object that precedes the act of playing.

We will call 'Procedurality' the interactive, ludic, meaning potential present in games. It refers to the fact that games are not static objects; they often work based on *code*, which determines which outputs relate to which inputs. Since players may offer countless inputs, the game must be built in a way that restricts player interaction while rewarding inputs that are expected by the code and game design. Procedurality, unlike other modes, is not "seen" by itself; it relies on other modes to work as its interface, but it is experienced during the act of play. As such, by understanding how each mode works, we can determine how procedurality, or the procedural mode, fits in the multimodal ensemble. To analyze it, we will rely on the concepts of Mechanics (Sicart, 2008, 2016) and Rules (Fernández-Vara, 2015; Salen; Zimmerman, 2012).

In turn, to understand how the other semiotic modes relate to procedurality, we mainly draw on the works of Kristine Jørgensen (2008, 2013, 2017), which offer a comprehensive account of how the pictorial, verbal, and acoustic mode interacts with one another in video games. In other words, we may analyze how these semiotic modes may interface the Procedural mode, which then allows the player to interact with the Game and, through their performance, create the 'play.'

As stated, we will direct our attention to ideational and textual meanings in video games. Currently, video games lack systemic-functional descriptions; however, there are works that draw either from Social Semiotics or Multimodality in general to analyze video games⁴. Since our objective is to describe the 'game,' not the 'play,' we consider apt the analysis of how the game establishes events and how it organizes these events into a cohesive flow. In the first case, we narrow our sights to Ideational meanings, which relate

4 For example, Jason Hawreliak (2018) proposes the 'Procedural mode,' from which we borrow the label, but not the definition (cf. Matumoto, 2025), mostly due to the fact that the author draws their definition of 'mode' from Carey Jewitt (2009, p. 282), while we base our definition on John Bateman, Janina Wildfeuer and Tuomo Hiiipala's approach (2017, 2020). In turn, Óliver Pérez-Latorre, Mercè Oliva, and Reinald Besalú, in the article "Videogame analysis: a social-semiotic approach" (2017), describe video games in metafunctional terms. The distinction between our proposal and the author's lies in the fact that we propose individual categories for each semiotic mode, while the authors propose that several modes may align in their functions.



to the Participants, Processes, and Circumstances. In the second, we focus on Textual meanings, which concentrate on how the game organizes its resources coherently. These two parts are inherent to the game's design. This means all players, under normal circumstances, will interact with these meanings. Therefore, they allow us to understand the latent structure of the game as an artifact.

Regarding the Interpersonal metafunction, we relate it to the relationship between player and game. The game assigns roles to the player and, likewise, assigns roles to itself. Thus, Interpersonal meaning is realized when the game, as an object, becomes a participant in a practice, or play. Therefore, although developers imbue games with multiple potential roles the player may embody, players are free to delineate countless "play projects." Since we will focus on the game as object, the meaning potential of play will not be our main concern, and thus, interpersonal meaning will also not be analyzed.

Analytical categories

In this section, we introduce the analytical categories we employ in the analysis. We will first discuss Systemic-functional categories, followed by social-semiotic, multimodal, and game studies' categories.

Systemic-functional linguistics

From SFL, aside from the metafunctional principle, we also rely on the TRANSITIVITY system, located on the ideational metafunction. It provides several categories to describe and classify the Participants, Processes, and Circumstances – the events, the things involved in said events, and additional information that characterizes the events and things present – in a given artifact (Halliday; Matthiessen, 2014, p. 213). It is a relevant system for our discussion because, as we conceive Dispositions, specific Processes characterize each one of them.

For example, the Battle Disposition is concerned with combat. In systemic-functional terms, it deals with *Material Processes*, in which we have a Participant doing something to another. The first Participant is the *Actor*, while the second is the *Goal*. As we will see in the following sub-section, we can also analyze images in terms of the Processes and Participants depicted. Lastly, Circumstances often relate to information added to the Processes or Participants, such as the time or way the event took place.

Social Semiotics

From Social Semiotics, we rely especially on the systems present in the Grammar of Visual Design (GVD) (Kress; Van Leeuwen, 2021). For ideational meanings, we will also

describe Processes; however, they function differently in images. Firstly, Gunther Kress and Theo van Leeuwen differentiate between *narrative* and *conceptual representations*: narrative representations are characterized by the presence of a *vector*, “which represent aspects of reality in terms of unfolding actions and events, processes of change, transitory spatial arrangements and so on” (2021, p. 55); conceptual representations lack a vector and represent Participants “in terms of their more generalized and more or less stable and timeless essences” (2021, p. 76).

Regarding Textual meaning, we will focus on Composition and its systems. Composition provides coherence and meaningful structure for images and other space-based modes. It organizes ideational and interpersonal meanings through INFORMATION VALUE, FRAMING, and SALIENCE (van Leeuwen, 2005, p. 274). INFORMATION VALUE creates meaning based on the region something occupies in the image. For example, often, when we place something in the center, we perceive it as more important than other elements in the peripheries. FRAMING refers to explicit and implicit separation between elements. In other words, it creates relations of belonging and exclusion between semiotic resources. Lastly, SALIENCE refers to strategies the meaning creator may employ to highlight an element in the composition. These resources are, among others, size, positioning, and color (Kress; Van Leeuwen, 2021, p. 181-182).

Multimodality

From Bateman, Wildfeuer, and Hiippala’s (2017) approach to multimodality, we will utilize the concept of Canvas. Canvas is a mode’s materiality that allows for the inscription of meaningful deformations. A Canvas may be classified based on several criteria, both material and ergodic, the work required for it to be interactive. In Table 2, below, we provide an overview of these criteria:

Table 2. Canvases’ feature

Category	Type	Description
Dynamic and static	Materiality	If a Canvas, as time goes by, changes independently of the consumer, it is dynamic; otherwise, it is static.
2D or 3D	Materiality	A Canvas may support depth (3D) or not (2D). It bears mentioning that a 2D Canvas may emulate three-dimensionality; however, it must employ specific techniques to do so.
Transience	Materiality	Canvas may offer perpetuity for the inscription, as in the case of writing, or not. For example, speech is only accessible at the time of inscription, but not afterward. For our purposes, a Canvas is permanent if it is present as long as the Disposition is accessible.
Role	Materiality	Canvas may ascribe distinct roles to the consumer, from observer to participant, in the meaning-making process.

Immutable Ergodic	Work	The consumer may explore the artifact; however, they cannot change the artifact's structure. For example, we are free to roam on a website, but we cannot affect the site's inner workings and page organization.
Mutable Ergodic	Work	In these cases, the consumer may modify the content and structure of the artifact inscribed in the canvas.

Source: created by the author, descriptions based on Bateman, Wildfeuer, and Hiippala (2017)

Game Studies

From Game Studies, regarding the procedural mode, we will employ the concepts of Mechanics and Rules. Mechanics (Fernández-Vara, 2015; Sicart, 2008, 2016) are the “verbs” provided by the game for the player or for itself, or, in other words, what are the Processes the agents, either the Avatars or NPCs, may trigger based on their inputs. The second is Rules, which assign structure to game elements. Rules restrict and potentialize what any agent may do and how the gameworld behaves. Thus, they are connected to mechanics: mechanics determine what the agents *can do*, while rules determine how these actions connect with one another (Egenfeldt-Nielsen; Smith; Tosca, 2024, p. 122; Salen; Zimmerman, 2012, p. 25). For example, in SN, melee attacking is a *mechanic* available for avatars and NPCs. The rules state that, if a character is hit enough times, the Battle will end, either in victory for the avatar or a Game Over. Thus, we can analyze the game either focusing on its Processes or its overall structure.

Aside from Mechanics and Rules, we also ground our approach on Jørgensen’s interfacial typology. In *Gameworld Interfaces* (2013), the author proposes a comprehensive description of the ways pictorial, acoustic, and verbal resources are used in video games. Regarding pictorial and verbal resources, we have three sets of categories: *emphatic* or *ecological*, *superimposed* or *integrated*, and *ludically* or *fictionally* motivated. The acoustic mode, given its particularities, is described slightly differently. In Jørgensen (2008, 2017), the author analyzes sound as *ecological* or *emphatic*, *ludically* or *fictionally* motivated, and *player-generated* or *environment-generated*.

For our purposes, we will use the word *oriented* instead of *motivated*, since *motivated* is a commonly used label in Social Semiotics. We will also not differentiate between *ludically* and *fictionally* oriented. Since we will not focus on the games’ fiction, we will analyze the semiotic resources as either *ludically* or *non-ludically* oriented. Finally, regarding the acoustic mode, we will differentiate between *agent* and *environment-generated* sound, considering both avatars and NPCs as Participants. In Table 3, we list a description of each category.

Table 3. Interfacial categories

Category	Description
Emphatic	An emphatic semiotic resource highlights something in the gameworld that is not a part of it. For example, to signal that a character has something to say for the avatar, a speech bubble may appear above their head.
Ecological	Unlike emphatic resources, ecological ones function as part of the gameworld. Thus, it often corresponds to the way information exists in the physical world.
Superimposed	Superimposed elements appear, often, as a 2D layer above the environment that offers multiple types of information, such as health bars, icons, menus, or cursors.
Integrated	Integrated elements, on the other hand, belong in the environment's geometry, not as a 2D layer above it. Both elements represented as part of the game world (e.g., the characters) or not (e.g., speech bubbles) are integrated as long as they are mapped in the environment's geometry, not "above" it.
Ludically-oriented	An interfacial resource is ludically oriented when it affects the way the player interacts with the game. For example, in SN, bigger weapons are often less nimble than smaller ones, or, in other words, they take longer to attain an 'active' state, in which they are allowed to interact with the opponents. However, they are stronger and, usually, offer more reach to the player. Thus, the weapon type affects several aspects of the gameplay.
Non-ludically-oriented	In turn, non-ludically-oriented resources do not affect the game itself, but they may affect the player's <i>experience</i> , or play. For example, in SN, both the male and female avatars play the exact same. However, there are slight text changes – to account for their gender – as well as slight changes in the avatar's relationships with other characters. Furthermore, the choice between male and female may affect how the player engages with the game. Thus, the choice relates more to the narrative and player experience than how the game operates.
Agent-generated	Encompasses all audio cues generated by agents, either avatars or NPCs. Usually, it matches the Processes triggered by the Participants, in systemic-functional terms.
Environment-generated	Encompasses all audio cues generated by the environment, or, in other words, the Circumstances of the event.

Source: created by the author, descriptions based on Jørgensen (2013)

Analysis

In this section, we will analyze SN's Battle Disposition. First, we display a screen capture and the description of the canvases, followed by the analyses of ideational and textual meanings. Finally, we propose a systematization of our findings.

To analyze SN's Battle Disposition, we start with a screen capture, displayed in Figure 1. On the left side, we display the game as it appears to the player; on the right, we provide a color-coded organization of the Canvases:

Figure 1. Battle Disposition in SN⁵



Source: Flight-Plan (2003), modified.

We propose four major text-pictorial Canvases. On Table 4, we list their description:

Table 4. Canvases on SN

Color	Canvas' name	Description
	Background	Pictorial scenery, serves as Circumstances to the battle.
	Agents	Pictorial representation of the avatar (left) and NPCs (non-playable character) (right). Respectively, the character controlled by the player and by the game itself.
	Informational	Text-Pictorial representation of the information related to the agents; for example, their HP (health, or hit points) and the avatar's weapon durability.
	Commands	Pictorial listing of available actions, aside from attacking, moving, or jumping, for the current battle.

Source: created by the author.

5 The chosen colors are based on the "Nickle_five" (Steenwyk; Rokas, 2021) palette, to which we added seven additional colors, all colorblind friendly. For that, we used the resources found in the sites Colorgorical (Gramazio, 2016) and Viz Palette (Lu; Meeks, 2019).

Regarding the acoustic mode, in Table 5, we have a video example of the Battle Disposition in action.

Table 5. SN's Battle Disposition



<https://youtu.be/lxYnTcrSNkg?si=5C31Vmi1ty0b2OB4&t=1938>

Source: LongplayArchive and DeShelly (2023).

We conceive two acoustic Canvases: one relates to the **Music** (); the other relates to the **Sound Effects** (), generated, for example, from the attacks. Lastly, there is a **Procedural Canvas** (), which we will discuss in detail later. In the following section, we analyze the Ideational meaning potential and how it relates to each Canvas.

Ideational meaning analysis

As stated, Ideational meaning refers to the representation of things, events, and circumstances of these things and events. In the game, there is an event, specifically, a *Material Process* (or *Action Process*, in the pictorial mode), which features Actors and Goals.

Given the game's interactive and dynamic nature, avatars and NPCs may constantly swap roles, from Actors to Goals and vice versa. In the Battle Disposition, the Participants are realized pictorially in the **Agents Canvas** (). They are also verbally realized in the **Informational Canvas** (), which presents additional information, or *elaborates*, in SFL terms, the pictorial Canvas. Above the Informational Canvas (), we have the **Commands Canvas** (), a pictorial interface that allows the avatar to perform various functions, such as healing or using spells.

Regarding the Circumstances, the **Background Canvas** () corresponds to the place in which the combat⁶ takes place. It bears mentioning that, depending on the avatar's location on the Dungeon Disposition, the Background will change, which shows a way Dispositions may relate to each other, as seen in Figure 2:

Figure 2. Dungeon-Battle pairing in SN



Source: Flight-Plan (2003)

Regarding the acoustic mode, we focus on the Sound Effects (). As seen in the video on Table 5, specific sounds match the pictorial Process. We can define them as Interactive audio. According to Karen Collins, video game audio may respond to players' actions. This type of audio encompasses both Interactive audio, which reacts to player actions, and adaptive audio, which responds to game states (Collins, 2008, p. 139).

Considering that Avatars and NPCs are *agents*, we could define Interactive audio as sound effects that relate to the Process agents perform; then, Adaptive audio may relate to the

⁶ We could also consider the weapon the avatar wields as a Circumstance, similarly to an adverb, which modifies how the attack was executed. For simplicity's sake, and due to the game's multimodal nature, we will consider anything used by the Actors/Goals as part of them, at least in the non-verbal modes.

Circumstances, which include ambient sounds. These categories, therefore, relate either to the Participants and the Process they initiate or to the Circumstances of the event.

One last Canvas with Ideational Potential is the Procedural Canvas (). We can utilize the concept of Mechanics (Sicart, 2008, 2016) to describe and analyze how the *inputs* provided, both by the player and by the game itself, generate *outputs* that are *interfaced* by the pictorial, verbal, and acoustic modes.

Since SN is an *action JRPG*, oftentimes the game instantly matches the player's physical inputs: if the player presses right on the Control Pad, the avatar moves in this direction; if they press the A button, the character attacks, and so on. Therefore, we could say that the pictorial representation of the avatar () interfaces the Procedural Canvas () since they work in tandem during gameplay.

Another argument in favor of this approach is the potential for agents to collide with one another. Unlike the background, which is non-interactive, the avatar and NPCs are endowed with an invisible procedural 'body' that is distinct from their pictorial representation. This 'body' defines the physical space they occupy for gameplay logic. When they touch, the agents collide and stop (*'collision detection'*). Since this body is 'invisible', its presence must be communicated through interfacial modes. These collision areas also dictate combat; when an agent's attack *hitbox* (the area that can potentially hurt the opponent, which usually corresponds with their weapon or projectile) intersects with an opponent's *hurtbox* (a type of hitbox for receiving damage), it registers a successful hit.

The agents may also collide against invisible barriers (fittingly called "invisible walls"). In SN's case, if the player hits the limits of the space, they will be unable to continue moving. If they keep moving in that direction, they may flee the encounter. This is another argument in favor of considering the Procedural Canvas () as merged with the Agent's pictorial representation ().

To better understand how these different Canvases relate to one another, we propose the following visual representation (Figure 3). The first one shows how the Pictorial and Text-pictorial Canvas relate to one another; the second shows a pictorial representation of the Battle Disposition in SN:

Figure 3. Canvas Distribution in SN's Battle Disposition



Source: Flight-Plan (2003), modified.

In comparison to Figure 1, we added the Procedural Canvas (), as well as the acoustic Canvases () (). In accordance with our analysis, the Agent Canvas () is the interface to the Procedural Canvas. The Acoustic Canvas, especially the Sound Effects (), on the other hand, although often related to the Processes, as stated, may also accompany the game pause status (which we could consider as Adaptive audio). Likewise, the music is pervasive throughout the Disposition. Thus, we conceive them as “covering” the whole combat.

Textual meaning analysis

Most of what we established in the previous section carries over to the analysis of the textual meanings in SN's Battle Disposition. First, we may start with the Pictorial mode, as it is the easiest to reproduce in an article, a static medium. For that, we ground our description on Composition and its systems.

Firstly, regarding the system of INFORMATIONAL VALUE, the Battle Disposition establishes a dichotomy between the center and the upper and lower regions. The center corresponds to the pictorial representation of the events. The upper region relays information about the NPC(s), while the lower region relays information about the avatar. There is also a dichotomy between the right and left regions. Usually, battles start with the avatar in the left region, while enemies start in the right. During the battle, the agents may move around and reconfigure this dichotomy, but it is relevant to point out that it is the starting point of this Disposition. Also worth noting is the fact that the information of the avatar mostly tends towards the left region. Even the HP bar, which comprises mostly the center and right area, as it depletes, moves towards the left side. These considerations are important

not only for the overall structure of the Disposition but also for the ludic potential of the game: developers must consider that a player will play the game, and, as such, the interfacial resources must facilitate such an endeavor.

Explicit FRAMING further emphasizes this dichotomy, especially between the center and the upper and lower regions. The frame lines distinguish between information and events, which also includes distinguishing between ecologically integrated resources and superimposed emphatic resources, as seen in Figure 4, below.

Figure 4. Framing in SN's Battle Disposition



Source: Flight-Plan (2003), modified

Regarding the SALIENCE of the semiotic resources, the Avatar and NPCs are more than likely to be the focus of attention of the player. Therefore, strategies such as detailing – the characters are more detailed than the informational areas –, positioning – in the center – and color contrast – between the agents, the background, and the brownish informational areas – all work in tandem to highlight the resources relevant to play. Further, it is worth noting that the informational elements – such as the HP bar – also use color and framing to highlight them, which, again, relates to the player experience. Thus, we could consider salience as a strategy employed by the developers to help the player focus on what is most important in a real-time brawl.

Regarding the acoustic mode, music is the most salient resource for textual meaning. Specifically, we notice that musical changes often denote dispositional changes or game state changes. In SN, the music that plays during the exploration of the Dungeons is interrupted by the Battle Disposition theme when combat starts. When the avatar is victorious, a specific fanfare plays, accompanied by the result screen. This demonstrates that, even though music does not *cause* dispositional change, it is a *cue* that the change has happened. Therefore, it relates to the way the game organizes its Dispositions.

Lastly, procedural textual meaning can be related to Rules. Rules, as stated earlier, constrain (limit and enable) the player's interaction possibilities. Regarding the Battle Disposition, we could describe the defeat and win conditions as follows: "if one of the

battling sides can no longer fight (Health Points, HP = 0), then the Battle Disposition ends; if the avatar wins, the player may continue playing; if the NPCs win, the game ends (Game Over); the player then has to load a previous saved state and continue from there". Although *mechanics* are the means to reach win and lose conditions, we can textually analyze the actual *results* because they determine how the Disposition structures the events. In the example provided, depending on the way the battle unfolds, different possibilities trigger. Therefore, procedural meaning is inscribed in the *code*, whose conditionals dictate what *inputs* lead to what *outputs* and *results*.

Textually, then, we concern ourselves with how the resources relate to one another and how developers employ them to meaningfully create the play progression and flow the player follows as they play. In the case of the Battle Disposition, this involves not only how the resources work in the Disposition itself, but also how the game allows the player to access Battle and leave it as well. Regarding the Procedural mode, there are other rules that dictate the structuring of the Battle Disposition but are only accessible through the game's *code*. Given the aims and limitations of this paper, we will not discuss the technical aspects of the game, but the example provided allows us to peer into this mode and how it is organized for play.

Systematization

Based on the analysis, we can categorize Canvases based on their material and work requirements – ergodic – as well as their interfacial features. In Table 6, we list an overview of the Canvases' structure:

Table 6. Canvases' features

Canvas	Name	Materiality	Ergodic	Interface
	Background	Static, 3D, Permanent, Observer	Immutable	Ecological, Integrated, non-Ludic
	Agents	Dynamic, 3D, Permanent, Participant	Mutable	Ecological, Integrated, Ludic
	Informational	Dynamic, 2D, Permanent, Participant	Mutable	Emphatic, Superimposed, Ludic
	Commands	Static, 2D, Permanent, Participant	Mutable	Emphatic, Superimposed, Ludic
	Music	Dynamic, ∅, Permanent,	Immutable	Emphatic, non-Ludic
	Sound Effects	Dynamic, ∅, Transient	Mutable	Emphatic, Ludic
	Procedural	Dynamic, —, Permanent, Participant	Mutable	—

Source: created by the author.

Defining the Battle Disposition

Based on SN's analysis, we can surmise that the Battle Disposition concentrates on the Material Process, in which avatar(s) and NPC(s) function as both Actors and Goals. They face one another in combat until one of the sides emerges victorious or flees. Ideationally, the verbal and pictorial modes are realized, prototypically, by three canvases: one for the Participants; one for the Circumstances; and, lastly, one for information related to the Participants. Since the Participants are pictorially realized, so are the Processes. Acoustically, the sound effects canvas often correlates with the Processes triggered by the agents. Lastly, procedurally, we can analyze the Mechanics, or the actions afforded to the Participants. Textually, it is common for the superimposed canvases to be framed differently from the integrated canvases, which are often the focus of the game, usually through SALIENCE and INFORMATION VALUE. The music canvas provides the player with cues regarding dispositional changes and, less commonly, game state changes. Lastly, rules define how the game's procedurality – the agents' actions – lead to different game states, which often relate to, but are not limited to, win and loss conditions.

Conclusions

This article demonstrates that the concept of Disposition is productive to analyze video games. The categories herein employed also show how linguistics, in this case SFL, and approaches to multimodality may be useful in game studies, echoing Bateman, Wildfeuer and Hiippala's perception on how multimodality and game studies may benefit one another (2017, p. 336).

Furthermore, our results fit in a still nascent branch of multimodal studies (Stamenković; Jaćević, 2019, p. 277), but also show the productivity of analyzing video games as ludically oriented artifacts, in which the player's interaction is paramount to make them whole.

Lastly, the scope of this study opens possibilities for further inquiry. Firstly, Dispositions may allow us to better describe JRPGs as a genre, moving away from impressionist descriptions to more systematic approaches, which consider the game's many systems and semiotic resources. It also opens the possibility of analyzing how the player's interaction creates a myriad of meanings, based on the way they interact with said systems and resources.

Acknowledgments

The research for this article was supported by CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação), grant nº 88887.841616/2023-00.

References

- BATEMAN, J. A.; WILDFEUER, J.; HIIPPALA, T. Book Review: A question of definitions: foundations for multimodality: A response to Charles Forceville's review. *Visual Communication*, [s. l.], v. 19, n. 2, p. 317-320, 2020.
- BATEMAN, J. A.; WILDFEUER, J.; HIIPPALA, T. *Multimodality: foundations, research and analysis a problem-oriented introduction*. Boston, MA/ Berlin, DE: De Gruyter Mouton, 2017.
- BURN, A. Role-Playing. In: WOLF, M. J. P.; PERRON, B. (org.). *The Routledge Companion to Video Game Studies*. 2. ed. New York, NY/ Abingdon, UK: Routledge, 2023. p. 318-328.
- COLLINS, K. *Game sound: an introduction to the history, theory, and practice of video game music and sound design*. Cambridge, MA: MIT Press, 2008.
- EGENFELDT-NIELSEN, S.; SMITH, J. H.; TOSCA, S. P. *Understanding video games: the essential introduction*. 5. ed. New York, NY/ Abingdon, UK: Routledge, 2024.
- FERNÁNDEZ-VARA, C. *Introduction to Game Analysis*. New York, NY/ Abingdon, UK: Routledge, 2015.
- FLIGHT-PLAN. *Summon Nights: Swordcraft Story*. Tokyo, JP: Banpresto/ Atlus, 2003. Nintendo Game Boy Advanced.
- GARRIOTT, R. *Ultima I: The First Age of Darkness*. Davis, CA: California Pacific, 1981.
- GIDDENS, A. *The constitution of society: outline of the theory of structuration*. 1. ed. Cambridge, UK: Polity Press, 1984.
- GRAMAZIO, C. *Colorgorical*. [S. l.], 2016. Disponível em: <http://vrl.cs.brown.edu/color>. Acesso em: 1 set. 2024.
- GYGAX, G.; ARNESON, D. *Dungeons & Dragons: Rules for Fantastic Medieval Wargames Campaigns Playable with Paper and Pencil and Miniature Figures: Volume 1*. 1. ed. Hauppauge, NY: Tactical Studies Rules, 1974. v. 1.
- HALLIDAY, M. A. K. *Language as social semiotics: The social interpretation of language and meaning*. London, UK: Edward Arnold, 1978.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. *Halliday's Introduction to Functional Grammar*. 4. ed. Abingdon, UK/ New York, NY: Routledge, 2014.

HAWRELIAK, J. *Multimodal Semiotics and Rhetoric in Videogames*. New York, NY/ Abingdon, UK: Routledge, 2018.

JEWITT, C. (org.). *The Routledge handbook of multimodal analysis*. Abingdon, UK/ New York, NY: Routledge, 2009.

JEWITT, C.; BEZEMER, J. J.; O'HALLORAN, K. L. *Introducing multimodality*. Abingdon, UK/ New York, NY: Routledge, 2016.

JØRGENSEN, K. Audio and Gameplay: An Analysis of PvP Battlegrounds in World of Warcraft. *Game Studies*, [s. l.], v. 8, n. 2, 2008. Disponível em: <https://gamestudies.org/0802/articles/Jorgensen>. Acesso em: 13 nov. 2023.

JØRGENSEN, K. Emphatic and Ecological Sounds in Gameworld Interfaces. In: MERA, M.; SADOFF, R.; WINTERS, B. (org.). *The Routledge Companion to Screen Music and Sound*. 1. ed. New York, NY/Abingdon, UK: Routledge, 2017. p. 72-84.

JØRGENSEN, K. *Gameworld interfaces*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2013.

KRESS, G. *Multimodality: a social semiotic approach to contemporary communication*. Abingdon, UK/ New York, NY: Routledge, 2010.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. *Multimodal discourse: the modes and media of contemporary communication*. London, UK/New York, NY: Arnold; Oxford University Press, 2001.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. *Reading images: the grammar of visual design*. 3. ed. Abingdon, UK/ New York, NY: Routledge, 2021.

LONGPLAYARCHIVE; DESHELLY. *Longplay of Summon Night: Swordcraft Story*. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lxYnTcrSNkg>. Acesso em: 5 jul. 2024.

LU, S.; MEEKS, E. *Viz Palette*. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://projects.susielu.com/viz-palette>. Acesso em: 1 set. 2024.

MATUMOTO, A. de O. A construção da brasilidade em Street Fighter II: uma perspectiva sociosemiótica. In: GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. et al. (org.). *Estudos do texto e do discurso: perspectivas contemporâneas*. São Paulo: FFLCH/USP, 2022. p. 109-133. Disponível em: <https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/935>. Acesso em: 18 ago. 2025.

MATUMOTO, A. D. O. *Disposição em JRPGs (Japanese Role-Playing Games): um aparato teórico-metodológico para análise de videogames*. 2025. Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.8.2025.tde-09102025-114211>.

MATUMOTO, A. de O. Multimodalidade em jogo: uma análise do jogo Final Fantasy. *Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978)*, São Paulo, SP, v. 52, n. 2, p. 439-460, 2024.

MATUMOTO, A. de O.; GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. Towards a social-semiotic approach to visual analysis of two-dimensional games: a toolkit. *Texto Livre*, Belo Horizonte, MG, v. 15, n. 1, p. e39398, 2022a.

MATUMOTO, A. de O.; GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. Uma Proposta Sociosemiótica para a Análise Visual de Jogos Bidimensionais: a construção de significado em Ducktales. *Entreletras*, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 344-369, 2022b.

PÉREZ-LATORRE, Ó.; OLIVA, M.; BESALÚ, R. Videogame analysis: a social-semiotic approach. *Social Semiotics*, [s. l.], v. 27, n. 5, p. 586-603, 2017.

PICARD, M. Japan. In: WOLF, M. J. P. (org.). *Encyclopedia of Video Games: The culture, technology, and art of gaming*. 2. ed. Santa Barbara, CA/ Denver, CO: Greenwood Press, 2021. p. 530-533.

SALEN, K.; ZIMMERMAN, E. *Regras do jogo: fundamentos do design de jogos*. São Paulo: Blucher, 2012. v. 1

SCHULES, D.; PETERSON, J.; PICARD, M. Single-Player Computer Role-Playing Games. In: ZAGAL, J. P.; DETERDING, S. (org.). *Role-playing game studies: transmedia foundations*. New York, NY/ Abingdon, UK: Routledge, 2018. p. 107-129.

SICART, M. Defining Game Mechanics. *Game Studies*, [s. l.], v. 8, n. 2, 2008. Disponível em: <https://gamestudies.org/0802/articles/sicart>. Acesso em: 31 mar. 2023.

SICART, M. Mechanics. In: LOWOOD, H.; GUINS, R. (org.). *Debugging game history: a critical lexicon*. Cambridge, MA: MIT Press, 2016. p. 297-304.

SIR-TECH. *Wizardry: Proving Grounds of the Mad Overlord*. versão 1. Ogdensburg, NY: Sir-tech, 1981. Apple II.

SQUARE. *Final Fantasy*. Tokyo, JP: Square, 1990. Nintendo Entertainment System.

STAMENKOVIĆ, D.; JAČEVIĆ, M. Video Games and Multimodality: Exploring Interfaces and Analyzing Video Screens Using the GeM Model. In: WILDFEUER, J. et al. (org.). *Multimodality: Disciplinary Thoughts and the Challenge of Diversity*. Berlin, DE/ Boston, MA: De Gruyter, 2019. p. 277-294.

STEENWYK, J. L.; ROKAS, A. ggpubfigs: Colorblind-Friendly Color Palettes and ggplot2 Graphic System Extensions for Publication-Quality Scientific Figures. *Microbiology Resource Announcements*, [s. l.], v. 10, n. 44, p. e00871-21, 2021.

VAN LEEUWEN, T. *Introducing Social Semiotics*. Abingdon, UK/ New York, NY: Routledge, 2005.

VAN LEEUWEN, T. *Speech, Music, Sound*. London, UK: Macmillan, 1999. Disponível em: <http://link.springer.com/10.1007/978-1-349-27700-1>. Acesso em: 18 mar. 2023.

WEBSTER, J. J. Key Terms in the SFL Model. In: THOMPSON, G. et al. (org.). *The Cambridge Handbook of Systemic Functional Linguistics*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2019. p. 35-54. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/product/identifier/9781316337936/type/book>. Acesso em: 22 fev. 2024.

Remetentes e Reminiscências: o gênero epistolar em Júlia Lopes de Almeida

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v54i3.3940>

Verônica dos Santos Modolo¹

Resumo

Em face de novas perspectivas sobre os estudos literários, a pesquisa sobre a literatura de autoria feminina demonstra relevância, não só em seus aspectos estéticos, mas também em sua dimensão política, na medida em que estas obras revelam vozes e pontos de vista antes silenciados. Neste quadro, a escritora Júlia Lopes de Almeida foi recuperada enquanto expoente da literatura durante a *Belle Époque* brasileira e debatedora da condição feminina. Este artigo objetiva analisar o uso do gênero epistolar nas obras *Livro das Donas e Donzelas* (1906) e *Correio da Roça* (1913), com foco no uso da autodescoberta pelo deslocamento temporal (Altman, 1985). Propõe-se que a passagem do tempo nestas duas obras é estrutural para o processo de reflexão e aprendizado das personagens e das leitoras sobre si mesmas.

Palavras-chave: Júlia Lopes de Almeida; epistolografia; literatura de autoria feminina; literatura brasileira; gênero textual.

¹ Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil; veronicamodolo@usp.br; <https://orcid.org/0000-0001-9355-136X>

Senders and Memories: The Epistolary Genre in Júlia Lopes de Almeida

Abstract

In light of new perspectives on literary studies, research into women's literature is proving relevant, not only in its aesthetic aspects, but also in its political dimension, insofar as these works reveal previously silenced voices and points of view. In this context, the writer Júlia Lopes de Almeida was recognized as an exponent of literature during the Brazilian *Belle Époque* and a debater of the female condition. This article aims to analyze the use of the epistolary genre in the works *Livro das Donas e Donzelas* (1906) and *Correio da Roça* (1913), focusing on the process of self-discovery through temporal movement (Altman, 1985). It is proposed that the passage of time in these two works is structural to the process of reflection and learning by the characters and the readers about themselves.

Keywords: Júlia Lopes de Almeida; epistolography; women's writing; Brazilian literature; genre.

Introdução

A virada do século XIX para o século XX no Brasil é marcada por profundas transformações políticossociais, como a instauração da Primeira República e a abolição da escravatura. Subjaz a estes eventos um processo mais amplo de mudança de mentalidade, pautada pelos ideais do que se tomava, à época, como progresso e civilidade. De fato, observa-se a ascensão da nova elite burguesa em contraposição à antiga elite aristocrática, implicando mudanças nas relações sociais, econômicas e culturais (Sevcenko, 1999, p. 35). A aspiração ao desenvolvimento traduziu-se, na prática, em arrivismo e consumo desenfreado, na busca pela afirmação de um estilo de vida moderno, distinto tanto da memória da sociedade tradicional quanto da cultura popular (Sevcenko, 1999, p. 30).

Neste contexto de redefinição das dinâmicas sociais, a mulher brasileira ainda é restrita ao ambiente doméstico, agora reenquadrado como o pilar moral de formação da nação (Magaldi, 2007, p. 21). A tríade "dona-de-casa, esposa e mãe" é a imagem da mulher burguesa ideal, imbuída dos valores de trabalho e esforço individual, que seriam estendidos à sociedade como um todo, em um processo civilizador alicerçado em sua presença no âmbito familiar. Sua contraparte, o homem, lideraria o âmbito público da política, da economia e do direito, e modelaria a sociedade de acordo com seus privilégios. Trata-se de fato de "um novo modelo de feminilidade" (Rago, 1985, p. 62), em que a mulher não é definida em si mesma, mas por sua função social em relação aos filhos e ao marido. Portanto, essa suposta valorização da mulher enquanto bastião moral da nova república efetiva a manutenção de relações hierárquicas de poder entre homens e mulheres, reincorporando as mulheres ao discurso patriarcal (Rago, 1985, p. 63).

Se, por um lado, esta configuração da mulher é inédita em relação ao passado colonial, por outro, toda a história das mulheres no Brasil é marcada pelo silêncio e pelo apagamento, de forma que suas experiências por muito tempo não alcançaram os registros oficiais, sendo então estagnadas em figuras idealizadas e ahistóricas (Del Priore, 2007, p. 217). No entanto, quando se alarga o escopo de objetos de análise, é possível identificar indícios de que, em verdade, a mulher brasileira disputara sua existência e sua voz, seja na esfera pública, seja fora dela.

Nesse sentido, a palavra escrita não só pode revelar representações e perspectivas femininas de um momento histórico, mas também tem seu valor como ação política de afirmação de si por suas experiências. Nos cantos, nas tradições e nas escritas de si (Del Priore, 2007, p. 220), as mulheres se expressaram e refletiram sobre si e sobre seu contexto, construindo pela linguagem outras facetas para o fato histórico. Assim, retomar as escritas de autoria feminina é, a um só tempo, uma questão política e, também, uma busca por maior complexidade e detalhamento da história e da literatura (Faedrich, 2020, p. 152).

A escritora brasileira Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) insere-se precisamente neste processo de recuperação e releitura, enquanto expoente da literatura do entresséculos e questionadora de algumas imposições ao comportamento feminino. Romancista e contista reconhecida pelo público à época, Lopes de Almeida discutiu a opressão contra a mulher e seu papel na sociedade, em obras como *Memórias de Martha* (1899), *A falência* (1901) e *A intrusa* (1908), afirmando o trabalho e a educação como caminhos para sua emancipação e contribuição para o progresso nacional (De Luca, 1999, p. 290). Paralelamente à produção ficcional profícua, a escritora atuou constantemente na imprensa por meio de crônicas, conferências e eventos. Em suas colunas, pautou questões de interesse público como a criação de escolas, postos de trabalho e a arte, ora em estilo mais direto e crítico (Moreira, 2008), ora em tom dissimulado e conciliatório (Marreco, 2015). Por isso, sua obra é reveladora dos impasses disputados pela mulher durante a *Belle Époque* brasileira.

Porém, após seu falecimento, Júlia Lopes de Almeida passou por um processo de esquecimento por parte da crítica literária, haja vista que sua presença foi omitida de grande parte das historiografias e de estudos especializados. Somente a partir dos anos 1990, pela consolidação dos estudos feministas e sobre a literatura de autoria feminina, seu nome e sua obra são retomados por pesquisadoras como objeto de estudo relevante (Fanini, 2013, p. 161). A renovação contemporânea de análises e perspectivas chama a atenção também para a relevância de sua produção não-ficcional, que dialoga com as obras literárias, e aprofunda a visão de Almeida sobre seu momento histórico.

Este artigo insere-se neste movimento crítico de releitura e análise de obras antes pouco estudadas, em busca de maior compreensão sobre o estilo de escrita almeidiano e, de

modo mais amplo, sobre a relação entre a autoria feminina e as chamadas “escritas de si”, gêneros textuais praticados no âmbito da intimidade.

Neste artigo, voltamo-nos ao gênero epistolar, mobilizado por Lopes de Almeida nas obras *Livro das Donas e Donzelas* (1906) e *Correio da Roça* (1913), para compor as perspectivas de personagens e da própria escritora em desabafos, confidências e conselhos. Objetiva-se analisar o processo de autoelaboração das escreventes pela mudança de perspectiva espaço-temporal característica do gênero epistolar. A partir desta análise, propõe-se a hipótese de que o processo de distanciamento de si promovido pelas cartas ficcionais destas obras revelam um senso de identidade que pode ir além das imagens convencionadas para o feminino.

Desta forma, o artigo está disposto em duas partes. Na primeira seção, serão discutidos os pressupostos teóricos que norteiam a análise. Entende-se, aqui, ser necessário discutir a busca de mulheres escritoras por expressão e o papel das escritas de si neste processo, em especial a carta, enquanto um entre-lugar entre a escrita privada e a palavra pública, entre o presente da escrita e o futuro da leitura. Na segunda seção, será desenvolvida uma análise de passagens nas obras em que o deslocamento epistolar leva a reflexões sobre o comportamento e a existência feminina. Finalizamos com as conclusões e possíveis encaminhamentos para pesquisas futuras.

Onde encontrar as vozes das mulheres?

Rita Teresinha Schmidt (2012, p. 60), no artigo “Cânone, valor e a história da literatura: pensando a autoria feminina como sítio de resistência e intervenção”, aponta que o processo de recuperação e inserção da literatura de autoria feminina no panorama da literatura brasileira envolve o confronto com questões de fundo sobre valores e critérios que constituem a história literária. De acordo com a pesquisadora, a existência de questionamentos à institucionalização literária e seus caracteres é parte de um movimento mais amplo com novos interesses sobre as produções culturais. Frente a essas provocações teóricas, percebe-se o desenvolvimento de novas reflexões que abarquem a complexidade dos fenômenos expressos nessas produções.

Uma das problemáticas centrais a ser confrontada é precisamente o silêncio das mulheres. Tanto na literatura quanto em outros campos artísticos e outras manifestações sociais, estudar as mulheres é, antes de mais nada, um exercício de procura de traços e indícios. O desafio desta ausência não é mero acidente de percurso histórico, mas sobremaneira um processo de apagamento de suas visões e existências dos registros históricos. Em face deste vazio documental, Mary Del Priore (2007, p. 224) propõe voltar-se a outras maneiras de evidenciar a história das mulheres, “buscando nas atitudes e sensibilidades coletivas, nos fatos e práticas cotidianas, os espaços onde se abrigava a relação homem-mulher”.

Um dos caminhos possíveis para a busca dessa presença é pelas escritas de si, conjunto de gêneros textuais ligados à autoelaboração, como os diários, as memórias, as autobiografias e as cartas. Estes textos, embora não só literários ou jornalísticos, contêm as perspectivas de seus escreventes sobre si e sobre sua relação com seu momento histórico. Pelas mãos das mulheres, estes gêneros textuais revelam as sutilezas da construção da subjetividade feminina, com suas contradições e agências (Ionta, 2013, p. 15).

Enquanto potencial de significação, estas formas são aproveitadas pela literatura de autoria feminina para compor obras que tematizam a experiência feminina ao passo que rompem com as tradições patriarcais de representação da mulher. Norma Telles, pela leitura de escritoras e imaginários literários do século XIX, aponta a perspectiva da autoria feminina como um ganho para a literatura como um todo, na medida em que sua presença possibilita “experenciar e conceber a consciência por meio de outras imagens, em vez de níveis superpostos falar de policentricidade, circulação ou rotação” (Telles, 2012, p. 49).

Neste sentido, Paula Cunha (2012) ressalta a centralidade do ato da escrita como, ao mesmo tempo, afirmação e criação de seu ponto de vista. Afirmação na medida em que a escrita fixa a palavra passageira dos gêneros orais e ocupa um lugar no espaço e na circulação da produção escrita. Criação porque a escrita é também um processo de tomada de consciência, de emergência do inconsciente para a razão pela palavra. Nas palavras de Cunha (2012, p. 6): “É como se lhe fosse necessário cartografar-se para afirmar a sua subjetividade, o seu eu, e a apreensão da realidade com base nessa experiência”.

Entre estas formas, a carta ganha relevância, por ser uma escrita de si frente a um outro, o destinatário real ou projetado. Escrita na intimidade, a carta é então lançada para o confronto com este leitor, escapando do confinamento das folhas de um diário íntimo (Altman, 1985, p. 89). Assim, por meio do gênero epistolar, a suposta linha entre o lar e a rua se rompe e pode dar a ver as relações hierárquicas de gênero no âmbito privado.

Neste trabalho, a epistolografia é entendida não somente como forma de comunicação, mas como estrutura literária capaz de criar significados (Altman, 1985, p. 4), e no caso da escrita de mulheres, um espaço de tomada de consciência e de reflexão. Uma de suas características fundantes é precisamente sua abertura ao trânsito, do transporte físico das cartas à mobilidade psicológica e artística dos correspondentes. Diaz (2016, p. 68) denomina este fundamento como a *lógica da interface*:

Coloca em *correspondência* elementos heterogêneos segundo um sistema de engrenagens variável e, frequentemente, imprevisível. O que, contudo, a interface epistolar coloca em correspondência, na verdade, não são tanto pessoas – como seríamos estimulados a pensar – mas discursos e posturas enunciativas.

De acordo com a pesquisadora, a carta, enquanto prática social, torna-se um espaço no qual impera o princípio do diálogo, do questionamento, da defrontação com o outro. Por isso, podem ser incorporados à carta outros gêneros, temas e posicionamentos, compondo instantâneos fragmentários e plurais de seus correspondentes. Por sua vez, é este contato com o outro que oferece potencial formativo, quando, em um processo dialético, tem-se um vislumbre das identidades que se delineiam na dinâmica epistolar.

Neste artigo, daremos foco a um dos movimentos pelos quais a carta possibilita este processo contemplativo: o deslocamento espaço-temporal. Este movimento pode se realizar entre remetente e destinatário, em que duas subjetividades negociam suas posições pela escrita das missivas, e também do escrevente da carta consigo mesmo, em um processo de distanciamento de si.

Segundo Diaz (2016, p. 119), o confronto consigo está já na gênese da carta enquanto texto e enquanto forma discursiva:

É pela dupla mediação da linguagem e de sua inscrição na escrita que um *eu* emerge de seu silêncio: o *ego* que toma forma e consistência na carta já é sempre um *ego scriptor*. Uma das razões de ser da carta, talvez a primeira, é essa formulação escritural de si cuja urgência, manifestadamente tem primazia sobre o simples desejo de comunicação.

Assim, rompendo com a tradição de uma ilusória sinceridade epistolar, entende-se que a carta é, antes de tudo, uma “encenação de si”, ou seja, uma elaboração textual da imagem do epistológrafo (Haroche-Bouzinac, 2016, p. 24). Este entendimento, por sua vez, aproxima a carta da ficção, sem que sua ligação com a circunstância histórica seja desconsiderada.

Um segundo momento, complementar à escrita, agudiza o processo de distanciamento de si. Janet Gurkin Altman, em análise do uso da forma epistolar na literatura, ressalta o potencial da carta como um mecanismo de reconhecimento, seja pela leitura de carta alheia, seja pela leitura da própria carta. A releitura implica diversos deslocamentos: temporal, visto que o momento de leitura já não é o momento da escrita; de papéis, de escrevente a leitor; de engajamento com o texto, da ação da escrita ao exercício da leitura e da interpretação; e da função da carta, não mais só meio de comunicação, mas registro de um momento passado. Assim, o movimento de mudança de perspectiva (Altman, 1985, p. 92) encetado pela releitura pode ser o motivador de um processo de autodescoberta, pela comparação entre o *eu* presente e o *eu* passado registrado na carta.

Na literatura de Júlia Lopes de Almeida, é possível analisar o uso do gênero epistolar pela escritora para engendrar este processo de autodescoberta pelas próprias personagens ou pelas próprias leitoras. Na seção seguinte, buscaremos apresentar as obras e analisar este procedimento.

A autoelaboração da mulher na obra de Júlia Lopes de Almeida

Júlia Lopes de Almeida, nascida no Rio de Janeiro em 1862, foi presença constante no meio literário brasileiro desde sua jovem estreia, em uma crônica em 1881, até seu falecimento em 1934. Ao longo da carreira de mais de 40 anos, notabilizou-se no meio literário pela prosa ficcional objetiva, realista e de percepção acurada dos costumes sociais. Juntamente a seus romances e contos, Lopes de Almeida participou ativamente do debate público em crônicas, conferências e eventos sociais, tendo como tópicos de interesse a educação e a colocação profissional feminina, o desenvolvimento urbano e as artes (Engel, 2009, p. 29).

Sua trajetória de sucesso profissional foi, sem dúvida, uma exceção no período, uma vez que pouca consideração era dada à produção artística feminina de modo geral. Ainda que a biografia de Almeida seja em si objeto de delongada análise, é possível apontar um fator fundamental para seu êxito: seu posicionamento enquanto uma escritora profissional. Michele Fanini propõe, em análise do arquivo pessoal de Júlia Lopes de Almeida, a existência de um projeto (auto)biográfico e estético da escritora, que planejou e atuou conforme uma imagem que construiu para si, de mulher intelectual, escritora, mas também ciosa de seu papel enquanto esposa e mãe (2016, p. 41). Assim, Lopes de Almeida reafirmou, pela produção e por sua própria figura, seu espaço e sua voz como uma profissional de letras.

No entanto, tal reconhecimento não perdura na história. Após seu falecimento, seguem-se décadas de esquecimento ou de breves menções por parte da crítica literária. Wemerson Gomes e Tamires Celi (2018) levantam possibilidades de razões para o desinteresse pela escritora, dentre elas, a consolidação do Modernismo e os períodos de afastamento de Lopes de Almeida do Brasil em viagem. De todo modo, somente a partir dos anos 1990, inicia-se um processo de recuperação das obras esquecidas e de renovação dos estudos críticos sobre Júlia Lopes. Nas palavras de Gomes e Celi (2018, p. 346), trata-se de um movimento mais amplo de “reexaminar o cânone literário brasileiro em busca de autores injustiçados, cuja atualidade bate, insistentemente, em nossas portas”.

No entanto, é preciso ressaltar que esse movimento crítico não busca afirmar Lopes de Almeida como uma figura excepcional, precedente de um movimento ou “à frente de seu tempo”. Magali Engel (2009, p. 26) pondera que deslocar escritores/as de seu contexto histórico e social implicaria supervalorizar a dimensão individual, por um lado, e desconsiderar a complexidade da sociedade, por outro. Em vista desses fatores, parece mais produtivo considerar a escritora “dentro de seu tempo”, inserida nas dinâmicas sociais e literárias da *belle époque*, e a partir disso, refletir sobre como sua obra pode lançar luz sobre este momento histórico.

Nesta retomada contemporânea da obra almeidiana, não só se reavaliam obras uma vez consagradas como *A falência* (1901) e *Ânsia Eterna* (1902), mas também se incorporam às análises sua produção não-ficcional e obras menos conformadas aos gêneros literários reconhecidos. Estão neste rol as obras *Livro das Donas e Donzelas* e *Correio da Roça*, objeto da presente análise.

Livro das Donas e Donzelas é uma reunião de crônicas publicadas no jornal *O País* por Almeida, em seu nome e pelo pseudônimo Ecila Worms, até 1905 (Silva, 2015, p. 12). Contém reflexões sobre comportamentos, hábitos e valores da sociedade brasileira do período, em textos curtos e de linguagem afetuosa, direcionada às mulheres leitoras. Ainda que a obra não receba uma classificação em termos de gênero textual, o livro foi tomado como um manual doméstico por parte da fortuna crítica sobre a escritora (Magaldi, 2007; Costruba, 2011; Batista, 2012). A atribuição deste gênero dá-se a partir da temática, a reflexão sobre o papel da mulher, e da forma, em conselhos íntimos de uma voz amiga e experiente. Ao considerar o contexto de produção, Ana Maria Magaldi (2007, p. 21) entende que essa obra integraria um tipo de educação informal para formação da mulher como educadora da família, perante a precariedade da educação formal no país.

No entanto, é preciso ressaltar que a obra, em sua estrutura e em seus aspectos constitutivos, não tem indícios de se caracterizar como um manual doméstico, conforme o gênero praticado no período. Se, do ponto de vista temático, os tópicos e os discursos de fato aproximam-se de diversos textos da chamada literatura de civilidade da virada do século, do ponto de vista formal, sua composição recorre a outros gêneros, como a crônica, seu gênero de origem, e a carta, aspecto que enfatizaremos nesta análise.

Correio da Roça é um romance epistolar, ou seja, uma narrativa conduzida pela correspondência entre as amigas Maria e Fernanda, esta na capital Rio de Janeiro e aquela no interior do estado. Maria, empobrecida após a liquidação das dívidas do falecido marido, muda-se para a delapidada fazenda *Remanso*, último espólio da família, com suas quatro jovens filhas, e com relutância acostuma-se à vida rural. Fernanda estimula a colega a trabalhar para desenvolver o terreno, incluindo em suas cartas instruções, ideias e conselhos. Em pequenos episódios, Maria transforma seu entorno e também a si mesma pelo contato com a terra e com a comunidade formada na fazenda.

Em processo similar ao de *Livro das Donas e Donzelas*, *Correio da Roça* foi interpretado não como romance, mas como uma *cartilha* para conscientização da importância do setor rural para o desenvolvimento do país. Leonora de Luca (1999, p. 296) considera principalmente os temas e o enredo do livro para identificar o “caráter de cartilha ou de compêndio”. Joyce Muzi e Lúcia Zolin (2012, p. 122) concordam com a leitura de de Luca e acrescentam às observações os trechos instrutivos sobre agronomia, que tornariam o livro uma espécie de guia agrícola para mulheres. Porém, defendemos aqui e em artigo anterior (Modolo, 2024), que, ao observarmos a estrutura do romance em sua

integridade, *Correio da Roça* não se organiza como uma cartilha, e a forma da carta tem maior relevância enquanto linha norteadora do texto e orientadora de sua classificação.

Embora de conteúdos e gêneros diversos, estes livros têm dois aspectos em comum. Em primeiro lugar, a aproximação com gêneros pedagógicos, ou, de modo mais amplo, a tendência a fomentar a reflexão e o aprendizado pelas leitoras, seja pelo endereçamento direto, no caso de *Donas e Donzelas*, seja pelo exemplo das personagens em *Correio da Roça*. Em segundo lugar, ambas as obras se valem, em diferentes graus, da forma epistolar para este processo reflexivo. Por isso, neste artigo, buscou-se aproximá-las para identificar recorrências no estilo de escrita da escritora e, especialmente, no uso da carta na escrita almeidiana.

Enquanto em *Correio da Roça* a epistolografia é mais evidente e constitutiva da obra, em *Livro das Donas e Donzelas* seu uso é mais sutil e requer algumas palavras de esclarecimento. Ana Maria Magaldi (2007, p. 51) sugere a leitura de *Livro das Donas e Donzelas* como uma ampla carta-dedicatória, proposta que pretendemos adotar e detalhar. Nem todos os textos do livro são cartas em sua estrutura. Porém, o texto “minhas amigas”, que abre o volume, é escrito como uma carta às leitoras, e indicado como a dedicatória do livro. Assim, este texto de abertura contextualiza toda a obra como um amplo endereçamento às leitoras, tornando cada texto uma parte desta correspondência encetada pela dedicatória. Nesta carta, em linguagem íntima e afetuosa, a escritora parece indicar uma chave de leitura mais reflexiva para os textos seguintes, mais uma vez reforçando o enquadramento da obra como uma interpelação às leitoras, incluídas como confidentes pela dedicatória.

A partir deste entendimento das obras, é possível analisar o uso do deslocamento epistolar nestas obras como meio de reflexão direcionado às leitoras. Em *Correio da Roça*, a releitura das cartas é comentada na última missiva de Maria a Fernanda: “Compara esta carta à primeira que te escrevi e vê de que milagres é capaz o trabalho!” (Almeida, 1913, p. 209). Maria convida a amiga a fazer o mesmo movimento reflexivo que ela própria parece já ter feito anteriormente à escrita, uma vez que tem suas conclusões sobre a importância do trabalho em sua trajetória. Como encerramento da obra, a frase explicita uma das principais temáticas da narrativa, o trabalho como meio de autonomia e realização pessoal e social para a mulher.

É interessante notar, então, o processo de comparação das cartas enquanto mecanismo textual para incentivar a reflexão das leitoras das cartas. Isto pois a retomada da primeira carta enfatiza mudança operada na personagem pela ocupação profissional e pela independência financeira. As cartas I e LVIII, primeira e última do livro, são dois momentos no tempo registrados em texto, dois momentos em que Maria fixa, na encenação de si para a destinatária amiga, uma versão de si mediada pela escrita. Pela observação em paralelo das cartas, é possível reatar esses dois momentos e dar sentido aos fragmentos

de cotidiano rememorados nas cartas, construindo assim o senso narrativo dos capítulos de *Correio da Roça*.

Ao retomar a primeira carta, muitas das questões da carta LVIII já estão postas como conflitos a serem desenvolvidos. Um deles, caro a Maria e Fernanda, é precisamente o trabalho:

Não fazer nada é a melhor maneira de se sentir a gente envelhecer, morrer! De mais a mais faltam-nos os meios, mesmo aqui, para certos confortos a que o trabalho ativo de meu marido nos tinha habituado. Não sei onde isto irá parar, mas sinto-me num despenhadeiro! (Almeida, 1913, p. 9).

No início da correspondência, Maria mostrava-se alinhada a seu papel de esposa, submissa e dependente do marido financeira e intelectualmente. Viúva e sem a provisão do esposo, Maria defronta-se não só com a dificuldade material, mas também com as incertezas do futuro e sua própria apatia frente às adversidades. Assim, a primeira carta é o registro de uma mulher brasileira formada por uma educação ornamental, sem senso prático e sem função para além do núcleo familiar, modelo reiteradamente criticado por Almeida em suas obras.

Em contraste, a última carta registra um quadro inteiramente diverso. As filhas de Maria estabelecem uma escola para formar as crianças das fazendas próximas e organizam um hospital para socorrer os trabalhadores, as crianças e as jovens mães. Sob a administração de Maria, a fazenda expande-se e gera produtos diversos, como frutas, legumes, verduras, doces e conservas. Além das horas de trabalho, todas as mulheres dedicam-se a lazeres produtivos, como a jardinagem e a fotografia. O último capítulo é o retrato da mulher moderna idealizada pelo feminismo em desenvolvimento na época, independente, contribuinte para a sociedade e ciente de sua individualidade.

Pelo contraste entre as cartas I e LVIII, ressalta-se a importância do trabalho e da educação para a vida de uma mulher. Porém, o processo pelo qual Maria passa para tornar-se a mulher da última carta é gradual e meditativo, registrado em instantes pelas demais cartas. De fato, é pela mediação da palavra escrita e compartilhada que o movimento reflexivo de Maria se desenvolve. Frente a sua remetente, Maria busca dar forma a seus pensamentos e a si mesma para aproximar-se da amiga ausente: “Eram estas coisas que me enchiam o coração e eu sentia necessidade de desabafar contigo, a quem o meu romanticismo não parecerá ridículo, porque o sabes sincero” (Almeida, 1913, p. 176).

Por isso, o gênero epistolar em *Correio da Roça* é constitutivo das temáticas da obra e estrutura um modo de desenvolvimento da consciência feminina pelo diálogo. Se nesta obra o aprendizado da mulher é elaborado pela via ficcional, em *Livro das Donas e Donzelas*, obra anterior, a relação é mais próxima, entre escritora e público. A dedicatória

Minhas Amigas, espécie de carta aberta às leitoras do livro, guarda princípio semelhante de observação da passagem do tempo.

Nestas horas vertiginosas e perturbadoras reconheço todos os meus sonhos e desejos antigos, roçando por mim as suas asas, com tanto arrojo abertas e tão cedo enfraquecidas... *Mas isso que vos importa? Valerá pena pensar no tempo que passou, bem ou mal?* [...] Assim como o tempo, fosco ou luminoso, os homens serão maus ou serão bons e a vida fará o seu giro imperturbável, desfazendo e criando entre declínios e triunfos. *Para o mundo será assim, mas para nós, queridas?* (Almeida, 1906, p. 10, grifo próprio).

Assim Júlia Lopes encerra o texto de abertura desta coletânea de crônicas. Inicialmente, *Minhas amigas* foi publicado em 31 de dezembro de 1900, na coluna A Moda, pelo pseudônimo de Almeida, Ecila Worms. O texto, contextualizado no jornal como uma reflexão de Ano-novo, sofre alterações na versão em livro, tornando-se menos calcado no cotidiano imediato e mais abstrato, como uma reflexão ampla sobre o tempo. Endereçada diretamente às leitoras pelo vocativo “Minhas amigas!” no título, a dedicatória perde alguns traços de crônica e torna-se uma carta íntima, lida individualmente no volume.

Neste novo contexto, as provocações finais do texto permanecem como pergunta lançada às leitoras, sendo assim uma possível chave de leitura para os demais capítulos de *Livro das Donas e Donzelas*. Neste sentido, é interessante observar que a reflexão por meio do deslocamento temporal é singularizada neste texto, como questão que permeia a obra como um todo.

Esta questão é sintetizada em dois movimentos. Em primeiro lugar, a escritora remete à relevância de uma reflexão crítica sobre os processos históricos, ou seja, a não naturalização de comportamentos e acontecimentos na sociedade. Este questionamento pode, então, ser estendido para os demais capítulos do livro, centrados em hábitos e tópicos do cotidiano, que devem ser compreendidos à luz do passado, e mudados ou mantidos com vistas ao futuro.

Em segundo lugar, Lopes de Almeida parece colocar em discussão uma distinção de gênero na reflexão sobre o passado. A escritora diferencia um “mundo”, em que o tempo é dinâmico e impelido pela própria ação do homem, por suas vitórias e fracassos, e um “nós”, em que este movimento é incerto, posto em forma de dúvida. Este “nós”, que inclui a escritora e as “queridas” leitoras, é assim demarcado como feminino, e parece se delimitar como um âmbito ahistórico, ou distanciado dos “declínios e triunfos” do mundo dos homens. A sugestão de uma discriminação de gênero no próprio correr da história reitera a importância “pensar no tempo que passou.”

No entanto, estes debates não são colocados como proposições ou diretrizes, mas como perguntas, inseridas na atmosfera de intimidade e (suposta) sinceridade da carta-



dedicatória, convidando as leitoras a refletirem em uma resposta. Assim, a passagem do tempo pela carta não só é tematizada, mas também exercitada, entre a escrita da carta “Minhas amigas” e a leitura da dedicatória pelas leitoras. À diferença de *Correio da Roça*, em que a autodescoberta é um movimento interno do romance, em *Livro das Donas e Donzelas*, a autorreflexão é externa, projetada para as leitoras.

Quando lidas em conjunto, estas duas obras revelam coincidências nas estratégias de escrita que adensam a interpretação e corroboram o entendimento sobre a versatilidade de Lopes de Almeida na composição de suas obras. Propõe-se sintetizar esta estratégia em três [eixos/dimensões], que ocorrem em concomitância na obra.

O tempo nestas duas obras é central. Primeiramente, enquanto objeto de consideração, o tempo é tematizado e discutido, enfatizando assim a historicidade do presente e seu potencial de mudança no futuro. Em segundo lugar, o tempo está conscientemente posto enquanto parte da dinâmica de produção da escrita epistolar, com ênfase na lacuna entre escritora e leitoras a ser transposta pelo texto.

O espaço, lado a lado com o tempo, ganha relevância pelo gênero epistolar nestas obras. Pela carta, transpõe-se a separação entre os âmbitos privado e público, ao surgir como escrita íntima e ser publicizada a seu destinatário, escapando do confinamento do quarto para alcançar outro ponto de vista de seu destinatário. Esta ponte é significativa quando se considera a divisão de gênero atrelada a estes espaços – o privado como espaço do feminino e o público como responsabilidade masculina (Maluf; Mott, 1998, p. 374).

Estas duas dimensões são permeadas pela atitude autorreflexiva do gênero epistolar mobilizada nos textos. Direta ou indiretamente, *Livro das Donas e Donzelas* e *Correio da Roça* orientam a um olhar questionador sobre o cotidiano e as condições das mulheres durante a virada do século XX. Este movimento começaria pela reflexão sobre si próprias, de personagens e leitoras, em busca de compreenderem seus lugares no contexto social e os fatores históricos envolvidos em sua condição presente. A partir da consciência de si, haveria potencial de transformação de si e de sua realidade, como o exemplo de Maria parece ilustrar.

Conclusão

Este artigo propôs-se a uma análise de duas obras de Júlia Lopes de Almeida – *Livro das Donas e Donzelas* e *Correio da Roça* – detendo-se no deslocamento temporal do gênero epistolar como estratégia textual para a reflexão das mulheres leitoras. Esta leitura partiu do entendimento da autodescoberta pelo distanciamento de si possível no gênero epistolar para compreender o aproveitamento da carta pela escritora.

Este trabalho surge na esteira de um movimento produtivo, teórica e politicamente, de renovação de pesquisas sobre mulheres escritoras. Reconhece-se, primeiramente, estar-se diante de um “presente sem passado”, na expressão de Mary Del Priore (2007, p. 217), ou seja, há o desafio de preencher o silêncio historiográfico com as vozes antes ausentes. Para tal, percebemos nas chamadas “escritas de si” um espaço possível de expressão feminina e de confrontação com o imaginário construído sobre a mulher. Mais além, na conjunção entre escritas de si e literatura haveria margem para reflexão e potencial para mudança.

Nesse sentido, retomar duas obras de Almeida que foram identificadas a certo “caráter pedagógico” possibilitou investigar como este escopo se realiza no texto, a partir do gênero textual. Pela análise, foi possível interpretar a relação entre as dimensões de tempo e espaço e da aprendizagem: a atitude reflexiva posta em prática por Almeida nesses livros não se desvencilha da observação sobre o processo histórico das mulheres e seu impacto no presente individual de cada personagem e leitora². Assim, ao contrário de manuais ou cartilhas prescritivas e descontextualizadas, *Livro das Donas e Donzelas* e *Correio da Roça* realizam reflexões com base na relação entre sujeito e sociedade, e, principalmente, considerando a mulher em um lugar de desacordo com as imposições da estrutura patriarcal brasileira.

É possível, também, traçar relações entre as conclusões deste artigo e outras dimensões da produção da escritora. Michele Fanini, em análise da obra teatral de Júlia Lopes de Almeida, observa no uso de elementos cênicos estratégicos a busca por

[...] desfocar o binarismo entre as esferas pública e privada, de modo a capturar, em um movimento intrusivo, voltado para a dimensão da reclusão, da intimidade, da vida supostamente protegida dos olhares forasteiros, justamente aquilo que a extrapola, aquilo que seus espaços, mobília, e certos itens do vestuário trazem engastado, material e simbolicamente, do extramuros (Fanini, 2016, p. 44).

Observamos intenções semelhante no uso do trânsito epistolar entre a escrita de si e a escrita para o outro. Afinal, a carta, escrita no seio da intimidade do lar, é capaz de atravessar muros em direção a seu destinatário, trazendo consigo a voz e o olhar de seu remetente, rompendo com o isolamento do espaço doméstico privado.

Seja no teatro ou na prosa, ficcional ou não, Júlia Lopes de Almeida aponta para uma questão fulcral às mulheres da virada do século XIX. O modelo de feminilidade preconizado para as donas-de-casa não possibilitaria a autonomia, o desenvolvimento e a realização pessoal de que eram capazes, a exemplo de Maria em *Correio da Roça*. Rer Júlia Lopes

2 Reflexão semelhante foi desenvolvida em maior detalhe em nossa dissertação *Jornadas de escrita: aprendizagem e gêneros literários em Júlia Lopes de Almeida* (2025).

de Almeida (e também outras escritoras deste mesmo período) reforça a relevância de investigar novas possibilidades de leitura, outras fontes de pesquisa e outras vozes.

Agradecimentos

Agradecemos a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento da pesquisa de mestrado (nº do processo 23/02540-4).

Referências

ALMEIDA, J. L. *Correio da roça*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1913.

ALMEIDA, J. L. *Livro das Donas e Donzelas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1906.

ALTMAN, J. G. *Epistolarity: Approaches to a Form*. Columbus: Ohio State University Press, 1985.

BATISTA, K. F. M. *Júlia Lopes de Almeida e a Educação da Mulher nos Livros das Noivas e das Donas e Donzelas*. São Gonçalo: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

COSTRUBA, D. A. *Conselho às minhas amigas: os manuais de ciências domésticas de Júlia Lopes de Almeida (1896 e 1906)*. 2011. 175 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2011.

CUNHA, P. C. R. da R. de M. Da crítica feminista e a escrita feminina. *Revista Criação & Crítica*, [S. l.], n. 8, p. 1-11, 2012.

DEL PRIORE, M. História das Mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, M. C. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2007.

DE LUCA, L. O feminismo possível de Julia Lopes de Almeida. *Cadernos Pagu*, n. 12, p. 275-299, 1999.

DIAZ, B. *O gênero epistolar ou o pensamento nômade: formas e funções da correspondência em alguns percursos de escritores no século XIX*. São Paulo: EDUSP, 2016.

ENGEL, M. G. Júlia Lopes de Almeida: uma mulher fora de seu tempo? *La manzana de la discordia*, año 2, n. 8, p. 25- 32, dez. 2009.

FAEDRICH, A. Ética e estética na literatura brasileira escrita por mulheres. In: NEGREIROS, C.; OLIVEIRA, F. (org.). *Belle Époque em perspectiva*. São Paulo: Intermeios, Faperj, 2020.

FANINI, M. A. Júlia Lopes de Almeida em “retrato e prosa”: a propósito dos diálogos entre as imagens da escritora e sua produção literária. *Cadernos Pagu*, n. 41, p. 159-199, jul./dez. 2013.

FANINI, M. A. *A (in)visibilidade de um legado*: seleta de textos dramatúrgicos inéditos de Júlia Lopes de Almeida. São Paulo: Intermeios, Fapesp, 2016.

GOMES, W. F.; CELI, T. Júlia Lopes de Almeida: Lembrança e Esquecimento. *Mosaico*, v. 17, n. 1, p. 343-360, 2018.

HAROCHE-BOUZINAC, G. *Escritas epistolares*. São Paulo: EDUSP, 2016.

IONTA, M. Escritas de si em cartas e *blogs*: figurações da subjetividade feminina. In: RAGO, M.; MURGEL, A. C. A. T. (org.). *Paisagens e Tramas*: o gênero entre a história e a arte. São Paulo: Intermeios, 2013.

MAGALDI, A. M. B. de M. *Lições de casa*: discursos pedagógicos destinados à família no Brasil. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2007.

MALUF, M.; MOTT, M. L. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, N. *República*: da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 367-421.

MARRECO, M. I. de M. A escrita de Júlia Lopes de Almeida: crônica. *Interdisciplinar*, Ano X, v. 23, jul./dez. 2015.

MODOLO, V. S. “Cartas serviçais e amigas”: a epistolografia em Correio da Roça, de Júlia Lopes de Almeida. *Linha D'Água*, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 112-129, 2024. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v37i4p112-129>. Disponível em: <https://revistas.usp.br/linhadagua/article/view/225798>. Acesso em: 21 nov. 2025.

MODOLO, V. S. *Jornadas de escrita: aprendizagem e gêneros literários em Júlia Lopes de Almeida*. 2025. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025. DOI: <https://doi.org/10.11606/D.8.2025.tde-10062025-112356>. Acesso em: 21 nov. 2025.

MOREIRA, N. M. B. Dois dedos de prosa, coluna de Julia Lopes de Almeida, bota a boca no trombone. *IX Congresso Internacional da BRASA*, Tulane University, New Orleans, Louisiana, 2008.

MUZI, J. L. C.; ZOLIN, L. O. Entre a cidade e o remanso, mulheres educadas e trabalhadoras: a representação da mulher em correio da roça. *Revista Graphos*, v. 14, n. 2, 2012.

RAGO, M. *Do cabaré ao lar – A utopia da cidade disciplinar – Brasil: 1890-1930*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1985.

SCHMIDT, R. T. Cânone, valor e a história da literatura: pensando a autoria feminina como sítio de resistência e intervenção. *El Hilo de la Fábula*, v. 10, p. 59-74, 2012.

SEVCENKO, N. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, N. A. *Júlia Lopes de Almeida e sua trajetória de consagração em O País*, 2015. 263 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

TELLES, N. *Encantações: escritoras e imaginação literária no Brasil, século XIX*. São Paulo: Intermeios, 2012.

A variação diacrônica entre *que* e *o que* interrogativos em peças teatrais brasileiras e portuguesas

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v54i3.3850>

Vitor Morelli Silva¹

Resumo

Este artigo discute a variação diacrônica entre “que” e “o que” interrogativos no português brasileiro em comparação com a que ocorre no português europeu. Sob uma ótica gerativista, a sintaxe diacrônica (Roberts, 2021), trabalha-se com dados de interrogativas diretas e indiretas obtidas de um conjunto de 17 obras de teatro do Corpus Histórico do Português Tycho Brahe, de autores brasileiros nascidos entre os séculos XVIII e XX e autores portugueses nascidos entre os séculos XVIII e XIX. Trabalha-se a partir da hipótese de que, na segunda metade do século XIX no Brasil, a tendência de aproximação da gramática do português europeu, observada em Pagotto (1992, 2013, 2018) e Carneiro (2005), também pode ser identificada nesta variação. Argumenta-se a favor dessa hipótese com base nos resultados quantitativos confrontados com as prescrições de gramáticos do século XIX.

Palavras-chave: o que; que; variação; orações interrogativas.

¹ Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil; vitimorellis06@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0002-9596-240X>

The diachronic variation between interrogative *que* and *o que* in Brazilian and European Portuguese theatre

Abstract

This article discusses the diachronic variation between interrogative “que” and “o que” in Brazilian Portuguese in comparison with that occurring in European Portuguese. From a generativist perspective, diachronic syntax (Roberts, 2021), this study works with data from direct and indirect questions obtained from a set of 17 dramatic works from the Tycho Brahe Parsed Corpus of Historical Portuguese, by Brazilian authors born between the 18th and 20th centuries and Portuguese authors born between the 18th and 19th centuries. The work is based on the hypothesis that, in the second half of the 19th century in Brazil, the tendency towards approximation to European Portuguese grammar, observed in Pagotto (1992, 2013, 2018) and Carneiro (2005), can also be identified in this variation. This hypothesis is argued on the basis of quantitative results compared with the prescriptions of 19th-century grammarians.

Keywords: *o que*; *que*; variation; interrogative clauses.

Introdução

Emergiu na língua em Portugal, entre os séculos XVII e XVIII, um novo pronome interrogativo, *o que*, que entraria em variação com *que* (Silva, 2023; Galves; Andrade, Silva, 2026, no prelo). Galves, Andrade e Silva (2026, no prelo) argumentam que a entrada de *o que* no quadro de pronomes interrogativos do português seria o resultado do processo de gramaticalização por que passou *o que* entre os séculos XVII e XVIII. Isso se encaixa, pode-se dizer, num conjunto de mudanças sintáticas e prosódicas por que passou o português nesse mesmo período e que culminou no que hoje conhecemos como o português europeu (cf. Galves; Paixão de Sousa, 2017). São exemplos dessa variação:

1. *O que* fará o meu bem? (Rodrigues da Costa, nascido no séc. XVIII)
2. E você, *que* diz? (Rodrigues da Costa, nascido no séc. XVIII)

A mesma variação é atestada em orações interrogativas indiretas:

3. porém, perguntando-me Vossa Senhoria *o que* penso dele, digo-lhe que o caso para mim tem pouco de extraordinário. (Cavaleiro de Oliveira, nascido no séc. XVIII)
4. Senhor Careiro, eu mandei-o chamar porque quero ajustar contas e saber *que* lhe devemos de cinco meses *que* aqui estamos. (Rodrigues da Costa, nascido no séc. XVIII)

Mateus *et al.* (2006, p. 464, grifo dos autores), em sua gramática de base gerativista do português europeu (PE), afirma que a forma *que* é cada vez menos utilizada, “sendo *o que* a forma mais produtiva”. É notório que uma gramática contemporânea do PE já reconheça *que* interrogativo como uma forma antiga. Nos *corpora* Corpus Histórico do Português Tycho Brahe² e P. S. Post Scriptum,³ conforme Galves, Andrade e Silva (2026, no prelo) e Silva (2023),⁴ observa-se em textos de autores portugueses (de diversos gêneros no primeiro e de cartas no segundo) que as ocorrências de *o que*, em orações interrogativas diretas, aparecem no século XVIII e aumentam sutilmente dos séculos XVIII a XIX (Tabela 1). Em orações interrogativas indiretas, *o que* já aparece como preferido desde o século XVI (Tabela 2).

Tabela 1. Ocorrências de *que* e *o que* e porcentagens de *o que* por séculos em interrogativas diretas em textos de autores portugueses (Corpus Tycho Brahe e Corpus Post Scriptum)

Século	<i>Que</i>	<i>O que</i>	Frequência relativa de <i>o que</i>
XVI	8	0	0%
XVII	67	0	0%
XVIII	172	5	2,82%
XIX	128	12	8,57%

Fontes: Galves, Andrade e Silva (2026, no prelo) e Silva (2023, p. 27)

Tabela 2. Ocorrências de *que* e *o que* e porcentagens de *o que* por séculos em interrogativas indiretas (Corpus Tycho Brahe e Corpus Post Scriptum)

Século	<i>Que</i>	<i>O que</i>	Frequência relativa de <i>o que</i>
XVI	7	18	72%
XVII	6	32	84,21%
XVIII	11	12	52,17%
XIX	2	55	96,49%

Fonte: Silva (2023, p. 28-29)

Fala-se aqui em “interrogativas indiretas” porque as orações em questão foram anotadas conforme as regras de anotação para interrogativas indiretas.⁵ No entanto, Galves,

2 GALVES, C.; ANDRADE, A. L. de; FARIA, P. *Tycho Brahe Parsed Corpus of Historical Portuguese*. Dez. 2017. Disponível em: texts/psd.zip. Acesso em 4 jul. 2024.

3 CLUL (ed.). *P.S. Post Scriptum*. Arquivo Digital de Escrita Quotidiana em Portugal e Espanha na Época Moderna. 2014. Disponível em: <http://ps.clul.ul.pt>. Acesso em: 4 jul. 2024.

4 Conforme apontado por Galves, Andrade e Silva (2026, no prelo), em Silva (2023), há um dado com *o que* no século XVII cuja interpretação é difícil. Numa análise mais minuciosa do contexto da oração, concluiu-se que, na realidade, se trata de uma oração relativa livre.

5 Cf. MAGRO, C.; GALVES, C. *Portuguese Syntactic Annotation Manual*. 2019. Disponível em: <http://alfclul.clul.pt/portuguesesyntacticannotation/home.html>. Acesso em: 4 jul. 2024.

Andrade e Silva (2026, no prelo) argumentam que, antes do século XVII, apenas havia “relativas livres” com *o que*, em que *o* tinha valor dêitico e selecionava uma oração relativa como complemento, podendo ser interpretadas tanto como interrogativas indiretas como relativas livres, semelhante ao que ocorre com estruturas com *ce que* em francês.

No português brasileiro (PB), também se observa variação (em textos recentes, aliás) entre *que* e *o que* em orações interrogativas diretas, como em (5) e (6):

5. a. *O que* vai ser dele? (Paulo Gustavo A. M. de Barros, nascido no séc. XX)
b. *Que* foi, mãe? (Paulo Gustavo A. M. de Barros, nascido no séc. XX)
6. a. *O que* elas vão pensar de mim? (Paulo Sacaldassy, nascido no séc. XX)
b. *Que* você fez? (Paulo Sacaldassy, nascido no séc. XX)

Neste artigo,⁶ discute-se a variação entre *que* e *o que* interrogativos no PB em comparação com o PE, dando-se especial atenção à relação dos autores brasileiros com a norma. Os trabalhos sobre a colocação de clíticos no PB de Pagotto (1992, 2013, 2018) e Carneiro (2005) observam, na segunda metade do século XIX, uma tendência de adoção do padrão do PE. Partindo da hipótese de que essa tendência também pode ser observada em outras estruturas gramaticais em variação, este trabalho investiga se esse fenômeno também pode ocorrer para a variação entre *que* e *o que* em orações interrogativas. A consulta às gramáticas permite investigar se essa influência do PE também se dá por meio de pressão normativa. Trabalha-se aqui com um conjunto de 17 obras teatrais do Corpus Tycho Brahe: 6 portuguesas (Tabela 3) e 11 brasileiras (Tabela 4).⁷ A escolha do teatro se justifica por este ser um gênero em que há orações interrogativas em quantidade mais elevada, como já atestado por Lopes-Rossi (2018). Considerando o critério do ano de nascimento, este conjunto contempla os séculos XVIII e XIX para Portugal⁸ e XVIII a XX para o Brasil. Porém, considerando o critério da data de publicação, os textos portugueses contemplam os séculos XIX e XX⁹ e os textos brasileiros contemplam os séculos XVIII a XXI. Os dados foram coletados por meio de buscas morfológicas e sintáticas¹⁰ com

6 Este artigo deriva parcialmente da dissertação de mestrado do autor, com defesa agendada para 31 de março de 2026, no Instituto de Estudos da Linguagem (Unicamp).

7 As informações sobre as obras apresentadas nas Tabelas 3 e 4 foram retiradas das fichas catalográficas do Corpus Tycho Brahe.

8 Esta pesquisa fez uso exclusivamente das obras que já fazem parte do Corpus Tycho Brahe, por esta razão o século XX não foi incluído em Portugal pelo critério do ano de nascimento do autor.

9 A obra teatral *6 Entremeses de Cordel*, do autor português José Daniel Rodrigues da Costa, nascido em 1757, é uma coletânea publicada em 1973 (cf. Tabela 3), que, por sua vez, se baseia no terceiro volume da publicação *Teatro Cômico de Pequenas Peças*, do mesmo autor, cuja edição referenciada é de 1879. É informado no prefácio que houve atualizações na ortografia e na pontuação (cf. Costa, 1973, p. 27). Contudo, não se espera que essas atualizações afetem as estruturas aqui visadas.

10 As buscas sintáticas foram rodadas apenas nos textos do século XVIII, pois são os que já têm anotação sintática completa.

Corpus Search¹¹ e na Plataforma Tycho Brahe.¹² Além disso, foram feitas consultas aos próprios textos para tentar evitar a perda de dados.¹³ Foram selecionadas para análise apenas ocorrências em contextos oracionais.¹⁴

Tabela 3. O *corpus* português

Autor	Nascimento	Publicação (original/fonte)	Título da obra
José Daniel R. da Costa	1757	1973 (fonte)	<i>6 Entremezes de Cordel</i>
Joaquim da C. Cascais	1815	1899	<i>A inauguração da estátua equestre</i>
Camilo C. Branco	1825	1871	<i>A Morgadinha de Val-d'Amores</i>
Manuel P. Chagas	1842	1869	<i>A Morgadinha de Valflor</i>
Marcelino Mesquita	1856	1897	<i>O Regente</i>
André Brun	1881	1916	<i>Teatro, André Brun</i>

Fonte: Elaboração própria

Tabela 4. O *corpus* brasileiro

Autor	Nascimento	Publicação (original/fonte)	Título da obra
Antonio José da Silva	1705	1759 (fonte)	<i>Theatro comico portuguez I</i>
Luís Carlos M. Pena	1815	1838/1871	<i>O juiz de paz na roça</i>
Luís Carlos M. Pena	1815	1845/1853	<i>O noviço: comedia em 3 actos</i>
José de Alencar	1829	1858	<i>O demônio familiar: comedia em quatro actos</i>

11 RANDALL, B. *CORPUS SEARCH 2: a tool for linguistic research*. 2004 Disponível em: <http://corpussearch.sourceforge.net/CS.html>. Acesso em: 11 set. 2025.

12 VERONESI, L. H. L.; GALVES, C. *The Tycho Brahe Platform*. 2024. Disponível em: <https://www.tycho.iel.unicamp.br/home>. Acesso em: 11 set. 2025.

13 As buscas morfológicas foram feitas na versão *on-line* de Corpus Search no *site* do Corpus Tycho Brahe e, por serem mais simples, seus resultados nem sempre contêm apenas dados relevantes, de modo que precisaram ser filtrados e analisados manualmente. A Plataforma Tycho Brahe foi utilizada apenas para encontrar as interrogativas indiretas, pois a busca por essas estruturas foi mais bem-sucedida na plataforma.

14 Casos em que a palavra-QU precede um advérbio, *e.g.*, “Que/O que mais...?”, somente foram quantificados quando havia um verbo na frase. Casos de “Que isso?” foram considerados equivalentes a “Que é isso?” e, portanto, também foram quantificados.

Joaquim José de França Júnior	1838	1883	<i>Cahio o ministério! Comedia original de costumes em tres actos</i>
Arthur Azevedo	1855	1892	<i>O tribofe: revista fluminense do ano de 1891</i>
Gastão M. Tojeiro	1880	1921/2017	<i>Onde canta o sabiá</i>
Gianfrancesco Guarnieri	1934	1957	<i>Eles não usam black-tie</i>
Miguel Falabella	1956	1988	<i>A partilha</i>
Paulo Sacaldassy	1966	2007	<i>Fulana Sicrana e Beltrana</i>
Paulo Gustavo A. M. de Barros	1978	2015	<i>Minha mãe é uma peça</i>

Fonte: Elaboração própria

Esta pesquisa se fundamenta no quadro teórico da Gramática Gerativa, que, conforme Chomsky (1994 [1986]),¹⁵ faz uma distinção entre língua-I e língua-E. A língua-I, ou língua internalizada, faz referência ao conhecimento do falante de sua língua materna, atingido por meio da experiência linguística durante a fase de aquisição da linguagem. Esta é a classificação de língua que é visada como objeto de estudo desse arcabouço teórico. A língua-E, ou língua externa, por sua vez, é um conceito de amplo alcance, pois engloba concepções de língua que não fazem referência direta ao sistema gramatical adquirido pelo falante e que são influenciadas por fatores externos, socio-históricos. É neste conceito onde estão a gramática normativa e a escrita. No entanto, para a sintaxe histórica, a língua escrita é frequentemente a principal fonte de dados e, assim, o trabalho diacrônico no quadro gerativista busca entender como as diferenças sintáticas observadas nos dados de língua-E refletem as mudanças de língua-I em gerações diferentes (Roberts, 2021). Portanto, ambos os critérios (ano de nascimento dos autores e ano de publicação dos textos) serão considerados para a análise, pois, apesar de o ano de nascimento estar mais próximo do período de aquisição da linguagem pelos autores, o trabalho é feito sobre dados de língua-E, que nem sempre apresentam apenas estruturas gramaticais adquiridas pelos falantes.

Na próxima seção, é feita uma síntese do que diziam as gramáticas normativas do século XIX sobre os pronomes interrogativos *que* e *o que*. A seguir, apresentam-se dados e, na sequência, discute-se como a norma pode se relacionar à variação nos autores de teatro brasileiro. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

¹⁵ Dentro dos colchetes, apresenta-se o ano da publicação original; fora dos colchetes, referencia-se a edição consultada.

O que diz a norma

Levando em conta que o processo de gramaticalização de *o que* se deu em Portugal entre os séculos XVII e XVIII, pode-se esperar que, no século XIX, esse pronome já repercutisse nas gramáticas normativas em Portugal, bem como que a variação com *que* fosse percebida. A partir desse século, é possível verificar se o mesmo ocorria no Brasil. Considerando a hipótese de influência do PE na norma brasileira na segunda metade do século XIX, foram selecionadas algumas gramáticas publicadas nesse século – Sousa (1804) e Dias (1894) em Portugal; Grivet (1881), Júlio Ribeiro (1881), João Ribeiro (1889) no Brasil. Grivet (1881) era, na realidade, suíço, nascido em Villars-le-Terroir, e chegou ao Brasil em abril de 1856 (Almeida, 2022). A consulta de sua gramática é de interesse porque, por hipótese, sendo estrangeiro, pode destoar de gramáticos brasileiros contemporâneos a ele. Além disso, foi consultado também o *Compendio de grammatica da lingua nacional*, de Coruja (1835), para contemplar a primeira metade do século XIX no Brasil.

Sousa (1804), português, lista como pronomes interrogativos *que*, *qual* e *quem*. Esta gramática do início do século XIX não menciona *o que* como um pronome interrogativo, nem como um pronome relativo. O mesmo também foi observado no *Compendio de grammatica da lingua nacional* (Brasil), de Coruja (1835). Já Grivet (1881), em *Nova grammatica analytica da lingua portugueza*, publicada no Brasil, se refere a *que* como um pronome “indefinido”, diferenciando-o do pronome relativo, já que não há nenhuma referência. Para o gramático, *que* é um pronome “indefinido” quando significa *que coisa*, *coisa que* ou *que quantidade*, *que porção*. Grivet menciona a possibilidade de se colocar um artigo antes de *que*, dizendo que isso serve para “firmar” o sentido do pronome “indefinido” *que*, mas ressalta que *o que*, assim como *que*, é o mesmo que *que coisa/coisa que*, diferindo, portanto, de *o que* “demonstrativo”, que equivale a *aquilo que/aquele que*.

Julio Ribeiro (1881), brasileiro, contemporaneamente a Grivet (1881), prescreve que o artigo definido não deve aparecer antes dos pronomes “conjunctivos”¹⁶ quando estes forem “empregados interrogativamente”, dizendo que “« *O que queres?* – *O que te parece?* » e outras construcções identicas são incorrectas” (Ribeiro, 1881, p. 210, grifo do autor). Para embasar a sua prescrição, Ribeiro dá exemplos que aparecem em escritores “clássicos” – Camões, Vieira, Sousa Caldas, Bocage e Francisco Manuel. É no mínimo curioso que Grivet e Julio Ribeiro tenham posturas diferentes quanto ao uso de *o que*. Julio Ribeiro era brasileiro e falante nativo, enquanto Charles Grivet era suíço. O fato de que Grivet fosse estrangeiro, falante nativo de uma outra língua, talvez possa explicar o motivo de a presença do artigo antes de *que* não ser algo polêmico para ele, visto que o gramático se limita apenas a descrever a possibilidade de seu uso, sem julgá-la como

16 Quando menciona *pronomes conjunctivos*, o autor se refere ao que se entende atualmente por *pronomes relativos*: “[...] ‘que’, ‘quem’ referem-se sempre a um nome da clausula principal. Esse nome chama-se antecedente: pode ser masculino ou feminino; do singular ou plural. [...] Nas sentenças interrogativas o pronome ‘que’ admite depois de si o pronome a que se refere, ex. ‘Que homem é este?’ [...]” (Ribeiro, 1881, p. 226).

incorreta. Regressando a Portugal, vê-se na gramática de Dias (1894, p. 34) que o autor faz uma distinção entre os pronomes interrogativos adjetivos – *que*, *qual* e *quanto* – e os pronomes interrogativos substantivos – *que* (ou *o que*) e *quem*. O gramático menciona (como aqui) *o que* entre parênteses. Isso mostra que ele reconhece a variação, mas não a julga incorreta (como fez o gramático brasileiro Júlio Ribeiro alguns anos antes).

João Ribeiro (1889), gramático brasileiro, sugere que o uso de *o* (que considera um pronome) possa ser um “brasileirismo”: “A expressão *o que é a vida?* como a anteposição do pronome *o*, é provavelmente um brasileiroismo.” (Ribeiro, 1889, p. 238, grifo do autor). O gramático justifica que “o uso clássico” não admite essa construção e que os “bons escritores” contemporâneos (no caso, do período em que publica essa gramática) demonstram isso. João Ribeiro ainda menciona que essa é a mesma sintaxe observada nas “línguas romanas”. Mais uma vez, um gramático brasileiro desencoraja o uso de *o* antes de *que* e ainda sugere que seja um “brasileirismo”. No entanto, em nota de rodapé, Ribeiro reconhece que há uso desse “pronome” em outras línguas românicas, como no galego (*o que*) e no florentino (*il che*).

Os dados

No *corpus* aqui utilizado, obtiveram-se os seguintes números para os dois autores do século XVIII:

Tabela 5. Variação entre autores nascidos no século XVIII em interrogativas diretas

País de nasc.	Autor (nasc.)	<i>Que</i> (nº)	<i>O que</i> (nº)	Freq. rel. de <i>o que</i> (aprox.)
Brasil	Silva (1705)	110	3	2,65%
Portugal	Costa (1757)	24	2	7,69%

Fonte: Elaboração própria

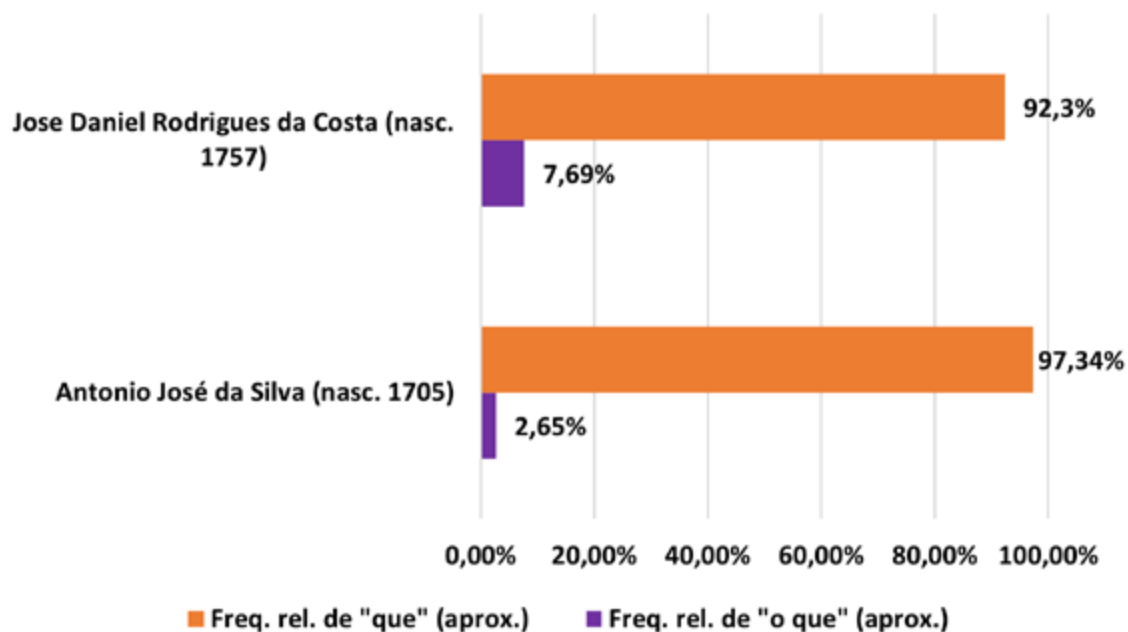
Tabela 6. Variação entre autores nascidos no século XVIII em interrogativas indiretas

País de nasc.	Autor (nasc.)	<i>Que</i> (nº)	<i>O que</i> (nº)	Freq. rel. de <i>o que</i> (aprox.)
Brasil	Silva (1705)	5	11	68,75%
Portugal	Costa (1757)	1	9	90%

Fonte: Elaboração própria

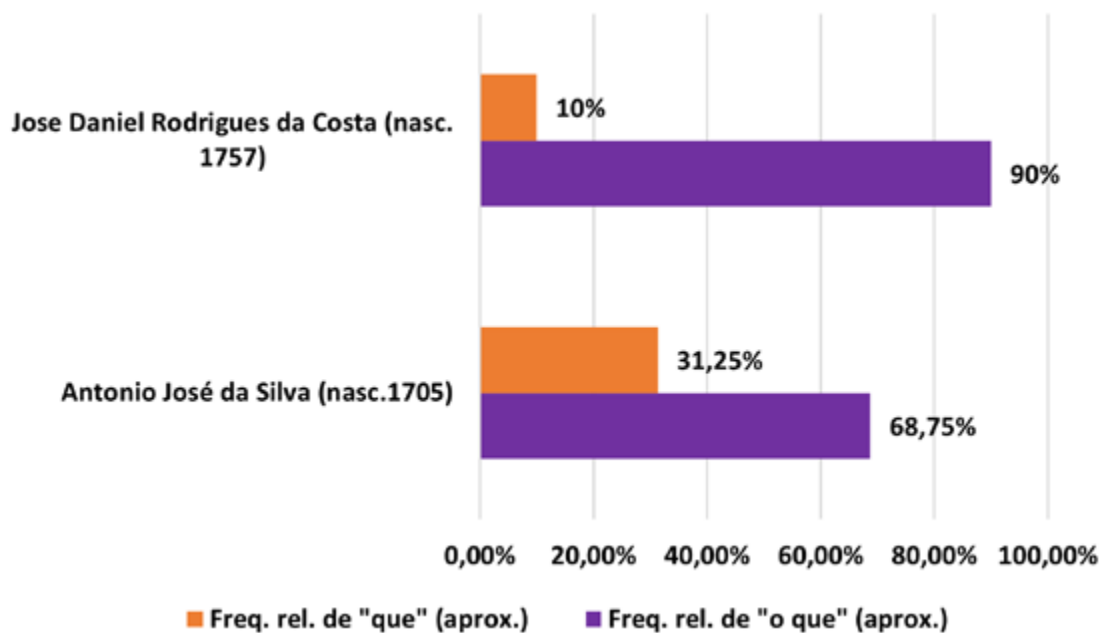
Como se nota, tanto o autor português como o luso-brasileiro se comportam de modo semelhante quanto ao uso de *que* e *o que* – sendo o primeiro preferido em interrogativas diretas e o último em interrogativas indiretas. Ilustra-se graficamente abaixo (Figura 1 e Figura 2).

Figura 1. Frequências relativas de *que* e *o que* nos autores nascidos no século XVIII em interrogativas diretas



Fonte: Elaboração própria

Figura 2. Frequências relativas de *que* e *o que* nos autores nascidos no século XVIII em interrogativas indiretas



Fonte: Elaboração própria

Para estes autores, não é possível realizar uma comparação ideal pelo ano de publicação das obras, porque o texto fonte de Antonio José da Silva é de 1759 e o de José Daniel Rodrigues da Costa é de 1973. Ainda que para a edição de 1973 o texto de base seja de 1879, ela está longe do século XVIII. A comparação por ano de nascimento, no entanto, mostra um comportamento semelhante entre os autores quanto ao uso de *que* e *o que*, fato que indica que, possivelmente, não houve alterações no texto original quanto ao uso dessas formas, já que há a questão da nacionalidade de Antonio José da Silva, que é, pode-se dizer, luso-brasileiro. O autor nasceu no Brasil, mas foi para Portugal aos sete anos de idade, após os pais terem recebido mandados de prisão da Inquisição, e frequentou a Universidade de Coimbra anos mais tarde (Silva, 2007). Não seria surpreendente, portanto, que os seus textos tivessem características em comum com os textos dos portugueses que não tiveram relação com o Brasil.

Nos autores brasileiros nascidos nos séculos XIX e XX, encontram-se os seguintes resultados quantitativos:

Tabela 7. Quantificação de *que* e *o que* em orações interrogativas diretas no teatro brasileiro dos autores nascidos nos séculos XIX e XX

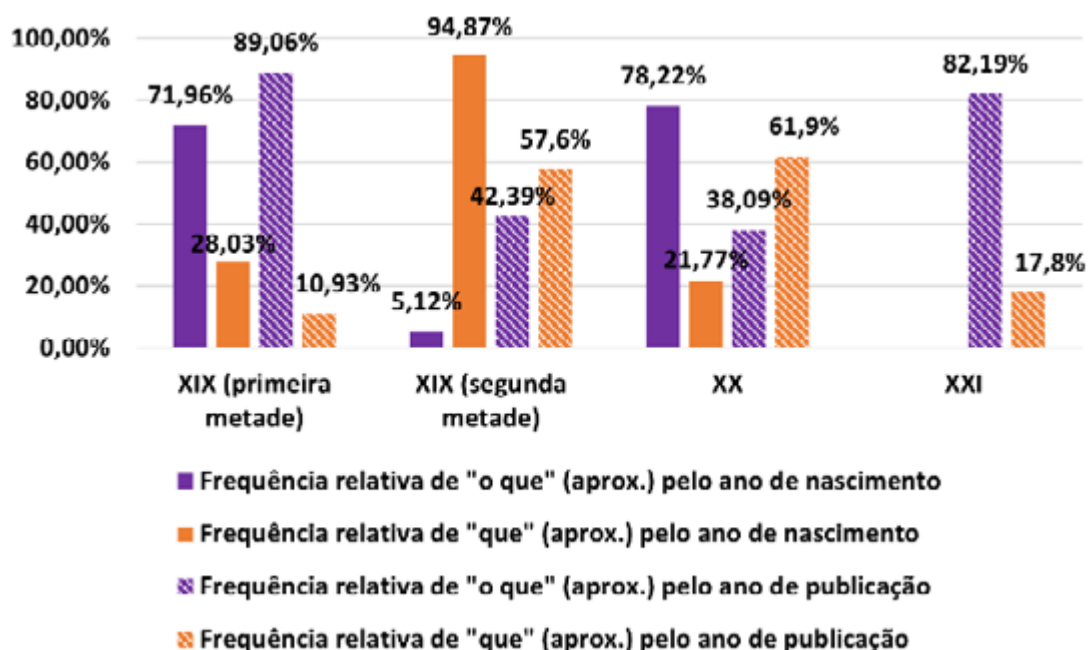
Nasc.	Publ. (fonte)	Autor	Que (nº)	O que (nº)	Freq. rel. de o que (aprox.)
1815	1838 (1871)	Pena	1	11	91,66%
1815	1845 (1853)	Pena	6	46	88,46%
1829	1858	Alencar	29	12	29,26%
1838	1883	França Jr.	1	26	96,29%
1855	1892	Azevedo	23	1	4,16%
1880	1921 (2017)	Tojeiro	51	3	5,55%
1934	1957	Guarnieri	12	20	62,5%
1956	1988	Falabella	2	17	89,47%
1966	2007	Sacaldassy	8	13	61,90%
1978	2015	Paulo Gustavo	5	47	90,38%

Fonte: Elaboração própria

Tomando como referência o ano de nascimento dos autores (primeira coluna), observa-se que, com exceção de José de Alencar, os autores nascidos na primeira metade do século XIX têm frequências relativas de *o que* mais altas em interrogativas diretas, superando a quantidade de *que*. Os dois autores nascidos na segunda metade, Arthur Azevedo e Gastão Tojeiro, apresentam baixa frequência relativa de *o que*, demonstrando preferência por *que* interrogativo. Para os autores nascidos no século XX, a frequência relativa de *o que* volta a subir. Já considerando o ano de publicação como referência, evidencia-se que

é mantida uma preferência por *o que* na primeira metade do século XIX;¹⁷ na segunda metade do século XIX, onde Alencar se encaixa por este critério, a mais frequente é *que*; no século XX, *que* ainda predomina (mas isto se deve sobretudo a Tojeiro, cuja publicação é da primeira metade do século). No século XXI, a preferência volta a ser *o que*. Desse modo, pode-se representar graficamente as frequências relativas de *que* e *o que* nesses períodos da seguinte forma:

Figura 3. Variação entre *que* e *o que* em interrogativas diretas no teatro brasileiro dos autores nascidos nos séculos XIX e XX



Fonte: Elaboração própria

Em orações interrogativas indiretas, que ocorrem em menor quantidade, observam-se os seguintes valores:

¹⁷ Está sendo utilizada como referência a data de publicação original para a análise. No caso, para a primeira metade do século XIX, trata-se dos textos de Pena – de 1838 e de 1845.

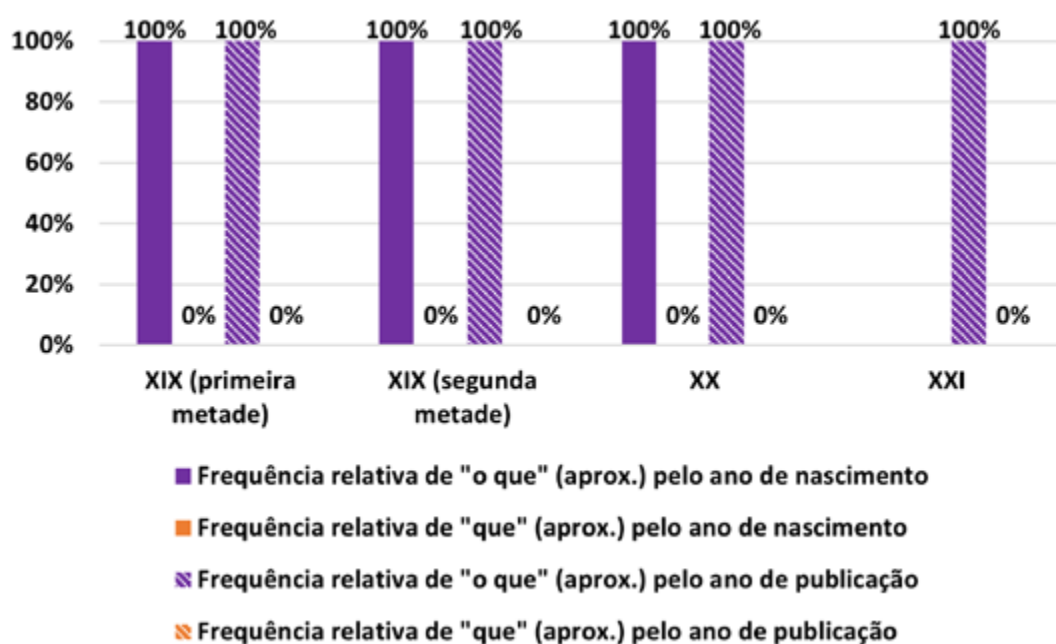
Tabela 8. Quantificação de *que* e *o que* em orações interrogativas indiretas no teatro brasileiro dos autores nascidos nos séculos XIX e XX

Nasc.	Publ. (fonte)	Autor	<i>Que</i> (nº)	<i>O que</i> (nº)	Freq. rel. de <i>o que</i> (aprox.)
1815	1838 (1871)	Pena	0	3	100%
1815	1845 (1853)	Pena	0	14	100%
1829	1858	Alencar	0	15	100%
1838	1883	França Jr.	0	12	100%
1855	1892	Azevedo	0	6	100%
1880	1921 (2017)	Tojeiro	0	11	100%
1934	1957	Guarnieri	0	5	100%
1956	1988	Falabella	0	10	100%
1966	2007	Sacaldassy	0	2	100%
1978	2015	Paulo Gustavo	0	24	100%

Fonte: Elaboração própria

Neste contexto, foram encontrados apenas dados com *o que*, de modo que a variação não está explícita (Figura 4).

Figura 4. Variação entre *que* e *o que* em interrogativas indiretas no teatro brasileiro dos autores nascidos nos séculos XIX e XX



Fonte: Elaboração própria

Nos autores nascidos no século XIX em Portugal, encontra-se a seguinte quantificação em interrogativas diretas:

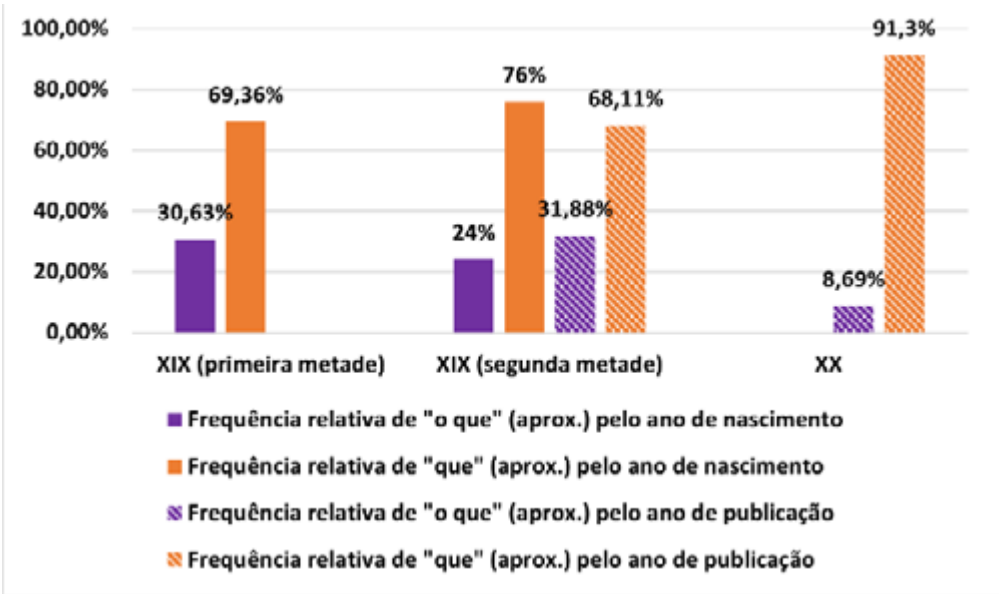
Tabela 9. Quantificação de *que* e *o que* em orações interrogativas diretas no teatro português dos autores nascidos no século XIX

Nasc.	Publ. (fonte)	Autor	<i>Que</i> (nº)	<i>O que</i> (nº)	Freq. rel. de <i>o que</i> (aprox.)
1815	1899	Cascais	29	3	9,37%
1825	1871	Branco	31	0	0%
1842	1869	Chagas	17	31	64,58%
1856	1897	Mesquita	17	10	37,03%
1881	1916	Brun	21	2	8,69%

Fonte: Elaboração própria

Nota-se que apenas Chagas tem uma porcentagem de *o que* maior que 50%. Há, portanto, neste *corpus* português, uma preferência por *que* em interrogativas diretas. Pelo critério do ano de nascimento, observa-se que, tanto na primeira como na segunda metade do século XIX, a porcentagem *que* é mais elevada (Figura 5). Para o *corpus* português, as publicações são, em maioria, da segunda metade do século XIX, havendo apenas André Brun que muda para o século XX. Assim, não é possível comparar totalmente os dados em função desse critério de análise. No entanto, observa-se que a preferência se mantém por *que* na segunda metade do século XIX e que André Brun, com publicação no século XX, usa mais *que* (Figura 5).

Figura 5. Frequências relativas de *que* e *o que* em interrogativas diretas no teatro português dos autores nascidos no século XIX



Fonte: Elaboração própria

Nas interrogativas indiretas, obtiveram-se os seguintes números:

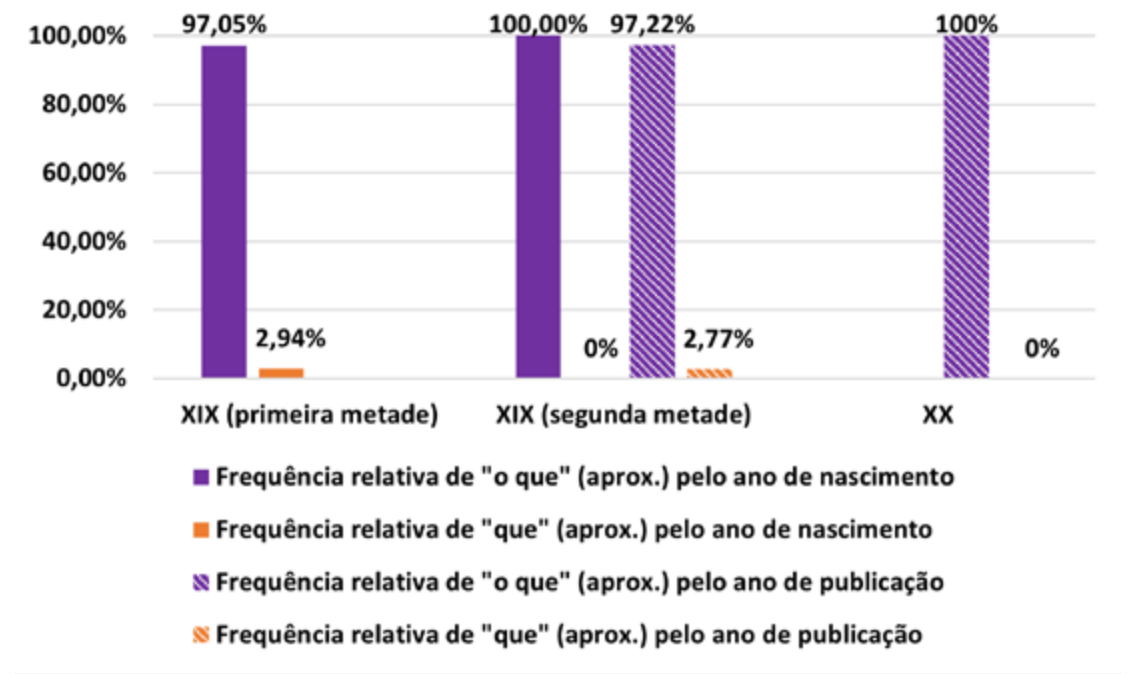
Tabela 10. Quantificação de *que* e *o que* em orações interrogativas indiretas no teatro português dos autores nascidos no século XIX

Nasc.	Publ. (fonte)	Autor	<i>Que</i> (nº)	<i>O que</i> (nº)	Freq. Rel. de <i>o que</i> (aprox.)
1815	1899	Cascais	1	8	88,88%
1825	1871	Branco	0	13	100%
1842	1869	Chagas	0	12	100%
1856	1897	Mesquita	0	2	100%
1881	1916	Brun	0	9	100%

Fonte: Elaboração própria

Assim como ocorreu com o PB, as porcentagens de *o que* são altas. Observa-se, portanto, uma ampla preferência por *o que* em interrogativas indiretas durante todo o século XIX, ilustrada graficamente na Figura 6. Pelo critério do ano de publicação, não há alterações relevantes, exceto o fato de não haver dados da primeira metade e a mudança de André Brun, que passa para o século XX e que não tem nenhum dado com *que*.

Figura 6. Frequências relativas de *que* e *o que* em interrogativas indiretas no teatro português dos autores nascidos no século XIX



Fonte: Elaboração própria

A norma *versus* os dados

Conforme exposto na seção *O que diz a norma*, observou-se que os gramáticos brasileiros Julio Ribeiro e João Ribeiro, que tiveram gramáticas publicadas na segunda metade do século XIX, são conservadores quanto ao uso de *o que*, condenando o seu uso. João Ribeiro até chega a dizer se tratar de um “brasileirismo”. Como mostrado por Galves, Andrade e Silva (2026, no prelo), em textos portugueses, *o que* já aparece em interrogativas diretas desde o século XVIII. Esse conservadorismo é coerente com os resultados apresentados na seção anterior, em que se nota nos autores brasileiros de teatro uma postura mais conservadora com relação ao uso de *o que* em orações interrogativas diretas na segunda metade do século XIX. Posteriormente, no século XX, pelo critério do ano de nascimento, o uso de *o que* volta a aumentar em interrogativas diretas. No entanto, pelo critério do ano de publicação, *que* ainda predomina, o que se deve, sobretudo, ao alto número de ocorrências dessa forma em Tojeiro, cuja publicação data ainda da primeira metade do século XX e é o único desse grupo que nasceu na segunda metade do século XIX. Por esse critério, França Jr. também se distancia das publicações da segunda metade do século XIX, já que faz mais uso de *o que*.

O texto de José de Alencar é outro caso que, a depender do critério de análise escolhido, pode ou não estar destoante dos outros de seu período. Se considerarmos o ano de nascimento, o autor se esquadra na primeira metade do século XIX, tendo mais ocorrências de *que*, enquanto os outros autores de sua geração no *corpus* apresentam mais ocorrências de *o que*. Isto pode tanto aproximar Alencar do português clássico (PC) (cf. Tabela 1) como do PE que, no *corpus* aqui utilizado, apresenta mais dados de *que* no século XIX. Para fazer uma afirmação ou outra de forma decisiva, seria necessário que mais aspectos gramaticais fossem analisados (e em mais obras do autor). No entanto, em Schei (2003), que estuda a posição dos clíticos em obras literárias brasileiras, é possível observar, na quantificação dos dados, que José de Alencar¹⁸ estava dentre os autores que variavam, isto é, que tinha características do PB e do PE: apresentava ocorrências de próclise (ainda que poucas) em posição inicial; tinha alta taxa de ênclise em contexto de oração coordenada; apesar de usar mais ênclise do que próclise em contexto de verbo precedido de sujeito, tinha também uma das porcentagens mais altas de próclise (dentre os autores do seu *corpus*) neste contexto; em orações subordinadas, Alencar usa mais próclise do que ênclise mas, do *corpus* da autora, ele é o que mais usa ênclise neste contexto. Esses resultados de Schei para Alencar sugerem uma tendência de adoção da gramática do PE, de modo que até “escape” um desvio dessa norma que não pode ser associado a uma gramática brasileira, a ênclise em orações subordinadas, mas sem apagar totalmente características do PB (como a próclise em posição inicial).

Aliás, características do PB não passaram despercebidas em Portugal na recepção de *Iracema*, na segunda metade do século XIX. Na época, o autor e crítico português

¹⁸ A obra do autor analisada por Schei (2003) foi o romance *Lucíola*.

Manuel Pinheiro Chagas (que faz parte do *corpus* português aqui analisado) criticou o distanciamento da norma portuguesa por parte do autor brasileiro, o que, ao ver dele, impossibilitava o reconhecimento da autonomia literária do Brasil (Moreira, 2013). Isto é relevante porque, como se observou, Chagas é o autor português com mais ocorrências de *o que* em interrogativas diretas e é o único que usa mais essa forma do que a outra (cf. Tabela 9). Possivelmente, essa variação não era tão saliente em Portugal como aparentemente foi no Brasil do século XIX, vide os dados e as prescrições das gramáticas brasileiras. Note-se que, se for considerado o ano de publicação como referência para a análise, Alencar se enquadra na segunda metade do século XIX e, assim, não é surpreendente que haja mais ocorrências de *que*. Leite (1996), ao abordar a questão da criação de neologismos por Alencar, explica que o autor tinha um discurso contraditório, pois sempre se preocupou “em negar a atitude purista ortodoxa”, mas sua atitude “não era anti-ortodoxa porque estava sempre ancorada nos clássicos ou na tradição lusitana [...]” (Leite, 1996, p. 108). Segundo a autora, o que influenciava a postura de Alencar era resultado de duas tendências da época: a força da norma lusitana vs. a força do nacionalismo típico do Romantismo. Leite também recupera uma síntese de Pimentel Pinto (s.d.) acerca do uso de artigo por Alencar: “Elimina-se o artigo antes dos nomes próprios, salvo quando não se conhece o indivíduo, ou se pode confundi-lo com outro, e, também antes de nomes de familiares; Usa-se o artigo com sobrenomes e com certos nomes geográficos” (Pimentel Pinto, s.d. *apud* Leite, 1996, p. 106-107). Portanto, Alencar adota um uso mais restritivo dos artigos. Por hipótese, também seria possível pensar que o autor monitorasse mais o uso de *o que* em interrogativas diretas, ainda que deixasse algumas ocorrências passarem.

Nas gramáticas portuguesas do século XIX consultadas, apenas se encontra menção a *o que* em Dias (1894), que não condena o uso da forma e apenas a apresenta como uma variante de *que*, o que sugere uma postura não prescritiva. Os dados do teatro português mostram um avanço relativamente tímido de *o que* durante o século XIX, uma vez que a maior parte dos dados são de ocorrências de *que* (cf. Tabela 9 e Figura 5). Pode-se dizer que, no caso do Brasil, as gramáticas indicam uma pressão normativa na segunda metade do século XIX para um padrão do PE, favorecendo o uso de *que*, forma que mais aparece nos textos portugueses do século XIX. Esse efeito da norma na segunda metade do século XIX no Brasil, voltada para o PE, também já foi atestado por Pagotto (1992, 2013, 2018) e Carneiro (2005) a respeito da colocação de clíticos. Pagotto (2013), em particular, ao investigar a posição dos clíticos nas constituições do Império (de 1824) e da República (de 1891) – portanto em textos formais –, observa que a primeira se volta para a gramática do PC/ e a última para a gramática do PE. Para os dados analisados aqui, não se pode afirmar que haja, na primeira metade do século XIX, uma adequação ao PC/ no Brasil, pois *o que* é a forma inovadora e aparece mais nos textos da primeira metade do século do que a forma *que*, mais antiga e presente em interrogativas diretas no PC/ (cf. Tabela 1). O que parece estar evidente é que as peças brasileiras seguem um padrão: ou da primeira ou da segunda metade do século XIX, havendo alguns casos que destoam a depender do critério utilizado – ano de nascimento do autor ou ano de publicação.

Por fim, retoma-se que, no que toca ao século XVIII, o autor português José Daniel Rodrigues da Costa e o autor luso-brasileiro Antonio José da Silva não apresentam diferenças significativas quanto ao uso de *que* e *o que*. Quanto às orações interrogativas indiretas, nota-se que já há uma preferência por *o que* nesses casos, fato possivelmente relacionado à ambiguidade entre orações interrogativas indiretas e orações relativas livres (contexto sintático onde *o que* também aparece) na história da língua (Silva, 2023; Galves; Andrade; Silva, 2026, no prelo).

Considerações finais

Buscou-se, neste trabalho, apresentar e discutir a dinâmica de variação diacrônica entre *o que* e *que* no PB em comparação com o PE, a partir de um *corpus* de teatro de autores brasileiros e portugueses nascidos entre os séculos XVIII e XX. Ao mesmo tempo em que se procurou chamar a atenção para um assunto ainda pouco discutido no PB,¹⁹ este trabalho se debruçou sobre a forte tensão entre língua-I e língua-E existente em dados diacrônicos do PB, em especial no século XIX, quando se observa uma diferença entre autores da primeira e da segunda metade do século. Na variação analisada, o aumento de *que* na segunda metade do século XIX em interrogativas diretas não parece estar relacionado ao processo de aquisição, portanto, à língua-I, mas a uma pressão normativa orientada para o PE. Essa tendência de uso de uma gramática mais próxima do PE na segunda metade do século XIX, já observada em Pagotto (1996, 2013, 2018) e Carneiro (2005), se alinha com os dados aqui analisados. Tratando-se de uma variação e considerando que *o que* parece já ter sido incorporado pelo PB na primeira metade do século XIX (cf. Figura 3), pode-se reforçar a ideia de que haveria uma competição de gramáticas (Kroch, 1994) no Brasil envolvendo três sistemas – o PC/, o PE e o PB (Carneiro, 2005; Carneiro; Galves, 2010), sendo o uso do PE conservador e relacionado à pressão normativa.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processo nº 2024/08111-0. Também recebeu apoio anterior da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Parte dos dados analisados foi coletada com apoio anterior da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processo nº 2021/01980-5. Agradeço também à Prof.^a Dr.^a Charlotte Galves pelas orientações no desenvolvimento deste trabalho e aos pareceristas pelos apontamentos. Eventuais erros são de minha responsabilidade.

19 Cabe mencionar Medeiros Junior (2014), que, em sua tese sobre as relativas livres no PB, discute a diacronia de *o que* e propõe um percurso de mudança de $[_{DP} \text{ o } [_{CP} \text{ que}]]$ para $[_{DP} \text{ o que}]$.

Referências

- ALMEIDA, A. B. F. de. *A sintaxe na Nova Grammatica Analytica da Lingua Portuguesa (1881), de Charles Adrien Olivier Grivet (1816-1876): uma análise historiográfica*. 2022. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/24054>. Acesso em: 4 jul. 2024.
- CARNEIRO, Z. *Cartas brasileiras (1809-1904): um estudo lingüístico-filológico*. 2005. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1603052>. Acesso em: 14 jul. 2024.
- CARNEIRO, Z.; GALVES, C. Variação e Gramática: colocação de clíticos na história do português brasileiro. *Revista de Estudos da Linguagem*, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 7-38, 2010. DOI: <https://doi.org/10.17851/2237-2083.18.2.7-38>
- CHOMSKY, N. *O conhecimento da língua: sua natureza, origem e uso*. Lisboa: Caminho, 1994.
- CORUJA, A. A. P. *Compendio de grammica da lingua nacional*. Porto Alegre: Tipografia V.F. de Andrade, 1835. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7895>. Acesso em: 11 set. 2025.
- DIAS, A. E. da S. *Grammatica portugueza elementar*. 9. ed. rev. Lisboa: A. Ferreira Machado, 1894. Disponível em: <https://purl.pt/29127>. Acesso em 4 jul. 2024.
- GALVES, C.; ANDRADE, A.; SILVA, V. M. A variação entre o que e que na história do português: um estudo baseado em corpora. In: SANTOS, I.; INVERNO, L.; CARVALHO, M. J. (ed.). *Pelo tempo e pelo espaço. Estudos em Homenagem a Clarinda de Azevedo Maia*. Coimbra, Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra, no prelo.
- GALVES, C.; PAIXÃO DE SOUSA, M. C. The change in the position of the verb in the history of Portuguese: Subject realization, clitic placement, and prosody. *Journal of Historical Syntax*, v. 93, n. 3, p. 152-180, set. 2017. DOI: <https://doi.org/10.18148/hs/2017.v0i0.28>.
- GRIVET, C. A. O. *Nova grammica analytica da lingua portugueza*. Rio de Janeiro: Typ. De G. Leuzinger & Filhos, 1881. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7507>. Acesso em: 4 jul. 2024.

KROCH, A. Morphosyntactic Variation. In: BEALS, K. et al. (ed.). *Papers from the 30th Regional Meeting of the Chicago Linguistics Society: Parasession on Variation and Linguistic Theory*. [s.l.] Chicago Linguistic Society, 1994.

LEITE, M. Q. *O Purismo Lingüístico: suas manifestações no Brasil*. 1996. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.8.1996.tde-19092022-111951>.

LOPES-ROSSI, M. G. Estudo diacrônico sobre as interrogativas no português do Brasil. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. São Paulo: Contexto, 2018. p. 241-266.

MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. 7. ed. Lisboa: Caminho, 2006.

MEDEIROS JUNIOR, P. *Orações relativas livres do PB: sintaxe, semântica e diacronia*. 2014. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014. DOI: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2014.939421>.

MOREIRA, M. E. José de Alencar e a crítica portuguesa do século XIX. *Convergência Lusíada*, [S. l.], v. 24, n. 29, p. 195-203, jun. 2013. Disponível em: <https://www.convergencialusiada.com.br/rcl/article/view/196>. Acesso em: 12 set. 2025.

PAGOTTO, E. G. Clíticos, mudança e seleção natural. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (org.) *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 143-160.

PAGOTTO, E. G. A Norma das Constituições e a Constituição da Norma no século XIX. *Revista LETRA*, v. 1, p. 31-50, 2013.

PAGOTTO, E. G. *A posição dos clíticos em português: um estudo diacrônico*. 1992. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992. DOI: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.1992.46498>.

RIBEIRO, J. *Grammatica portugueza*. São Paulo: Typ. De Jorge Seckler, 1881. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/2097>. Acesso em 4 jul. 2024.

RIBEIRO, J. *Grammatica Portugueza Exame de Portuguez* 3º ano. Rio de Janeiro: Livraria Classica de Alves e C., 1889.

ROBERTS, I. *Diachronic syntax*. 2. ed. Oxford, Reino Unido; New York, NY: Oxford University Press, 2021.

SCHEI, A. A colocação pronominal na literatura brasileira do século XIX. *Filologia e Linguística Portuguesa*, [S. l.], n. 5, p. 57–84, 2003. DOI: 10.11606/issn.2176-9419.v0i5p57-84. Disponível em: <https://revistas.usp.br/flp/article/view/59700>. Acesso em: 3 fev. 2026.

SILVA, A. J. da. *As comédias de Antonio José, o Judeu: Vida de d. Quixote, Vida de Esopo, Anfitrião e Guerras do alecrim*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

SILVA, V. M. *A ambiguidade entre orações interrogativas indiretas e orações relativas livres: um estudo diacrônico sob o viés do interrogativo o que*. 2023. Monografia (Bacharelado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2023. Monografia defendida, não publicada oficialmente. Disponível em: <https://osf.io/2ezh9/>. Acesso em: 30 set. 2025.

SOUSA, M. D. de. *Grammatica portugueza*. Coimbra: Real Imp. da Universidade, 1804. Disponível em: <https://purl.pt/17363>. Acesso em 4 jul. 2024.

Noctes Atticae: a etimologia antiga na obra de Aulo Gélío (120-180 d.C.)

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v54i3.3862>

Raphaella Nasser¹

Alessandro Jocelito Beccari²

Resumo

Este artigo apresenta uma etimologia antiga possível nas *Noites Áticas* (*Noctes Atticae*) do jurista latino Aulo Gélío (120-180 d.C.). Sob a luz da Historiografia Linguística (HL), propomos uma análise, a partir de passagens escolhidas da obra, acerca da presença de uma reflexão gramatical no que tange à definição e à origem das palavras, especialmente à utilização de neologismos e ao resgate de arcaísmos à época pelos falantes. Assim, conseguimos apreender uma existência da etimologia antiga enquanto possibilidade de reflexão junto ao contexto historiográfico.

Palavras-chave: Aulo Gélío; *Noites Áticas*; Historiografia Linguística; Etimologia antiga.

¹ Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil; raphaella.nasser@estudante.ufjf.br; <https://orcid.org/0000-0002-1634-3572>

² Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Assis, São Paulo, Brasil; a.beccari@unesp.br; <https://orcid.org/0000-0001-6230-741X>

Noctes Atticae: Ancient Etymology in Aulus Gellius' (120-180 AD) work

Abstract

This article presents a possible ancient etymology in *Attic Nights* (*Noctes Atticae*) by the Latin jurist Aulus Gellius (120-180 AD). We propose an analysis based on selected passages from the work in light of Historiography of Linguistics (HoL), regarding the presence of a grammatical reflection concerning the definition and origin of words, focusing especially on the use of neologisms and the recovery of archaisms by speakers at that time. Thus, this study demonstrates the existence of ancient etymology as a possibility for reflection within the historiographical context.

Keywords: Aulus Gellius; *Noctes Atticae*; History of Linguistics; Ancient etymology.

Considerações iniciais

Aulo Gélío (em latim, *Aulus Gellius*) foi um jurista e autor latino, nascido no século II d.C., por volta do ano 122 (Cecato, 2005, p. XI). Tendo vivido sob o governo de Púlio Élio Adriano, o autor obteve uma educação de cunho erudito. Segundo Cleuza Cecato (2005, p. XIXII), Gélío tornou-se, na época em que esteve em Roma, discípulo de Sulpício Apolinário; foi educado por Cornélio Frontão e estudou a arte da retórica com Tito Giuliano; posteriormente, foi à Grécia, conheceu o cônsul Erode Ático, começou a se aperfeiçoar com o filósofo romano Favorino de Arelate, que conhecia a língua grega. Entre 147 e 152, o referido autor obteve o título de juiz *extra ordinem*; retornou à Grécia, onde se encontrou com o filósofo Peregrino Proteu². Assim, é perceptível que há uma grande variedade em sua formação e construção intelectual, já que obteve um contato não somente com a língua latina e grega, mas também com outras estruturas linguísticas e culturais, o qual foi bastante diversificado. Concomitante a tudo isso, ele construía o que viria a ser a obra *Noctes Atticae*. Esta começou como um ensaio, conforme o próprio escritor discorre³:

Mas visto que em longas noites de inverno no território, assim como eu disse, da terra Ática, começamos a nos divertir e a compor estes ensaios, por isso os intitulamos das **Noites Áticas**, em nada tendo nós imitado as jovialidades de títulos que numerosos outros escritores de uma e outra língua deram a livros deste gênero (Gélío, 2010, p. 23, grifos próprios).

3 No original: "Sed quoniam longinquis per hiemem noctibus in agro, sicuti dixi, terrae Atticae comentationes hasce ludere ac facere exorsi sumus, idcirco eas inscripsimus **noctium** esse **Atticarum** nihil imitati festiuitates inscriptionum, quas plerique alii utriusque linguae scriptores in id genus libris fecerunt" (GELLIUS, A. *Noctes atticae*. Ed. P. K. Marshall. Nova York: Oxford University Press, 1968).

Inicialmente, *Noites Áticas* teve seu desenvolvimento sob as “longas noites de invernos” da cidade grega, ao finalizar os estudos que Gélío havia começado em solo romano⁵. De acordo com Cecato (2005, p. II), a composição do livro não segue uma ordem temporal, tampouco uma temática específica, a qual havia sido feita por intermédio de anotações acerca de fatos que ocorriam com o autor ou quando este, com livros de língua grega e latina, refletia sobre “qualquer assunto digno de memória”. Ainda segundo a referida pesquisadora (2005, p. XIV), essas anotações tornaram-se um compilado que, por sua vez, transformou-se em 20 livros, divididos em 398 capítulos; dentre estes, 246 deles versam sobre o que Cavazza (*apud* Cecato, 2005, p. XIV) denomina de especulações e reflexões gramaticais. No que se refere às temáticas abordadas por Aulo Gélío, pode-se encontrar uma variedade delas, tais como: “gramática, matemática, nomenclaturas do direito civil e religioso, astronomia e antiguidades (antropologia)” (Cecato, 2005, p. XIV). Desse modo, alguns pesquisadores do escritor romano propõem a denominação dos capítulos enquanto crônicas (Bassetto, 2010, p. 10; Cecato, 2005, p. II), acerca do qual temos acordo, principalmente por compreendermos esse gênero literário enquanto uma compilação de fatos históricos e temas diversificados. Ademais, ainda referente à obra de forma geral, Gélío cita cerca de 250 autores distintos, gregos e latinos, “cujas obras, totalmente ou em parte considerável, perderam-se e de outros dos quais nem sequer os nomes saberíamos sem as referências aulogelianas” (Bassetto, 2010, p. 11).

Como dito anteriormente, grande parte de *Noites Áticas* versou sobre questões envolvendo a gramática. Cecato (2005, p. XVII), então, esquematiza os livros e capítulos, os quais foram traduzidos por ela, a partir de três categorias principais: Morfonologia/Ortografia⁴; Sintaxe⁵; e Etimologia⁶. À vista disso, para este artigo, escolhemos fazer a análise e reflexão de alguns capítulos que estão inseridos neste último critério, a fim de não apenas propor uma discussão mais produtiva, dando enfoque à construção variada sobre o assunto, como apreender a diversidade voltada à reflexão etimológica na antiguidade. Para isso, trazemos uma parte geral da análise na qual se evoca, a partir de passagens escolhidas cuja temática é discutida brevemente, tanto a questão etimológica quanto a estilística. Em seguida, fazemos uma breve apresentação da etimologia na antiguidade e como seu estudo se relaciona com o quadro de análise da Historiografia Linguística. Em seguida, em um capítulo mais extenso, aprofundamos nossa reflexão sobre a maneira como Aulo Gélío transmuta a realidade da discussão sobre etimologia para o campo da anotação. Por fim, apresentamos nossas considerações finais sobre o autor e a obra junto ao campo da Historiografia Linguística.

4 Cf. Cecato, 2005, p. XXII: “Neste bloco coloquei os capítulos que tratam das formas e constituição de palavras, criação de outras tantas e de inserção de letras diferentes na grafia para representar sons provenientes, em sua maioria, de palavras gregas.”

5 Cf. Cecato, 2005, p. XXIII: “Para este grupo foram os capítulos que tratavam de aspectos relacionados à organização sintática das palavras, principalmente relacionados a observações de concordância e regência.”

6 Cf. Cecato, 2005, p. XXIII: “Este, como podemos facilmente observar na tabela, é o grupo que mais capítulos agrupou, pois se trata da maneira mais recorrente de explicar palavras; mesmo que o assunto do capítulo não fosse propriamente alguma especulação de língua, a explicação através da origem ou de formas primitivas da expressão em questão, é empregada em grande parte dos capítulos.”

Uma etimologia antiga na Historiografia Linguística: é possível?

Nos dias de hoje, a tarefa fundamental da etimologia é a reconstrução fonética e morfológica da história das palavras. Nesse sentido, faz parte dos estudos diacrônicos e se relaciona especificamente com a história do léxico de uma língua. Como conhecida na atualidade, a disciplina começou a desenvolver-se no final da Idade Média e atingiu sua maturidade científica no séc. XIX. Na antiguidade greco-romana, a prática da etimologia concentrava-se no estudo da origem e congruência das palavras. O aspecto semântico era central em relação ao fonético e ao morfológico. De fato, as mudanças formais das palavras eram vistas como consequências materiais das alterações em um significado original que veiculava a verdade sobre algo no mundo. Assim, todas as mudanças formais, não só as de caráter diacrônico, eram explicadas desse modo; por exemplo, assim se explicavam a declinação nominal e a conjugação verbal. Junto à explicação das mudanças semânticas e, em consequência direta, as formais das palavras, havia um esforço para a reconstrução das formas originais das expressões: uma busca pela verdade essencial das palavras. A etimologia era uma ontologia semântica (Formigari, 2004, p. 39).

A partir do final da Idade Média, com o humanismo e o Renascimento da cultura clássica, ocorre uma mudança pendular de ênfase nos estudos etimológicos, em que os interesses se voltaram aos dados em detrimento, e até em franca crítica, das reflexões teóricas anteriores (Koerner, 1989, p. 52). Houve uma valorização dos vernáculos europeus e um imenso trabalho filológico em prol do estabelecimento de textos fidedignos dos autores clássicos. Ao mesmo tempo, os estudos da retórica e estilística ganharam espaço prioritário na pesquisa e no ensino/aprendizagem das línguas. O ideal de imitação do estilo dos clássicos romanos é tido como a principal finalidade da educação humanista. As reflexões sobre o aspecto fônico e a morfologia das línguas passaram a ocupar o espaço anteriormente reservado às preocupações sintáticas e semânticas, predominantes até o final da Idade Média. Uma das características principais desse novo contexto é o surgimento de uma busca não mais pelas formas verdadeiras, mas sim pelas formas “corretas” das expressões, no estabelecimento dos paradigmas e regras para a composição das gramáticas latinas, gregas, hebraicas e vernaculares então emergentes. As formas corretas não são mais as verdadeiras e sim as de maior prestígio: a língua usada na corte e pelas pessoas instruídas, os usos dos autores consagrados, em conformidade com a interpretação que os renascentistas fizeram das diretrizes de Quintiliano (séc. II d.C.).

Segundo Martins (2011, p. 442), sempre que a antiguidade greco-romana se debruçou sobre a linguagem, a pergunta foi invariavelmente a respeito do sentido das palavras, fosse por intermédio de uma abordagem realista, mentalista ou pragmática⁷. Como se

⁷ Segundo a autora, a Antiguidade legou-nos três ângulos principais para o entendimento de como a linguagem humana significa: (i) o significado das palavras identifica parcelas da realidade (Platão – ângulo realista); (ii)

sabe, a palavra “etimologia”, de origem latina, é composta por dois vocábulos gregos: ἔτυμος (étymos-)⁸ e λογία (-logía). Assim, a própria etimologia do termo que nomeia a disciplina deixa transparecer a preocupação com a correspondência verdadeira entre significante e significado e atesta sua origem nas reflexões da filosofia grega.

A proposta deste artigo é expor algo conspícuo em *Noites Áticas* de Aulo Gélíio: a multiplicidade de sentidos e temáticas que uma única reflexão etimológica antiga suscita e abrange, independentemente de sua assertividade no campo da normatividade gramatical, e até mesmo em sua crítica aos gramáticos. Assim, dos três ângulos gerais da expressão do sentido na linguagem, acima mencionados (Martins, 2011, p. 442), o ângulo pragmático é o predominante nas reflexões etimológicas de Aulo Gélíio, dada sua preocupação na reconstrução do sentido e formas originais de termos que possuíam implicações no campo jurídico; por exemplo, é bastante nítida a preocupação de Gélíio no que diz respeito a questões relativas a heranças. Assim, no décimo terceiro livro de suas *Noites Áticas*, ao iniciar uma discussão sobre as origens das palavras latinas *soror* (irmã) e *frater* (irmão), Gélíio menciona, para o primeiro caso, a solução do célebre jurista romano Labeão Antístico (séc. I d.C.), que, segundo Gélíio “[...] conhecera a fundo as origens de palavras latinas, e se utilizava principalmente dessa ciência para desatar numerosos laços jurídicos perfeitamente”⁹ (*Noites Áticas*, Livro 13, X, p. 437).

Conforme Viaro (2011, p. 19), entendemos que, para o pragmático Aulo Gélíio, a busca de um “étimo é exatamente a reconstrução de um contexto linguístico” perdido e que, em relação à atualidade, é identificado como o causador dela. Nesse sentido, Lazzerini (2023, p. 155) afirma que

Um testemunho de Gélíio (2.10) oferece um exemplo de como tal uso da etimologia poderia integrar outros tipos de pesquisa antiquária. Gélíio relata que o jurista Sulpício Rufo escreveu a Varro para perguntar sobre o significado do termo *fauisae Capitolinae*, que ele tinha encontrado nos arquivos dos censores. Varrão replicou que Q. Lutácio Catulo, encarregado de restaurar o Capitólio depois do incêndio de 83, queria fazer com que o templo de Júpiter ficasse mais alto rebaixando o terreno em volta, mas não foi capaz de fazer isso porque as *fauisae* o impediram¹⁰.

as palavras “representam acontecimentos mentais compartilhados entre falantes e ouvintes” (Aristóteles e Estoicos – ângulo mentalista); (iii) as palavras “são usadas ou vivenciadas no fluxo das práticas e costumes da comunidade linguística”, que é histórica e culturalmente determinada (Sofistas – ângulo pragmático).

8 Acerca deste signo (ἔτυμος, ος, ον) em específico, trazemos a seguir os significados retirados do *Dicionário Digital Grego-Português* da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp): “1 verdadeiro; veraz: ψευδέα πολλά λέγων ἐτύμοισιν ὁμοῖα hom. dizendo muitas mentiras semelhantes a verdades, ψεύσομαι ἢ ἐτυμον ἐρέω; hom. mentirei ou direi a verdade? κόνις... ἔτ. ἄγγελος ésql. o pó... mensageiro veraz ♦ ἐτυμον ou ἐτυμα adv. 2 realmente; verdadeiramente ♦ τὸ ἐτυμον 3 sentido verdadeiro; sentido etimológico de uma palavra (ἐτεός)”.

9 *Latinarumque vocum origines rationesque percalluerat eaque praecipue scientia ad enodandos plerosque iuris laqueos utebatur.*

10 A testimony by Gellius (2.10) offers an example of how such a use of etymology could integrate with other kinds of antiquarian research. Gellius reports that the jurist Ser. Sulpicius Rufus wrote to Varro to inquire

De acordo com o dicionário etimológico de De Vann (p. 237, 2008), o termo *fauisae* (*vaults, subterranean chambers*) é derivado de *fouea* (vala). Assim, Gélío demonstra que a explicação histórica de uma decisão que afetaria a vida dos romanos por gerações, a construção de um templo público à maior divindade do panteão, estava diretamente relacionada com a compreensão de um termo que havia caído em desuso.

No que tange à obra de Gélío, sob a luz da Historiografia Linguística, podemos compreender que existe, sim, uma construção importante das *Noites Áticas* no que se refere aos estudos etimológicos antigos, visto que a partir da análise da obra existe a possibilidade de se analisar as diversas manifestações referentes à origem das palavras dentro de um aspecto metalinguístico, bem como à conceptualização da obra em seu recorte temporal. Isso, todavia, exige uma metodologia cuidadosa para entender a eminência da etimologia presente na antiguidade, a qual, como vimos, é distinta da contemporânea. Assim, em conformidade com Swiggers (2004, p. 116), a Historiografia da Linguística pode ser definida enquanto um estudo "(sistemático e crítico) da produção e evolução das ideias linguísticas, propostas por 'actantes', que estão em interação entre si e com um contexto sociocultural, político e que estão em relação com seu passado científico e cultural". À vista disso, dialogamos com o que Giovanna Valenza (2005, p. 203), que afirma que uma reflexão linguística sobre a origem das palavras pode ser encontrada na *Tékhne grammatiké* de Dionísio Trácio (séc. II a.C.), em que este divide a gramática em "seis partes e coloca a descoberta da etimologia como a quarta". Contudo, conforme a referida autora (2005, p. 203), distinguia-se a aplicação do termo em relação ao contexto da linguística moderna, visto que a etimologia antiga buscava o "'verdadeiro' significado de um vocábulo baseada na análise de suas partes constituintes".

À luz da antiguidade greco-romana, devemos perceber o contexto antigo enquanto um possível objeto de investigação (Koerner, 1989, p. 49) na discussão tanto do papel da linguagem quanto da presença da etimologia, a qual permeia o estudo com interesse pela primeira há bastante tempo. A título de exemplificação, já é perceptível a temática da origem das palavras no *Crátilo* de Platão (séc. IV a.C.), porquanto, com uma explicação não naturalista, nega-se o uso da "capacidade descritiva (etimologia) dos nomes para embasar o conhecimento da coisa nomeada" (Vieira, 2015). De fato, no diálogo em questão, o ponto de partida das discussões linguísticas decorre de uma distinção entre a natureza ou a convenção dos nomes. Exemplo disso encontra-se no seguinte trecho retirado da obra platônica sobre a origem dos nomes dados aos números:

Sócrates – [...] E caso queiras, caríssimo, saltar para os números, de que modo imaginas encontrar nomes que se assemelhem aos números, se não admites a tua homologia e a tua convenção se imponham nisto de dar nome certo às coisas?

about the meaning of the term *fauisae Capitolinae*, which he had found in the records of the censors; Varro, replying to him, recalled that Q. Lutatius Catulus, tasked with restoring the Capitol after the fire of 83, wanted to make the temple of Jupiter stand out by lowering the ground in the surrounding area, but had not been able to do that because 'the *fauisae* prevented that'.

Eu também defendo o princípio de que os nomes devem assemelhar-se quanto possível à coisa representada; porém receio muito que, de fato, como disse há pouco Hermógenes, seja bastante precária a tal força de atração da semelhança e que nos vejamos forçados a recorrer a esse expediente banal, a convenção, para a correta imposição dos nomes. Sem dúvida alguma, o ideal seria que todas as palavras, ou a maioria delas, fossem semelhantes, isto é, apropriadas às coisas designadas; o pior seria o contrário disso (Platão, 1973, p. 187).

No tocante a essa passagem, podemos entender o que Robins (1983, p. 14) explicita sobre a temática de *Crátilo*: a discussão acerca da origem da linguagem e das relações entre os nomes e seus significados. Portanto, uma análise etimológica que não buscava somente compreender a estruturação dos signos, mas também de uma análise da própria origem da linguagem e suas acepções. Ainda em relação à obra platônica, Viaro (2013, p. 28) reforça a questão da etimologia em Platão ao afirmar que

Essa adequação entre significante e significado será, ao final do diálogo, como visto, negada quando Sócrates mostra a Crátilo que deve haver algo de convencional nas palavras, senão “dureza” não seria chamada *sklērotēs* pelos atenienses e *sklērotēr* pelos falantes da Eritreia (434c-d). Essa indiferença na expressão parece negar o valor semântico supostamente natural, pois o *r* e o *s* não denotam a mesma coisa e, nesse caso, porém, parecem iguais.

Já em solo romano, encontramos na obra de Varrão uma análise etimológica baseada na relação analógica entre palavras e coisas (Valenza, 2005, p. 202). Conforme Robins (1983, p. 38), a concepção de vocabulário varroniana desenvolve-se por intermédio de “alterações introduzidas nas formas das palavras básicas”, reunindo “dois planos distintos de estudo: a etimologia histórica e a formação sincrônica da derivação e flexão”. Embora seja um estudo controverso¹¹ para alguns estudiosos tal como supracitado (1983, p. 37-38), percebe-se uma relevância do estudo da etimologia dentro de um contexto antigo cujas abordagens e cujos métodos¹² manifestam-se em diferentes perspectivas. No tocante à referida análise etimológica feita pelo estudioso latino Varrão, a título de exemplo, estamos em consonância com o que é proposto por Amsler (1989, p. 28), uma vez que

11 Cf. Robins (1983, p. 38): “Completa ignorância da história lingüística pode ser observada nas referências que Varrão faz ao grego. Eram evidentes as semelhanças de forma entre palavras gregas e latinas que tinham significados comparáveis. Algumas eram produto de empréstimos feitos em vários períodos da história devido a contatos, ora diretos ora indiretos, mantidos entre as duas comunidades; outras procediam de formas indo-européias mais antigas, cuja existência se pode inferir e que até certo ponto podem ser “reconstruídas” pelos métodos da lingüística histórico-comparada. De tudo isso, porém, Varrão e os demais gramáticos do mundo antigo não tiveram a menor idéia. [...] É lamentável que Varrão e outros escritores da Antiguidade não tenham sabido distinguir estes dois planos de estudo lingüístico, posto que suas observações sincrônicas são mais instrutivas e argutas do que seus ensaios no campo da etimologia histórica.”

12 Cf. Robins (1983, p. 38): “Na sua concepção de vocabulário que se desenvolve a partir de alterações introduzidas nas formas das palavras básicas, Varrão reuniu dois planos distintos de estudo: a etimologia histórica e a formação sincrônica por meio da derivação e flexão. Dentro de cada paradigma, certas palavras foram consideradas como básicas e as outras como produto da “declinação” (*dēclīnātiō*), processo de mudança formal.”

Os linguistas podem debater se essas [exemplificações etimológicas feitas por Varrão] são etimologias aceitáveis (na verdade, precisam debater acerca dessas etimologias se deve existir linguística), mas tais debates estão sempre delimitados por reivindicações a um conjunto de critérios autoritários (sistêmicos ou extrassistêmicos) e a um discurso autoritário que legitima a ciência gramatical (tradução nossa).¹³

Logo, podemos perceber a importância das questões etimológicas na antiguidade e a necessidade de serem trazidas à luz da Historiografia Linguística para que sejam discutidas. Isso é o que propomos a seguir.

A etimologia nas *Noites Áticas*: neologismos e anacronismos

Para nossa análise, seguimos os princípios de Koerner (*apud* Silva, s.d, p. 62-63): contextualização (a formação de um clima de opinião); imanência (definição interna do quadro geral de investigação); adequação (as possíveis “aproximações entre o vocabulário técnico e o quadro de trabalho apresentado”). O primeiro já foi feito brevemente¹⁴ dentro da seção *Considerações iniciais* ao tratarmos de Aulo Gélíio e de sua obra. Neste primeiro momento, trazemos duas passagens escolhidas, de modo a compreender, junto à obra *Noites Áticas*, a presença de uma reflexão etimológica diversificada feita pelo autor:

No Livro V, capítulo VII, Aulo Gélíio discorre sobre a definição da palavra *persona* feita por Gávio Basso. Este, na obra *Sobre a etimologia dos nomes*,

[...] crê que essa palavra é formada a partir de ressoar (*personare*). **2** “Como a máscara que cobre o rosto por completo não tem mais que uma abertura no lugar da boca, a voz, ao invés de se propagar em todas as direções, se concentra para escapar por uma só saída e por isso, torna-se mais forte e penetrante.” Então, porque a máscara torna a voz humana mais sonora e vibrante, recebeu o nome de *persona*, e por causa da forma dessa palavra, o *o* que se encontra nela é longo.

Neste excerto, é perceptível o modo como Aulo Gélíio traz à discussão a origem da palavra “máscara”. A partir da derivação do nome *personae* na base da forma verbal *personare*, o autor discute a influência do conceito sonoro, algo existente na realidade, que interfere dentro da existência da palavra. Ou seja, o vocábulo “máscara” (*personae*) é influenciado pelo uso do objeto na realidade ao existir a ação de “ressoar”, tendo em vista que, em razão de uma passagem reduzida de ar ao se utilizar a máscara, modifica-se a voz humana, tornando-a mais “sonora e brilhante”. Dessa maneira, o verbo *personare* é

13 Cf. “Linguists can debate whether these are acceptable etymologies (in fact, must debate these etymologies if there is to be linguistics at all), but such debates are always bounded by appeals to a set of authoritative criteria (systemic or extrasystemic) and an authoritative discourse which legitimates grammatical science”.

14 O clima de opinião acerca da recepção da obra e da reflexão gramatical proposta por Aulo Gélíio será feito na continuação desse estudo, mais especificamente na construção da dissertação específica acerca da temática, a qual está em andamento.

apreendido como o lastro do nome singular feminino *persona*, com influência, até, em relação ao alongamento da vogal /o/.

No capítulo VII do Livro XI, o auto trata sobre a questão do uso de palavras arcaicas ou de neologismos como tentativa de “erudição” ao *lógos* do indivíduo e as consequências negativas:

Sobre as palavras bastante antigas deixadas de lado – arcaísmos e sobre as palavras novas – neologismos.

1 Comete-se erro empregando tanto palavras antigas, em desuso, como empregando palavras novas sem graça nem harmonia. Contudo, acredito que seja mais digno de repreensão utilizar palavras novas, desconhecidas, jamais ouvidas, sem originalidade e sem nobreza. **2** À classe de palavras novas acrescento também as inusitadas, em desuso e mais antigas. **3** Esse problema acontece quase sempre por causa de uma instrução tardia, que os gregos chamavam *opsimathian*: o que se passa a aprender depois de ter ignorado por muito tempo, quando se aprende algo novo, se quer empregá-lo de qualquer maneira. Assim, em Roma, em minha presença, um advogado, idoso e conhecido nos tribunais, mas com conhecimento precipitado e tardiamente adquirido, falava diante do prefeito da cidade e queria dizer que um homem vivia miseravelmente, comendo pão de farelo (*apluda*) e vinho estragado (*floces*): “O cavalheiro romano come farelo e bebe o bagaço do vinho.” **4** Todos os presentes olharam-se séria e rapidamente e perguntaram-se que palavras eram aquelas, no final, todos soltaram uma gargalhada como se tivessem ouvido não sei que língua gálica ou etrusca. **5** O orador havia aprendido que antigamente os camponeses chamavam o farelo de *apluda*, quem sabe tinha ouvido essa palavra na *Astraba* de Plauto, se é que essa comédia é sua. **6** Da mesma forma, tinha lido a palavra *floces*, que em língua antiga significava o bagaço da uva, como *fraces* significava o bagaço da oliveira. Tinha lido essas palavras nos *Polumenos* de Cecílio, como *apluda* em Plauto e as havia guardado cuidadosamente para empregá-las em seu discurso. **7** Outro orador, munido de leituras desse tipo, também chegou a ser um *apirocalus*, ignorante da verdadeira beleza. Quando seu adversário pediu para adiar a causa, exclamou: “Socorro, pretor, socorro, eu lhe peço, para onde quer nos levar essa enrolação?” E não parava de repetir em altos brados: “É um enrolador”. **8** Essa palavra monstruosa assombrou os presentes e produziu um zumzum geral. **9** Mas ele, com um gesto enfático, disse: “Vocês não leram Lucílio, que chama o falador de *bovinator*?”

De fato, em Lucílio, lê-se: “Esse homem seco, complicador, tem língua sem-vergonha.”

Inicialmente, percebe-se a ideia de se cometer equívocos (linguísticos) ao usar rebuscadamente a língua, seja de maneira arcaica e ou recém-criada. A utilização da língua pelos falantes tem um objetivo muito claro, referente ao uso de palavras arcaicas (vistas em outro momento, em outros autores antigos, tais quais Plauto – séc. III-II a.C.) e Cecílio (séc. III a.C.). A ideia de que o orador “havia aprendido que antigamente os camponeses chamavam o farelo de *apluda*”, por meio de obras cuja linguagem era

quase sempre oral, como as comédias antigas, pode trazer à luz a ideia de coloquialidade enquanto recurso linguístico e discursivo.

Por meio da exposição desses dois capítulos, já conseguimos delinear, ao menos de maneira incipiente, a discussão da linguagem proposta pelas anotações de Aulo Gélíio. Embora a maneira de expor tal questão em cada um dos excertos seja distinta, ele traz, no primeiro, a afirmação de um estudioso e, no último, Gélíio conta uma situação que havia acontecido na presença dele.

O gramático fanfarrão das *Noites Áticas*: a reflexão sobre a etimologia antiga à moda socrática

Na seção anterior, *A etimologia nas 'Noites Áticas': neologismos e anacronismos*, trouxemos algumas passagens para, de modo geral, refletir acerca do que Aulo Gélíio propõe sobre a linguagem e a realidade. Neste momento, então, propomos uma discussão mais específica a partir do capítulo I do Livro IV. Este se inicia da seguinte maneira:

Uma conversa do filósofo Favorino com um gramático meio fanfarrão, mantida à maneira Socrática; no mesmo capítulo, em que termos foi definida a palavra provisões (*penus*) por Quinto Scevola; e como essa definição foi criticada e contestada.

1 Uma multidão de pessoas de quase todas as classes esperava na entrada da casa Palatina o momento de saudar o Imperador; também aí, um certo gramático colocou-se em meio a um grupo de homens instruídos, em presença do filósofo Favorino, mostrando sua futilidade escolar, discorrendo sobre os casos e gêneros dos nomes, com sobranceiras e voz arrogantes como se estivesse proclamando os oráculos da Sibila.¹⁵¹⁶

O autor de *Noites Áticas* demonstra-se insatisfeito com a classe dos gramáticos – algo recorrente em sua obra. O texto se inicia como uma narração de um acontecimento mundano (“Uma multidão de pessoas de quase todas as classes esperava na entrada da casa Palatina o momento de saudar o Imperador”). Contudo, a tranquilidade desse

15 *Sermo quidam Favorini philosophi cum grammatico iactantiore factus in Socraticum modum; atque ibi in sermone dictum, quibus verbis “penus” a Q. Scaevola definita sit; quodque eadem definitio culpata reprehensaque est.* 1 *In vestibulo aedium Palatarum omnium fere ordinum multitudo opperientes salutationem Caesaris constiterant; atque ibi in circulo doctorum hominum Favorino philosopho praesente ostentabat quispiam grammaticae rei ditior scholica quaedam nugalia de generibus et casibus vocabulorum disserens cum arduis superciliis vocisque et vultus gravitate composita tamquam interpres et arbiter Sibyllae oraculorum* (Gélíio, *Noites Áticas*, IV, I).

16 *Tum aspiciens ad Favorinum, quamquam ei nondum etiam satis notus esset: “penus” quoque inquit “variis generibus dictum et varie declinatum est. Nam et “hoc penus” et “haec penus” et “huius peni” et “penoris” veteres dictaverunt; 3 “mundum” quoque muliebrem Lucilius in satirarum XVI non virili genere, ut ceteri, sed neutro appellavit his verbis: legavit quidam uxori mundum omne penumque. Atqui quid mundum, quid non? quis dividet istuc?* (Gélíio, *Noites Áticas*, IV, I).

momento é atrapalhada por um “certo gramático” que mostrava sua “futilidade escolar” em meio a um grupo “de homens instruídos” – ou seja, algo que ele não era. A discussão, então, se desenrola em relação às características e à definição palavra *penus*:

2 Então, dirigindo-se a Favorino, embora não o conhecesse suficientemente, disse: “também *penus* muda de gênero e de declinação. Pois os antigos tanto disseram *hoc penus*, como *haec penus*, *huius penus*, ou *penoris*. **3** Assim, Lucílio empregou ornamentos (*mundum*), no livro XVI das *Sátiras*, não em gênero masculino, como outros, mas em neutro, nestas palavras: “o marido deixou para a mulher todo o seu ornamento e todo o mantimento (*mundum omne penumque*). Como? O que é necessidade e o que é ornamento? Quem pode julgar isso?”²⁵

Em conformidade ao que aponta Seabra Filho (2010, p. 158), entende-se que, gramaticalmente, está correta a afirmação acerca do nome, pois *penus* flexiona dentro dos três gêneros¹⁷, da qual os pronomes demonstrativos destacam essa diferenciação (*hoc*, a depender, aparece junto à palavra neutra e *penus* pode ser encontrada na 2ª declinação; *haec*, a depender, junto ao nome feminino, sendo *penus*, neste último, de 4ª declinação – *penus*, *penus*). Além disso, o termo *mundum*, ainda segundo Seabra Filho (2010, p. 169), trata-se de *mundus*, *mundi*, como nome masculino – ou *mundum*, *mundi*, como nome neutro – tal qual está exposto no trecho citado de Lucílio, “o marido deixou para a mulher todo o seu ornamento e todo o mantimento (*mundum omne penumque*). Como? O que é necessidade e o que é ornamento? Quem pode julgar isso?”, referente ao sentido dos objetos voltados a pessoas masculinas ou femininas e a distinção semântica a partir do uso. Noutras palavras, segundo o gramático, por existir diferenças em relação aos adornos do ponto de vista masculino e feminino, isso se refletiria na utilização da palavra enquanto seu gênero, respectivamente.

4 Continuava em seu trabalho de ostentar sua ciência e incomodar todos os presentes com exemplos, Favorino intercedeu calmamente: “amarei” disse “mestre – qualquer que seja seu nome –, muitas coisas abundantemente você ensinou, que ignorávamos e sequer pensávamos vir a saber. **5** Pois o que me importa, bem como ao meu interlocutor, é que gênero dar a “*penum*” ou a idéia de em que desinência decliná-lo para que façamos uma e outra coisa sem ser excessivamente bárbara. **6** Mas tenho realmente necessidade de aprender o que exatamente significa *penus* e qual a limitação de uso a fim de que não a empregue, no uso cotidiano, como vocábulo impreciso, como fazem os escravos estrangeiros que começam a falar latim.”¹⁸

17 Seabra Filho (2010, p. 158) discorre que “O nome *penus* (provisão de alimento, comestíveis, despensa) varia em gênero gramatical e em declinação: como nome neutro da terceira ou segunda declinação (*penus*, *penoris* ou *penus*, *peni*), como masculino da segunda declinação (*penus*, *peni*), e como feminino da quarta declinação (*penus*, *penus*).”

18 **4** *Atque horum omnium et testimoniis et exemplis constrepebat; cumque nimis odiose blaret, intercessit placide Favorinus et “amabo,” inquit “magister, quicquid est nomen tibi, abunde multa docuisti, quae quidem ignorabamus et scire haud sane postulabamus. 5 Quid enim refert mea eiusque, quicum loquor, quo genere “penum” dicam aut in quas extremas litteras declinem, si nemo id non nimis barbaramente fecerimus? 6 sed hoc plane indigeo discere, quid sit “penus” et qua fini id vocabulum dicatur, ne rem cotidiani usus, tamquam qui in venalibus Latine loqui coepta, aliam quam oportet vocem appellem* (Gélio. *Noites Áticas*, IV, I).

Novamente, é perceptível a desavença que Gélio tinha com gramáticos, diferenciando-se deles constantemente: “Continuava em seu trabalho de ostentar sua ciência e incomodar todos os presentes com exemplos” (grifo próprio). Ao passo que venerava filósofos como Favorino: “Favorino intercedeu calmamente: “amarei” disse “mestre – qualquer que seja seu nome –, muitas coisas abundantemente você ensinou, que ignorávamos e sequer pensávamos vir a saber” (grifo próprio). De todo modo, Favorino indica que, embora seja interessante e importante discutir o gênero ou desinência da palavra, mais ainda é apreender o significado dela para que o emprego do vocábulo não se torne “impreciso”.

7 “Você pergunta” respondeu o outro, “nada é mais fácil. Quem ignora que *penum* é vinho, trigo, azeite, lentilhas, favas e também, do mesmo modo, outras coisas?” **8** “Acaso”, disse Favorino, “*penus* é milho, pipoca e cevada”? São palavras do mesmo gênero essas que acabou de mencionar?”. **9** E como o outro guardasse silêncio e hesitasse: “Não quero” disse Favorino “que você tenha trabalhos explicando se podem ser designados os objetos que você enumerou com a palavra *penus*. O que quero é que você, ao invés de citar tais e quais objetos são denominados por *penus*, me dê o significado da própria palavra *penus* e a defina pelo gênero e pelas diferenças.” “De que gênero” – disse o gramático – “e que diferenças você quer falar?, não entendo!” **10** “Você pede – diz Favorino – que o que é dito claramente seja dito mais claramente, mas é muito difícil, pois é bem comum que toda definição consista na enunciação do gênero e das diferenças. **11** Mas se você quiser que eu comece por explicar isso, se é necessário que eu mastigue antes, como dizem, com muito gosto o farei para agradar-lhe.”¹⁹

Como resposta, o gramático (o “outro”) cita diversas coisas que estariam englobadas em *penum*, tais quais: vinho, trigo, azeite, lentilhas, favas. Por outro lado, Favorino traz a réplica no que tange ao gênero das palavras milho (*milium*, neutro), pipoca (*glans*, feminino) e cevada (*hordeum*, neutro) cuja distinção de flexão não afeta, por sua vez, a inserção dentro de *penus*. Assim, Favorino discorre sobre a verdadeira discussão que deveria ser proposta, isto é, sobre o significado próprio do vocábulo, a definição pelo gênero e as diferenças, a despeito da enumeração de possibilidades inseridas na palavra.

12 E depois, começa assim: “Se eu pedir que você me diga com que palavras se caracteriza o que é um homem, penso que não me responderia que homem é você e sou eu. Então isso me mostraria quem é homem e não o que seja o homem. Mas se pedisse essa definição, certamente me diria que o homem é um animal mortal, capaz de raciocinar e de conhecer, ou o distinguiria, por qualquer outra das características que são próprias dele, dos demais seres compreendidos no reino animal. Então, agora peço a você que diga o que é *penus* e não o que se denomina com *penus*.” **13** Assim, o gramático, que agora fala com uma voz

19 **7** “*Quaeris*” inquit “*rem minime obscuram. Quis adeo ignorat “penum” esse vinum et triticum et oleum et lentim et fabam atque huiusmodi cetera?*” **8** “*Etiame*” inquit Favorinus “*milium et panicum et glans et hordeum “penus” est? sunt enim propemodum haec quoque eiusdemmodi*”; **9** *cumque ille reticens haereret, “nolo” inquit “hoc iam labores, an ista, quae dixi, “penus” appelletur. Sed potesne mihi non speciem aliquam de penu dicere, sed definire genere proposito et differentiis adpositis, quid sit “penus”?*” “*Quod*” inquit “*genus et quas differentias dicas, non hercle intellego.*” **10** “*Rem*” inquit Favorinus “*plane dictam postulas, quod difficillimum est, dici planius; nam hoc quidem pervulgatum est definitionem omnem ex genere et differentia consistere.*” **11** *Sed si me tibi praemandere, quod aiunt, postulas, faciam sane id quoque honoris tui habendi gratia* (Gélio. Noites Áticas, IV, I).

mansa e humilde, diz “Eu não conheço os segredos da filosofia, nunca desejei conhecê-los e ignoro que a cevada seja parte do que se chama *penus* e em que termos se possa definir a palavra *penus*, mas isso não prova que eu seja ignorante dos outros conhecimentos literários.” **14** “Saiba, disse Favorino já sorrindo, que nossa filosofia está tão apurada quanto a sua gramática para dar a definição da palavra *penus*.²⁰

Para exemplificar (ou mastigar, como ele diz) ao gramático, Favorino entra em uma reflexão sobre a caracterização do que é um homem. À vista disso, ele pede para que o “outro” defina a palavra homem não pela enumeração de quem fosse um (“Se eu pedir que você me diga com que palavras se caracteriza o que é um homem, penso que não me responderia que homem é você e sou eu”). Ele, por sua vez, iria expor a essência da realidade que define um homem, a saber, “o homem é um animal mortal, capaz de raciocinar e de conhecer” ou faria essa significação a partir da distinção das características do homem em comparação aos seres do reino animal. Então, ele não quer saber da apreensão ou do emprego daquela palavra dentro de uma denominação, e sim sobre a existência dela no mundo e quais são suas implicações.

15 Acredito que você se lembrará do que se discute para saber o que quis dizer Virgílio com as palavras “*penum instruere*” ou “*longam*” ou “*longo ordine*”. **16** Mas farei com que você se tranquilize, pois nossos mestres do antigo direito, que foram chamados de sábios, não definiram suficientemente a palavra *penus*. **17** Quinto Escévola, para explicar a palavra *penus*, utiliza as seguintes palavras: “*penus* são as coisas que se come e se bebe, como observa *Mucio*, convém especialmente às coisas que se guardou com antecedência para as refeições do pai de família, dos filhos e dos criados. Não se poderia chamar *penus* o que diariamente se prepara para a ceia: o que se entende por esta palavra com precisão são os objetos de consumo guardados para uso a longo prazo. *Penus* se diz desses objetos guardados (*penitus*) no interior da casa. **18** Ainda que eu tenha me dedicado principalmente à filosofia, não relaxei por causa disso dos estudos desse gênero, pois creio ser humilhante para quem é cidadão romano e fala latim, designar um objeto com nome impróprio ou chamá-lo por um nome que não é seu.”²¹

20 **12** *Ac deinde ita exorsus est: “Si” inquit “ego te nunc rogem, ut mihi dicas et quasi circumscribas verbis, cuiusmodi “homo” sit, non, opinor, respondeas hominem esse te atque me. Hoc enim, quis homo sit, ostendere est, non, quid homo sit, dicere. Sed si, inquam, peterem, ut ipsum illud, quod homo est, definires, tum profecto mihi diceres hominem esse animal mortale rationis et scientiae capiens vel quo alio modo diceres, ut eum a ceteris omnibus separares. Proinde igitur nunc te rogo, ut, quid sit “penus”, dicas, non ut aliquid ex penu nomines.”* **13** *Tum ille ostentator voce iam molli atque demissa: “philosophias” inquit “ego non didici neque discere adpetivi et, si ignoro, an hordeum ex “penu” sit aut quibus verbis “penus” definiatur, non ea re litteras quoque alias nescio.”* **14** *“Scire,” inquit ridens iam Favorinus “quid “penus” sit, non ex nostra magis est philosophia quam ex grammatica tua (Gélio. Noítes Áticas, IV, I).*

21 **15** *Meministi enim, credo, quaeri solitum, quid Vergilius dixerit, “penum struere” vel “longam” vel “longo ordine”; utrumque enim profecto scis legi solitum.* **16** *Sed ut faciam te aequiore animo ut sis, ne illi quidem veteres iuris magistri, qui “sapientes” appellati sunt, definisse satis recte existimantur, quid sit “penus”.* **17** *Nam Quintum Scaevolam ad demonstrandam penum his verbis usum audio: “Penus” est, inquit “quod esculentum aut posculentum est, quod ipsius patrisfamilias aut matris familias aut liberum patrisfamilias aut familiae eius, quae circum eos aut liberos eius est et opus non facit, causa paratum est. ..., ut Mucius ait, “penus” videri debet. Nam quae ad edendum bibendumque in dies singulos prandii aut cenae causa parantur, “penus” non sunt; sed ea potius, quae huiusce generis longae usionis gratia contrahuntur et reconduntur, ex eo, quod non in promptu est, sed intus et penitus habeatur, “penus” dicta est.”* **18** *Haec ego,” inquit “cum philosophiae me dedissem, non insuper tamen habui discere; quoniam civibus Romanis Latine loquentibus rem non suo vocabulo demonstrare non minus turpe est, quam hominem non suo nomine appellare (Gélio. Noítes Áticas, IV, I).*

A argumentação de Favorino é lastreada pela citação do uso da palavra *penus* em autores diversificados, de forma a buscar certa adequação aos quadros e ao vocabulário apresentado: desde o poeta Públio Virgílio Maro (“com as palavras ‘*penum instruere*’”) até o cônsul Quinto Múcio Escévola (“utiliza as seguintes palavras: ‘*penus* são as coisas que se come e se bebe, como observa Mucio, convém especialmente às coisas que se guardou com antecedência para as refeições do pai de família, dos filhos e dos criados”). Ademais, o próprio Aulo Gélcio se adiciona à discussão para trazer a importância de se utilizar adequadamente uma palavra, pois ele crê “ser humilhante para quem é cidadão romano e fala latim, designar um objeto com nome impróprio ou chamá-lo por um nome que não é seu”. Ou seja, há uma designação específica para um nome dentro da língua e a criação ou o uso equivocado era sinônimo de humilhação.

19 Assim, Favorino sabia separar seus interlocutores de uma conversa banal, insignificante ou frívola, a fim de que ouvissem palavras instrutivas e úteis, desprovidas de afetação e originadas da própria conversa. **20** Por causa disso, acredito dever acrescentar as informações seguintes sobre a palavra *penus*. Pensei que Sêrvio Sulpício tivesse dito em críticas sobre os capítulos de Escévola, que Élio Catão não teria entendido por *penus* somente as coisas que se come e bebe, mas também incenso, velas e todos os objetos cuja finalidade se aproxima a *penus*. **21** Contudo, Mansurio Sabino, no segundo livro de seu *Tratado do Direito Civil*, compreende sob a denominação de *penus* tanto as provisões para o mantimento dos cavalos que tivessem sido preparadas, como o que será usado pelo senhor; **22** Ainda que fosse denominado *penus* por alguns (o conjunto de) madeiras, lenhas e carvão, porque pareceriam estar no conjunto de provisões (*penus*), **23** quando o senhor da casa, ao mesmo tempo, guarda e consome os produtos que estariam em sua propriedade, somente se chama de *penus* a parte que consome no período de um ano.²²

Semelhante ao filósofo, Aulo Gélcio também recorre a outros autores para, na anotação dele, discutir o uso da palavra *penus*. Sobre Escévola, ele cita Élio Catão (dentro das críticas de Sêrvio Sulpício) que não teria compreendido *penus* enquanto somente aquilo que é possível de ser ingerido, mas também “incenso, velas e todos os objetos”, cujo fim está próximo ao do vocábulo. Além disso, Mansurio Sabino entende *penus* como “provisões para o mantimento dos cavalos que tivessem sido preparadas, como o que será usado pelo senhor”. Logo, por intermédio de exemplificações variadas, Aulo Gélcio apresenta significações diversas para a mesma palavra, tais quais os diversos sentidos apresentados pelo termo *penus* em diferentes contextos em que o termo é utilizado.

22 **19** Sic Favorinus sermones id genus communes a rebus parvis et frigidis abducebat ad ea, quae magis utile esset audire ac discere, non allata extrinsecus, non per ostentationem, sed indidem nata acceptaque. **20** Praeterea de penu adscribendum hoc etiam putavi Servium Sulpicium in reprehensis Scaevolae capitibus scripsisse Cato Aelio placuisse, non quae esui et potui forent, sed thus quoque et cereos in penu esse, quod esset eius ferme rei causa comparatum. **21** Masurius autem Sabinus in iuris civilis secundo etiam, quod iumentorum causa apparatus esset, quibus dominus uteretur, penori attributum dicit. **22** Ligna quoque et virgas et carbones, quibus conficeretur penus, quibusdam ait videri esse in penu. **23** Ex his autem, quae promercalia et usaria isdem in locis essent, esse ea sola penoris putat, quae satis sint usu annuo (Gélcio. Noites Áticas, IV, I).

Considerações finais

Propusemos, por meio dessa breve exposição e de algumas passagens do autor, de que maneira Aulo Gélíio discorre, junto às diversas temáticas apresentadas e os demais autores citados, sobre a construção gramatical das palavras em latim, do uso dos arcaísmos dentro do período pós-clássico e sua recepção da origem natural e não convencional das palavras, bem como a questão do embate entre filosofia e gramática no que tange a discussões etimológicas, tal como a supracitada, à moda socrática. A etimologia é, portanto, utilizada principalmente para explicar questões semânticas, ao passo que as semelhanças fonéticas entre os termos envolvidos são ancilares para essa discussão.

É perceptível que, sob a luz da Historiografia Linguística, conseguimos apreender uma importância da etimologia na antiguidade greco-romana, principalmente por intermédio da análise do texto antigo e suas contribuições. Assim, buscou-se delinear um caminho frutífero à contribuição que uma análise mais aprofundada, acerca das reflexões etimológicas desenvolvidas nas *Noctes Atticae* podem acrescentar para a compreensão da história dos estudos etimológicos.

Referências

AMSLER, M. *Etymology and Grammatical Discourse in Late Antiquity and the Early Middle Ages*. J. Benjamins Publishing Company, 1989.

BASSETO, B. F. Introdução. In: GÉLIO, A. *Noites Áticas*. Tradução de José Rodrigues Seabra Filho. Londrina: EDUEL, 2010. p. 9-12.

BATISTA, R. *Introdução à Historiografia da Linguística*. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

CECATO, C. *As Noites Áticas de Aulo Gélíio: uma proposta de tradução*. 2005. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

COELHO, O.; HACKEROTT, M. M. Historiografia Linguística. In: GONÇALVES, A.; GÓIS, M. L. (org.). *Ciências da linguagem: o fazer científico?* (Volume 1). Campinas: Mercado de Letras, 2014. p. 381-407.

DE VAAN, M. *Etymological Dictionary of Latin and other Italic Languages*. Leiden/Boston: Brill, 2008.

FORMIGARI, L. *A History of Language Philosophies*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2004.

GÉLIO, A. *Noites Áticas*. Tradução José Rodrigues Seabra Filho. Londrina: EDUEL, 2010.

GELLIUS, A. *Noctes atticae*. Ed. P. K. Marshall. Nova York: Oxford University Press, 1968.

KOERNER, E. F. Konrad. Models in Linguistic Historiography. In: *Practicing Linguistic Historiography: selected essays*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1989. p. 47-59.

LAZZERINI, F. The story behind names: Etymology in the service of Roman antiquarianism. *Glotta*, v. 99, p. 154-200, 2023.

MARTINS, H. Três caminhos na Filosofia da Linguagem. In: MARTINS, H. *Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2011. p. 439-473.

PLATÃO. *Diálogos*: Teeteto – Crátilo (Volume IX). Tradução Carlos Alberto Nunes. Belém: UFPA, 1973.

ROBINS, R. H. *Pequena história da linguística*. Tradução Luiz M. M. de Barros. Rio de Janeiro: Editora Ao Livro Técnico, 2013.

SILVA, M. Gramática e Historiografia Linguística: reflexões acerca de alguns princípios metodológicos. *Revista do GEL*, v. 3, p. 59-66, 2006.

SWIGGERS, P. Modelos, métodos y problemas em la historiografía de la lingüística. In: *Nuevas aportaciones a la Historiografía Lingüística*, 4: 2003, La Laguna. Actas... La Laguna: ARCO/LIBROS, S. L., 2004. p. 113-145.

VALENZA, G. Etimologia em Varrão: a origem dos nomes de imortais e mortais. *Revista do GEL*, v. 2, p. 201-214, 2005. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg/article/view/312>. Acesso em: 14 jun. 2024.

VIARO, M. E. *Etimologia*. São Paulo: Contexto, 2011.

VIARO, M. E. Uma breve história da Etimologia. *Filol. Linguíst. Port.*, São Paulo, v. 15, n. Esp., p. 27-67, dez. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v15isep27-67>. Acesso em: 14 jun. 2024.

VIEIRA, C. *Elogiar o cavalo pela sombra do asno*: o funcionamento dos nomes a partir do Crátilo de Platão. 2015. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

O primeiro estásimo de *As mulheres de Tráquis*, de Sófocles: tradução anotada

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v54i3.3780>

Lucas Fonseca de Oliveira¹

Resumo

Este artigo apresenta nossa tradução anotada do primeiro estásimo da tragédia *As mulheres de Tráquis*, de Sófocles. O trabalho tradutório tem por objetivo produzir uma versão em prosa do texto acessível a leitores iniciantes de tragédia grega. A introdução contextualiza o trecho traduzido na obra e seu elo com a temática do amor. As notas relacionam passagens da tradução a outros trechos da obra e esclarecem episódios da mitologia. Essa tragédia se baseia nos mitos de Hércules (Hércules). Os estásimos são os cantos corais entre os episódios de uma tragédia grega. O canto traduzido (versos 497-530) narra um evento que antecede o presente da peça: a batalha entre Hércules e Aqueloo pela mão da jovem Dejanira.

Palavras-chave: Sófocles; *As mulheres de Tráquis*; tragédia-grega; literatura clássica; tradução.

¹ Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil; lucaslufo@hotmail.com; <https://orcid.org/0000-0001-8810-8160>.

First stasimon of Sophocles' *Women of Trachis*: Translation and Notes

Abstract

This paper presents our annotated translation of the first stasimon of Sophocles' *Women of Trachis* into Portuguese. The translation aims to produce a prose version accessible to first-time readers of Greek tragedy. The introduction contextualizes the translated text and its relation to the theme of love. The notes connect passages in the translation to other parts of the work and clarify mythological references. This tragedy is based on Heracles' myth. The stasima are choral songs between the episodes of a Greek tragedy. The translated song (verses 497-530) narrates an event that precedes the present of the play: the battle between Heracles and Achelous for the hand of the young Deianeira.

Keywords: Sophocles; *Women of Trachis*; Greek tragedy; classical literature; translation.

Introdução²

*As mulheres de Tráquis*³ é uma das sete tragédias remanescentes de Sófocles. Composta no século V a.C., essa tragédia baseia seu enredo no mito de Héracles (Hércules). Apresentamos uma tradução em prosa de seu primeiro estásimo (versos 497-530), que narra a batalha entre Héracles e Aqueloo pela mão da jovem Dejanira. Começamos expondo os critérios de tradução adotados e os critérios para a elaboração das notas. Na sequência, situamos o trecho traduzido na obra com um breve comentário sobre o tema do amor nessa tragédia, que tem uma relação direta com o primeiro estásimo. Os principais elementos dessa temática são o amor como causa das ações dos personagens, as referências aos deuses do amor e a associação entre amor e doença. Por fim, apresentamos o texto grego e a tradução anotada.

Nossa tradução foi elaborada a partir do texto estabelecido por Lloyd-Jones e Wilson (1990). O objetivo do trabalho tradutório foi produzir uma versão do texto em prosa que fosse compreensível ao leitor iniciante em tragédia grega e àqueles que não tenham conhecimento da língua original; porém, buscamos produzir um texto que possa também ser proveitoso para leitores experientes graças às suas soluções de tradução, embora nosso trabalho não tenha por fim a produção de um texto poético. A opção pela prosa se deve à necessidade de evitar os impedimentos formais próprios da poesia, que colocariam obstáculos à nossa proposta de tradução. Contudo, uma vez que o original é uma obra poética, a escolha pela prosa significa a perda do aspecto formal da poesia, para o qual não há tentativa de preservação em nosso trabalho tradutório. As notas, por

² Este artigo é derivado dos resultados de nossa dissertação de mestrado, *As mulheres de Tráquis de Sófocles: uma tradução* (2023), que teve fomento do CNPq (processo nº 130673/2020-0).

³ Em grego: TPAXINIAI. Em português, o nome dessa tragédia também se encontra traduzido por *As traquínicas*.

sua vez, fornecem elementos para aprofundamento da experiência de leitura, na mesma linha didática proposta pela tradução: esclarecem episódios da mitologia e relacionam a passagem apresentada a outros trechos da obra. Também há notas sobre trechos com problemas textuais, mas não nos aprofundaremos em discussões filológicas.

Na tragédia *As mulheres de Tráquis*, Sófocles apresenta uma versão do mito de Hércules. Os protagonistas são Hércules e sua esposa Dejanira. O coro da tragédia é composto por mulheres da cidade Tráquis, onde a família de Hércules reside. Dejanira é a figura central durante a maior parte da ação e o coro é simpático a ela; Hércules entra em cena ao final da peça. Essa tragédia apresenta uma esposa sempre solitária e preocupada com o marido sempre ausente por causa de seus trabalhos. A situação àquela altura era a mais preocupante, pois ele havia deixado um oráculo antes de sua última partida: estava próximo o fim de seus trabalhos ou a sua morte. O arauto de Hércules chega e traz notícias da vitória e do eminente retorno de Hércules, e também traz consigo mulheres cativas. Hércules arrasou a Ecália, cidade governada pelo rei Êurito, elas são seus espólios. Contudo, é revelado que entre as cativas há uma jovem, Íole, pela qual Hércules está apaixonado; a moça, filha do rei, foi a razão pela qual ele destruiu aquela cidade. Dejanira, temendo ser deixada de lado, mas sem intenção de ferir o marido ou a rival, aplica uma poção do amor num manto que envia para Hércules. A poção foi presente do centauro Nesso, que foi morto por Hércules ao tentar raptar Dejanira. Hércules o acertou com uma de suas flechas embebidas no veneno da Hidra, o que significava morte certa. Enquanto agonizava por causa da flechada, o centauro instruiu a mulher para que recolhesse o sangue ao redor da ferida e o guardasse protegido da luz e do calor até o momento do uso, pois se tratava de uma poção do amor. Porém o presente era, na verdade, a vingança do centauro, pois continha o veneno, de modo que quando Hércules veste o manto, começa a sofrer seus efeitos e seu corpo começa a ser consumido. Dejanira tira a própria vida; Hércules entra em cena sendo carregado e dormindo. Ao acordar, agonizante, quer vingança. Mas, quando descobre sobre o presente de Nesso, entende que é seu fim, dá ordens ao filho e começa a ser levado a uma pira no monte Eta, em que porá fim à sua vida.

Os estásimos são cantos corais situados entre os episódios de uma tragédia grega que comentam os acontecimentos do episódio anterior, relacionando-o ao passado, à mitologia ou à ordem cosmológica. Em seus trinta e três versos, o primeiro estásimo de *As mulheres de Tráquis* fala da batalha entre Hércules e Aqueloo pela mão de uma jovem Dejanira. Começa com uma exaltação ao poder da deusa Cípris (Afrodite), depois apresenta os combatentes e suas armas: o deus-rio Aqueloo, da cidade de Eníades, e Hércules, filho de Zeus. O primeiro traz chifres e tem a forma de um touro; o segundo traz lança, arco e a clava. Cípris é a árbitra da batalha. O coro descreve a confusão do combate, a mistura de sons e golpes. Por fim, o estásimo fala da moça que era o prêmio e esperava com medo a decisão de seu destino.

A batalha entre Héracles e Aqueloo ocorreu num passado distante em relação ao tempo presente da tragédia. Dejanira menciona essa mesma batalha em seu monólogo que inicia a peça:

Eu que, enquanto morava na casa de meu pai, Eneu, no Plêuron, tive a mais aflitiva angústia nupcial que mulher etólia alguma jamais teve. Pois eu tinha como pretendente um deus-rio, falo de Aqueloo, que em três formas me pedia ao meu pai: uma vez veio como encorpado touro; outra vez, como ágil serpente sinuosa; e outra, como um homem de testa táurea, e das suas espessas barbas, nascentes de água de fonte jorravam. Eu, enquanto esperava por esse pretendente, infeliz, rezava sempre para que eu morresse antes de algum dia ser levada a semelhante leito. Mas, no último momento e para o meu alívio, o glorioso veio, o filho de Zeus e Alcmena: tendo se batido com aquele em disputa, liberta-me. Mas, o desenrolar da batalha, eu não seria capaz de contar: pois não sei, mas quem quer que fosse espectador, sem se aterrorizar pela visão, esse poderia contar, porque eu jazia atordoada pelo horror, com receio de que minha beleza me trouxesse dor. Mas Zeus, árbitro da batalha, dispôs bem o fim. *As Mulheres de Tráquis* (6-26)⁴

Nesse trecho, Dejanira, que quando moça foi o prêmio, narra a batalha do seu ponto de vista. A narradora destaca a repulsa que sentia por Aqueloo, relata sua angústia e o medo de que a sua beleza lhe causasse dor por atrair tal pretendente. Ela não assistiu à batalha, estava assustada demais para vê-la, mas no fim Héracles a salvou do pretendente monstruoso, tendo sido Zeus o árbitro da batalha⁵. O primeiro estásimo, por sua vez, apresenta a batalha do ponto de vista de um espectador capaz de contemplar a batalha e a face da moça-prêmio⁶.

O primeiro estásimo tem relação com o tema do amor e situa-se num momento importante dessa tragédia. Esse tema se destaca nessa peça, pois ela explora a relação entre amor e violência e o poder destrutivo da paixão⁷, uma vez que o amor é a principal motivação de seus personagens. Isso se reflete nas referências à influência e ao poder dos deuses do amor e nas comparações entre o amor e a doença. O primeiro estásimo sucede a revelação de que Héracles planejava novas núpcias e enviara a pretendente para sua casa junto das mulheres cativas. Héracles foi tomado pela paixão e, como o pai da jovem se recusara a entregá-la, marchou contra sua cidade para tomá-la à força. Nas palavras de Licas, o arauto, Héracles foi tomado pelo desejo, pois “tudo o mais ele [Héracles] sobrepuja com as mãos, mas, pelo amor a essa mulher, em tudo foi subjugado” (488-489). Héracles foi subjugado pelo desejo e o coro relaciona essa situação ao poder

4 Todas as traduções de trechos de *As mulheres de Tráquis* são nossas e têm como base a mesma edição do texto grego utilizada para a tradução do primeiro estásimo, Lloyd-Jones e Wilson (1990).

5 O fato de o primeiro estásimo colocar outro deus como o árbitro dessa batalha não implica um desafio à autoridade suprema de Zeus. Winnington-Ingram (1980, p. 88-89) afirma que nessa peça não há conflito departamental entre os deuses: há uma unidade na multiplicidade e qualquer concepção do governo de Zeus deve levar em consideração o poder destrutivo de Cípris.

6 Embora o coro não tenha sido testemunha, pois é composto de mulheres mais jovens do que Dejanira, que ainda não passaram pelo casamento. Em 141-142, Dejanira afirma que o coro só será capaz de entender sua angústia, a preocupação com a segurança do marido ausente, quando se casar.

7 Cf. Whitman (1951), Winnington-Ingram (1980), Easterling (1982) e Fialho (2002).

cosmológico da deusa Cípris, narrando outra história em que o amor estava no centro dos acontecimentos, a batalha de Hércules e Aqueloo. Por outro lado, no episódio seguinte ao primeiro estásimo, Dejanira coloca em prática seu plano da poção do amor e conta a história da origem dessa poção, um presente do centauro Nesso; em ambos os casos o amor desempenha um papel central: o centauro a desejou e tentou raptá-la; Dejanira tenta reconquistar o amor de Hércules e preservar o casamento. O primeiro estásimo comenta o tempo presente com uma história do passado distante, mas aponta para uma influência comum no princípio das ações, que se relaciona ao que ainda estava prestes a acontecer.

A influência do amor na ação dos personagens pode ser vista ao longo da peça, além de poder ser observada em seus antecedentes, como no caso do primeiro estásimo. O casamento de Dejanira está no centro da peça: as angústias e preocupação pela segurança do marido estão presentes desde o Prólogo⁸. O desejo e as novas núpcias de Hércules estão na origem dos acontecimentos da peça⁹. Aqueloo e Hércules desejaram e batalharam pela jovem Dejanira. A tentativa do centauro de raptá-la, porque também a desejou, o levou à sua morte e, por consequência, ao presente sinistro: a poção do amor (564-580). Dejanira, por sua vez, fez uso da poção por seu amor pelo marido¹⁰. Todos agiram motivados pelo amor e pelo desejo.

A paixão não afeta os personagens da mesma maneira. Isto se deve ao caráter de cada um. Hércules é ambíguo nessa tragédia: existe a imagem tradicional do grande guerreiro que salvou a mulher do monstro (19-20), mas que está ausente por causa de um dos seus inúmeros trabalhos, dos quais sempre sai vencedor (86-88). Ele é dito o melhor dos homens (177, 811) e o *glorioso* (20). Porém, a partir da revelação de que pretendia novas núpcias, uma figura violenta começa a se revelar: responsável por mortes injustas de amigos e inimigos¹¹, destruiu a cidade de Íole para raptá-la, não se preocupa caso seu filho morra ao ajudá-lo com o veneno¹² e exige que o filho entregue a mãe, Dejanira, para que ele a mate (1065-1069). Hércules é violento e é de maneira violenta que a amor age sobre ele, como se agisse com força bruta equivalente, do mesmo modo que um adversário na luta precisaria para vencê-lo: a paixão o subjuga por completo (488-489),

8 Monólogo inicial de Dejanira vv. 1-48.

9 Vv. 351-370; 475-485. Winnington-Ingram (1980, p. 84-85) comenta que fazia parte dos mitos tradicionais a figura de Hércules como luxurioso, glutton e bebedor, e que essas características foram exploradas na comédia; Sófocles teria feito do Hércules amante um personagem nessa tragédia. Em *As mulheres de Tráquis*, há referências a essas características "cômicas": a Hércules bêbado (267-268) e a outras amantes de Hércules (459-460).

10 O plano da poção do amor, vv. 531-551, logo após o fim do primeiro estásimo.

11 Ífito, irmão de Íole, morto por Hércules em vingança por insultos ou por causa da moça (268-74); o amigo é Licas, que foi morto depois, quando o veneno causou um espasmo que fez Hércules arremessá-lo num rochedo (756-83).

12 "Oh, filho, vem, não fujas do meu mal, nem mesmo se for preciso que morras com a minha morte [...]" (797-798).

ele arde de desejo (368) e é um desejo terrível (δεινός ἔμερος (476)). Dejanira, por sua vez, é caracterizada pela dedicação, compreensão e compaixão¹³. Ela sabe que o marido teve amantes longe de casa e nunca o repreendeu (460-462), sente compaixão pelas mulheres cativas, sobretudo por Íole (296-302). Quando a identidade da moça é revelada, Dejanira diz sobre ela: “porque a sua beleza destruiu sua vida: a malfadada, sem querer, arruinou e escravizou a terra paterna” (465-467). Isso ressoa o medo da própria Dejanira quando cortejada por Aqueloo, “[eu] jazia atordoada pelo horror, com receio de que minha beleza me trouxesse dor” (24-25). Há um paralelo entre as duas mulheres. Ambas foram adquiridas em batalhas e atraíram o pretendente por sua beleza. Além disso, outra evidência da influência da paixão em Dejanira é o local em que a personagem comete suicídio: o leito nupcial (920-930). Independentemente da maneira como a paixão age sobre cada um deles, tanto Héracles quanto Dejanira agem motivados pelo amor nessa tragédia e, como afirma Easterling (1982, p. 8, tradução nossa): “A causa de tudo o que acontece está claramente traçada: o sofrimento de Héracles no manto é revelado como produto de seu eros [paixão] por Íole e do eros de Dejanira por ele”¹⁴.

Existem diversas menções a deuses do amor em *As mulheres de Tráquis*. Cípris é um dos nomes de Afrodite, deusa cuja esfera de ação está relacionada ao amor, ao desejo, à beleza, ao charme e à persuasão. No primeiro estásimo, o poder de Cípris é exaltado: “Uma grande força é Cípris: sempre conquista vitórias” (497-498) e é dita a árbitra daquela batalha. No terceiro estásimo, o coro afirma que Cípris é a autora do desastre que recaiu sobre Héracles: “mas a atenciosa, tácita e patente Cípris se revela disso tudo a autora” (860-861). Os atributos da deusa, amor, beleza e persuasão, também são relevantes para o enredo dessa tragédia: o amor de Dejanira, de Héracles, de Aqueloo e de Nesso¹⁵; a beleza de Dejanira que atraiu pretendentes monstruosos, mas que no presente se esvai¹⁶, e a beleza de Íole que atraiu Héracles (465); e há a persuasão que a poção do amor representa¹⁷. O epíteto usado para descrever Cípris no primeiro estásimo é εὐλεκτρος,

13 Whitman (1951, p. 116) observa que, embora a diferença entre a manifestação do amor em Héracles e em Dejanira esteja clara, o lado de Dejanira não é caracterizado explicitamente na peça. Não se trata de contraste entre amor profano e amor sagrado, mas o sentimento expresso por Dejanira é um amor universal e compassivo: Dejanira desde o início mostra preocupação com o marido e sente compaixão pelas mulheres cativas: “Surgiu-me uma piedade assombrosa, amigas, vendo essas mulheres desafortunadas: vagando em terra estrangeira, sem tetos, sem pais” (297-300).

14 No original: “The causation of everything that happens is clearly traced: Heracles’ suffering in the robe is shown to be the product of his eros for Iole and Dejanira’s eros for him.”

15 Para Aqueloo, o trecho citado do Prólogo e o primeiro estásimo. Quanto a Nesso, vv. 454-480.

16 Quando comenta sobre sua situação, depois de descobrir sobre a moça mais jovem, Dejanira diz que está envelhecendo e perdendo sua beleza: “Eu não me vejo sentindo raiva dele, mesmo que ele sofra tantas vezes dessa doença; agora, viver junto com ela, compartilhar o mesmo casamento, que mulher poderia? Pois vejo uma juventude que avança e outra que perece. De uma o olhar quer recolher a flor, mas, da outra, desviar os pés. Por isso, temo que Héracles seja chamado meu esposo, mas seja o homem de uma mulher mais nova” (544-551).

17 Vv. 454-580; 671-703.

que traz a boa união ao leito, mas Dejanira e Hércules nem mesmo se encontram em *As mulheres de Tráquis*¹⁸.

Do séquito de Afrodite e relacionados à mesma esfera de ação são os deuses Eros e Peitô, a persuasão. Hércules foi persuadido por Eros a tomar a cidade natal de Íole: “[Mensageiro:] somente Eros entre os deuses o persuadiu a conquistar pelas armas esses feitos” (354-355). No segundo estásimo, o coro tem a esperança de que Hércules volte cheio de amor por Dejanira, graças à poção que lhe foi enviada, o manto da persuasão: “Que ele venha todo amoroso, todo dominado pela túnica de Peitô toda untada, como outrora disse a fera [o centauro]” (660-662). Dejanira considera que é inútil lutar contra os desígnios de Eros: “Contra Eros, quem quer que se levante de punho em riste, feito um pugilista, não pensa bem. Pois ele também rege os deuses como quer, e certamente a mim” (441-443). Assim como no primeiro estásimo, afirma-se que um deus do amor é o vencedor supremo. As referências aos deuses do amor como responsáveis pelos acontecimentos reforçam a ideia do amor como causa das ações.

A comparação entre amor e doença em *As mulheres de Tráquis* também indica a influência desse sentimento sobre os personagens¹⁹. Dejanira considera o desejo de Hércules uma doença²⁰ e digno de compreensão por sofrer desse mal: “Muito me desvario se considerar meu homem culpado por ter sido acometido por essa doença” (445-446). Depois o efeito do veneno no corpo de Hércules é descrito como uma doença (784). Essa associação, afirma Whitman (1951, p. 115-116), é mais uma referência ao poder destrutivo da paixão, assim como as batalhas e as ações movidas pelo desejo; além disso, também é um indício de que o novo mal é uma continuação do antigo. A doença, por sua vez, é associada a uma fera selvagem. Hércules assim descreve o que o aflige²¹. Enquanto agoniza em cena, ele chama seu mal de doença selvagem, ἀγρία νόσος: “Ela está atacando de novo para me aniquilar, a intangível doença selvagem” (1029-1031). Easterling (1982, p. 5) observa que existe nessa tragédia uma cadeia de associações entre amor e doença, depois entre o efeito do veneno e a doença, e entre a doença e uma fera selvagem. Os elementos dessa associação, continua Easterling, se relacionam a outros elementos da peça: o ataque de uma fera selvagem remete às investidas de Aqueloo e de Nesso e à violência do próprio Hércules. Fialho (2002, p. 62) aponta também a imagem do fogo como metáfora que se torna realidade: Hércules ardia de desejo (368)²² e no final se dirige para a pira em que

18 Easterling (1982, p. 2) observa que o fato de Dejanira estar morta quando Hércules entra em cena já foi considerado uma falha da peça. No entanto, para a helenista, e concordamos com ela, essa interpretação não está certa, pois Sófocles apresenta uma série de elementos que funcionam como elo entre o casal, uma vez que transitam de um ao outro, colaborando também para a unidade da peça como um todo: Íole, Licas, o manto, e Hilo, o filho do casal.

19 Whitman (1951, p. 115-116), Easterling (1982, p. 5) e Fialho (2002, p. 59-60).

20 Vv. 446, 491, 544.

21 Vv. 974-975, 979-981, 987.

22 Mensageiro sobre as intenções de Hércules com Íole “Não como escrava: não esperes por isso, nem é provável, se de fato arde de desejo” (367-368).

morrerá nas chamas. Nessa associação com o fogo, há também o efeito do veneno: Héracles diz enquanto agoniza: “Ai, ai! Inflama-se de novo em mim este espasmo da ruína, invade minhas laterais!” (1082-1083). *Inflama-se* traduz ἔθαλψεν, que pode se referir tanto ao aquecer físico quando ao inflamar amoroso. O amor como doença e fogo são exemplos do domínio do amor sobre os personagens e de seu efeito destrutivo²³.

No passado e no presente de *As mulheres de Tráquis*, o amor, no sentido de *eros*, de uma força primitiva e primordial, e por vezes bestial, é o que motiva as ações dos personagens. Nos antecedentes dessa tragédia, os encontros de Héracles com Aqueloo e Nesso estão marcados pelo desejo. Na peça, Héracles e Dejanira agem motivados pelo mesmo sentimento: o primeiro rapta a nova noiva e destrói sua cidade, a segunda age por seu amor ao marido e para preservar o casamento, que é o centro de sua vida. As referências aos deuses do amor como responsáveis pelos acontecimentos ou como se convencessem os personagens a agir realçam esse sentimento como princípio das ações. A associação entre o amor e a doença, por sua vez, reflete a ideia da influência e do efeito da paixão. Essas comparações criam ênfase sobretudo em seu caráter destrutivo, por meio da cadeia de associações entre amor, doença e veneno e entre amor e fogo. O primeiro estásimo, situado após a revelação de que Héracles foi subjugado pela paixão, constata essa causa das ações buscando num passado distante uma situação em que o amor também conduziu os personagens. Os elementos da temática do amor não estão isolados e indicam a força e a natureza destrutiva da paixão, das quais a batalha pela mão da jovem Dejanira é um nítido exemplo.

Texto grego

μέγα τι σθένος ἃ Κύπρις· ἐκφέρεται νίκας ἄει.

καὶ τὰ μὲν θεῶν

παρέβαν, καὶ ὅπως Κρονίδαν ἀπάτασεν οὐ λέγω

500

οὐδὲ τὸν ἔννυχον Ἄιδαν,

ἧ Ποσειδάωνα τινάκτορα γαίας·

ἀλλ’ ἐπὶ τάνδ’ ἄρ’ ἄκοιτιν

23 É importante pontuar que, como afirma Fialho (2002, p. 56-57), as imagens e metáforas relativas ao amor que a peça apresenta, amor-doença, amor-luta, amor-fogo, eram expressões tradicionais na poesia lírica grega. Podemos citar, por exemplo, o fragmento 1 de Safo, em que a poeta pede que Afrodite seja sua aliada (σύμμαχος, 1.28) em suas investidas amorosas, sendo σύμμαχος um termo com conotações militares. Em relação à doença e ao fogo, podemos citar, a título de exemplo, outro fragmento de Safo, o 31, em que a visão da pessoa amada provoca uma série de distúrbios físicos no poeta, como se fossem sintomas de uma doença, um dos quais é descrito como um “fogo leve correndo debaixo da pele” (λέπτον... χρῶ πῦρ ὑπαδεδρόμηκεν, 31.9-10).

<τίνες> ἀμφίγυοι κατέβαν πρό γάμων,
τίνες πάμπληκτα παγκόνιτά τ' ἐξ- 505
ἦλθον ἄεθλ' ἀγώνων;

ὁ μὲν ἦν ποταμοῦ σθένος, ὑψίκερω τετραόρου
φάσμα ταύρου,
Ἀχελῷος ἀπ' Οἰνιαδᾶν, ὁ δὲ Βακχίας ἄπο 510
ἦλθε παλίντονα Θήβας
τόξα καὶ λόγχας ῥόπαλόν τε τινάσσων,
παῖς Διός· οἱ τότε ἁολλεῖς
ἴσαν ἐς μέσον ἰέμενοι λεχέων·
μόνα δ' εὐλεκτρος ἐν μέσῳ Κύπρις 515
ῥαβδονόμει ξυνοῦσα.

τότ' ἦν χερός, ἦν δὲ τό-
ξων πάταγος,
ταυρείων τ' ἀνάμιγδα κεράτων·
ἦν δ' ἀμφίπλεκτοι κλίμακες, ἦν δὲ μετώ- 520
πων ὀλόεντα
πλήγματα, καὶ στόνος ἀμφοῖν.
ἀ δ' εὐῶπις ἀβρὰ
τηλαυγεῖ παρ' ὄχθῳ

ἦστο, τὸν ὄν προσμένουσ' ἀκοίταν.

525

†ἐγὼ δὲ μάτηρ μὲν οἷα φράζω·†

τὸ δ' ἀμφινείκητον ὄμμα νύμφας

ἐλαινὸν ἀμμένει <τέλος>·

καπὸ ματρὸς ἄφαρ βέβαχ',

ὥστε πόρτις ἐρήμα.

530

Tradução e notas

Este estásimo se divide em três partes: estrofe (497-506), antístrofe (507-516) e o epodo (517-530). O primeiro apresenta o tema geral: o poder de Cípris e pergunta quem eram aqueles que lutaram por Dejanira. A antístrofe complementa a estrofe, descrevendo os combatentes, suas armas e o juiz da batalha. Por fim, o epodo contrasta a confusão do duelo com a solidão da jovem pela qual Héracles e Aqueloo lutaram e seu estado ao deixar a casa paterna.

Primeiro Estásimo

[497] Uma grande força é Cípris²⁴: sempre conquista vitórias. Quanto aos casos dos deuses, eu me calo²⁵: não falo de como enganou o Cronida²⁶ [500] nem o notívago Hades ou Posídon que treme a terra. Mas, por esta esposa²⁷, quem foram os robustos braços²⁸ que disputaram²⁹ antes do casamento? Quem passou pela batalha que era toda pancada e poeira? [505]

24 Cípris ou a Cipriota, Κύπρις, é Afrodite. Esse nome se deve a um dos nomes da ilha de Chipre, local de nascimento da deusa. Hesíodo conta o nascimento da deusa a partir da genital decepada de Cronos:

O pênis, tão logo cortando-o com aço
atirou do continente no undoso mar,
aí muito boiou na planície, ao redor branca
espuma da imortal carne ejaculava-se, dela
uma virgem criou-se. Primeiro Citera divina
atingiu, depois foi à circunfluída Chipre
e saiu venerada bela Deusa, ao redor relva
crescia sob esbeltos pés. A ela, Afrodite
Deusa nascida de espuma e bem-coroada Citeréia
apelidam os homens e Deuses, porque da espuma
criou-se e Citeréia porque tocou Citera,
Cípria porque nasceu na undosa Chipre,
e Amor-do-pênis porque saiu do pênis à luz.
Eros acompanhou-a, Desejo seguiu-a belo,
tão logo nasceu e foi para a grei dos Deuses.
Esta honra tem dê o começo e na partilha
coube-lhe entre os homens e Deuses imortais
as conversas de moças, os sorrisos, os enganos,
o doce gozo, o amor e a meiguice.
(Teogonia, 188-206; tradução de Jaa Torrano)

25 *Eu me calo*: παρέβην, lit. “passo ao lado”, “desvio”; “omito”, “calo”. Uso da figura retórica *praeteritio*, na qual vários assuntos são mencionados apenas para serem postos de lado, enfatizando, assim, o caso que será efetivamente narrado (Easterling, 1982a, p. 135; Kamerbeek, 1970, p. 118); embora breve, a menção aos deuses cumpre também a função de dar ênfase ao poder de Afrodite.

26 Cronida, Κρονίδα, “filho de Cronos”: Zeus. Posídon, Hades e Zeus são as divindades mais poderosas (cf. *Iliada*. 15.187ss.): ninguém está imune ao poder de Afrodite. Em Homero (*Iliada*, 14, 198-9), Hera pede esse poder a Afrodite para seduzir Zeus:

“Dá-me agora o amor e o desejo, com que subjugas todos os imortais e todos os mortais.”
(*Iliada*, 198-199; tradução de Frederico Lourenço)

27 *Por esta esposa*: Dejanira. Este estásimo narra a batalha pela sua mão, mencionada pela personagem no Prólogo (6-26). Dejanira encontrava-se angustiada pela possibilidade de casamento com o deus-rio, mas foi salva por Hércules. Kamerbeek (1970, p. 117) destaca as afinidades temáticas e estruturais entre este estásimo e o Párodo da peça, que versa sobre a ausência de Hércules e seu efeito em Dejanira. O presente estásimo, por sua vez, versa sobre a solidão de Dejanira desde que se tornou prêmio. Segundo Kamerbeek (1970, p. 177), os assuntos desses dois cantos corais, como a ausência de Hércules e a solidão de Dejanira, já estão presentes no prólogo, no discurso de Dejanira que abre a peça, vv. 1-48. Note-se como esse entrelaçamento das partes da peça colabora para a sua unidade.

28 ἀμφοίυιοι: sigo a leitura de Jebb (2010, p. 78) e Kamerbeek (1970, p. 119): com braços fortes de ambos os lados. Em Homero, é usada para caracterizar uma lança afiada de ambos os lados.

29 Disputaram: παρέβην: verbo que comumente designava combate de atletas (Easterling, 1982a, p. 136).

[507] Um era o poder de um rio, chifres de quadrúpede em riste, era de feição táurea³⁰, era Aqueloo de Eníades³¹; [510] o outro vinha da báquica Tebas³², brandia recurvo arco, lanças e clava³³, era prole de Zeus³⁴. Os dois avançavam, chocavam-se no meio, visavam o leito. Mas a única que traz a boa união ao leito³⁵, [515] Cípris, arbitrava, sentando-se no centro.

[517] Havia lá então o estalo desordenadamente³⁶ das mãos, dos dardos, dos chifres de touro. Havia ataques entrelaçados³⁷, [520] havia mortais batidas de fronts e suspiros de ambos. E a bela moça graciosa³⁸ jazia em distante colina, esperando quem o marido seria. [525] Eu falo como quem viu³⁹, mas a disputada face da noiva, penosa, espera. E de repente se vai⁴⁰ de sua mãe, como novilha solitária. [530]

30 *O poder de um rio, chifres de quadrúpede em riste, feição táurea*: as armas do lutador. *Feição táurea*: φάσμα ταύρου. φάσμα significa tanto "aparência" e "aspecto" quanto "aparição", "prodígio" e "monstro"; Easterling (1982a, p. 136) e Kamerbeek (1970, p. 120) apontam que o sentido ambíguo da passagem enfatiza o caráter ameaçador da situação.

31 *Aqueloo de Eníades*: *Aqueloo* era um deus-rio relacionado à água doce e à fertilidade. Era também um metamorfo, Dejanira anteriormente descreveu como ele a pediu em casamento em três formas: "uma vez veio como encorpado touro; outra vez, como luzidia serpente sinuosa; e outra, como um homem de testa táurea, das suas espessas barbas, nascentes de água de fonte jorravam" (11-14). *Eníades*: cidade na foz do rio Aqueloo, o maior rio da Grécia. Nas *Metamorfoses* (9.1 ss.), Ovídio apresenta essa batalha do ponto de vista do perdedor, Aqueloo, que, no período, se tornara um exemplo de amante desafortunado.

32 *Báquica Tebas*: Tebas, cidade onde Baco (Dionísio) nasceu.

33 As armas do combatente: recurvo arco, lanças e clava.

34 *Prole de Zeus*: Héracles (Hércules). Filho de Zeus e da mortal Alcmena.

35 *Que traz a boa união ao leito, ao casamento*: εὐλεκτρος; epíteto de Afrodite, deusa relacionada ao amor, ao desejo, ao casamento, ao charme e à beleza. Aqui a deusa é apresentada como o juiz dessa batalha pela noiva.

36 *Estalo desordenadamente*: πάταγος...ἀνάμινδα. Dificuldade interpretativa do texto: πάταγος ("estalo", "estampido") se refere a quê? Mas o sentido geral é claro: a batalha é confusa, os sons se misturam. Sigo Jebb (2010, p. 80) em atribuir πάταγος a todas as armas, mas também considero com Easterling (1982a, p. 137-138) que o som, quando se refere aos dardos, se refere ao chacoalhar dos dardos guardados na aljava. Foi um combate corpo a corpo e Aqueloo não foi morto, que seria o caso se Héracles tivesse feito uso do arco com as flechas envenenadas, como fez com Nesso.

37 *Ataques entrelaçados*: ἀμφίπλεκτοι κλίμακες. Golpe de pancrácio: saltar nas costas do adversário prendendo-o com os braços e pernas (Easterling, 1982a, p. 138).

38 *Bela moça graciosa*: Dejanira era muito jovem quando foi desposada. Isso se relaciona a outros elementos importantes nessa tragédia, como a passagem do tempo, o envelhecimento, a beleza e o medo. Dejanira conta sua versão da batalha no começo da peça:

"Mas, o desenrolar da batalha, eu não seria capaz de contar: pois não sei, mas quem quer que fosse espectador, sem se aterrorizar pela visão, esse poderia contar. Porque eu jazia atordoada pelo horror, com receio de que minha beleza me trouxesse dor" (21-25).

39 *Eu falo como quem viu*: texto corrompido. Traduzo seguindo a emenda de Zielinski: θεατήρ (espectador) por μάτηρ (mãe): ἐγὼ δὲ θεατήρ μὲν οἷα φράζω, lit.: "falo como espectador" (cf. edição de Easterling, (Sophocles, 1982)).

40 *De repente se vai*: ἄφαρ βέβακε. A mesma expressão se encontra no párodo da tragédia. No primeiro canto coral dessa tragédia, o párodo, o coro evoca o ciclo da sorte humana, os períodos de tristeza e de alegria não se mantêm para sempre, mas se alternam durante a vida:

Não se mantém para os mortais nem cintilante noite, nem desgraça, nem riqueza, mas de repente se vai e vem-lhe tanto o ganhar quanto o perder. Por isso, também digo a ti que és rainha: sempre te mantinhas na esperança! Pois quem viu Zeus ser assim desatento com seus filhos? (132-140, destaque nosso)

Referências

- CAMPBELL, D. A. *Greek lyric: Sappho and Alcaeus*. (The Loeb classical library) Cambridge, MA: Harvard University Press, 1990.
- EASTERLING, P. E. "Commentary". In: SOPHOCLES. *Trachiniae* (P. E. Easterling, ed.). Cambridge: Cambridge University Press, 1982a. p. 71-233.
- EASTERLING, P. E. "Introduction". In: SOPHOCLES. *Trachiniae* (P. E. Easterling, ed.). Cambridge: Cambridge University Press, 1982b. p. 1-23.
- FIALHO, M. C. "Vivência e expressão de Eros em Sófocles, Traquínias (Tradição e Novidade)". *Humanitas*, Coimbra, n. 54, p. 49-62, 2002.
- GANTZ, T. *Early Greek Myth: A Guide to Literary and Artistic Sources*. Baltimore/ London, 1993.
- HESÍODO. *Teogonia: a origem dos deuses*. Tradução Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 1992.
- HOMERO. *Ilíada*. Tradução Frederico Lourenço. São Paulo: Penguin-Companhia, 2013.
- JEBB, R. C. *Sophocles: The Plays and Fragments*, v. 5. With Critical Notes, Commentary and Translation in English Prose. Richard Claverhouse Jebb ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2010 (1ª ed: 1892).
- KAMERBEEK, J. C. *The Plays of Sophocles: Commentaries. Part II: The Trachiniae*. Leiden: Brill, 1970.
- LIDDELL, H. G.; SCOTT, R. *A Greek-English Lexicon*. Nova York: Clarendon Press Oxford, 1996. Disponível em: Perseus Digital Library, <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/search>. Acesso em: 15 set. 2024.
- LLOYD-JONES, H.; WILSON, N. G. *Sophoclis Fabulae*. (Lloyd-Jones e Wilson, ed.). New York, NY: Oxford University Press, 1990.
- MALHADAS, D.; DEZOTTI, M.; NEVES, M. H. de M. *Dicionário grego-português*. Mnema, 2022.
- SÓFOCLES. *As traquínias* (F. R. de Oliveira, apres., trad. e comentário filológico). Campinas: Editora da Unicamp, 2009.



SOPHOCLES. *Trachiniae* (P. E. Easterling, ed.). Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

WHITMAN, C. H. *Sophocles: A Study of Heroic Humanism*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1951.

WINNINGTON-INGRAM, R. R. *Sophocles: an interpretation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

O que os critérios metodológicos adotados podem nos dizer sobre o comportamento de medidas prosódicas?

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v54i3.3809>

Renata Passetti¹

Pablo Arantes²

Resumo

Este trabalho metodológico compara o efeito da unidade de análise em descritores estatísticos da frequência fundamental (F0). Amostras de fala foram segmentadas em uma unidade maior que a sílaba (compatível com a noção de “sintagma entoacional”) e uma unidade menor que a sílaba (vogais). Calculou-se a mediana, o desvio-padrão e o valor de base de F0 em Hertz para ambas as unidades. Encontraram-se diferenças estatísticas entre as unidades, com valores médios de mediana e desvio-padrão de F0 maiores nas unidades ao nível do sintagma entoacional em comparação às vogais. Em contrapartida, o valor de base de F0 é maior nas vogais. Esses resultados refletem características prosódicas das unidades de análise. Excursões melódicas amplas são melhor representadas pela unidade com maior extensão temporal, enquanto as vogais são mais influenciadas pela micromelodia, evidenciando a importância da homogeneidade em análises comparativas.

Palavras-chave: unidade analítica; metodologia experimental; prosódia.

1 Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil; re.passetti@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0002-1547-2831>

2 Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil; pabloarantes@ufscar.br; <https://orcid.org/0000-0001-9707-8493>

What can methodological criteria tell us about the behaviour of prosodic measures?

Abstract

This methodological study examines how the choice of analysis unit affects statistical descriptors of fundamental frequency (F0). Speech samples were segmented into two types of units: a unit larger than the syllable and a unit smaller than the syllable. For both units, the F0 median, standard deviation, and baseline values in Hertz were calculated. Statistically significant differences were observed between the two units, with the median and standard deviation of F0 being higher in the longer units than in the shorter units (vowels). In contrast, the F0 baseline value was higher for vowels. These findings reflect distinct prosodic properties captured by the two analysis units: broader melodic modulations are better captured by the longer units, while micromelodic effects are more pronounced in vowels. These findings underscore the importance of choosing analysis units that are commensurate with the study goals in prosodic research.

Keywords: analysis unit; experimental methodology; prosody.

Introdução

A elaboração do protocolo de pesquisa em trabalhos experimentais envolve uma série de decisões que visam assegurar o controle de variáveis e, conseqüentemente, a robustez dos resultados obtidos. Esse controle é a garantia de que fatores que possivelmente contribuem para o fenômeno em análise sejam sistematicamente identificados e isolados (Xu, 2011). Assim, a primeira etapa de toda pesquisa experimental está em pensar no objeto de análise de uma perspectiva metodológica.

Em se tratando de pesquisas em ciências da fala, os pesquisadores almejam dados que tenham “validade ecológica” (Xu, 2011), isto é, que apresentem características similares a ocorrências do mesmo fenômeno fora do contexto experimental. Essa demanda é de especial interesse para pesquisas em fonética e de áreas correlatas, pois, em geral, para além de significâncias estatísticas, busca-se a significância linguística dos fenômenos em análise (Lehiste, 1970). Assim, o controle e a seleção das variáveis experimentais não devem estar desconectados dos seus significados no mundo real.

Dentre questões metodologicamente relevantes para a pesquisa em fonética apontadas pela literatura da área, podemos citar: a elaboração e características de *corpora* de fala (Barbosa, 2012; Cavalcanti *et al.*, 2023; Xu, 2010) e a duração mínima da janela de extração de parâmetros acústicos (Arantes, 2024; Arantes; Eriksson; Lima, 2018; Arantes; Lima, 2017; Cavalcanti; Eriksson; Barbosa, 2022).

Os trabalhos de Barbosa (2012) e Xu (2010) discutem aspectos metodológicos relacionados à montagem de *corpora* em pesquisas experimentais na área de prosódia da fala. Ambos os autores criticam o contraste feito pela literatura fonética entre “fala de laboratório”, “fala semi-espontânea” e “fala espontânea”, referente às diferentes formas de eliciação da fala em pesquisas fonético-experimentais. Xu (2010) argumenta que o termo “fala de laboratório” não deve ser compreendido como sinônimo de fala artificial, monótona ou hiper planejada, mas como uma instância de obtenção de material de fala cujo controle experimental sistemático permite a compreensão de mecanismos subjacentes da linguagem humana.

Na mesma direção argumentativa, Barbosa (2012) propõe que *corpora* de fala sejam pensados e elaborados segundo os eixos “grau de controle do experimentador” e “gênero ou tipo de *corpus*”. Assim, amostras de fala obtidas a partir de uma conversa espontânea difeririam daquelas obtidas de uma leitura em voz alta espontânea, em uma feira literária, por exemplo, no eixo do gênero do *corpus*, mas não no eixo do grau de controle do experimentador, pois em ambos os casos o grau de controle do experimental é muito baixo ou mesmo inexistente. A comparação difere, por exemplo, em desenhos experimentais envolvendo uma leitura em voz alta, na qual o experimentador instrui os participantes a imitarem um modo de leitura específico, e uma conversa espontânea. Neste caso, além de uma diferença estilística (conversa espontânea vs. leitura), há diferença também no grau de controle do experimentador, que no segundo caso é extremo.

O trabalho de Cavalcanti *et al.* (2023), por sua vez, discute os efeitos de diferentes configurações de microfones e compressões de áudio na extração de parâmetros acústicos. O controle na seleção de especificações técnicas de equipamentos e procedimentos envolvidos na obtenção de dados é recomendado por instituições internacionais (Patel *et al.*, 2018) e por manuais na área de ciências da linguagem (Barbosa, 2022; Barbosa; Madureira, 2015; Freitag, 2014; Kent; Read, 2015). Esse controle se faz necessário porque a literatura mostra que aspectos técnicos podem impactar na obtenção e robustez dos resultados.

A obtenção de resultados robustos, que possam conduzir a conhecimentos válidos sobre os significados linguísticos dos fenômenos em análise, também está associada a extração de medidas confiáveis. Com essa preocupação em mente, os trabalhos de Arantes (2024), Arantes, Eriksson e Lima (2018) e Arantes e Lima (2017) investigam os efeitos de diferentes variáveis sobre a duração mínima esperada de uma amostra de fala para que se possa estimar medidas de taxa de produção da fala representativas do enunciado como um todo. Trabalhos como esses possuem grande relevância para áreas aplicadas da fonética, como é o caso da fonética forense e da sociofonética, por exemplo. A quantidade limitada de dados é uma realidade comum no cenário fonético-forense (Gfroerer, 2003; Jessen, 2009). Por isso, em análises conduzidas na área, há uma preocupação de que resultados obtidos de amostras de fala com curta duração sejam

representativos do falante investigado. Do ponto de vista metodológico, informações sobre a quantidade de tempo de fala a ser gravada interessa também trabalhos em sociofonética, os quais, no geral, envolvem a coleta de um elevado número de dados.

Os trabalhos apresentados dão um panorama da importância da condução de trabalhos de caráter metodológico em ciências da fala. Esses trabalhos elucidam que a montagem de *corpora* de fala envolve decisões teoricamente e experimentalmente fundamentadas das quais o experimentador precisa estar ciente.

Entretanto, embora seja o conhecimento teórico sobre o fenômeno em análise que guia a escolha das variáveis experimentais, nos trabalhos fonéticos há uma tradição de se realizar medições em segmentos vocálicos, com a justificativa de que carregam informações prosódicas do enunciado (Barbosa; Madureira, 2015). Neste contexto, uma dúvida que surge é se a unidade de análise escolhida pode ter impacto nas medidas realizadas e, conseqüentemente, na interpretação dos resultados obtidos.

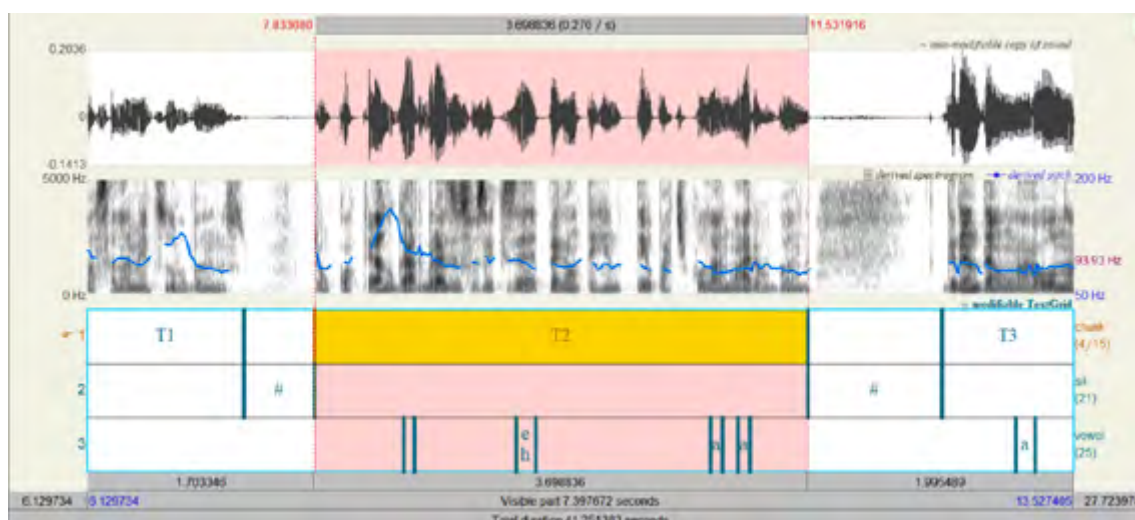
De modo a lançar luz nesta questão, e alinhado ao caráter metodológico dos trabalhos previamente apresentados, o presente trabalho compara o efeito da extensão temporal da unidade de análise sobre o valor de descritores estatísticos de um parâmetro prosódico amplamente investigado em pesquisas da área: a frequência fundamental (doravante F0). A discussão apresentada busca evidenciar como a escolha da unidade de análise pode afetar os resultados a serem obtidos em um estudo.

Metodologia

As amostras de fala selecionadas para esta pesquisa pertencem ao Corpus Forense do Português Brasileiro (BRASIL, Portaria nº 934-Ditec/PF, 2020), compilado pelo Serviço de Perícias em Audiovisual e Eletrônicos, do Instituto Nacional de Criminalística, da Polícia Federal brasileira (SEPAEL/INC/PF). Foram selecionadas amostras de 100 falantes, as quais foram estratificadas em faixa etária (25 – 50 anos) e sexo (masculino). As amostras de fala tinham duração média de 45 segundos (Beck, 2007).

As amostras de fala foram segmentadas em duas unidades de análise: (1) uma unidade maior que a sílaba, delimitada por duas pausas silenciosas consecutivas, compatível com as ideias de “enunciado fonético” (Kendall, 2013) e “sintagma entoacional” (Nespor; Vogel, 2007), e (2) uma unidade menor que a sílaba, composta por vogais orais semiabertas e abertas. A segmentação do material de fala foi realizada manualmente no *software* de análise acústica Praat (Boersma; Weenink, 2024). A Figura 1 apresenta um exemplo de segmentação nas duas unidades de análise escolhidas.

Figura 1. Ilustração do procedimento de segmentação das amostras de fala no *software* Praat



Fonte: Elaboração própria

Na Figura 1 é possível observar, na primeira camada de anotação, a unidade de análise maior que a sílaba (i.e. *chunk*) e, na terceira camada de anotação, a unidade menor que a sílaba, composta por vogais semiabertas e aberta. Em cada uma dessas unidades foram calculados três descritores de F0: a mediana, o desvio-padrão e o valor de base, em Hertz, por meio do *script* para o *software* de análise acústica Praat “Prosody Descriptor Extractor” (Barbosa, 2020). Os valores dos descritores estatísticos foram extraídos a partir da duração total de cada amostra de unidade analisada (*chunks* e vogais).

A mediana é um descritor estatístico de tendência central. Ela representa o 50º percentil de um conjunto de dados, o que a torna mais robusta em relação à média, por exemplo, uma vez que esta considera todos os valores da amostra para seu cálculo, inclusive valores espúrios. O desvio-padrão, por sua vez, é um descritor estatístico de dispersão. Ele revela como os dados se distribuem em torno da média.

Em termos estatísticos, o valor de base pode referir-se a um valor usado como referência para comparações. O valor de base de F0 é um descritor estatístico que, de um ponto de vista articulatorio, corresponde à posição para a qual os falantes retornam após excursões linguísticas (Traunmüller; Eriksson, 1995). Por ser uma medida resistente a variações estilísticas e de esforço vocal, é considerada como um valor intraespecífico dos falantes (Lindh; Eriksson, 2007). No *script*, o computo do valor de base de F0 é realizado de acordo com a expressão (cf. Lindh; Eriksson, 2007):

O tratamento estatístico envolveu, inicialmente, a condução de testes de efeitos mistos. Após não terem sido atestadas a significância de efeitos aleatórios, o teste não paramétrico

Kruskal-Wallis ($\alpha = 0,05$) foi conduzido para verificar diferenças entre as médias das duas unidades de análise comparadas.

Resultados e discussão

Os resultados do teste estatístico não paramétrico Kruskal-Wallis estão apresentados na Tabela 1.

Tabela 1. Resultados do teste estatístico Kruskal-Wallis e valores da mediana para as variáveis investigadas

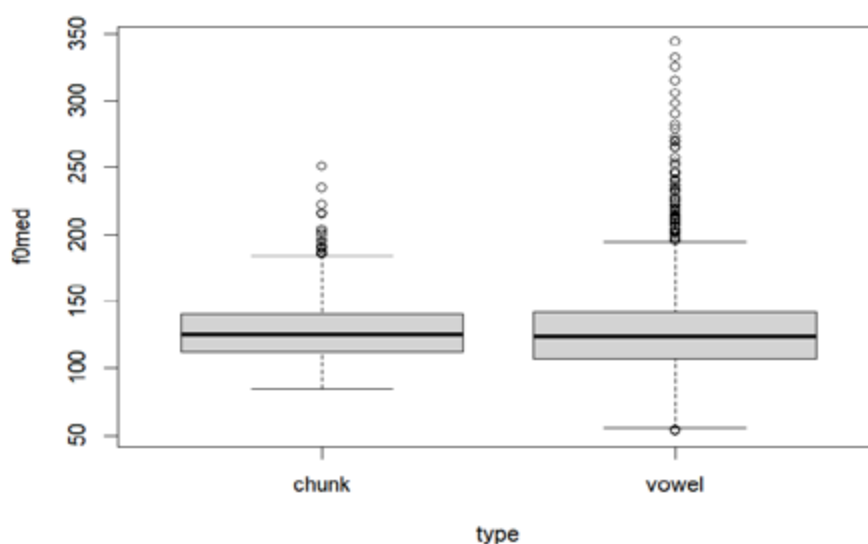
Parâmetros	Resultados
Mediana de F0	$\chi^2 = 6,7713, df = 1, p = 0,009$ ($Chunk_{med} = 125$ Hz; $Vogal_{med} = 123$ Hz)
Desvio-padrão de F0	$\chi^2 = 1523, df = 1, p < 0,005$ ($Chunk_{med} = 21,6$ Hz; $Vogal_{med} = 3$ Hz)
Valor de base de F0	$\chi^2 = 478,7, df = 1, p < 0,005$ ($Chunk_{med} = 93$ Hz; $Vogal_{med} = 118$ Hz)

Fonte: Elaboração própria

Foram atestadas diferenças estatisticamente significativas entre as unidades de análise comparadas para todos os descritores de F0 analisados. A mediana e o desvio-padrão de F0 apresentam valores mais elevados para a unidade de análise maior que a sílaba (i.e. “enunciado fonético”). O valor de base de F0, por sua vez, apresenta valores mais elevados na unidade de análise menor que a sílaba (i.e. vogais orais).

As Figuras 2 a 4 apresentam os diagramas de caixa (*boxplots*) com características da distribuição do conjunto de dados de cada um dos descritores de F0 em ambas as unidades de análise investigadas.

Figura 2. *Boxplot* da distribuição de valores da mediana de F0 (f0med) nas unidades de análise maior que a sílaba (*chunk*) e menor que a sílaba (*vowel*)



Fonte: Elaboração própria

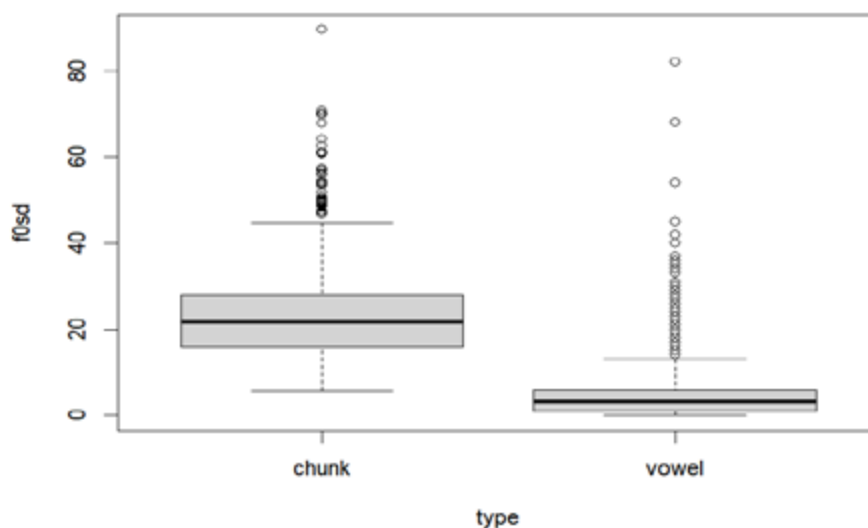
A Figura 2 demonstra que as distribuições do conjunto de valores da mediana de F0, em ambas as unidades de análise, apresentam similaridades em termos de semi-amplitude entre quartis (diferença entre as partes inferior e superior das caixas) e valor mediano (linha horizontal no interior das caixas). Os valores da semi-amplitude entre quartis e da mediana para a unidade maior que a sílaba (i.e. “*chunk*”) são 28,75 Hz e 125 Hz, respectivamente; enquanto os valores desses mesmos descritores para a unidade menor que a sílaba (i.e. “*vowel*”) são 35 Hz e 123 Hz, respectivamente. No entanto, essas distribuições diferenciam-se em termos de valores de dados atípicos (“*outliers*”). Observa-se em maior quantidade valores considerados atípicos para a distribuição do conjunto de medidas da unidade de análise menor que a sílaba.

Na Figura 3 observa-se, por sua vez, representações gráficas bem distintas entre as distribuições de valores de desvio-padrão de F0, em cada uma das unidades de análise. Os valores da semi-amplitude entre quartis e da mediana para a unidade maior que a sílaba são bem superiores aos valores desses descritores para a unidade de análise menor que a sílaba, de forma a não haver sobreposição entre as distribuições dos dados das unidades de análise comparadas.

Na unidade de análise maior que a sílaba os valores da semi-amplitude entre quartis e da mediana para a distribuição de valores do desvio-padrão de F0 são, respectivamente, 12,24 Hz e 21,6 Hz, enquanto para unidade de análise menor que a sílaba são 5 Hz e 3

Hz, respectivamente. Observa-se, portanto, uma menor dispersão dos dados em torno dos valores centrais da distribuição para os cálculos realizados na unidade menor que a sílaba.

Figura 3. *Boxplot* da distribuição de valores do desvio-padrão de F0 (f0sd) nas unidades de análise maior que a sílaba (*chunk*) e menor que a sílaba (*vowel*)



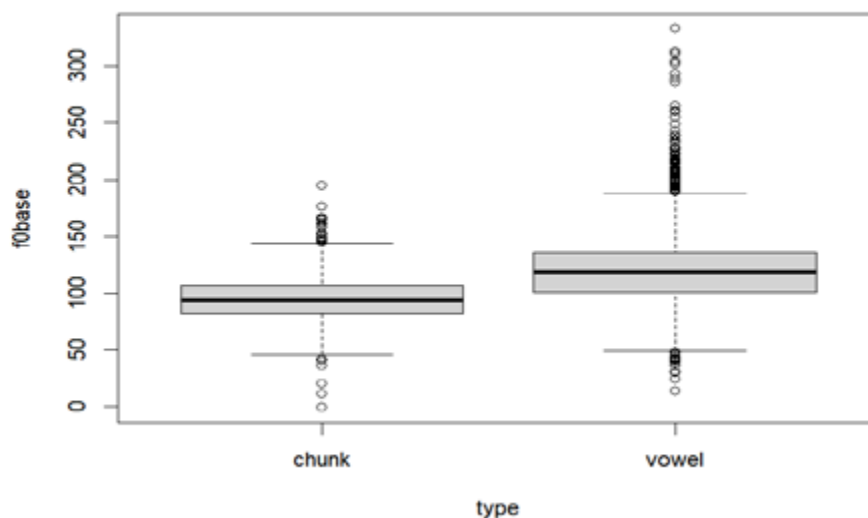
Fonte: Elaboração própria

Por fim, a observação da Figura 4 demonstra padrões de comportamento das unidades de análise comparadas distintos dos observados anteriormente. A distribuição do valor de base da F0 é mais elevada na unidade de análise menor que a sílaba comparada à distribuição de valores na unidade de análise maior que a sílaba. Por outro lado, no que se refere à dispersão de valores atípicos, as unidades que compreendem as vogais apresentam uma maior dispersão, comportamento repetido pelas distribuições dessa unidade de análise nos demais descritores estatísticos de F0 investigados.

Entretanto, para esse conjunto de dados, os valores atípicos diferem do comportamento observado nas distribuições anteriores pela existência de dados abaixo do percentil 25% (quartil 1). Nas distribuições da mediana e do desvio-padrão de F0, por outro lado, os valores atípicos concentram-se acima do percentil 75% (quartil 3).

Na unidade de análise maior que a sílaba, os valores da semi-amplitude entre quartis e da mediana para a distribuição do valor de base de F0 são, respectivamente, 25 Hz e 93 Hz, enquanto para unidade de análise menor que a sílaba são 35 Hz e 118 Hz, respectivamente.

Figura 4. *Boxplot* da distribuição de valores do valor de base de F0 (f0base) nas unidades de análise maior que a sílaba (*chunk*) e menor que a sílaba (*vowel*)



Fonte: Elaboração própria

As análises estatísticas apresentadas demonstram que a unidade de análise escolhida para extração de medidas acústicas pode ter efeito sobre os resultados obtidos. Essa observação é especialmente relevante para medidas melódicas, como é o caso da frequência fundamental, escolhida neste estudo. As distribuições das medidas obtidas para os três descritores estatísticos analisados refletem propriedades prosódicas de F0 inerentes às unidades de análise escolhidas para obtenção dos dados.

Por terem durações mais elevadas, unidades maiores que a sílaba, como os enunciados fonéticos, compreendem excursões melódicas de maior amplitude, se comparadas às vogais. Essa característica duracional resulta em uma maior variabilidade entoacional neste contexto e pode ser apresentada como uma justificativa para observação de valores superiores de desvio-padrão de F0 na unidade de análise maior que a sílaba. O desvio-padrão é um descritor estatístico que quantifica a variabilidade dos dados em relação à média. Assim, valores de desvio-padrão de F0 elevados podem indicar maiores excursões melódicas, um comportamento capturável apenas em unidades de análise com durações mais elevadas, como é o caso de enunciados fonéticos ou de sintagmas entoacionais.

As medidas acústicas extraídas de vogais, por sua vez, por terem durações inferiores, estão mais sujeitas a efeitos de micromelodia, isto é, das variações rápidas de F0 causadas pela natureza fonética dos segmentos consonantais presentes na vizinhança das vogais observadas. Assim, se essas medidas forem realizadas em vogais em

posição acentuada, isto é, em núcleo de sílaba tônica, ou localizadas próximas a acentos tonais ("*pitch accents*") é muito provável que tenham seus valores influenciados por características do contexto prosódico circundante. Por outro lado, unidades de análise maiores que a sílaba, como é o caso de enunciados fonéticos ou sintagmas entoacionais, por terem duração mais elevada e apresentarem excursões melódicas de maior amplitude, incluem comumente instâncias de hesitação ou movimentos tonais associados a fronteiras prosódicas, como o abaixamento de F0 e a ocorrência de laringalizações, as quais têm como consequência acústica o abaixamento dos valores de F0 (Braun; Rosin, 2015; Gordon; Ladefoged, 2001; Mantovan Lima-Gregio, 2011; Shriberg; Lickley, 1993)SP", "genre": "Doutor em Linguística", "language": "pt", "note": "DOI: 10.47749/T/UNICAMP.2011.782788", "publisher": "Universidade Estadual de Campinas", "publisher-place": "Campinas, SP", "source": "DOI.org (Crossref). Essas observações ajudam a interpretar valores mais elevados para descritores estatísticos de tendência central extraídos a partir de vogais, como é o caso do valor de base de F0.

Resta-nos, no entanto, entender por que os valores do outro descritor estatístico de tendência central de F0 analisado aqui, a mediana, apresentou valores superiores para a unidade maior que a sílaba, contrariando as explicações apresentadas anteriormente. Para isso, podemos observar que, apesar da significância obtida no teste estatístico, o tamanho da diferença entre as duas condições, 2 Hz, é de baixa relevância do ponto de vista linguístico. Trata-se, portanto, de um resultado que ilustra a ausência de correspondência entre as significâncias estatísticas e linguísticas do fenômeno observado (cf. Lehiste, 1970).

A conscientização sobre como decisões metodológicas podem influenciar o comportamento de medidas prosódicas é essencial para assegurar a obtenção de resultados consistentes, principalmente na condução de análises comparativas. Um exemplo é o pareamento de análises acústicas e perceptivas de um mesmo fenômeno prosódico. Ao correlacionar resultados de análises perceptivas e acústicas é preciso garantir que as comparações sejam feitas em condições de análises semelhantes. Assim, se um fenômeno prosódico for avaliado perceptivamente a partir de uma abordagem de longo termo, caso o pesquisador deseje correlacionar os resultados dessa análise a medidas acústicas, é preciso que estas sejam também extraídas por meio de técnicas de longo termo.

Considerações finais

Neste trabalho de caráter metodológico, comparamos o efeito da unidade de análise em descritores estatísticos de um parâmetro prosódico comumente avaliado em pesquisas fonéticas, a frequência fundamental. De modo a investigar variações no comportamento deste parâmetro em função da unidade de extração das medidas acústicas, selecionamos duas unidades de análise: uma maior que a sílaba, compatível com as noções de

“enunciado fonético” (Kendall, 2013) e “sintagma entoacional” (Nespor; Vogel, 2007), e outra menor que a sílaba, composta por vogais orais.

Foram encontradas diferenças nos resultados obtidos para os parâmetros analisados entre as unidades de análise comparadas. Essas diferenças refletem propriedades prosódicas de F0 passíveis de serem capturadas a longo e curto termos. Excursões melódicas mais amplas são captáveis por meio do uso de técnicas de longo termo. Por isso, extrações de medidas acústicas em trechos de fala com duração mais elevada, como o caso de enunciados fonéticos, são recomendadas. Por outro lado, unidades de análise menores, como o caso de vogais, estão mais sujeitas à influência de efeitos de micromelodia.

A consciência sobre esses efeitos mostra-se fundamental para se assegurar a homogeneidade de resultados em análises comparativas, como em análises conduzidas no cenário fonético-forense e na clínica fonoaudiológica, por exemplo, bem como para o pareamento entre análises acústicas e análises perceptivas de fenômenos prosódicos da fala.

Agradecimentos

A primeira autora agradece à CAPES e ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSCar (PPGL/UFSCar) pela Bolsa de Pós-Doutorado concedida (Processo CAPES nº 88887.804443/2023-00). Os autores agradecem ao Serviço de Perícias em Audiovisual e Eletrônicos, do Instituto Nacional de Criminalística, da Polícia Federal brasileira (SEPAEL/INC/PF) pelo compartilhamento e autorização de uso do Corpus Forense do Português Brasileiro (CFPB). Os autores agradecem, ainda, o apoio financeiro concedido pelo PPGL/UFSCar, proveniente de verba CAPES/PROAP, para suas participações no evento que gerou a presente publicação.

Referências

- ARANTES, P. Efeito do estilo de elocução e do falante sobre o tamanho mínimo de amostra para estimativa da taxa de produção da fala. *Revista da ABRALIN*, p. 125-160, 2024.
- ARANTES, P.; ERIKSSON, A.; LIMA, V. G. Minimum Sample Length for the Estimation of Long-term Speaking Rate. In: , 2018. *Proc. 9th International Conference on Speech Prosody*. 2018. p. 661-665.
- ARANTES, P.; LIMA, V. G. Towards a methodology to estimate minimum sample length for speaking rate. *Revista do GEL*, v. 14, n. 2, p. 183–197, 2017.

BARBOSA, P. A. Conhecendo melhor a prosódia: aspectos teóricos e metodológicos daquilo que molda nossa enunciação. *Revista de Estudos da Linguagem* (UFMG), v. 20, n. 1, p. 11-27, 2012.

BARBOSA, P. A. *Manual de prosódia experimental*. 1. ed. Campinas: Editora da Abralín, 2022. (Coleção Linguística em Ação).

BARBOSA, P. A. Prosody Descriptor Extractor. *Script PRAAT*, [s. l.], 2020.

BARBOSA, P. A.; MADUREIRA, S. *Manual de fonética acústica experimental: aplicações a dados do português*. São Paulo: Cortez editora, 2015.

BECK, J. *Vocal Profile Analysis Scheme: A User's Manual*. Edinburgh: Queen Margaret University College-QMUC, Speech Science Research Centre, 2007.

BOERSMA, P.; WEENINK, D. *Praat software*. university of amsterdam. 2024. Available at: <http://www.fon.hum.uva.nl/praat>.

BRASIL. Portaria nº 934-Ditec/PF, de 30 de julho de 2020. Institui o Corpus Forense do Português Brasileiro (CFPB) no âmbito do Sistema Nacional de Criminalística e estabelece regras para seu funcionamento, manutenção e compartilhamento. Brasília, 2020.

BRAUN, A.; ROSIN, A. On the speaker specificity of hesitation markers. *ICPhS*, [S. l.: s. n.], 2015.

CAVALCANTI, J. C. *et al.* Microphone and audio compression effects on acoustic voice analysis: A pilot study. *Journal of Voice*, v. 37, n. 2, p. 162-172, 2023.

CAVALCANTI, J. C.; ERIKSSON, A.; BARBOSA, P. A. Measuring the impact of data size on the speaker discriminatory performance: a spontaneous speech-based study. *13th Nordic Prosody Conference*, [S. l.: s. n.], 2022.

FREITAG, R. M. K. *Metodologia de coleta e manipulação de dados em sociolinguística*. [S. l.]: Editora Blucher, 2014.

GFROERER, S. Auditory-instrumental forensic speaker recognition. In: *8th European Conference on Speech Communication and Technology (Eurospeech 2003)*, ISCA, 2003. p. 705-708. Disponível em: https://www.isca-archive.org/eurospeech_2003/gfroerer03_eurospeech.html. Acesso em: 10 out. 2024.

GORDON, M.; LADEFOGED, P. Phonation types: a cross-linguistic overview. *Journal of Phonetics*, v. 29, n. 4, p. 383-406, 2001.

JESSEN, M. Forensic phonetics and the influence of speaking style on global measures of fundamental frequency. In: GREWENDORF, G.; RATHER, M. (org.). *Formal Linguistics and Law*. [S. l.]: Mouton de Gruyter, 2009. p. 115-140. Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/9783110218398.2.115/html>. Acesso em: 10 out. 2024.

KENDALL, T. *Speech rate, pause and sociolinguistic variation: studies in corpus sociophonetics*. [S. l.]: Palgrave Macmillan, 2013.

KENT, R. D.; READ, C. *Análise acústica da fala*. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

LEHISTE, I. *Suprasegmentals*. Massachusetts: Massachusetts Inst. of Technology Press, 1970.

LINDH, J.; ERIKSSON, A. Robustness of long time measures of fundamental frequency. In: *INTERSPEECH*, 2007. p. 2025-2028.

MANTOVAN LIMA-GREGIO, A. *Oclusiva glotal e laringalização em sujeitos com fissura palatina: um estudo segundo abordagem dinamicista*. 2011. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=492351>. Acesso em: 8 out. 2024.

NESPOR, M.; VOGEL, I. *Prosodic phonology: with a new foreword*. [S. l.]: Walter de Gruyter, 2007. v. 28.

PATEL, R. R. *et al.* Recommended Protocols for Instrumental Assessment of Voice: American Speech-Language-Hearing Association Expert Panel to Develop a Protocol for Instrumental Assessment of Vocal Function. *American Journal of Speech-Language Pathology*, [s. l.], v. 27, n. 3, p. 887-905, 2018.

SHRIBERG, E. E.; LICKLEY, R. J. Intonation of Clause-Internal Filled Pauses. *Phonetica*, v. 50, n. 3, p. 172-179, 1993.

TRAUNMÜLLER, H.; ERIKSSON, A. The frequency range of the voice fundamental in the speech of male and female adults. *Unpublished manuscript*, v. 11, 1995.



XU, Y. In defense of lab speech. *Journal of phonetics*, v. 38, n. 3, p. 329-336, 2010.

XU, Y. Speech prosody: A methodological review. *Journal of Speech Sciences*, v. 1, n. 1, p. 85-115, 2011.

A emergência de *dizque* como um fenômeno de contato linguístico entre o português e o nheengatu

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v54i3.3928>

Mariana Payno Gomes¹

Resumo

Este artigo, oriundo de uma dissertação de mestrado (Payno Gomes, 2024), aprofunda a análise preliminar da emergência da expressão *dizque* como marcadora de fonte da informação no português de indígenas Baré (BRASLIND-Baré), também falantes de nheengatu, e as discussões epistemológicas para uma teoria do contato linguístico, iniciadas em trabalho anterior (Payno Gomes; Finbow, 2023). Defendemos que os usos de *dizque* surgem do contato entre as duas línguas como uma inovação, trazendo duas ideias fundamentais subjacentes à análise dos dados linguísticos: 1. uma visão de língua como sistema complexo, cujas mudanças emergem a partir das interações constantes de seus falantes com o ambiente e entre si; e 2. que, dentro dessa visão de língua, o BRASLIND-Baré pode ser também veículo de expressão de uma visão de mundo.

Palavras-chave: contato linguístico; português indígena; nheengatu; relativismo linguístico.

¹ Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil; mariana.payno.gomes@usp.br; <https://orcid.org/0000-0001-5745-6285>

The emergence of *dizque* as a language contact phenomenon between Portuguese and Nheengatu

Abstract

This work, derived from a Master's thesis (Payno Gomes, 2024), deepens our preliminary analysis of the emergence of the expression *dizque* as a marker of source of information in the Portuguese spoken by the Baré people (BRASLIND-Baré), native speakers of Nheengatu, and the epistemological discussions on a theory of language contact, based on a previous study (Payno Gomes; Finbow, 2023). We propose that the emergence of *dizque* is an innovation arising from the contact situation, supported by two fundamental ideas underlying the analysis of the linguistic data: 1. the view of language as a complex system, whose changes emerge from the constant interactions of its speakers with the environment and with each other; and 2. the idea that, within this view of language, BRASLIND-Baré can also serve as a vehicle for expressing a worldview.

Keywords: language contact; indigenous Portuguese; Nheengatu; linguistic relativity.

Introdução

Este trabalho aprofunda a análise da emergência da expressão *dizque* como marcadora da fonte da informação no português falado por indígenas Baré (doravante BRASLIND-Baré)², também falantes de nheengatu (família Tupi-Guarani), e dá seguimento a uma discussão epistemológica para uma teoria do contato linguístico, ambas iniciadas de maneira preliminar em trabalho anterior (Payno Gomes; Finbow, 2023)³. Em nosso *corpus*, composto por gravações de falantes das duas línguas na cidade de São Gabriel da Cachoeira (AM), *dizque* ocorre com muita frequência em contextos de fala reportada. Embora *dizque* pareça guardar semelhanças com o evidencial *paá* do nheengatu, não apostamos em conceitos tradicionalmente adotados pela linguística de contato, como “calque” ou “empréstimo”. Defendemos, em vez disso, duas ideias fundamentais em nossa proposta de análise dos dados linguísticos, quais sejam: 1. uma visão de língua como sistema complexo, cujas mudanças emergem a partir das interações constantes de seus falantes com o ambiente e entre si; e 2. que, dentro dessa visão de língua, o fenômeno observado pode carregar mais do que informações linguísticas – o BRASLIND-Baré, que emerge da interação com o nheengatu, pode ser também veículo de expressão de uma visão de mundo. Assim, os usos de *dizque* no discurso reportado dos Baré surgem do contato entre as duas línguas como uma inovação.

2 Em consonância com o trabalho e as reivindicações da Década Internacional das Línguas Indígenas no Brasil (2022-2032), adotamos a nomenclatura BRASLIND-Baré para designar a variedade de português falada pelas pessoas do povo Baré. Acessar: www.decadalinguasindigenasbr.com.

3 Payno Gomes (2024) seguiu o desenvolvimento de ambas as discussões em sua dissertação de mestrado, da qual este artigo se origina.

Para dar conta da complexidade dessa situação de contato e das inovações linguísticas que dela emergem, discutimos os dados a partir de uma teoria de contato e evolução linguística que abre espaço para a compreensão dos contextos sociohistóricos e culturais do surgimento de novos vernáculos (cf. Mufwene, 2008), aliada a um tratamento descolonial das descrições e análises (cf. Ameka, 2020; Mufwene, 2021; Negrão; Viotti, 2022, entre outros). Propomos ainda que, para entender os fenômenos de contato no BRASLIND-Baré sob esse olhar, é necessário estendê-lo às outras línguas envolvidas – no caso, o nheengatu – e, assim, rever suas descrições. Uma breve revisão desse aporte teórico e a contextualização da situação de contato entre o português e o nheengatu estão na próxima seção. Na seção seguinte, expomos as informações sobre o trabalho de campo e o método de tratamento dos dados. Por fim, introduzimos os dados e discutimos os resultados da análise, dando alguns passos adiante nesta que é uma busca ainda inicial por uma abordagem do contato linguístico que considere as maneiras particulares de produzir e transmitir conhecimento por meio das línguas.

Uma situação e uma teoria de contato linguístico

A história de contato entre o nheengatu e o português se confunde com a história de colonização da região amazônica. Ao emergir entre povos de diversas famílias linguísticas – alguns dos quais abandonaram suas línguas originárias – e colonizadores durante a invasão da Amazônia, o nheengatu passa a fazer parte daquela ecologia pluriétnica e multilíngue, permanecendo como língua franca até o século 19. A partir daí, mudanças socioeconômicas e demográficas, incluindo diferentes ondas de migração, passaram a favorecer o uso do português. Hoje o nheengatu é falado sobretudo no município de São Gabriel da Cachoeira, a região da “Cabeça do Cachorro”, no alto rio Negro, pelos povos Baré, Warekena e Baniwa (estes últimos no baixo rio Içana), em substituição às suas línguas tradicionais, todas da família Aruak⁴.

Embora não sejam os únicos falantes do nheengatu no alto rio Negro, o povo Baré “é o mais diretamente associado à língua” (Payno Gomes; Finbow, 2023, p. 5). Considerados um dos primeiros “afetados” pelo contato com os brancos na região (Fernandes; Herrero, 2015), os Baré que outrora passaram a falar nheengatu em lugar de sua língua originária (dada como extinta) hoje reivindicam essa língua da família Tupi-Guarani como fator fundamental para o reconhecimento de sua identidade indígena. Em Payno Gomes e Finbow (2023), mostramos como esse movimento de identificação com a língua não se dá de maneira fortuita em uma das áreas de maior diversidade linguística da Amazônia, integrada em uma complexa rede de relações culturais e linguísticas (cf. Sorensen, 1967; Epps; Stenzel, 2013, entre outros) – e como, nesse contexto, o reconhecimento dos Baré como indígenas é também um fenômeno complexo (cf. Fernandes; Herrero, 2015). Integrados à sociedade branca por séculos, os Baré acabaram se tornando “invisíveis, na

4 Cf. Payno Gomes (a sair) para um panorama sócio-histórico breve, mas mais completo; Freire (2011) para uma revisão histórica das línguas na Amazônia.

medida em que seus diacríticos indígenas foram aos poucos sendo eclipsados”, sendo o “retorno” à identidade indígena vivenciado sobretudo a partir do final do século 20, com a participação na mobilização política dos povos indígenas do rio Negro.

Para adentrar uma situação complexa de contato linguístico como essa, adotamos uma abordagem contemporânea de evolução linguística (cf. Mufwene, 2001; 2008), que tem o contato e a agência/interação dos falantes como aspectos centrais, ao mesmo tempo em que abre espaço para o entendimento do contexto em que as línguas emergem como fenômenos dinâmicos em constante transformação. Segundo essa teoria, cada “ecologia de contato é única e se relaciona unicamente com o caso de evolução linguística específico a ela” (Mufwene, 2008, p. 7, tradução própria⁵) – e por essa ecologia única entendem-se não apenas as interações constantes dos falantes entre si em um determinado ambiente, mas também os fatos sociohistóricos, culturais, econômicos e antropológicos que configuram esse ambiente. Dessa forma, os fenômenos de mudança linguística só podem ser compreendidos em sua total inserção “ecológica”.

Na visão de Mufwene (2008), é a partir da interação entre todos esses elementos – falantes, seus recursos linguísticos e os fatores históricos, sociais, culturais e cognitivos do “ambiente” – que novas estruturas linguísticas surgem⁶. O que entendemos por língua seria um fenômeno sempre emergente dentro de condições ecológicas particulares. Mais do que hipotetizar fronteiras e classificações entre variedades, dialetos e línguas, pensamos em sistemas linguísticos reestruturados o tempo todo a partir de interações constantes entre os indivíduos, seus idioletos e seus contextos de uso. É dessas interações dinâmicas entre partes que se co-determinam que a novidade emerge. E esse processo ocorre a cada situação interacional, não só na aquisição da linguagem, mas durante toda a vida dos falantes. A partir dessa perspectiva, o contato não é concebido como uma situação excepcional, mas o modo como operam todas as interações humanas: a emergência de inovações acaba sendo fruto da vontade e da necessidade dos falantes de obter uma comunicação satisfatória. Nas interações entre línguas muito diferentes, o mesmo se verifica: o objetivo é a comunicação bem-sucedida, e não necessariamente buscar e atingir uma “língua-alvo”⁷.

Essa é uma perspectiva que subverte conceitos cristalizados no campo da linguística de contato (cf. Thomason; Kaufman, 1988; entre outros), já que abandona noções como

5 No original, em inglês: “[...] every ecology is unique and bears uniquely on the case of language evolution that is specific to it”.

6 Em Payno Gomes e Finbow (2023), trazemos uma explicação mais detalhada sobre como a língua opera como um sistema complexo por meio de uma dinâmica de competição e seleção de traços, segundo Mufwene.

7 Para Mufwene (2001, 2008) e Aboh (2015), a única diferença dos cenários multilíngues é que eles provavelmente “permitem” uma gama maior de variação em uma ecologia linguística com mais diversidade de traços. Assim, as chamadas “línguas de contato”, como pidgins e crioulos, não seriam tentativas de réplicas de sistemas linguísticos já existentes, mas “novas línguas híbridas” (Aboh, 2015).

empréstimo, interferência, calque – algo que seria transposto “pronto” de uma língua para a outra. Tais noções se baseiam em uma visão de língua como um sistema fechado que receberia “intrusos”, elementos totalmente externos, de outras línguas (outros sistemas fechados). Quando encaramos a mudança linguística como a emergência de novas estruturas a partir da co-determinação de uma grande variedade de elementos constitutivos da ecologia de contato, deixamos de lado uma “visão das línguas como entidades discretas impenetráveis, que categoriza os elementos como pertencentes sem ambiguidade a uma língua ou a outra, rompendo com o tratamento do contato linguístico como sistemas separados” (Farias, 2021, p. 9).

Uma consequência do entendimento das línguas como sistemas fechados é a dificuldade para classificar tipológica e estruturalmente as ditas “línguas de contato”, como pidgins e crioulos, já que elas seriam “exceções ao modelo genético de uma mãe-uma filha, ligadas a eventos sócio-históricos excepcionais” (Bakker, 2017, p. 220, tradução própria)⁸. Surge daí o termo *excepcionalismo crioulo* para definir “um conjunto de crenças, difundida entre linguistas e não linguistas, de que as línguas crioulas formam uma classe excepcional por motivos filogenéticos e/ou tipológicos” (DeGraff, 2005, p. 533, tradução própria)⁹. Com isso, o linguista haitiano Michel DeGraff inaugura um longo e acirrado debate entre *excepcionalistas* e *uniformitaristas*, sendo ele, Mufwene e seus pares parte deste último grupo, que defende que o processo de emergência das “línguas de contato” não seria qualitativamente distinto do de outras línguas (cf. nota 7). Para os uniformitaristas, e em especial para Mufwene, como vimos acima, o contato é essencial para entender como a mudança opera em todas as línguas.

Já à abordagem “monoparental” dos excepcionalistas subjaz uma questão ideológica da linguística moderna, que é a defesa da existência de “línguas puras” (Farias, 2024). DeGraff, Mufwene e outros colegas chamam a atenção para as implicações sociológicas, econômicas e raciais desse ideal de pureza, propondo maneiras de analisar as estruturas e a história das “línguas de contato” que desconstruam as bases coloniais em que essa área de estudos tradicionalmente se fundamenta. Se uma visão de colonialidade se impõe sobre a linguística ocidental de modo geral (cf. Mufwene, 2021; Negrão; Viotti, 2022, entre outros), não é surpreendente que ela domine também a linguística de contato, uma vez que essa área se dedica sobretudo ao estudo das línguas que surgiram a partir da colonização europeia do século 15 em diante. Afinal, foi esse processo colonizatório que criou a “narrativa da diferença” entre povos, culturas e, claro, línguas, que está nas raízes do que se tem chamado de colonialidade no âmbito das ciências humanas e sociais (cf. Mignolo, 2007, entre outros). Noções como a classificação genética das línguas no modelo “uma mãe-uma filha” integram claramente uma narrativa da diferença,

8 No original, em inglês: “[...] and if one recognizes them as exceptions to the one parent–one daughter genetic model, linked to exceptional sociohistorical events”.

9 No original, em inglês: “[...] a set of beliefs, widespread among both linguists and nonlinguists, that Creole languages form an exceptional class on phylogenetic and/or typological grounds”.

partindo de um modelo histórico das línguas indo-europeias e colocando de lado, como excepcionalidade, o surgimento de línguas que fogem desse padrão¹⁰.

Para uma verdadeira transformação analítica dos fenômenos de contato linguístico, é necessário um exercício de “desprendimento” que abra espaço para maneiras de pensar e de construir conhecimento distintas da norteadas pela colonialidade – assim, evocamos para a linguística uma “virada ontológica” (Negrão; Viotti, 2022). Com isso, passamos a questionar as categorias descritivas de orientação europeia como capazes de esgotar os sentidos que emergem nessas situações de contato. Não se trata de abandonar ou rejeitar completamente essas categorias, mas de repensá-las à luz de outras epistemologias, outras formas de conceitualizar os eventos, outros modos de saber e de transmitir conhecimento. O BRASLIND-Baré pode ser também veículo de expressão de uma visão de mundo de seus falantes e, por isso, é interessante fazer esse movimento em relação a fenômenos como a evidencialidade. Como bem expõem Negrão e Viotti (2022), há elementos linguísticos historicamente forçados a caberem nos moldes teóricos e metodológicos da linguística ocidental, ou por serem fenômenos periféricos ou pouco recorrentes nas línguas europeias ou por não se encaixarem nas categorias criadas a partir do estudo dessas línguas.

A discussão da descolonialidade dos estudos linguísticos é premente (cf. Ameka, 2020; Mufwene, 2021, entre outros) e central para uma abordagem interdisciplinar, no âmbito da linguística de contato e da linguística antropológica, como a que propomos. As hipóteses aqui aventadas para investigação, como mostramos a seguir, apontam para uma forte ligação entre a emergência de certos fenômenos de contato linguístico e a visão de mundo subjacente às línguas em interação. Desse modo, entender como diferentes cosmovisões integram as ecologias de contato é parte de nossa busca por uma virada descolonial nos estudos do contato linguístico. Enquanto o foco de Mufwene (2001, 2008, entre outros trabalhos) são os aspectos sociohistóricos e econômicos relacionados à evolução das línguas, aqui temos por objetivo explorar os elementos culturais e antropológicos envolvidos em situações de contato, sendo uma grande preocupação a consideração das ontologias e das perspectivas dos falantes na análise dos usos linguísticos e das práticas discursivas (cf. Hymes, 1962, entre outros).

10 Cf. Payno Gomes (2024) para uma revisão mais completa das principais bases epistemológicas da linguística de contato e do debate entre excepcionalistas e uniformitaristas, em relação às discussões aqui propostas. Aqui também cabe a ressalva de que não consideramos o BRASLIND-Baré uma língua crioula; porém, entendemos a relevância desse debate para o que vimos discutindo.

Breve descrição da coleta em trabalho de campo e do tratamento dos dados

Coletamos os dados aqui analisados em 2022 na cidade de São Gabriel da Cachoeira (AM)¹¹. Todas as gravações foram realizadas no perímetro urbano do município de São Gabriel ou em seus arredores, o que quer dizer que quase todos os falantes gravados são atualmente moradores da área urbana do município; e aqueles que não o são residem à curta distância da cidade e a visitam com frequência. Foram produzidas cerca de 20 horas de gravação de fala semiespontânea com 12 pessoas, sendo oito mulheres e quatro homens. A faixa etária das mulheres varia da casa dos 30 à dos 70 anos; a dos homens, da casa dos 30 à dos 100 anos. Todos os homens são Baré; entre as mulheres há duas Baniwa e duas de origem familiar Baré e Baniwa; as demais são Baré. A escolaridade varia do ensino básico à formação no magistrado indígena. Na transcrição dos dados, os falantes colaboradores foram identificados apenas por duas letras de seus nomes, a fim de preservarmos suas identidades.

Para a transcrição dos dados em português, utilizando o *software* Elan, optamos por um método prosódico-pragmático inspirado no projeto C-ORAL-Brasil¹². Seguindo as orientações desse modelo, a transcrição foi feita de maneira majoritariamente ortográfica, incluindo ruídos, hesitações e interrupções e individualizando alguns fenômenos de interesse de forma não-ortográfica. Os dados foram segmentados prosodicamente, dividindo a fala em unidades entoacionais não-terminais (/) e terminais (//), sendo estas últimas uma fronteira prosódica que “carrega a percepção de conclusão” (Rocha; Mello; Raso, 2018, p. 152). A opção pela grafia da expressão *dizque* desta maneira advém do entendimento de que, nos contextos de fala aqui analisados, ela constitui uma unidade diferente – em categoria, algumas posições e função – do verbo “dizer (que)” em seu uso predicativo (Casseb-Galvão, 2001)¹³.

No caso das gravações em nheengatu, a transcrição foi feita ortograficamente de acordo com o dicionário de Avila (2021), as glosas seguem as propostas morfológicas de Cruz (2011) e sugerimos uma tradução em norma culta do português brasileiro para os enunciados¹⁴. Por ora, consideramos esse método suficiente, embora saibamos de suas limitações, resumidas por Negrão e Viotti (2022, p. 134): “Traduções [e glosas], por mais bem cuidadas que sejam, não conseguem se abster por completo de impor sobre o material da língua original alguns dos vieses inerentes à língua de tradução”. O ideal é

11 Pesquisa aprovada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep). Número do parecer: 5.271.432 (emitido em 5 de março de 2022).

12 Acessar: <https://www.c-oral-brasil.org/>; cf. Raso e Mello (2014).

13 Quando citamos análises de outras autoras sobre o uso da expressão no português brasileiro, optamos pela grafia *diz que*, majoritariamente utilizada por elas.

14 No caso dos dados em nheengatu retirados dos trabalhos e notas de outros autores, mantivemos a transcrição fiel à original.

que, no futuro, glosas e traduções de outros autores para o nheengatu sejam revistas, em colaboração com falantes da língua, para que se adéquem, tanto quanto possível, às já mencionadas vertentes de análise de base descolonial. Nesse sentido, trabalhar com os dados em português parece menos arriscado, ainda que com uma grande ressalva: para as transcrições em português também propomos uma versão em norma culta, o que acaba por funcionar como uma tradução. Não sendo a variedade dos dados a falada por nós, e menos ainda a utilizada em âmbito acadêmico, cria-se uma distância linguística entre nós e os dados, aos quais não nos eximimos de impor um viés de tradução.

Hipóteses para o uso de *dizque*

Nesta seção, trazemos novos dados para aprofundar a análise da emergência da expressão *dizque* como um fenômeno de contato linguístico no BRASLIND-Baré, introduzida de maneira preliminar em trabalho anterior (Payno Gomes; Finbow, 2023). Já havíamos defendido que, além de estar presente no conteúdo dos discursos, a visão de mundo e os conhecimentos tradicionais dos falantes também transparecem na transmissão das estruturas linguísticas. É o caso dos marcadores de evidencialidade – por isso entendemos que analisar o uso frequente de *dizque*, sobretudo na narração de histórias tradicionais, passa também por compreender os pontos de vistas dos falantes sobre suas línguas e as suas formas de ordenação do mundo como partes da ecologia de contato.

Nesse sentido, começamos por destacar a noção de responsabilidade pela fonte da informação que perpassa as comunidades amazônicas, sendo muitas vezes “desejável” explicitar a evidência para tudo o que é dito (Aikhenvald, 2003). Não à toa, os sistemas de evidencialidade encontrados na Amazônia – especialmente no noroeste, região em que coletamos os dados – estão entre os mais complexos que conhecemos, tanto em relação ao número de partículas quanto aos significados que elas carregam (Tallman; Epps, 2020). E tal importância dada ao modo de contar histórias e repassar informações pode estar relacionada à preservação e à transmissão de marcas discursivas em situações de contato linguístico, já que as narrativas revelam relações gramaticais e sociais implicadas justamente nessa noção de responsabilidade (cf. Floyd, 2005). O lugar dos narradores na “cadeia” de contação de histórias tradicionais aparece nas conversas com nossas colaboradoras. Há claramente uma tensão entre um conhecimento comum compartilhado e a maneira singular de cada narrador contar a história:

Eu sei contar as histórias do curupira, você sabe contar, ela sabe... Mas eu contando minha história de curupira vai ser uma versão, você vai ser uma outra, a dela vai ser uma outra. Pode ser [parecido], mas alguma coisa vai mudar. (CA)

A gente conta essas histórias da gente da nossa maneira, né? Não é mais como antigamente, que eles faziam aquele rodeio todo [...] São muitas histórias em um só mito. São várias pessoas que contam, contam diferente, contam de outro jeito,

outro aumenta, outro diminui [...] São histórias que vêm sei lá de que tempo. Aí, os Tukano têm uma forma de contar, os Baniwa têm outra, nós [Baré] temos a nossa. (CE)

Como já registrado em Payno Gomes e Finbow (2023), o uso da expressão *dizque* pelos falantes de nheengatu e português é frequente em algumas situações de fala reportada, sendo a narração de histórias tradicionais o mais notável. Não podemos dissociar o uso inovador de *dizque* e o contexto pragmático da narração de histórias tradicionais, uma vez que o comportamento e a frequência da expressão são diferentes nesse tipo de discurso em relação àqueles observados em outros:

1. aí / **dizque** vinham // disse ele / é / ele falou / será mora gente aqui / **dizque** ele ficou pensando / né // eu não sabia que morava gente xxx // vinham chorando / **dizque** a velha / meu filho / meu filho // ela vinha chorando / né // xxx aí / **dizque** vieram / e ele ficou lá olhando / né // vieram sete lá para aquele lado do igarapé // aquele igarapé / **dizque** era bem branco // tem igarapé branquinho que a gente avista lá / né // chegaram / deixaram ele+ aquele caixão assim // aí / um senhor foi atrás de um [/1] árvore grande / lá **dizque** ele pegou um pedaço de [/1] pau assim // ele trouxe //

– Aí, vinham, e ele falou: “Será que mora gente aqui?”. Ele ficou pensando: “Eu não sabia que morava gente aqui”. Vinham chorando. A velha [dizia]: “Meu filho, meu filho”. Ela vinha chorando. Vieram, e ele ficou lá olhando. Vieram sete [pessoas] para aquele lado do igarapé. Aquele igarapé era bem branco. Tem igarapé branquinho que a gente avista lá. Chegaram, deixaram aquele caixão. Um senhor foi atrás de uma árvore grande e lá ele pegou um pedaço de pau. Ele trouxe.

Ao discutir os significados poéticos e prosódicos do uso de evidenciais na contação de histórias em línguas ameríndias, Floyd (2005) sugere que o padrão de evidencialidade do nheengatu poderia ser resultante do contato com línguas Aruak e Tukano. Incluindo o português nesse balaio, não é só entre os falantes de nheengatu que a expressão *dizque* aparece em situações de fala reportada: Aikhenvald (2002) registra esse fenômeno entre os Tariana e os Baniwa (falantes da língua Baniwa) e também observamos o uso de *dizque* na narração de histórias tradicionais ou de segunda mão por um idoso Dâw (Payno Gomes, notas de campo, 2022). O pesquisador Romário Sanches (comunicação pessoal) afirma que a expressão é comum de maneira geral no português amazônico, tanto como “índice de incerteza” sobre narrativas quanto no sentido de ironia ou dúvida em relação a uma afirmação.

Aqui, abrimos um parêntese: embora concordemos com análises que associam o sentido evidencial de *diz que* no português brasileiro a indicações epistêmicas em relação ao valor de verdade das proposições (Casseb-Galvão, 2001; Haßler, 2021; Aikhenvald, 2002), não acreditamos que haja um índice de incerteza ou uma avaliação dubitativa da informação relacionados aos usos de *dizque* que aparecem em nossos dados. O uso da expressão

na contação de histórias e na narração de eventos funciona mais para eximir o narrador da responsabilidade por aquela informação ao se inserir em uma rede de transmissão do conhecimento veiculado por ela – haja vista, por exemplo, que o testemunho ou não testemunho de uma história pode mudar o padrão do uso de *dizque*. Nos exemplos (2) e (3), é possível observar a ocorrência da expressão quando a narradora conta uma parte dos acontecimentos que ela não presenciou. A partir do momento em que ela participa dos eventos (4), *dizque* não é mais utilizada:

2. aí / ele veio / **dizque** vinha andando //

– Aí, ele veio, vinha andando.

3. assim mesmo **dizque** ele / ele amarrou camisa aqui / vinha andando //

– Assim mesmo, ele amarrou a camisa aqui e vinha andando.

4. nós estava com mandioca também lá / eu me lembro //

– Nós estávamos com mandioca lá também. Eu me lembro.

Ainda no âmbito dos valores epistêmicos, quando perguntados sobre o uso da partícula *paá* do nheengatu, nossos colaboradores afirmam que a utilizam porque aquela história “aconteceu”. Cruz (2011) define *paá* como “reportativo indefinido” e o traduz como “diz que”. Segundo ela, na narração de mitos e eventos históricos, discursos que têm em comum o desconhecimento da fonte da informação, *paá* ocorre em praticamente todos os enunciados¹⁵. O exemplo abaixo foi retirado de seu trabalho:

5. se-ramunha ambira u-sikai **paa** mame ya-munhã kupixa

1sgE-avô falecido 3sgA-procurar REP onde 1plA-fazer roça

Diz que meu avô falecido procurou onde faríamos a roça.

Durante a coleta de nossos dados, observamos que a ocorrência de *paá* é menos frequente no discurso reportado de falantes mais jovens. Na narração da história tradicional da qual foram retirados os trechos abaixo, nosso colaborador utiliza a partícula apenas em alguns enunciados (6); em outros, não (7):

¹⁵ Em Payno Gomes e Finbow (2023) e Payno Gomes (2024), trazemos mais detalhes e exemplos do funcionamento da partícula *paá*, de acordo com Cruz (2011), inclusive em relação ao uso irônico, também verificado para *dizque*.

6. ape kuxiima **paá** aikwé musapi taína itá tau-vivei yepé tenda upé

CONJseq antigamente REP EXIST três criança PL 3plA-viver INDF comunidade LOC

Aí, antigamente, diz que havia três crianças que viviam em uma comunidade.

7. ape yepé kurupira-mirĩ u-saã aikwé mira a=pe

CONJseq INDF curupira-DIM 3sgA-sentir EXIST gente DEM=LOC

Aí, um curupirazinho percebeu que havia gente ali.

Cruz (2011) não menciona se a ausência de *paá* nesses gêneros discursivos provocaria sentenças agramaticais ou estranheza. Com nossos colaboradores, entendemos que o uso da partícula é importante em discursos reportados – mesmo aquele que não utiliza o reportativo em toda a narrativa, identificado como KE, reconhece isso:

[Utiliza-se *paá*] porque aconteceu, né? Aconteceu naquele lugar, tinha acontecido assim. Ape *paá*, em outros tempos ou muito tempo atrás. A gente diz que aconteceu, né? A gente não vai dizer que não aconteceu. Se é uma historinha, tem que imaginar que é verdade, que aconteceu mesmo. E se usa muito esse *paá* quando [se] fala das histórias. (KE)

Notemos que esse falante também traz uma noção temporal (“em outros tempos, muito tempo atrás”) atrelada ao uso da partícula reportativa – o que vai ao encontro da noção de perda da fonte da informação, tão antiga que não pode ser recuperada. A obrigatoriedade de uso do *paá*, porém, não fica clara, deixando ambíguo seu estatuto categorial, entre estritamente gramatical e pragmático-discursivo. Esse é um exemplo que expõe a necessidade de revisão da descrição da categoria de evidencialidade em *nheengatu*, que pretendemos desenvolver futuramente junto aos nossos colaboradores.

Ao conferir valor de verdade às histórias narradas com *paá*, KE valida em parte a crítica de Cruz (2011) à interpretação da partícula como modalidade epistêmica de incerteza, “com um certo sentido dubitativo”, proposta por Stradelli (1929) e reproduzida por alguns autores posteriormente – a autora não vê motivos para supor que os falantes duvidem do valor de verdade das proposições com o uso de *paá*, embora a fonte das informações relatadas não possa ser recuperada. Por outro lado, discordamos de Cruz (2011) quando ela afirma que a ocorrência de *paá* “independe completamente” do valor de verdade das proposições do discurso. Se há uma noção de veracidade atrelada ao uso discursivo da partícula, como a fala de KE demonstra, parece haver alguma interação entre o evidencial e a modalidade epistêmica. Ou seja, nos parece que tanto o uso de *paá* quanto o de *dizque* no contexto de narração de histórias tradicionais e relatos históricos mais valida do que invalida a veracidade das proposições.

Fechamos o parêntese e viajamos para um pouco mais longe no mapa, expandindo também a lista de marcadores evidenciais (e, por que não, epistêmicos) para além de *dizque*. Bonfim (2022) analisa o uso de itens lexicais para introduzir o “regime de veracidade mítica” na contação de histórias em português pelos Wai Wai (família Karib, região das Guianas) – são “marcas de atestação”, como o uso de advérbios para situar os fatos míticos no tempo (“antigamente”) ou a referência a pessoas com alguma autoridade (parentes, pajés). Estratégias semelhantes aparecem no nosso *corpus*:

8. tem uma pedra / né // e dentro dessa pedra / há duas crianças // duas crianças // e que / essas crianças / **antigamente** / eles eram [/2] vistas / né / por pessoas // no caso / **minha avó / segundo ela** / se eu fosse levar+ o que ela falava / né / falava que olhavam essas crianças / né / quando o rio estivesse bem seco //

– Há uma pedra, e dentro dessa pedra há duas crianças, que antigamente eram vistas por pessoas. No caso, minha avó falava que [as pessoas] olhavam essas crianças quando o rio estava bem seco.

Todas essas observações dão força para a hipótese de que regimes de historicidade e tradição operam na ecologia de contato entre o português e o nheengatu. Tais formas de produzir e transmitir conhecimento, ordenadas em uma cosmovisão particular, também compõem a memória do sistema linguístico, complexo e autoadaptativo, ao mesmo tempo em que uma nova maneira de criar os discursos emerge do contato com o português e a cada situação de interação entre falantes. Aliás, as falas de nossas colaboradoras sobre a tensão entre tradição e novidade na contação de histórias, trazidas acima, são uma boa representação metalinguística desse processo.

Como já havíamos aventado em Payno Gomes e Finbow (2023), os contextos e a frequência do uso de *dizque*, assim como sua distribuição sintática e funções pragmáticas, parecem guardar semelhanças com a partícula *paá* do nheengatu. No mesmo trabalho, também propusemos que, mais do que isso, as formas de uso da expressão no BRASLIND-Baré emergem como uma inovação a partir do contato entre as duas línguas. Aqui, acrescentamos, seguindo Corne (1999), Mufwene (2001) e Negrão e Viotti (2012), que a congruência de traços entre a expressão *diz que* do português brasileiro e a partícula *paá* do nheengatu, notadamente o conteúdo semântico de marcação da fonte da informação, contribui para a emergência desse uso inovador de *dizque*. Ademais, pode haver também um componente prosódico/rítmico, contemplando assim os objetivos discursivos da narração. O Quadro 1, abaixo, sintetiza a hipótese proposta.

Quadro 1. Hipótese para os usos de *dizque* como um fenômeno de contato linguístico

NHEENGATU características de <i>paá</i> Cruz (2011) e Floyd (2005) - Evidencial reportativo para fonte da informação desconhecida - Uso frequente na narração de mitos e relatos históricos - Uso irônico com fonte conhecida - Papel prosódico/rítmico na narração - Segunda posição sintática ↓	PORTUGUÊS BRASILEIRO características de <i>diz que</i> Casseb-Galvão (2001) - Caminho de gramaticalização a partir da forma fonte “ele diz que” - Diferentes sentidos evidenciais, entre eles boato e <i>token</i> de narrativa - Majoritariamente posição inicial - Posição anafórica final ↓
BRASLIND-Baré emergência de <i>dizque</i> como uma inovação - Reportativo quando a fonte da informação é desconhecida: uso frequente em mitos, relatos históricos e acontecimentos não testemunhados - Uso irônico com fonte conhecida - Papel prosódico/rítmico na narração - Ocorrência no início, meio (em geral como segundo elemento) e fim da sentença	

Fonte: Elaborado pela autora, com inspiração em Negrão e Viotti (2012)

Destacamos que, embora a ideia de gramaticalização ocupe um papel importante na grande maioria dos trabalhos sobre evidencialidade – e, por consequência, as descrições de *paá* (Cruz, 2011) e *diz que* (Casseb-Galvão, 2001) referidas acima se baseiem nas

noções de sistemas “gramaticais” ou “lexicais” de evidenciais – , aqui essa questão é mais marginal. Dentro do recorte teórico adotado, procuramos hipotetizar a forma como a marcação da fonte da informação funciona dentro de uma ecologia de contato, olhando para novas maneiras de uso que emergem da interação entre os falantes. Porém, nos próximos parágrafos, nos valem de algumas observações de Casseb-Galvão centradas na ideia de gramaticalização.

Em relação à posição sintática de *diz que*, Casseb-Galvão (2001, p. 211) afirma que “em todas as ocorrências do uso mais gramatical [...] encontradas no *corpus* [utilizado por ela], esse operador ocupa a posição inicial” – porém, a autora também detecta um uso em final de sentença, que ela vê como uma incidência anafórica sobre a proposição, sem que a inversão de posição altere a “gramaticalidade e/ou o valor semântico do enunciado”. O exemplo trazido por Casseb-Galvão é o seguinte:

9. Nas Escrituras Sagradas há muitos casos como esses em que Jesus Cristo expulsou o demônio do corpo de muita gente, diz que.

Ela apresenta “uma explicação simplificada” sobre a perda de “substância semântica e fonética” de itens lexicais gramaticalizados, com ponderações – que nos interessam mais – sobre mudanças no padrão entoacional e nas fronteiras prosódicas de *diz que* em função evidencial, principalmente relacionadas ao enfraquecimento vocálico e consonantal e à sílaba à qual o tom é associado, em comparação com a forma-fonte “ele diz que” (Casseb-Galvão, 2001, p. 212). A autora faz essa análise de gramaticalização dentro do paradigma da Gramática Funcional, cujos pormenores não cabem no escopo deste trabalho. No entanto, nos atentamos a esse trecho da tese de Casseb-Galvão porque, como realizamos a transcrição dos dados seguindo um modelo prosódico-pragmático, foi inevitável tomar algumas notas sobre prosódia, ainda que muito iniciais. Isso nos ajudou a conferir mais concretude à hipótese sobre o comportamento de *dizque* como componente rítmico na contação de histórias tradicionais – ainda que não tenhamos rodado testes fonológicos mais especializados.

Floyd (2005) defende o papel prosódico do reportativo *paá* na transmissão e na preservação do conhecimento tradicional veiculado pelas narrativas. Taylor (1985) já havia sustentado que a função de *paá* em nheengatu seria mais prosódica do que semântica – e essa ideia de uma espécie de ritmo produzido pelo uso do reportativo está na fala de uma de nossas colaboradoras, quando ela diz que o *paá* “é muito sequenciado nas frases” Segundo ela, o *paá* “é o mesmo *dizque* que a gente usa nas conversas [em BRASLIND-Baré]” (Payno Gomes, 2022, notas de campo). O que concluímos de oitiva durante as transcrições é que não parece haver quebras prosódicas isolando a maioria das ocorrências de *dizque* na narração de histórias tradicionais. De maneira geral, a expressão faz parte da mesma unidade entoacional de outros elementos da sentença, independentemente da posição em que ocorre (inicial, medial ou final):

10. **dizque** bonito / o caixão dele / fizeram com aquele pena de tucano //
- Era bonito o caixão dele. Fizeram com aquela pena de tucano.
11. assim mesmo **dizque** ele / ele amarrou camisa aqui / vinha andando //
- Assim mesmo, ele amarrou a camisa aqui e vinha andando.
12. aí / ele tomou **dizque** //
- Aí, ele tomou.

O aprofundamento dessa análise prosódica é matéria de investigação futura e mais cuidadosa; porém, pelos exemplos acima, *dizque* não parece apresentar as mesmas características de elementos como “aí” e “né”, considerados marcadores discursivos isolados prosodicamente (Raso; Mello, 2014). Esse tipo de marcadores discursivos ocorre em uma unidade entoacional separada do restante da sentença, o que não é o caso de *dizque*, como vimos. Sugerimos, então, que seu papel seria mais conjuntivo, como um elemento de coesão que vai “ligando” pedaços do discurso no nível sintático – e conferindo justamente o ritmo da “expressão integrada” entre poética e gerenciamento da informação nas narrativas (Floyd, 2005).

Consideramos que o fato de a expressão ocorrer em várias posições na sentença e com grande frequência seja mais uma evidência nesse sentido. Apesar das afinidades com as descrições de Casseb-Galvão (2001) para os usos de *diz que* em narrativas mitológicas e boatos (ou o que chamamos de acontecimentos não testemunhados), nos dados do nosso *corpus* a expressão *dizque* ocorre em posições diversas na sentença, não apenas no início e em “incidência anafórica”, no fim. Além disso, em alguns discursos a frequência é muito grande – pode haver *dizque* em quase todas as sentenças, como no exemplo 1 exposto acima.

Considerações finais

Neste artigo buscamos construir uma argumentação que sustente a hipótese de que os usos de *dizque* no BRASLIND-Baré emergem como um fenômeno de contato linguístico com o nheengatu. Seria leviano, no entanto – sobretudo dentro da perspectiva teórica aqui adotada –, simplesmente atestar que a ocorrência de *dizque* advém dessa situação de contato; ou que o funcionamento da expressão seria uma influência, um calque ou uma tradução do reportativo *paá* da língua indígena. Seguindo o modelo de Mufwene (2008) e a partir das observações sobre a gramática, a prosódia e os usos discursivos da evidencialidade nas duas línguas, identificamos os traços linguísticos que entram em interação nessa situação de contato. Assim, se co-constituem os usos “inovadores” de *dizque*, cujas características estão resumidas no Quadro 1.

Embora o Quadro 1 sintetize de maneira simplificada os traços de *paá* e *diz que*, sublinhamos que há muitos fatores envolvidos na emergência dos usos de *dizque*. Em primeiro lugar, é notável que o *nheengatu* e o português não são as únicas línguas que compõem a ecologia da região – nem sincronicamente, tampouco historicamente. E, mesmo quando pensamos nessas duas “línguas”, diferentes variedades coexistem. Basta lembrarmos do conceito de língua como uma abstração analítica de um sistema complexo em constante reestruturação, de maneira que os traços que identificamos são aqueles pertinentes à extrapolação de um conjunto de idioletos inteligíveis entre si.

De todo modo, acreditamos nos usos de *dizque* como algo disseminado ao nível da norma comunal, isto é, um padrão coletivo, uma função do modo como os falantes foram ajustando suas estruturas discursivas a cada interação comunicativa. Nesse processo de ajustes, é possível que tanto características linguísticas quanto questões ecológicas tenham favorecido a seleção de determinados traços e desfavorecido a de outros. Como vimos acima, uma hipótese, seguindo Negrão e Viotti (2012) – que, por sua vez, seguem Mufwene (2001) e Corne (1999) –, é a da prevalência dos traços linguísticos congruentes entre as duas línguas no uso inovador/emergente de *dizque*. E a prevalência desses traços, notadamente o conteúdo semântico de marcação da fonte da informação, também não se dissocia do contexto sociohistórico e antropológico da região – sobretudo no que diz respeito às formas de transmissão de conhecimento.

Séculos de colonização trazem o *nheengatu* e o português para a ecologia pluriétnica e multilíngue do alto rio Negro. Se isso, de um lado, provoca transformações nas maneiras de ordenação do mundo dos povos que ali vivem, por outro, faz dessas línguas novos veículos de transmissão e expressão de conhecimento na rede de relações há muito estabelecida na região. Os usos de *dizque* são, sim, uma inovação, mas também uma retenção de estruturas discursivas operadas tradicionalmente na difusão de saberes, parte de uma cosmovisão partilhada. A vitória da língua portuguesa a partir de sua ascensão na Amazônia nos séculos 19 e 20 é uma vitória “pírrica”, seguindo a expressão utilizada por Mufwene (2001): apesar do estabelecimento de fortes relações de poder cultural e linguístico (inclusive pelo contato com a norma padrão ensinada formalmente nos internatos salesianos e nas escolas), o português prevalece “adaptado” a uma complexa ecologia de contato com as línguas indígenas, entre elas o *nheengatu*.

Dentro de uma visão de língua como sistema complexo e do entendimento da mudança linguística como um fenômeno que emerge da interação entre as partes desse sistema, não há, portanto, espaço para aqueles conceitos normalmente utilizados pela linguística de contato. Afinal, como já vimos, eles carregam noções de interferência ou mesmo de “intrusão” de uma língua, tida como um sistema fechado, em outra, tida como outro sistema fechado. Nesse sentido, a própria construção dos nossos argumentos aponta para uma ciência mais, digamos, dinâmica – e menos categórica na busca por uma origem exata e uma explicação certa para os fenômenos investigados. É claro que

o nheengatu é a língua que está mais diretamente em contato com o português no dia a dia dos falantes das duas línguas. Entretanto, reiteramos, essas não são as únicas línguas presentes na ecologia linguística em que estão inseridas as famílias de nossos colaboradores, muito menos na da cidade de São Gabriel da Cachoeira. Há uma longa história de contato humano e linguístico e o desenvolvimento de uma intrincada rede de saberes e de tradições compartilhadas na região como um todo. E, como procuramos mostrar, os usos de *dizque* emergem das interações praticadas nesse complexo contexto.

Referências

ABOH, E. O. *The Emergence of Hybrid Grammars*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

AIKHENVALD, A. Y. *Language contact in Amazonia*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

AIKHENVALD, A. Y.; DIXON, R. M. W. (org.). *Studies in Evidentiality*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2003.

AMEKA, F. K. Linguistics marginalia and “grammars of use”. ABRALIN – YouTube, 7 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zyxuW3Za8Kk>. Acesso em: 20 out. 2023.

AVILA, M. T. *Proposta de dicionário nheengatu-português*. 2021. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

BAKKER, P. *Typology of Mixed Languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

BONFIM, E. Epistêmicos míticos no português Wai Wai: as narrativas de fundação da aldeia Mapuera. DÉCADA DAS LÍNGUAS INDÍGENAS – BRASIL – YouTube, 20 de outubro de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8Oz5-zAYZA8&t=6s>. Acesso em: 20 out. 2022.

CASSEB-GALVÃO, V. C. *Evidencialidade e gramaticalização no português do Brasil: os usos da expressão diz que*. 2001. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2001.

CORNE, C. *From French to Creole: the development of new vernaculars in the French colonial world*. London: University of Westminster Press, 1999.

CRUZ, A. *Fonologia e Gramática do nheengatú: a língua geral falada pelos povos Baré, Warekena e Baniwa*. Utrecht: LOT, 2011.

DEGRAFF, M. Linguists' most dangerous myth: The fallacy of Creole Exceptionalism. *Language in Society*, v. 34, p. 533-591, 2005.

EPPS, P.; STENZEL, K. (org.). *Upper Rio Negro: cultural and linguistic interaction in Northwestern Amazonia*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/Museu do Índio-Funai, 2013.

FARIAS, C. Repensando o contato linguístico na Galiza: contribuições ecológicas e complexas. In: BELINA, M.; DONDELEWSKI, B.; JACKIEWICZ, A. (ed.). *Abrindo rutas, expandindo camiños: novas perspectivas nos estudos linguísticos e literários galegos*. Varsóvia: Wydawnictwa Uniwersytetu Warszawskiego, 2024. p. 165-178.

FARIAS, C. Mudança de paradigma: como sair da lógica ocidental pode contribuir nos estudos sobre a ecologia linguística na Galícia, Espanha. *Cadernos de Linguística, [S. l.]*, v. 2, n. 2, e372, 2021.

FERNANDES, U.; HERRERO, M. (org.). *Baré: povo do rio*. São Paulo: Sesc, 2015.

FLOYD, S. The Poetics of Evidentiality in South American Storytelling. In: HARPER, L.; JANY, C. (ed.). *Proceedings from the 8th Workshop on American Indigenous Languages*. Santa Barbara: University of California, 2005. p. 28-41.

FREIRE, J. R. B. *Rio Babel: A história das línguas na Amazônia*. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

HÄBLER, G. Evidentiality in Romance Languages. Explanatory Potential of a Concept and Its Applications in Pragmatics. *Cadernos de Linguística, [S. l.]*, v. 2, n. 1, e337, 2021.

HYMES, D. H. The ethnography of speaking. In: GLADWIN, T.; STURTEVANT, W. (org.). *Anthropology and Human Behavior*. Washington: Anthropological Society of Washington, 1962. p. 13-53.

MIGNOLO, W. D. Delinking. *Cultural Studies*, Londres, v. 21, n. 2, p. 449-514, 2007.

MUFWENE, S. S. Decolonial linguistics as paradigm shift: a commentary. In: DEUMERT, A.; STORCH, A. (org.). *In Colonial and decolonial linguistics: Knowledges and epistemes*. Oxford: Oxford University Press, 2021. p. 287-298.

MUFWENE, S. S. *Language Evolution: Contact, Competition and Change*. Londres/Nova York: Continuum International Publishing Group, 2008.

MUFWENE, S. S. *The ecology of Language Evolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

NEGRÃO, E. V.; VIOTTI, E. In search of a linguistic history. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 309-342, 2012.

NEGRÃO, E. V.; VIOTTI, E. Desafios teórico-metodológicos para a descrição de línguas não indoeuropeias. In: HATTNER, M.; OLIVEIRA, T.; CONEGLIAN, A. (org.). *Linguagem, uso e gramática: da vivência à teorização*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2022. p. 120-146.

PAYNO GOMES, M. *Kuxima paá, dizque antigamente: um primeiro olhar para fenômenos de contato linguístico com o nheengatu no português falado em São Gabriel da Cachoeira (AM)*. 2024. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

PAYNO GOMES, M. *Nheengatu e português: uma história de contato* (capítulo de livro, a sair).

PAYNO GOMES, M.; FINBOW, T. D. Por uma abordagem perspectivista e “ecológica” do contato linguístico entre português e nheengatu. *Revista Diálogos*, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 1–29, 2023.

RASO, T.; MELLO, H. (org.). *Spoken Corpora and Linguistic Studies*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2014.

ROCHA, B.; MELLO, H.; RASO, T. Para a compilação do C-ORAL Angola: um corpus de fala espontânea informal do português angolano. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, v. 20, n. esp., p. 139-157, 2018.

SORENSEN, A. P. Multilingualism in the Northwest Amazon. *American Anthropologist*, [S. l.], v. 69, n. 6, p. 670-684, 1967.

STRADELLI, E. Vocabulário da língua geral português-nheengatu e nheengatu-português, precedidos de um esboço de gramática nheenga-umbuê-sáua. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 158, n. 104, p. 9-768, 1929.



TALLMAN, A. J. R.; EPPS, P. "Morphological complexity, autonomy, and areality in western Amazonia". In: ARKADIEV, P.; GARDANI, F. (org.). *The Complexities of Morphology*. Oxford: Oxford Academic, 2020.

TAYLOR, G. Apontamentos sobre o nheengatu falado no Rio Negro, Brasil. *Amerindia*, Paris, n. 10, 1985.

THOMASON, S. G.; KAUFMAN, T. *Language contact, creolization and genetic linguistics*. Berkeley/Los Angeles/Londres: University of California Press, 1988.

Leitura em aulas na graduação: projeções de letramentos por ingressantes no ProFIS Unicamp

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v54i3.3896>

Mariana Hernandes Porto¹

Márcia Rodrigues de Souza Mendonça²

Resumo

Este trabalho parte da aplicação de um material didático gamificado, composto por questões de múltipla escolha majoritariamente e por questões de resposta aberta, junto a ingressantes na Universidade Estadual de Campinas pela via do Programa de Formação Superior (ProFIS Unicamp). O material adotado emula uma prática de leitura recorrente no ensino superior – ler texto para participação em aula – situando-a em um contexto cotidiano estudantil, e oferece possíveis percursos de leitura, solicitando dos estudantes a tomada de decisões. Nosso objetivo é investigar o que projetam esses discentes quanto às práticas de leitura a serem realizadas previamente à participação em aulas. A metodologia adotada é de base qualitativa apoiada também por dados quantitativos. Envolveu pesquisa de campo – aplicação de questionário – e documental – elaboração do material e análise das respostas. Baseamo-nos nos estudos socioculturais dos letramentos (Street, 1984; Kleiman, 1995), especialmente em Lea e Street (2014), segundo os quais as práticas de letramentos acadêmicos podem ser híbridas em relação aos modos como ingressantes as vivenciam. As análises apontaram que os estudantes escolheriam caminhos variados para cumprir a leitura exigida, o que indicia a possível heterogeneidade de práticas de letramentos e decisões acerca do que ler e como ler no cotidiano acadêmico dessas pessoas. Tais dados podem subsidiar o trabalho docente, pois permitem compreender alguns desafios postos a ingressantes, de modo a aprimorar interações e atividades promovidas (leitura, produção ou reflexão sobre linguagem).

Palavras-chave: estudo; leitura na universidade; letramentos acadêmicos; ProFIS Unicamp.

1 Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil; marihporto98@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0002-4449-1353>

2 Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil; mendmar@unicamp.br; <https://orcid.org/0000-0001-7903-5895>

Reading in undergraduate classes: Literacy Projections of ProFIS Unicamp Freshmen

Abstract

This study is based on the application of gamified instructional materials, composed primarily of multiple-choice questions and supplemented by open-ended questions, administered to first-year students at the University of Campinas (Unicamp) admitted through the Programa de Formação Superior (ProFIS Unicamp). The material emulates a recurrent reading practice in higher education—reading a text in preparation for class participation – by situating it within a familiar student context and offering possible reading pathways that require students to make decisions. Our objective is to investigate what these students project regarding the reading practices to be carried out prior to class participation. The methodology adopted in this research is primarily qualitative, supported by quantitative data. It involved field research, through the administration of a questionnaire, and documentary research. The study is grounded in sociocultural approaches to literacy (Street, 1984; Kleiman, 1995), with particular emphasis on Lea and Street (2014). The analyses indicate that students would choose varied pathways to accomplish the required reading, which points to a potential heterogeneity of literacy practices and of decisions regarding what to read and how to read in their daily academic lives. Such findings may inform teaching practices by highlighting challenges faced by first-year students and supporting the development of more effective pedagogical interactions and activities.

Keywords: study; reading at the university; academic literacies (ACLITs); ProFIS Unicamp.

Introdução

Considerando a complexidade do contexto de produção acadêmica e científica, o presente trabalho investiga, a partir da aplicação de um material didático voltado para práticas de leitura acadêmica, o que projetam ingressantes de um *curso sequencial*³ de ensino superior acerca de práticas de leitura realizadas como atividade prévia à participação em aulas de graduação. Partimos do questionamento acerca das dimensões “escondidas” dos letramentos (Street, 2010), ainda muito presentes no trabalho com leitura e escrita no âmbito do ensino superior, sendo constitutivas das práticas dos letramentos acadêmicos (Lea; Street, 2014).

Tal questionamento ganha maior relevância quando consideramos ações de políticas afirmativas e de permanência no ensino superior, que têm buscado ampliar a

3 Os cursos sequenciais são cursos de nível superior, mas não têm o caráter de graduação. Se destinam a quem já concluiu o ensino médio e busca qualificação para o mercado de trabalho.

possibilidade de acesso à universidade a grupos tradicionalmente excluídos deste meio. Nesse processo, as práticas de leitura e escrita acadêmicas assumem importância considerável (Ávila-Reyes; Navarro; Tapia-Ladino, 2020). Afinal, realizar a leitura, tomar anotações e produzir seus próprios textos integram, assim como diversas outras práticas de letramento acadêmico, processos de estudo centrais às trajetórias de estudantes no ensino superior. Neste sentido, essas práticas constituem-se também como uma das principais ferramentas para que estudantes apre(e)ndam formas de elaborar conhecimento em disciplinas de diferentes áreas do conhecimento (Bazerman *et al.*, 2016), o que, por sua vez, constitui também uma forma de controle do acesso e da permanência na universidade.

Assim, no âmbito desses questionamentos, o material elaborado, denominado *Percursos de Leitura*, tem como proposta investigar decisões e estratégias de leitura possivelmente adotados por graduandos, além de sua compreensão de um artigo acadêmico. Desenvolvida com recursos do Google Forms, a atividade inspira-se em *games* narrativos, nos quais o jogador assume papéis, toma decisões e lida com as consequências de suas escolhas. Os objetivos da aplicação desse material gamificado consistiram em mapear projeções dos estudantes sobre: (a) decisões relativas a ler (ou não) um texto solicitado em disciplina de graduação; (b) maneiras de lê-lo, se fosse o caso; e (c) estratégias utilizadas para lidar com dificuldades de leitura.

A atividade foi aplicada a uma turma de ingressantes do Programa de Formação Interdisciplinar Superior (ProFIS), programa de ação afirmativa da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) composto por um curso de ensino superior na modalidade *curso sequencial*. O ProFIS é destinado a estudantes egressos de escolas públicas da cidade de Campinas (SP) e, anualmente, 120 estudantes dessas escolas ingressam no ProFIS por meio da nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), programa apenas com colegas de sua própria escola. Após quatro semestres de formação, com disciplinas cursadas em diferentes unidades da Unicamp e concebidas especificamente para oferta no ProFIS, os estudantes são ranqueados de acordo com sua média geral. Com base nesse ranqueamento, podem ingressar, sem a realização de vestibular, em cursos regulares de graduação da universidade. Trata-se de uma política afirmativa vigente há 13 anos, que se consolida como uma importante forma de acesso ao ensino superior nesta universidade.

Para organizar a discussão proposta, inicialmente expomos os princípios teóricos que fundamentam a proposta didática do material e as análises. Em seguida, descrevemos o material e o contexto de sua aplicação. Logo após, apresentamos as análises realizadas. Por fim, encerramos com algumas considerações finais.

Fundamentação teórica

No âmbito dos Novos Estudos de Letramento (NEL), Lea e Street (2014) propõem uma abordagem para compreender e problematizar as práticas de linguagem na esfera acadêmica. Nesta abordagem, enfatiza-se que as práticas de leitura e de produção de textos, especialmente a produção escrita, no ensino superior, tal qual outras práticas de letramentos, também variam de acordo com as situações de interação, os gêneros envolvidos, as percepções e crenças dos sujeitos participantes, em um processo que envolve a necessidade de eles assumirem uma identidade acadêmico-científica para se inserirem dentro desse discurso.

Lea e Street (2014) concebem as aprendizagens e o desenvolvimento da leitura e da escrita acadêmica a partir de três modelos, sendo eles: i) o *modelo de habilidades de estudo*, que assume a escrita como habilidade individual e cognitiva, passível de ser transferida entre contextos; ii) o *modelo de socialização acadêmica*, que pressupõe o aprendizado e a reprodução de gêneros e discursos acadêmicos a partir do contato com eles, via inserção na comunidade acadêmica; e iii) o *modelo de letramentos acadêmicos* que, apesar de semelhante ao anterior, encara os processos envolvidos na aquisição dos usos como mais complexos, não focando nos déficits de estudantes e considerando o fator das relações de poder e da natureza institucional.

Os autores ressaltam que todos esses modelos se sobrepõem, mas que, até o momento, os de habilidades e de socialização acadêmica têm orientado as práticas didáticas e o desenvolvimento de pesquisas e de currículos, tanto a nível do ensino básico quanto do ensino superior (Lea; Street, 2014). Presente nessas duas perspectivas – principalmente no modelo de habilidades – estão o chamado *discurso do déficit* e a ideia já impregnada no imaginário social de que há uma “crise na escrita” e de que estudantes “não leem e escrevem como deveriam”. Hoje, esse discurso orienta muito as práticas de ensino a nível superior e, como ressaltam Ávila-Reyes, Navarro e Tapia-Ladino (2020), se fez presente especialmente após o aumento de políticas de inclusão no ensino superior.

Em uma crítica ao discurso do déficit, Ávila-Reyes, Navarro e Tapia-Ladino (2020) apontam que, ao assumir que *falta algo em estudantes*, o foco é deslocado para uma perspectiva limitada de inclusão, voltada para um processo violento de um suposto “nivelamento” desses, feito de maneira a “apagar” suas práticas anteriores, uniformizando-as em uma única forma considerada aceitável: o *discurso acadêmico*. Os autores defendem que, apesar da necessidade de dar meios para estudantes apropriarem-se desse discurso, com a perspectiva de ensino orientada pela lógica do déficit, não se tem uma valorização das formas linguísticas que estes já trazem consigo e pouco se discute acerca da possibilidade de modificar as formas hegemônicas a partir das quais o conhecimento especializado é transmitido na universidade.

Distanciando-se dessa perspectiva do déficit, o *modelo de letramentos acadêmicos* (Lea; Street, 2014), aqui adotado, incorpora tanto aspectos do modelo de *habilidades* e quanto do de *socialização acadêmica*. Trata-se, portanto, de uma perspectiva mais ampla, que valoriza, ao mesmo tempo, a necessidade de se trabalhar com habilidades específicas de leitura e produção de textos e com o contato social entre estudantes e sua inserção no contexto universitário. Isso porque atribui grande importância às relações interpessoais e institucionais propiciadas e exigidas na vida acadêmica, que envolvem poder, autoridade, hierarquias e ideologias. Tais dimensões não são acidentais, mas permeiam e configuram as interações no ambiente acadêmico, inclusive os modos como a formação universitária transcorre e como os conhecimentos científicos são produzidos, disseminados e avaliados por meio de textos em gêneros diversos (por ex., projetos, relatórios, pareceres, palestra, provas etc.). Nesse complexo cenário, as identidades assumidas e performadas pelos aprendizes e professores estão envolvidas na produção e negociação de sentidos, aspectos identitários os quais permanecem, muitas vezes, implícitos na elaboração de atividades de leitura e de produção e, portanto, nas práticas de letramentos que se materializam em contextos da esfera universitária.

O discurso do déficit – bastante naturalizado quando se trata da avaliação do desempenho de ingressantes – associa-se a uma posição segundo a qual a escrita é uma habilidade individual e cognitiva, passível de ser transferida entre contextos sem interferência de fatores socioculturais. Essa perspectiva corresponde ao que Lea e Street (2014) definem como *modelo autônomo de letramento*⁴. Aqui, por outro lado, afastamo-nos desse olhar tecnicista, que privilegia aspectos puramente linguístico-textuais, em favor de uma compreensão também política e ideológica da linguagem. Assim, vinculamo-nos ao *modelo ideológico de letramento* proposto pelo autor, que se contrapõe à perspectiva puramente cognitivista e linguística para abordar e compreender processos de uso da leitura e da escrita.

Dada essa complexidade na constituição das práticas de letramentos, para a elaboração das atividades do *Percursos de Leitura* fez-se necessário propor uma situação que localizasse o estudante em um contexto específico, considerando elementos sociais recorrentes na vida de muitos universitários, como a limitação do tempo disponível para estudo e as dificuldades de deslocamento até a universidade, além da utilização cotidiana de transporte público. Ademais, foram incluídas, entre as possibilidades a serem avaliadas pelos estudantes, práticas pouco mencionadas e até, muitas vezes, consideradas como pouco aceitáveis no ambiente universitário, como a consulta a *sites*

4 Destacamos que, neste trabalho de Street (2014), originalmente publicado em inglês em 1984 (*"Literacy in Theory and Practice"*), o autor conclui que não há letramentos autônomos – tomados como impermeáveis a questões socioculturais – mas que há concepções que os compreendem como tais. A maior adesão a essa perspectiva termina por favorecer uma abordagem tecnicista do ensino de leitura e de escrita, nas escolas e universidades, o que ainda podemos identificar em boa parte das iniciativas institucionais de trabalho com leitura e produção de textos na universidade.

não acadêmicos sugeridos em pesquisa simples no Google, ou o ato de pular seções ou de ler textos pela metade.

Abordando mais especificamente os processos de leitura, centrais à discussão da proposta, remetemos ao trabalho de Gomes (2017), que circunscreve três modelos de leitura que informaram os estudos da linguagem ao longo dos últimos 40 anos: *modelo cognitivo*, *modelo interativo* e *leitura como réplica*.

O primeiro remete à concepção de que o texto não encerra a significação em si mesmo, mas reflete apenas segmentos da realidade socio-histórica que são deixados pelo autor para que o leitor vá preenchendo com seu conhecimento de mundo as lacunas deixadas (Gomes, 2017). Esse modelo já serviu para reposicionar o foco dos estudos sobre a leitura, diminuindo-se a ênfase no produto final da leitura e interessando-se mais pelas estratégias mobilizadas pelo leitor ao longo da leitura. O segundo modelo, para Gomes (2017), concebe a leitura como uma atividade complexa de produção de sentidos na qual estão inevitavelmente relacionados autor, texto, leitor e contextos: “os significados que podem ser depreendidos a partir do texto são construídos em um processo contínuo de negociação de conhecimentos/saberes entre o leitor e o autor” (p. 32). O terceiro modelo, por sua vez, bebe nos estudos bakhtinianos e, portanto, concebe a leitura na esteira de Rojo (2004, p. 3), como “uma ação de se colocar em relação um discurso e com outros discursos anteriores a ele, emaranhados nele e posteriores a ele, como possibilidades infinitas de réplica, gerando novos discursos”. Essa autora lista um conjunto de habilidades, estratégias e procedimentos de leitura que estariam contemplados em cada um dos modelos mencionados.

Para este trabalho, partimos principalmente de Kleiman (2002), situando a leitura como uma atividade consciente, reflexiva e intencional, enfatizando-se o trabalho com estratégias de leitura, tanto as *cognitivas* quanto as *metacognitivas*. As primeiras são operações inconscientes do leitor, e as segundas, operações realizadas com algum objetivo em mente, sobre as quais temos controle consciente e que se voltam para: *i*) autoavaliar constantemente a própria compreensão; e *ii*) determinar um objetivo para a leitura (Kleiman, 2002).

Na atividade gamificada, foi proposto o trabalho com *estratégias metacognitivas*, uma vez que a situação inicial parte da dificuldade de compreensão quanto a conceitos específicos do artigo. A partir disso, desdobram-se outros cenários, em que não apenas são trabalhados procedimentos específicos quanto à compreensão como também devem ser estabelecidos novos objetivos para a leitura. Ressalta-se que há uma gama variada nas possibilidades de decisões frente a cada situação, possibilitando a versatilidade nas escolhas e a consequente construção de diferentes maneiras de ler o texto e de diferentes percursos de leitura. A perspectiva da autora aponta para o fato de que a flexibilidade nos percursos de leitura é uma das características mais salientes do leitor proficiente

e constituem indício de uma estratégia mobilizada com a finalidade de alcançar mais eficiência na leitura (Kleiman, 2002).

Assim, ao explicitar, nos percursos emulados pela atividade gamificada, que estratégias e decisões podem perpassar a leitura de um artigo e ao situá-las em um contexto que considera circunstâncias sociais), o cerne dessa atividade vai na perspectiva de *desnaturalizar* a prática de leitura no contexto acadêmico, entendendo-a, como reforçam Ávila-Reyes, Navarro e Tapia-Ladino (2020, p. 8, tradução própria), como uma “prática convencional e historicamente determinada, como qualquer outra”.

Apresentação do material

A atividade *Percursos de Leitura* foi elaborada utilizando-se os recursos do Google Forms⁵ e contém questões de múltipla escolha e perguntas abertas, que solicitam decisões em relação a estratégias para a leitura de um artigo acadêmico da área de Urbanismo⁶ (ou para a desistência da tarefa) e também trabalham aspectos específicos envolvendo a leitura desse mesmo texto. A proposta do material volta-se para investigar decisões, estratégias e procedimentos de leitura possivelmente adotados por graduandos, assim como a compreensão do texto acadêmico. Um dos pressupostos que embasa as atividades do material é a inexistência de um percurso único – em geral, linear e “completo” – de leitura de um texto. Optou-se por circunscrever a investigação à leitura, não abrangendo a produção textual, devido ao fato de que ler textos acadêmicos, em especial artigos, é uma das práticas solicitadas a estudantes desde o início até o final da trajetória universitária. Paradoxalmente, porém, os modos como se pode realizar essa leitura e, especialmente, as razões para fazê-la desta ou de outra maneira não são ensinados explicitamente nem problematizados juntos aos estudantes, o que termina por se configurar como uma das *dimensões escondidas* (Street, 2010) nas práticas de letramento acadêmico.

O material foi elaborado por Mariana Hernandez Porto como atividade de uma disciplina do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Unicamp ministrada por Márcia Mendonça. A primeira versão foi revisada pelos demais pós-graduandos cursistas da disciplina e ajustes foram realizados na formulação e sequenciação das questões, de modo a garantir mais concisão e clareza e a recobrir de forma mais abrangente possíveis percursos de leitura adotados por universitários recém ingressos.

A atividade foi aplicada em uma turma de ingressantes do ProFIS, curso de ensino superior da Unicamp voltado a estudantes que cursaram o Ensino Médio em escolas públicas de

5 O Google Forms é uma ferramenta gratuita e acessível de forma *online* útil para criar pesquisas, testes, formulários de inscrição e coleta de *feedback* de forma rápida.

6 O texto selecionado foi *Andar a pé: mobilidade urbana e sustentabilidade nas regiões metropolitanas brasileiras* (Faria, 2016), uma vez que se trata de um tema de interesse geral e, portanto, potencialmente adequado para o trabalho em diversas áreas de conhecimento em uma universidade.

Campinas. Os estudantes ingressam no ProFIS com a nota obtida no Enem e, ao longo de quatro semestres, cursam disciplinas especialmente ofertadas para o programa. Essas disciplinas são planejadas de modo a atender aos objetivos do curso, que busca “oferecer aos alunos uma visão integrada do mundo contemporâneo, capacitando-os para exercer as mais distintas profissões” (Unicamp, 2024). O material foi aplicado durante a disciplina de *Leitura e Produção de Textos Acadêmicos I*, no 1º semestre de 2024, que, entre outros objetivos, se destina a apresentar e analisar alguns gêneros acadêmico-científicos a estudantes recém-ingressantes na universidade, envolvendo exercícios de leitura, análise e (re)escrita de textos acadêmicos. Antes da aplicação, houve uma breve explanação oral sobre a finalidade da atividade⁷ e o anonimato no recolhimento das respostas. Durante a aplicação, não houve outras instruções entre estudantes e mediadores – professora e monitores – acerca do preenchimento.

No material elaborado, aproveitamos elementos da mecânica gamificada, especialmente as possibilidades de escolha do “jogador”, inspiradas em *games* de narrativa (nos quais o jogador assume papéis, toma decisões e lida com as consequências destas). Tomamos gamificação como a aplicação de mecânica, estética e dinâmica de *games* em contextos diversos que não sejam somente jogos (Kapp, 2012); na atividade, são utilizadas dinâmicas semelhantes àquelas de jogos, mas não são explorados elementos da ordem do lúdico e da estética. Dessa maneira, entendemos que há uma limitação na compreensão da atividade como de fato gamificada. Propusemos que os estudantes participassem do “jogo” em primeira pessoa, ou seja, tomassem as decisões considerando o que fariam na vida real em situações análogas às descritas no material. Não havia respostas certas esperadas, uma vez que o objetivo do material não era o de verificar a pertinência das estratégias e das decisões tomadas. Os dados gerados teriam o propósito de captar, ainda que sob a simulação das situações de leitura propostas, projeções dos estudantes sobre o que fariam e por quê.

A orientação teórica na elaboração da atividade não supôs um leitor universal e genérico tampouco um trabalho somente com aspectos internos ao próprio texto. Diferentemente, foi proposta uma situação que considera elementos sociais decorrente de contextos situados – limitação de tempo e dificuldade de deslocamento até a sala de aula –, de maneira a tratar de *letramentos*, no plural, e não de um único letramento (Street, 1984). O material organiza-se a partir de uma situação simulada, descrita no Quadro 1, na qual o respondente deveria assumir o lugar de um estudante atarefado que está com dificuldade para ler um texto obrigatório para uma disciplina. Partindo desse contexto, este deveria decidir entre diferentes estratégias para a leitura do texto.

7 A atividade é parte do projeto de pesquisa *Ensino de línguas e tecnologias digitais em contexto da pandemia: experiências e percepções de professores e de alunos*, coordenado pela Professora Márcia Mendonça. Na fase atual, o projeto também investiga os contextos pós-pandêmicos e está aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa da Unicamp, pesquisa desde 2021, sob o número CAAE 36565520.8.0000.8142.

Quadro 1. Situação inicial da atividade

Você é um aluno ingressante de graduação cursando uma disciplina que discute **mobilidade urbana e deslocamento no contexto universitário**.

Como você trabalha e estuda, não tem tanto tempo disponível para atividades fora dos momentos de aula, mas sempre reserva algumas horas antes de sua disciplina para fazer a leitura dos textos e se preparar para a aula.

Você começa a ler o texto **“Andar a pé: mobilidade urbana e sustentabilidade nas regiões metropolitanas brasileiras” (Faria, 2016)** como leitura prévia para uma aula da disciplina que está cursando e já nas primeiras páginas, encontra certa dificuldade.

O que você faz?

Desiste e decide tentar acompanhar a aula sem ter lido o texto

Decide persistir mais um pouco na leitura

Fonte: Elaboração própria (2024)

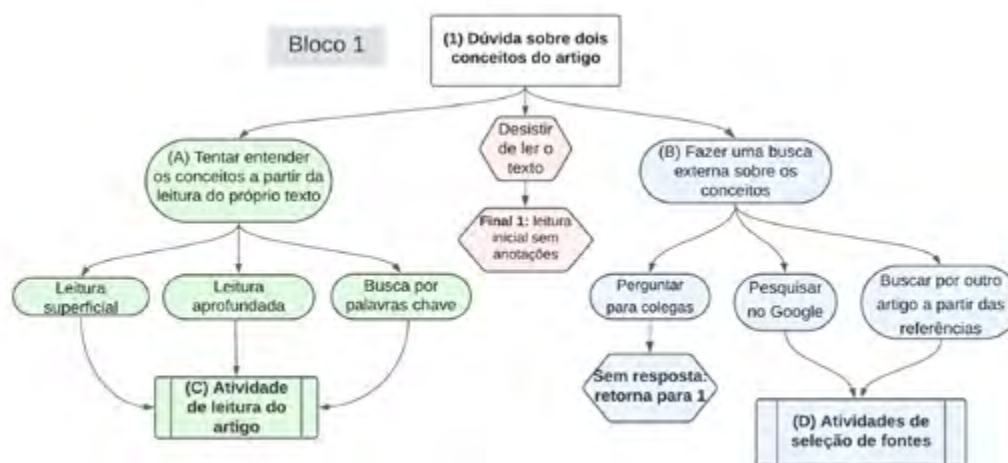
Ressaltamos que o foco não foi o de prever percursos adequados ou inadequados, mas sim apresentar diferentes maneiras de ler um mesmo texto, a partir de decisões estratégicas relacionadas a variáveis como tempo, (in)compreensão do texto lido e possibilidades de participação em sala de aula. O percurso das escolhas é diversificado e prevê quatro “finais” no formulário: i) *Leitura incompleta sem anotações*; ii) *Leitura de trechos sem anotações*; iii) *Leitura incompleta com anotações*; iv) *Leitura completa sem anotações*. A opção “desistir do texto” está disponível a qualquer momento (esta é sempre uma possibilidade real no cotidiano de estudantes universitários) e escolhê-la leva à finalização do percurso.

O percurso é dividido em dois blocos (ilustrados nas Figuras 1 e 2) pautados por situações-problema distintas: no primeiro, o obstáculo volta-se para a dificuldade de compreensão de dois conceitos; no segundo, a questão é a falta de tempo para finalizar o texto antes do início da aula em que ele será tratado. Usando-se os recursos do Google Forms, foi possível traçar uma diversidade de percursos nesses blocos e propor atividades que se constituem não apenas de questões de múltipla escolha acerca de estratégias, mas também de perguntas de resposta dissertativa que envolvem, por exemplo, o trabalho com a retomada do texto para compreensão de conceitos ou formas de realizar anotações.

Para as análises das respostas obtidas, a metodologia adotada nesta pesquisa é de base qualitativa apoiada também por dados quantitativos. Envolveu pesquisa de campo – aplicação de questionário – e documental – submissão da primeira versão do material à análise prévia por colegas pós-graduandos, ajustes no questionário e análise das respostas obtidas após o preenchimento do formulário. Nas análises, buscamos cruzar as informações sobre os percursos de leitura selecionados, as justificativas para essas escolhas e as percepções reveladas pelos participantes acerca das possíveis implicações advindas das escolhas feitas quanto às aprendizagens na disciplina criada no material.

O Bloco 1 (Fig. 1) volta-se para uma suposta dúvida na compreensão de dois conceitos discutidos no artigo: “desenho urbano” e “planejamento urbano”. Então, as escolhas circunscrevem a decisão dos estudantes entre buscar compreender esses conceitos apenas a partir da leitura do próprio texto (item A) ou pesquisando em fontes externas (item B). Associadas a estas escolhas, há ainda duas atividades, sendo a primeira (item C) voltada para a explicação de um dos conceitos a partir da leitura e interpretação de um trecho do artigo. A segunda (item D), por sua vez, simula uma busca pelos dois conceitos em fontes externas (uma no Google e outra guiada por um dos textos usados como referência dentro do artigo sobre urbanismo). Este item visa à identificação de quais fontes seriam consideradas pelos estudantes como adequadas para resolver o problema de incompreensão dos conceitos.

Figura 1. Bloco 1 dos percursos de leitura



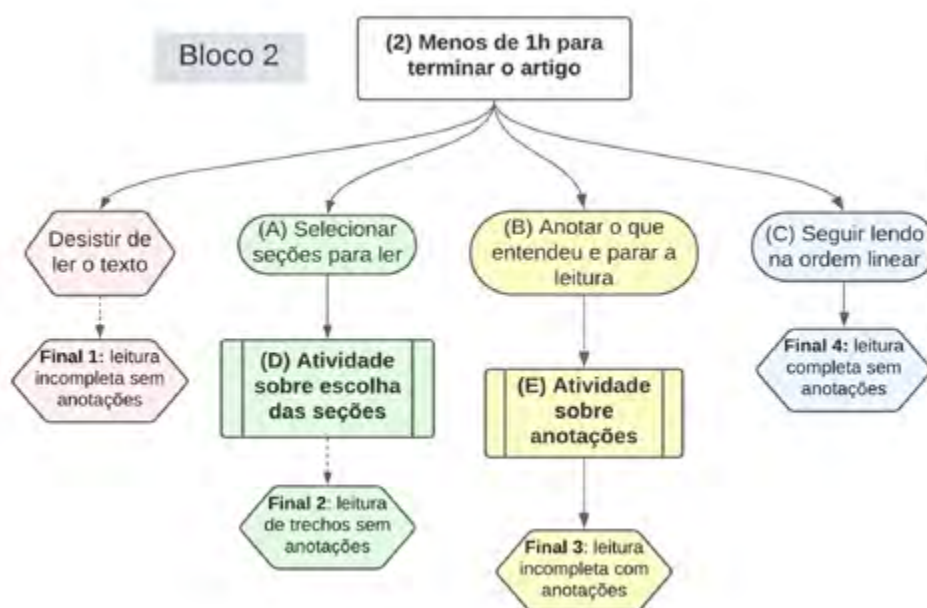
Fonte: Elaboração própria (2024)

Todos esses percursos resultam no início do Bloco 2 (Fig. 2), cujo desafio se volta a um cenário no qual resta menos de 1h para finalizar a leitura do texto antes do início da aula.

Ao longo do bloco, são abordadas estratégias para “otimizar” esse tempo reduzido de leitura: (A) pular seções de maneira a ler apenas as que parecerem mais importantes para a conclusão da tarefa de leitura, (B) interromper a leitura e realizar anotações ou (C) seguir lendo o máximo possível, de maneira linear até que o tempo esgote. As escolhas traçadas a partir do pouco tempo restante podem resultar em duas atividades, que emulam a seleção de seções prioritárias para a leitura (item D) e as formas de fazer anotações (item E).

Na primeira (D – seleção de seções dentro do artigo), são elencados *elementos paratextuais* que auxiliam a ter uma ideia geral do conteúdo de cada seção do texto (título, gráficos, parágrafo inicial, etc.) e, em seguida, solicita-se a análise de tais elementos. O objetivo é que o respondente consiga relacionar cada seção com uma síntese de seu conteúdo. Já na segunda (E), a proposta é que o estudante selecione um ou mais formatos de anotações (tópicos, mapa conceitual ou resumo) e justifique sua escolha. Ao explicitar que existem diferentes maneiras válidas e potencialmente produtivas de tomar notas sobre um texto como estratégia de estudo, essa pergunta busca levar os estudantes a acionar estratégias metacognitivas – de controle consciente – sobre as escolhas pessoais por um desses gêneros de apoio ao estudo. Essa heterogeneidade dos diferentes procedimentos de tomada de notas constitui, ainda hoje, uma das dimensões escondidas dos letramentos acadêmicos, bem como a autonomia dos sujeitos para tomar decisões dessa natureza, especialmente em situações fora do controle de docentes, como o estudo individual não avaliado.

Figura 2. Bloco 2 dos percursos de leitura



Fonte: Elaboração própria (2024)

Por fim, após o término do Bloco 2, o formulário propõe, ainda, um momento de autoavaliação do percurso realizado pelo respondente, a partir de dois cenários referentes ao andamento da aula em que o texto em questão seria discutido: no primeiro cenário, o docente realiza uma maior exposição acerca do texto, enquanto, no segundo, dedica a maior parte da aula para um debate com a turma, sem oferecer uma explicação detalhada sobre o artigo. Esses cenários, dispostos no Quadro 2, visam suscitar uma reflexão do estudante sobre o percurso realizado e seu impacto no aproveitamento da leitura e da aula, pondo em destaque o papel do formato e do andamento da aula nesse processo de aprendizagem:

Quadro 2. Cenário de autoavaliação

Você termina sua leitura (independente de ter terminado o texto) e finalmente chega na universidade.

1. Considere que em sua aula o professor consegue apresentar muito bem o texto, sintetizando os pontos principais e explicando a discussão proposta. Ao final da aula, há um momento grande reservado para a participação da turma, no qual o professor solicita que a turma faça perguntas.

Como você avalia que seu percurso da leitura do texto refletiu-se no seu acompanhamento e participação dessa aula?

2. Agora considere que o professor apresenta pouco do texto, apenas lendo em voz alta algumas seções e dirigindo grande parte da aula para fazer perguntas aos estudantes.

Como você avalia que seu percurso da leitura do texto refletiu-se no seu acompanhamento e participação dessa aula?

Fonte: Elaboração própria (2024)

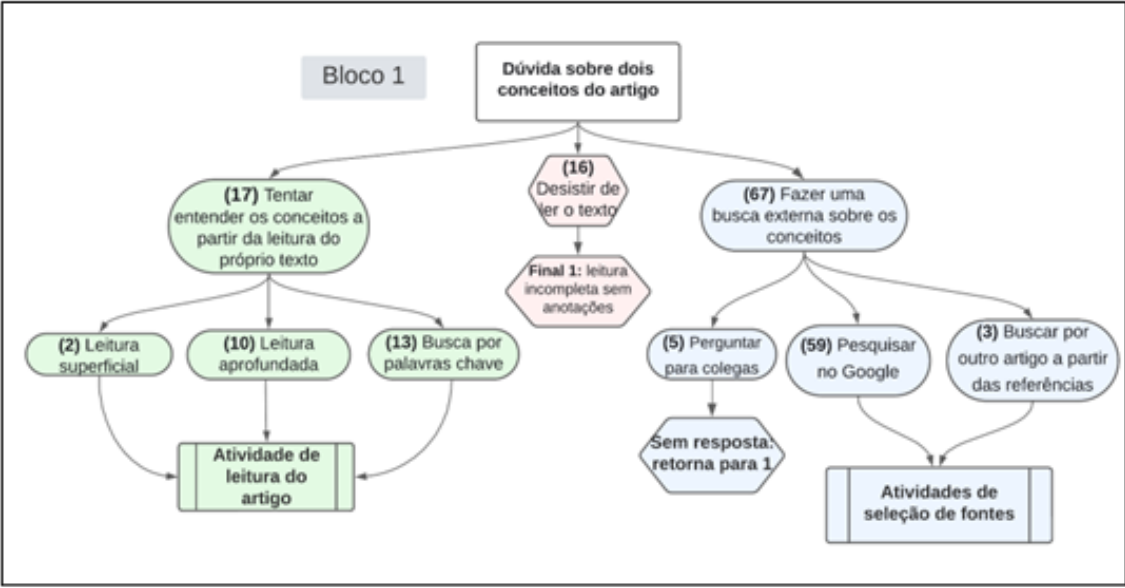
Com essa atividade, encerra-se o formulário. Ao final, o estudante é encorajado a, caso tenha interesse, refazer o percurso e tomar decisões diferentes, observando como elas impactam seu resultado final.

Resultados: percursos de leitura e autoavaliações

O formulário teve 100 respostas válidas e, de forma a melhor apresentar as escolhas realizadas na atividade, indicamos, nas Figuras 3 e 4, os percursos traçados, que se referem ao Bloco 1 e ao Bloco 2, respectivamente. Esses esquemas buscam novamente representar os possíveis caminhos do formulário, agora com a indicação da quantidade de estudantes que escolheram esses caminhos.

No Bloco 1, tivemos uma preferência clara de percurso: a *busca externa sobre os conceitos utilizando o Google*. Todas as outras possibilidades foram selecionadas por poucos estudantes. Destaca-se a *leitura superficial* (acelerar o ritmo e pular páginas), como a opção menos escolhida entre todas.

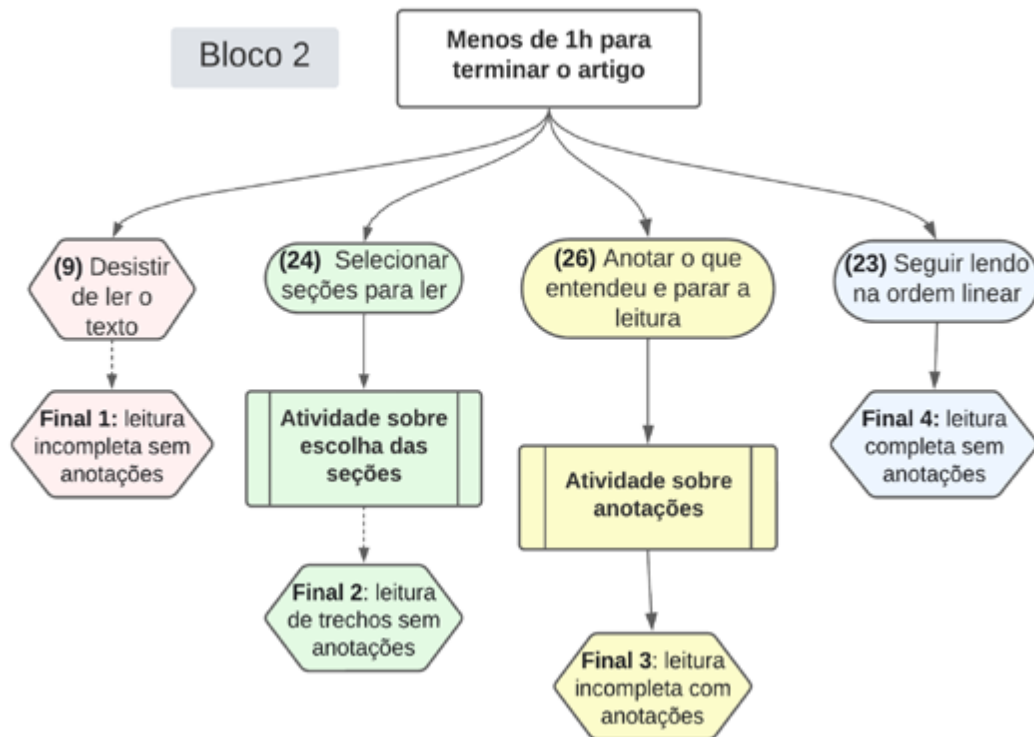
Figura 3. Escolhas do Bloco 1



Fonte: Elaboração própria (2024)

No Bloco 2, já não é possível delimitar uma preferência nítida por um percurso:

Figura 4. Escolhas do Bloco 2



Fonte: Elaboração própria (2024)

Ainda que a opção de *realizar anotações sobre o que entendeu do texto e parar a leitura* seja a mais escolhida (26 respostas), as possibilidades de *pular seções* e de *seguir lendo na ordem* não apresentam diferença significativa nas escolhas, tendo sido selecionadas por 24 e 23 estudantes, respectivamente. Destacamos ainda que uma quantidade expressiva de pessoas opta por continuar lendo o texto na sequência original, mesmo com a possibilidade, apresentada no formulário, de não ser possível finalizar a tarefa. Isso pode indicar algumas percepções dos estudantes sobre os cenários e as decisões projetados, que podem ser consideradas, em uma análise das práticas de letramentos acadêmicos, de forma separada ou combinada. Vislumbramos algumas dessas possibilidades: os estudantes têm dificuldades para escolher o que vale a pena ser lido e o que precisará ser relegado; os estudantes preferem seguir um percurso mais convencional de leitura (ler o texto sequencialmente, ainda que sob o risco de não finalizá-lo) por terem mais familiaridade com ele; os estudantes preferem não expor aos investigadores que fariam uma leitura fragmentada do texto, talvez com receio de serem avaliados negativamente, como relapsos ou “maus alunos”.

Voltando ao formulário, ao fim do percurso, independentemente do caminho traçado e de seu resultado, há o momento de autoavaliação, a partir de dois cenários (já descritos

no Quadro 2). As duas perguntas de autoavaliação são dissertativas e suas respostas foram, para os fins desta pesquisa, categorizadas entre *positivas*, *medianas* e *negativas*, com base nas descrições das autopercepções. Algumas poucas respostas, que ficaram em branco ou eram excessivamente vagas, foram categorizadas como *indefinidas*. Na Tabela 1, nota-se a diferença expressiva entre as formas como os estudantes avaliaram o impacto de cada cenário no percurso. No primeiro cenário, prevalecem as avaliações positivas e medianas, o que se inverte quando eles avaliam o segundo cenário:

Tabela 1. Autoavaliação dos percursos traçados

Cenário 1 – Aula com explicação do texto	Cenário 2 – Aula sem explicação do texto
34 avaliações positivas	17 avaliações positivas
46 avaliações medianas	36 avaliações medianas
13 avaliações negativas	41 avaliações negativas
7 indefinidas	6 indefinidas

Fonte: Elaboração própria (2024)

Os exemplos (1) e (2)⁸ indiciam projeções sobre possíveis impactos do percurso de leitura adotado no acompanhamento e na participação na aula, a partir do Cenário 1 (aula com explicação do texto):

(1) Resultado do percurso: Leitura completa sem anotações

Resposta do estudante: Bom, pois tudo que revisei em minha leitura serviu de base para entender os conceitos passados em aula, o que é muito importante, então, valeu a pena ler o que li, mas claro, se tivesse mais tempo e lesse um tempo antes, acredito que meu desenvolvimento em aula seria maior. (R73)

(2) Resultado do percurso: Leitura incompleta com anotações

Resposta do estudante: Eu avalio que me ajudou com algumas duvidas do texto, porém, não conseguir ler o texto completo antes da aula, mesmo que a professora o tivesse resumido bem, ainda me sentiria prejudicada por não ter o devido entendimento do texto. (R84)

Dois aspectos que se destacam em ambas as percepções expressas nos exemplos (1) e (2) são a importância atribuída à intervenção do professor, responsável por “resumir” e “passar em aula” os conceitos, e à realização de uma leitura completa do artigo, a partir da qual seria possível alcançar maior compreensão e aproveitamento tanto do texto quanto da aula. Essas impressões são recorrentes na grande maioria das respostas, de

⁸ Transcrevemos as respostas dos estudantes sem intervir no texto.

maneira que, ao serem apresentados ao segundo cenário, no qual o professor não realiza uma exposição sobre o texto, grande número de estudantes avalia sua leitura de forma mediana (3) ou, principalmente, negativa (4):

(1) Mediana, mesmo tendo as bases eu precisaria ter interpretado bem o texto e estar com as idéias claras em minha cabeça para responder as questões, mas eu sei que me virava, principalmente prestando a atenção nas respostas dos colegas que certamente leram e entenderam o texto melhor e com mais tempo que eu. Mas volto a dizer, o ideal seria ler e entender com antecedência. (R73)

(2) Meu percurso estaria totalmente prejudicado, não entenderia nada, e provavelmente, não prestaria muita atenção na aula. (R84)

Consideramos que explicações expositivas em sala de aula desempenham um papel fundamental nas aprendizagens e são um recurso importante para as aulas. Ainda assim, os diferentes pesos atribuídos à “apresentação” do texto em sala de aula pelo docente parecem indicar a crença de que as aprendizagens decorrentes da leitura do texto dependem muito estreitamente da junção entre a leitura prévia e individual do texto e a explicação do professor. Tal correlação, por sua vez, pode não ser compartilhada pelos docentes, ao planejarem e executarem suas aulas.

Um outro aspecto perceptível nas projeções e indicativo das percepções dos alunos sobre as decorrências de suas decisões é a presença, em muitas respostas, de ecos de um *discurso do déficit*, como em (5) e (6):

(3) Por não ter lido nada do texto ficaria ainda mais perdido por não entender o professor. **No final, acabaria me sentindo como incapaz de entender algo que para os outros alunos é simples.** (R14, grifo próprio)

(4) Sem saber muito do texto e sem uma maior clareza pela parte do professor, acho que **minha participação foi quase nula (ou nula) e não consegui acompanhar o resto da turma.** (R24)

Contudo, apesar de inferirmos certa prevalência do modelo de habilidades de estudo nas respostas dissertativas de autoavaliação, foram também frequentes as respostas que apresentaram uma preocupação com o desenvolvimento do próprio ponto de vista e de comentários autorais – exemplificados por (7) e (8). Essa preocupação foi, possivelmente, reflexo de questões trabalhadas na disciplina quanto ao gênero acadêmico fichamento. Nesses fichamentos, realizados como apoio ao estudo após a leitura de um artigo acadêmico, era solicitada a escrita de comentários autorais sobre o texto lido, em formatos variados: perguntas que derivaram da leitura, apreciações sobre as contribuições da pesquisa para a área, dúvidas que emergiram da leitura, entre outras possibilidades.

(5) Acredito que minha leitura tenha influenciado para que eu realmente consiga entender, visto que se eu não tivesse lido, mesmo entendendo o que o professor falou eu não teria o meu próprio

ponto de vista e entendimento do texto, que são elementos extremamente importantes para a realização de uma discussão sobre determinado tema. (R88)

(6) Eu entendi o texto e consigo produzir algumas ideias sintetizadas de dentro dele, porém a falta de tempo e oportunidades de fazer anotações não me permitiu pensar nada autoral. (R52)

Considerações finais

O material elaborado, na lógica da gamificação, criou cenários acadêmicos simulados nos quais os estudantes foram inseridos, a fim de investigar suas percepções e autopercepções sobre as ações a serem tomadas. Assim, as questões simularam a tomada de decisões, considerando tempo limitado para o estudo individual, acerca dos seguintes procedimentos: ler ou não um texto antes da aula de graduação; selecionar ou não partes do texto, dentro de um tempo limitado; como proceder a essa leitura; como tirar dúvidas sobre o texto e aproveitamento maior ou menor das aulas, a depender da leitura prévia do texto e do tipo de exposição do professor na aula.

O objetivo central foi problematizar ideias comumente aceitas e difundidas como padrões hegemônicos a serem seguidos, como a de que há um trajeto único e ideal de leitura de textos no ambiente acadêmico, bem como explicitar projeções dos estudantes sobre sua tomada de decisões durante o processo de leitura. Para tal, propusemos três pontos centrais no percurso de leitura do artigo: i) a compreensão de conceitos trabalhados no texto, por meio da seleção de fontes externas ou da leitura do próprio texto; ii) a leitura não linear do texto como uma possibilidade no cotidiano acadêmico; e iii) a elaboração de anotações sobre o texto. A partir das respostas obtidas, foi possível identificar a heterogeneidade de decisões que possivelmente seriam tomadas pelos ingressantes na universidade, diante de pouco tempo para leitura de um texto a ser discutido na aula. Observamos também ecos do discurso do déficit, da incapacidade dos aprendizes, além de uma preocupação, por parte dos estudantes, com a realização de comentários “críticos” e “autorais”, sendo esta preocupação possivelmente relacionada com a produção de fichamentos na mesma disciplina, que exigiam esses comentários, tal como referido anteriormente.

O *modelo de habilidades de estudo* (Lea; Street, 2014), que assume a linguagem como habilidade individual e passível de ser transferida entre contextos, parece estar presente nesse discurso do déficit, dado que ele “apaga” as diferenças entre as práticas de letramento escolares, já conhecidas dos ingressantes, e as práticas acadêmicas, agora vivenciadas por eles. Tais diferenças se inscrevem socioculturalmente, não raro pela obscura via das dimensões escondidas dos letramentos acadêmicos (nem sempre o que é exigido é ensinado ou é minimamente apresentado) e também nas *culturas disciplinares* das áreas (Hyland, 2004), que configuram modos específicos de produzir e disseminar conhecimentos. Assim, o que já se sabia na escola sobre ler e produzir textos não é mais suficiente na universidade, fazendo com que, em decorrência dessas

injunções socio-históricas, as diferenças se inscrevem discursiva e linguisticamente nos textos. O *modelo de habilidades de estudo* é típico, ainda, da dinâmica tradicional de sala de aula, na qual o professor tem o privilégio do turno de fala, “transmitindo” o conteúdo, enquanto estudantes escutam, “recebendo” a informação. Supondo-se que a exposição de conteúdos – as “aulas expositivas” – seja, no contexto brasileiro, um formato muito presente na educação Básica (e, possivelmente, no ensino superior), esse formato seria provavelmente aquele com o qual estes estudantes, recém-chegados à universidade, tiveram o maior contato. E, embora este continue a se reproduzir em parte das aulas, as avaliações contam que os estudantes acionarão habilidades e estratégias de leitura não exploradas nas aulas, implicitamente assumindo-se que eles “já deveriam saber”.

Ainda que se trate de uma situação simulada e aplicada em sala de aula como uma atividade – e, portanto, cujos resultados não necessariamente indicam aquilo que estudantes necessariamente seguiriam em contextos acadêmicos reais –, a proposta dos *Percursos de Leitura* pode ser ajustada para contemplar situações desafiadoras vivenciadas na graduação que envolvam, especialmente, *dimensões escondidas* dos letramentos. Algumas possibilidades são: explicações insuficientes por parte dos docentes, em caso de textos mais complexos; leituras com objetivos bastante específicos (estudar para provas, produzir resenhas etc.), entre outras. Ademais, a atividade baseia-se em percepções e vivências específicas *de estudantes*, atribuindo a eles um papel ativo na situação simulada e considerando-os como agentes produtores de sentido e dotados de subjetividade.

Esse modelo de material, ao situar a leitura acadêmica no âmbito de uma situação-problema específica (falta de tempo para ler os textos indicados), pode possibilitar que estudantes exercitem a tomada de decisões e a escolha de recursos e estratégias de leitura de um artigo acadêmico, compreendendo esses processos de forma mais consciente. Acreditamos que é necessário promover experiências em que os estudantes não “aprendam sobre”, mas no decurso de suas próprias experiências, se apercebam dos aspectos para além dos textos e da linguagem que impactam as práticas de letramento acadêmico, como contextos situacionais diversos, subjetividades, decisões estratégicas. Tais aspectos ainda não figuram como dimensões constitutivas do ler e do produzir textos acadêmicos. Explicitar situações específicas e dar voz aos estudantes para que exponham, pensem e reflitam sobre o que aprenderam (ou não), como e por quê pode colaborar para o desenvolvimento da metacognição (Kleiman, 2002) em um sentido ampliado. Nessa direção, a metacognição funcionaria como aliada no desenvolvimento acadêmico dos discentes, uma vez que estaria articulada organicamente à inserção desses sujeitos em práticas de letramentos acadêmicos. O horizonte de trabalho com os letramentos acadêmicos na universidade não pode prescindir de uma perspectiva crítica em relação ao que significa ler e produzir textos acadêmico-científicos.

Propomos a construção colaborativa de percursos de aprendizagem que primem por menos dimensões escondidas e mais dimensões explicitamente problematizadas pelos agentes envolvidos – estudantes, docentes, gestores, formuladores de políticas formativas na universidade e pesquisadores dos letramentos acadêmicos. Em última análise, os resultados preliminares obtidos nesta investigação podem subsidiar o trabalho docente, pois permitem compreender alguns desafios na leitura de textos acadêmicos postos a ingressantes, não só quanto a estratégias de leitura por eles mobilizadas e a habilidades desenvolvidas, mas também a decisões tomadas por esses sujeitos diante de limitações de tempo para estudo e obstáculos na compreensão de textos. As problematizações advindas do breve panorama apresentado podem vir a aprimorar interações e atividades promovidas na universidade, especialmente aquelas destinadas a populações historicamente alijadas do direito à educação superior e que têm tido, pouco a pouco, mais oportunidades de acesso à universidade, como por meio do ProFIS Unicamp.

Referências

ÁVILA REYES, N.; NAVARRO, F.; TAPIA-LADINO, M. Identidad, voz y agencia: Claves para una enseñanza inclusiva de la escritura en la universidad. *Education Policy Analysis Archives*, v. 28, p. 98, 2020.

BAZERMAN, C *et al.* Intellectual orientations of studies of higher education writing in Latin America. In: PLANE, S.; BAZERMAN, C.; DONAHUE, C.; RONDELLI, F. (org.). *Recherches en écriture: regards pluriels*. Nancy: Université de Lorraine, 2016.

FARIA, H. M. Andar a pé: Mobilidade urbana e sustentabilidade nas regiões metropolitanas brasileiras. *RUA*, v. 22, n. 1, p. 127, 2016.

GOMES, R. *Leitura de gêneros multissemióticos e multiletramentos em materiais didáticos impressos e digitais de Língua Portuguesa do Ensino Médio*. 2017. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

HYLAND, K. *Disciplinary discourses: social interactions in academic writing*, Michigan Classics Edition. The University of Michigan Press, 2004.

LEA, M. R.; STREET, B. V. O modelo de “letramentos acadêmicos”: teoria e aplicações. Tradução Fabiana Komesu e Adriana Fischer. *Filol. Linguíst. Port.*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 477-493, jul./dez. 2014.

KAPP, K. M. *The gamification of learning and instruction: game-based methods and strategies for training and education*. San Francisco: Pfeiffer. 2012.

KLEIMAN, A. (org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

KLEIMAN, A. *Oficina de Leitura: teoria e prática*. 9. ed. Campinas: Pontes, 2002.

ROJO, R. *Letramento e capacidades de leitura para a cidadania*. Texto de divulgação científica para o Programa Ensino Médio em Rede, Rede do Saber/CENP/SEE/SP e para o Programa Ler e Escrever – Desafio de Todos, CENP/SP: SEE/SP e SME/SP. Circulação restrita, 2004. Disponível em: https://www.academia.edu/1387699/Letramento_e_capacidades_de_leitura_para_a_cidadania. Acesso em: 12 dez. 2025.

STREET, B. V. *Literacy in theory and practice*. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1984. (Cambridge Studies in Oral and Literate Culture, 9).

STREET, B. Dimensões “escondidas” na escrita de artigos acadêmicos. *Perspectiva*, v. 28, n. 2, p. 541-567, 2010.

UNICAMP. Resolução GR-032/2024, de 26 de julho de 2024. Dispõe sobre normas para o ingresso no Programa de Formação Interdisciplinar Superior (ProFIS 2025). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2024. Disponível em: https://prg.unicamp.br/wp-content/uploads/sites/42/2024/08/Resolucao-GR-0322024-de-26_07_2024.pdf. Acesso em: 10 out. 2024.

Tendências neológicas no léxico do português brasileiro: o caso de *gourmet*

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v54i3.3827>

Rafael Prearo-Lima¹

Resumo

No período anterior à virada do milênio, a unidade lexical *gourmet* era usada no Brasil em associação à culinária refinada. Empregada em referência a apreciadores de pratos requintados, tal unidade lexical, oriunda do francês, passou a ter novos sentidos a partir da década de 2000, com o crescimento no mercado imobiliário das chamadas “varandas *gourmet*” e, mais tarde, com o aumento do interesse pela cultura gastronômica, visto pela disseminação de programas de TV e de páginas na internet dedicados a esse universo, o que fez com que *gourmet* se tornasse cada vez mais presente no léxico do português brasileiro. Com base nessas considerações, e a partir dos pressupostos dos estudos do léxico, o objetivo deste trabalho é discutir o uso e as derivações da unidade lexical *gourmet* no português brasileiro. Também consideramos a possível determinação de neologicidade dessas unidades lexicais, destacando sua relevância na sociedade contemporânea. Para tanto, analisamos um *corpus* com mais de uma centena de postagens extraídas da rede social X contendo a unidade lexical *gourmet* e palavras derivadas. Como *corpus* de exclusão, usamos dicionários de língua geral impressos (Aulete, 2011; Bechara, 2011; Borba, 2011) e eletrônicos (*Aulete Digital*, o *Michaelis On-line* e o *Houaiss Online*). Os resultados indicam que o uso de tais unidades lexicais reflete, em termos chomskyanos, a capacidade das línguas de gerar novas formas a partir de elementos preexistentes.

Palavras-chave: lexicologia; neologismos; *gourmet*.

¹ Instituto Federal de São Paulo (IFSP), Bragança Paulista, São Paulo, Brasil; rprearo@ifsp.edu.br; <https://orcid.org/0000-0002-6667-7298>

Neological trends in the lexicon of Brazilian Portuguese: the case of *gourmet*

Abstract

In the period prior to the turn of the millennium, the lexical unit *gourmet* was used in Brazil in association with refined cuisine. Originally referring to connoisseurs of sophisticated dishes, this lexical unit, borrowed from French, began to acquire new meanings starting in the 2000s – first with the rise of so-called gourmet balconies in the real estate market, and later with the growing interest in gastronomic culture, evidenced by the proliferation of TV shows and online platforms dedicated to this domain. This evolution led to gourmet becoming increasingly present in the lexicon of Brazilian Portuguese. Based on these considerations, and drawing on the assumptions of lexical studies, the aim of this paper is to discuss the use and derivations of the lexical unit gourmet in Brazilian Portuguese. We also consider the possible determination of the neological status of these lexical items, highlighting their relevance in contemporary society. To that end, we analyzed a *corpus* of over one hundred posts extracted from the social media platform X, containing the lexical unit gourmet and its derivatives. As a *corpus* of exclusion, we used both printed general language dictionaries (Aulete, 2011; Bechara, 2011; Borba, 2011) and online dictionaries (Aulete Digital, Michaelis Online, and Houaiss Online). The results indicate that the use of these lexical units reflects, in Chomskyan terms, the capacity of natural languages to generate new forms from pre-existing elements.

Keywords: Lexicology; Neologisms; *Gourmet*.

Considerações iniciais

No período anterior à virada do milênio, a unidade lexical *gourmet* era usada no Brasil em associação à culinária refinada. Empregada em referência a apreciadores de pratos requintados, tal unidade lexical, oriunda do francês, passou a ter novos sentidos a partir da década de 2000, com o crescimento no mercado imobiliário das chamadas “varandas gourmet” – espaços de lazer e de convívio, especialmente em apartamentos, equipados com churrasqueira, pia, balcão e outros elementos com o fim de se preparar refeições ao ar livre.

Mais tarde, o interesse pela cultura gastronômica e a proliferação de programas de TV e de páginas na internet dedicados a esse universo fizeram com que *gourmet* se tornasse cada vez mais presente no léxico do português brasileiro. Em função disso, sua noção foi expandida, de modo que essa unidade lexical passou a estar associada não apenas à culinária, mas também a ambientes, produtos e serviços que tivessem um alto padrão de qualidade ou que fossem mais sofisticados do que aquilo que se espera. Desse modo, o uso dessa unidade lexical, especialmente nas redes sociais, revela a necessidade de se investigar seus processos de formação e os (novos) sentidos a ela atribuídos.

Com base nessas considerações, o objetivo deste trabalho é discutir o uso da unidade lexical *gourmet* e de suas derivações no português brasileiro, considerando, sob esse aspecto, a possível determinação de neologicidade dessas unidades lexicais. Para tanto, como *corpus* de exclusão, utilizamos tanto dicionários de língua geral impressos (Aulete, 2011; Bechara, 2011; Borba, 2011) quanto dicionários eletrônicos (Aulete Digital, Michaelis On-line e Houaiss Online). Para a análise proposta, montamos um *corpus* com mais de uma centena de postagens extraídas da rede social X (antigo Twitter) que continham exemplares da unidade lexical *gourmet*, bem como de palavras derivadas, cujo sentido pudesse ser, minimamente, evidenciado a partir de seu uso. A escolha dessa rede social como fonte de produção discursiva se deu em função de tais unidades lexicais não circularem em outros meios de comunicação de grande circulação – por exemplo, em jornais da grande mídia.

Para a fundamentação teórica desta pesquisa, recorreremos à noção de gerativismo, a partir de Chomsky (2002, 1986, 1965), e aos estudos da Lexicologia – de modo específico, às considerações sobre neologismos a partir de Alves (2017, 2007, 2002), Basílio (2004), Cano (2007) e Prearo-Lima (2019).

Recursividade e neologia: conexões entre a Teoria Gerativista e a Lexicologia

No interior de cada universo linguístico, caracterizado, entre outros fatores, por seu estado constante de transformação, a capacidade de criar neologismos é um fenômeno intrínseco à própria dinâmica das línguas. Nesse sentido, Noam Chomsky (2002, 1965), em sua teoria gerativista, defende a tese de existir nas línguas naturais, quaisquer que sejam, mecanismos que possibilitam a criação de novas formas partindo de outras existentes, o que faz de cada língua não um sistema receptivo, mas produtivo. Assim, é inerente aos humanos a capacidade de produção e de compreensão de estruturas complexas com base em elementos mais simples, noção denominada de recursividade. Para o autor, tal noção implica o uso e a repetição de uma estrutura básica, o que possibilita a geração de combinações infinitas a partir de um conjunto finito de elementos.

Podemos aplicar essas considerações não apenas à criação de novas unidades lexicais, como também à atribuição de novos sentidos a unidades lexicais já existentes. Chomsky (1986), baseando-se nas propriedades fundamentais daquilo que denominou de Gramática Universal, também defende a capacidade inerente das línguas de produzir novas formas por meio da aplicação recursiva de regras e da combinação de elementos – nos processos de derivação ou de composição, por exemplo. Assim, no bojo da teoria gerativa chomskyana, a criação de novas palavras não seria um fenômeno arbitrário, mas um aspecto natural, regulamentado pela estrutura subjacente das línguas naturais.

Desse modo, ao considerarmos o português brasileiro, a teoria chomskyana pode ser observada de modo prático pela possibilidade de obtenção de novas unidades lexicais a partir de outras, bem como pela atribuição de novos sentidos às já disponíveis. Esse processo concede dinamicidade ao próprio sistema linguístico, em decorrência da menor necessidade de acesso a formas diferentes – algo que não ocorreria caso fosse preciso novas formas, distintas das outras, para cada gesto de nomeação. Nesse âmbito, Basílio (2004) explica que a comunicação seria ineficaz, pois seria preciso um grande número de palavras para compor nosso repertório vocabular fundamental. Assim, um dos motivos pelos quais novas formas lexicais emergem no português brasileiro, e em outras línguas, se deve pela dificuldade que os falantes encontrariam em elaborar novas unidades lexicais para cada situação. Isso reforça a ideia de que os processos neológicos seriam uma extensão da recursividade postulada por Chomsky, aplicada ao domínio lexical. Neste trabalho, ao analisarmos novos usos para a unidade lexical *gourmet*, procuramos demonstrar a existência de tal fenômeno.

Para investigar a neologicidade de unidades lexicais como *gourmet*, é necessário adotar métodos que permitam identificar e classificar neologismos, o que nos leva a considerar as práticas lexicográficas e seus desafios. Um dos meios pelos quais é possível verificar as mudanças em uma língua é a análise da dicionarização (ou não) de novas unidades lexicais. Para isso, Alves (2007) afirma que o *corpus* de exclusão lexicográfica é o parâmetro mais comumente adotado. No entanto, ainda que a adoção de um *corpus* de exclusão possa, de fato, ser representativa para a determinação de neologicidade, há dificuldades a serem consideradas pelos pesquisadores. De acordo com Cano (2007), adoção de um *corpus* de exclusão, a despeito de seu tamanho, estará sujeita às restrições inerentes aos próprios dicionários, como a falta de critérios para a inclusão (ou a exclusão) de determinadas unidades lexicais.

Em outro trabalho, Alves (2017) afirma que, mesmo em línguas com um acervo considerável de dicionários, adotar tais obras como *corpus* de exclusão não é um método satisfatório por diferentes motivos. Um deles, segundo a autora, é que

[...] unidades lexicais ausentes da macroestrutura de uma obra lexicográfica não determinam necessariamente seu caráter neológico, pois essas ausências podem ser causadas pela forma de coleta dos neologismos, por condições ideológicas ou de frequência impostas pelo(s) lexicógrafo(s), dentre outros fatores. [...] No período entre a criação de uma unidade lexical e sua inserção em um dicionário, passa-se um período durante o qual essa unidade não é registrada, o que não significa que não seja conhecida por grande parte dos falantes da língua na qual foi criada (Alves, 2017, p. 105).

Esse conhecimento de uma unidade lexical por parte dos falantes, a despeito de sua dicionarização, pode ser o caso de *gourmet*. Como veremos adiante, apesar de seu registro constar em alguns dicionários, parte dos sentidos dessa unidade, observados em seu uso corrente nos discursos no/do português brasileiro, ainda não foi – e talvez não venha a

ser – dicionarizado. Nesse sentido, ao discorrer sobre o processo de formação neológica a partir de um estudo de *blends* lexicais, Prearo-Lima (2019) já apontava a necessidade de reconsideração da teoria a respeito da identificação de neologismos, dada a dificuldade de se precisar fenômenos neológicos.

Se por um lado há entraves para a identificação de uma unidade lexical como neológica, parece haver concordância entre os autores sobre a classificação de neologismos em dois grupos: o neologismo formal e o neologismo semântico (ou conceptual). Carvalho (1987) explica que o neologismo formal diz respeito à unidade lexical usada, mas não dicionarizada; o neologismo semântico, ao uso de uma unidade lexical com outro significado daquele já dicionarizado. Seguindo nessa mesma esteira, Correia e Almeida (2012, p. 24) também discorrem sobre a existência do neologismo formal e do semântico, explicando que este último “corresponde a uma nova associação significado-significante, isto é, uma palavra já existente adquire uma nova acepção”. Alves (2002), em consonância com as outras autoras, afirma que, no caso do neologismo semântico, “ao significado básico de um item léxico vão-se acrescentando os que vierem a ser criados pelo processo da neologia semântica” (Alves, 2002). Essa distinção entre neologismos formais e semânticos encontra eco na teoria gerativista, pois a criação de novas formas lexicais (formais) e a atribuição de novos sentidos (semânticos) refletem a capacidade produtiva da língua, que opera por meio de regras recursivas para expandir o léxico em resposta às necessidades comunicativas.

Métodos para a análise

Apesar das críticas fundamentadas apresentadas por autores como Cano (2007) e Alves (2017) quanto às limitações inerentes ao uso de dicionários como *corpus* de exclusão lexicográfico, optamos, neste trabalho, por adotar tal abordagem como parâmetro para avaliar a neologicidade de *gourmet* e seus derivados. Essa escolha fundamenta-se na tradição estabelecida na literatura neológica, que reconhece o *corpus* de exclusão como um instrumento prático e amplamente utilizado para identificar neologismos formais e semânticos, mesmo que não seja infalível. Reconhecemos, todavia, que essas dificuldades demandam uma discussão mais aprofundada em pesquisas futuras, as quais não se inserem no escopo desta investigação. Ainda assim, é relevante pontuar tais entraves aqui, a fim de promover uma reflexão crítica sobre os métodos empregados e contribuir para o avanço metodológico na área.

Desse modo, para o *corpus* de exclusão lexicográfico, selecionamos três dicionários impressos – a saber, o *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua portuguesa* (Aulete, 2011), o *Dicionário Unesp do português contemporâneo* (Borba, 2011) e o *Dicionário da língua portuguesa Evanildo Bechara* (Bechara, 2011) e três dicionários eletrônicos – o *Aulete Digital*, o *Michaelis On-line* e o *Houaiss Online*. A escolha desses dicionários foi motivada por sua representatividade no contexto do português brasileiro contemporâneo,

abrangendo tanto obras tradicionais quanto plataformas digitais atualizadas, o que permite uma visão mais ampla dos registros lexicográficos disponíveis.

Primeiramente, reproduzimos os verbetes extraídos dos dicionários impressos.

gourmet (Fr. /gurmê/) *sm.* Indivíduo apreciador e conhecedor de boas comidas e bebidas: *Um gourmet pode nos dar boas dicas.* (Aulete, 2011, p. 719).

GOURMET (gurmê) (Fr) *Sm.* quem conhece e aprecia comida fina: No mercado central encontram-se os melhores produtos para gourmets. (Borba, 2011, p. 685).

A primeira constatação que fazemos é a de que, dos três dicionários consultados, a unidade lexical *gourmet* foi dicionarizada nas obras de Aulete (2011) e de Borba (2011); em Bechara (2011), porém, não consta nenhum registro. Nas duas entradas encontradas, *gourmet* é um galicismo usado como substantivo em referência àquele que conhece e aprecia comidas e bebidas finas.

A seguir, reproduzimos a definição de *gourmet* encontrada nos dicionários eletrônicos do *corpus* de exclusão deste trabalho.

gourmet (Fr. /gurmê/) *sm.* 1. Indivíduo apreciador e conhecedor de boas comidas e bebidas: *Um gourmet pode nos dar boas dicas.* (Aulete Digital)²

gourmet [guR'me] *sm* Pessoa que é grande conhecedora e apreciadora de boa comida e bons vinhos. ETIMOLOGIA fr. (Michaelis On-Line)³

gourmet (sXIX) *pronúncia:* guR'me; *língua:* francês

substantivo de dois gêneros

1. indivíduo que aprecia e entende de boas mesas, de bons vinhos e se regala com finos acespipes e bebidas. cf. **gastrônomo** e **gourmand**

apositivo

2. cujos alimentos que prepara têm requinte, alta qualidade <restaurante gourmet> <sorverterias gourmet> (Houaiss Online)⁴

2 Fonte: <https://aulete.com.br/gourmet/>. Acesso em: 29 abr. 2024.

3 Fonte: michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/gourmet/. Acesso em: 29 abr. 2024.

4 Fonte: https://houaiss.uol.com.br/houaission/apps/uol_www/v7-0/html/index.php#1/. Acesso em: 29 abr. 2024.

Seguindo aquilo apresentado em Aulete (2011) e em Borba (2011), encontramos nesses três dicionários eletrônicos praticamente as mesmas definições da unidade lexical *gourmet*. A exceção está no *Houaiss online*, em que *gourmet* pode ser usado com função adjetiva para indicar um estabelecimento que serve alimentos refinados.

Para investigar os usos de *gourmet* no português brasileiro, realizamos uma coleta de postagens na rede social X em maio de 2024. Utilizamos o mecanismo de busca da plataforma, acessando a opção “Filtros de Pesquisa” e, posteriormente, “Busca Avançada”, com o objetivo de identificar postagens que contivessem tal unidade lexical *gourmet* e de seus derivados. Para garantir a relevância linguística e evitar a interferência de outras línguas, restringimos a busca a postagens exclusivamente em português. Além disso, selecionamos apenas aquelas postagens cujo significado de *gourmet* pudesse ser inferido diretamente a partir do contexto da própria postagem, capturando, assim, usos espontâneos e representativos da unidade lexical. Para documentar os resultados, realizamos capturas de tela (*prints*) dos resultados da busca, que foram arquivados para referência e análise posterior.

Dada a grande quantidade de postagens disponíveis na rede social X, optamos por selecionar apenas os exemplares mais representativos, considerando aqueles que ilustram tanto os sentidos já registrados nos dicionários quanto possíveis novos usos que indicam neologismos semânticos. A escolha desses exemplares foi orientada por critérios de relevância contextual, frequência de uso e diversidade de sentidos, garantindo que as postagens selecionadas refletissem padrões significativos no discurso contemporâneo do português brasileiro. Para assegurar a ética na pesquisa, suprimimos a identificação dos autores das postagens, preservando sua privacidade. Adicionalmente, todas as postagens analisadas sem indicação explícita de data foram publicadas em maio de 2024, durante o período de levantamento de dados.

Análise dos usos neológicos de *gourmet* e derivados

A seguir, desenvolvemos as análises de *gourmet* e de suas derivações a partir de postagens da rede social X.

[1]	· Jun 19 ... Postar meu trabalho pq finalizei essa área gourmet e queria ela pra mim 🤔
-----	---

[2]	· Jun 25, 2023 ... Passada com os apartamentos do recreio q meu corretor me enviou, R\$3200 no total com 100m2, armários e semi mobiliado com sacada gourmet, em boa localização caralho o valor de uma kitnet em SP em choque
-----	---

Nesses exemplos iniciais, *gourmet* caracteriza o local de um imóvel (área *gourmet*, sacada *gourmet*) destinado ao convívio social e ao consumo de alimentos, “sendo uma extensão da sala e, em alguns casos, tendo ligação direta com a cozinha” (Vespucci; Saboya, 2020, p. 319). Trigueiro *et al* (2024), pesquisadores da área da Arquitetura, explicam que esse tipo de ambiente, também denominado de espaço *gourmet*, ou varanda *gourmet*, que tem

[...] a função de preparo de alimentos, exerce um papel integrador, pois une, dentro de um espectro multifacetado, a espetacularização do cozinhar, num contexto de lazer e recebimento social. [...]. Estes espaços se revelam importantes na perspectiva de uma cultura doméstica baseada na exposição de valores associados à natureza, à gastronomia, à abertura ao exterior e à demonstração do capital social (Trigueiro *et al*, 2024, p. 2).

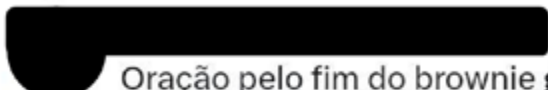
Desse modo, em [1] e [2], *gourmet* não é uma referência ao estabelecimento comercial que prepara alimentos de alta qualidade, como definido pelo *Houaiss online*, mas ao local de uma habitação onde tais alimentos são preparados em função de algum evento social (encontros, festas, jantares etc.), o que, de algum modo, aponta para o capital financeiro e social daqueles que o detêm. Apesar de não ter sido dicionarizado, esse conceito de *gourmet* mantém uma relação semântica próxima às definições trazidas no *corpus* de exclusão deste trabalho pelo fato de, nesses espaços, haver a preparação e o consumo de alimentos.

[3]	· Jun 26, 2021 ... Se algum dia tiver um restaurante gourmet vou ter um prato chamado Choco Chanel
-----	---

[4]	 Jun 27, 2023 ... RU gourmet hoje servindo creme de espinafre polenta frita purê de abobora frango empanado no coco ralado arroz de leite Pedi uma refeição e recebi um BANQUETE obrigada 🙏🙏🙏🙏
[5]	 Jul 27, 2023 ... entendo o preço por ser de chef numa padaria gourmet mas o pão com ovo 25 reais é muito arrancar dinheiro de otario x.com/andreia_ses/st...

Nos exemplos [3], [4] e [5], *gourmet* é usado em referência a um local que serve alimentos refinados (restaurante *gourmet*, RU [restaurante universitário] *gourmet*, padaria *gourmet*), seguindo a mesma definição de *Houaiss online*. No entanto, tal uso é acompanhado de outros sentidos. O primeiro é o de que o estabelecimento comercial que serve o alimento deveria ser, dentro do imaginário popular, um lugar simples, sem grandes requintes – como esperado, por exemplo, de um restaurante universitário (em [4]) –, mas não o é. Essa quebra de expectativa é, pois, constitutiva no uso de *gourmet* como um designativo para esse tipo de estabelecimento, no sentido de que o local é mais sofisticado do que costuma ser em comparação a outros similares. O segundo uso é o de que, também baseado nessa quebra de expectativa, o estabelecimento cobra preços caros para aquilo que deveria ter, ao menos na teoria, preços módicos – como o referido “pão com ovo” em [5]. Em geral, este uso tem conotação negativa.

Tal conotação é também encontrada nos usos de *gourmet* apresentados a seguir.

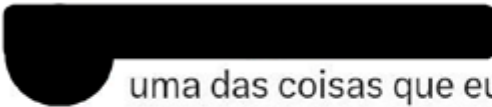
[6]	 Jun 26 ... Oração pelo fim do brownie gourmet hoje às 13h30 Juro, não aguento mais ir pedir um docinho e as opções serem brownie recheado, brownie com cobertura, bombom recheado de brownie Porra kd os brigadeiro beijinho cajuzinho plmdds
-----	---

[7]	  · Sep 21, 2016 ... @guilhermelc De passagem pelo Brasil descobro que CHURROS agora também é gourmet!!! Os brasileiros perderam o senso de ridículo.
[8]	  · Jun 23 ... Kkkkkkkkkkkk uma amiga elitista postou agora “sendo feliz no simples” com o sorvete gourmet dela de 40 reais

Nos exemplos de [6] a [8], *gourmet* caracteriza não o estabelecimento que serve alimentos – como nos casos de [3] a [5] –, mas os alimentos em si (*brownie gourmet*, *churros gourmet*, *sorvete gourmet*). Quanto aos sentidos atribuídos nos casos acima, essa unidade lexical também é usada com uma conotação negativa, em referência àquilo que se espera ser ordinário e trivial, mas que é feito de modo sofisticado para, assim, agregar valor durante sua comercialização.

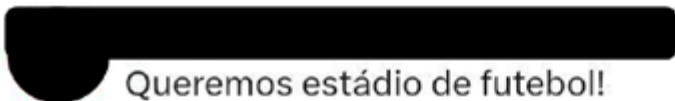
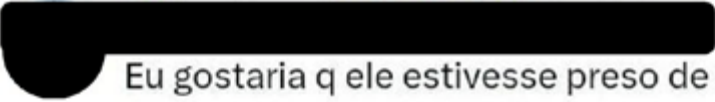
No entanto, essa mesma construção (alimento + *gourmet*), usada em tom de crítica nos exemplares acima, também é empregada para destacar, em tom de enaltecimento, características positivas de um alimento.

[9]	  · Jun 21 ... Replying to @gvl_santos temos 4 deliciosos sabores de geladinho gourmet: • ninho • ninho com nutella • maracujá • maracujá com nutella você não vai se arrepender de experimentar essas delícias ❤️
-----	--

[10]	 · Jun 22 ... uma das coisas que eu mais amo na vida é fazer pratos gourmet pra minha tartaruga como se eu estivesse no masterchef
------	--

Nos casos ilustrados pelos exemplos de [9] a [10], *gourmet* também é usado para descrever que algo feito de modo mais sofisticado que o convencional (um geladinho preparado com ingredientes caros, no exemplo [9]), ou apresentado de forma profissional (como um prato de comida para uma tartaruga que se assemelha a uma preparação profissional do programa de televisão MasterChef, em que cozinheiros, geralmente profissionais ou semiprofissionais, competem entre si). Assim, há variação quanto ao uso discursivo de *gourmet* em referência a alimentos – ora com tom positivo, ora negativo.

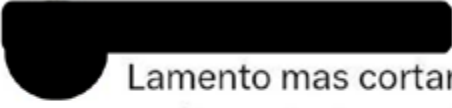
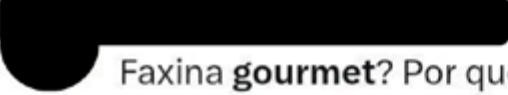
Outra ocorrência de *gourmet* que encontramos foi seu uso associado a locais sem relação direta com estabelecimentos que comercializam alimentos.

[11]	 · Jun 25 ... Replying to @brasil_raphael certeza que pagou 70 conto nessa barbearia gourmet ai
[12]	 · Jun 24 ... Queremos estádio de futebol! Não arena gourmet.
[13]	 · Jun 8, 2019 ... Eu gostaria q ele estivesse preso de verdade, não numa cela gourmet com todas as mordomias...

Nos exemplares [11] a [13], *gourmet* diz respeito, respectivamente, a uma barbearia, a uma arena esportiva e a uma cela de presídio, nenhum dos quais têm relação direta com a produção ou o consumo de alimentos. No entanto, de modo semelhante aos exemplares anteriores ([3] a [8]), *gourmet* é usado para aquilo que, no imaginário popular, deveria ser ordinário, sem requintes, com preços módicos. Nesse sentido, em [11], a barbearia se

torna *gourmet* ao cobrar preços altos por um serviço que não deveria custar caro; em [12], a arena *gourmet* supostamente seria um espaço mais requintado do que um estádio de futebol (i.e., teria assentos individuais, banheiros limpos, estacionamento organizado – e cobraria ingressos muito maiores por essas comodidades); em [13] a cela *gourmet*, “com todas as mordomias”, contrastaria com aquilo que se conhece das condições do sistema prisional brasileiro.

Sob esse mesmo aspecto estaria a oferta de serviços, como nos exemplos a seguir.

[14]	 · Jun 19 ... Lamento mas cortar cabelo na periferia esmurra muito corte gourmet. Cabelo em shopping: 50 reais pra vc poder tomar uma cerveja, cabelo em bairro: 20 reais com você podendo dar um pega de F1
[15]	 · Jun 26, 2023 ... Faxina gourmet? Por que mop spray é sucesso para limpar a casa rápido

Em [14], discorre-se sobre um contraste entre o “cortar cabelo na periferia” (ou o corte de “cabelo no bairro”), que custa menos (“20 reais”), com “cabelo no *shopping*”. Por ser algumas vezes mais caro (“50 reais”), este último é caracterizado como “corte *gourmet*”. Por sua vez, em [15], há a menção à faxina *gourmet*, que, em vez dos tradicionais vassoura (de piaçava), rodo, pano de chão e balde, precisa apenas de um “mop spray”, objeto com nome estrangeiro que exerce, por um preço mais alto, a mesma função dos objetos anteriores.

Além de serviços, objetos também podem ser *gourmet*, como em [16] e [17].

[16]	 Jun 17 ... TORNEIRA DE RICO Torneira Gourmet Pia Flexível Inox - R\$ 44 mercadolivre.com/sec/1X4vjJL Preta - R\$ 48 mercadolivre.com/sec/2AAC6p5
[17]	 Jun 24 ... sincera os sabonetes "gourmet" da n4tura, bOticário e etc tão uma porcaria, dps de duas usadas nem espuma direito fazem mais, o cheiro tbm fica pouquíssimo. esses baratinhos de supermercado tão surrando muito de vdd

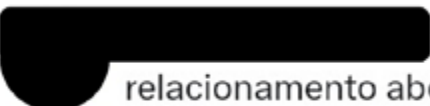
No primeiro exemplar acima, *gourmet* é usado para designar um tipo de torneira. Por não ser uma comum, mas uma “torneira de rico”, torna-se, por isso, uma torneira *gourmet*. No segundo, sabonetes de marcas famosas (como os da Natura e do Boticário), por serem *gourmet* (i.e., mais caros), deveriam fazer mais espuma e ter uma fragrância mais duradoura que os “baratinhos de supermercado”.

Outro uso encontrado para *gourmet* é sua associação a animais.

[18]	 Jun 26, 2023 ... pra mim borboleta é tipo uma barata gourmet quando se trata do meu medo
[19]	 Jun 21 ... Ver esquilo: 🤔😞 rato gourmet Ver coelhinhos na rua: ❤️❤️🌟😊 iti mamãe

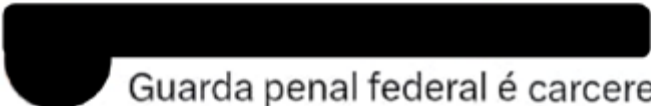
Em [18], a borboleta, para quem fez a postagem, seria apenas uma barata com asas mais bonitas, mas tão assustadora quanto ela; seria, assim, uma barata *gourmet*. De modo semelhante, no exemplar [19], um esquilo seria uma versão de rato, talvez um rato com uma cauda mais bonita – um rato *gourmet*. Nestes casos, usa-se *gourmet* para caracterizar uma versão melhorada daquilo que, popularmente, se despreza ou ao qual não se costuma ter apreço, como ratos e baratas.

Algo semelhante acontece no uso de *gourmet* para caracterizar pessoas.

[20]	 · Jan 2, 2023 ... Essa reporter é a prova viva de que você pode sim ter "repertório", leitura, conhecimento, boa instrução e mesmo assim ser burro. Ignorante gourmet.
[21]	 · 11h ... relacionamento aberto = corno gourmet

No exemplar [20], *ignorante gourmet* é uma referência a alguém que, apesar de ser instruído ("ter 'repertório', leitura, conhecimento, instrução"), permanece na condição de "ser burro". Por sua vez, em [21], *corno gourmet* é alguém que, estando em um relacionamento, aceita que o/a parceiro/a também se relacione com outra(s) pessoas(s). Nessa postagem, aceitar estar em um "relacionamento aberto" seria uma forma mais polida de se dizer que alguém, voluntariamente, aceita ser "corno" (i.e., ser traído). Assim, à semelhança de [18] e [19], usa-se *gourmet* para caracterizar algo ou alguém como uma versão melhorada daquilo que já tem uma conotação ruim, como um ignorante ou um corno.

Gourmet também é usado de outro modo para se referir a pessoas.

[22]	 · Jul 14, 2022 ... Guarda penal federal é carcereiro gourmet ! Carcereiro só faz ronda no presídio ! Simples ! Precisa desenhar ??
------	---

[23]	· Dec 4, 2014 ... Essa ideia de lecionar e aplicar provas "engraçadinhas" cansou hein!! É o professor gourmet.
------	---

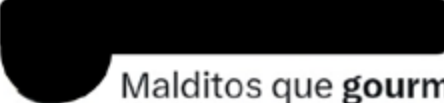
Em [22] e [23], *gourmet* é novamente usado para se referir a pessoas. Nestes casos, também descreve uma espécie de “versão melhorada” não de algo com conotação negativa (como em [20] e em [21]), mas de construções estereotípicas de tipos encontrados na sociedade (nestes casos, um carcereiro e um professor).

À guisa de definição, apresentamos uma proposta de sistematização quanto aos usos de *gourmet*:

- diz-se da área de convívio de uma habitação usada para lazer e/ou recepção, onde alimentos podem ser preparados e servidos;
- diz-se daquilo que, no imaginário popular, deveria ser comum, simples, ordinário, trivial e/ou sem requintes – estabelecimentos comerciais, locais públicos, serviços, objetos, alimentos, pessoas ou animais –, mas não o é;
- *por extensão*: diz-se daquilo que, por ser popular, deveria ter, em tese, preços módicos e acessíveis, mas que, pelo valor agregado, acaba se tornando caro.
- em referência a pessoas, funciona como uma versão otimizada: (i) daquilo que tem conotação negativa (e.g. corno, ignorante); (ii) de uma construção estereotípica de um tipo encontrado na sociedade (e.g. carcereiro, professor);

Apresentamos a seguir duas unidades lexicais que derivam de *gourmet*. A primeira delas é *gourmetizar*.

[24]	· Jun 11 ... gourmetizaram o churras, agr se faz na air fryer
------	--

[25]	 · Jun 1 ... Malditos que gourmetizaram a Havanianas Brasileirinha. Paguei hoje 45 conto numa chorando... lembrar que já comprei uma por 25,30...
[26]	 · May 28 ... Pqp gourmetizaram os crentes  Zorak @zorakbr · May 27 Era só ter ficado de boa Lutero  1:12
[27]	 · Sep 8, 2019 ... Gourmetizaram até o banco da praça pqp  Ken Rutkowski @kenredio · Sep 6, 2019 Bench is covered with spikes that disappear after you pay - Good idea?  0:43

Nos exemplares acima, *gourmetizar* é a forma verbal da unidade lexical *gourmet* e, por esse motivo, funciona dentro do mesmo campo semântico. Em [24], *gourmetiza-se* o churrasco ao prepará-lo em uma fritadeira elétrica. O preparo tradicional do churrasco e de seus inconvenientes – como acender o carvão, suportar o calor e a fumaça da churrasqueira, entre outros – é substituído pela praticidade desse aparelho. Em [25], as sandálias da marca Havaianas, outrora vendidas a preços módicos, hoje são consideradas *gourmetizadas* por seu custo (“45 conto”, um preço alto para alguém que afirma já tê-las comprado “por 25, 30”).

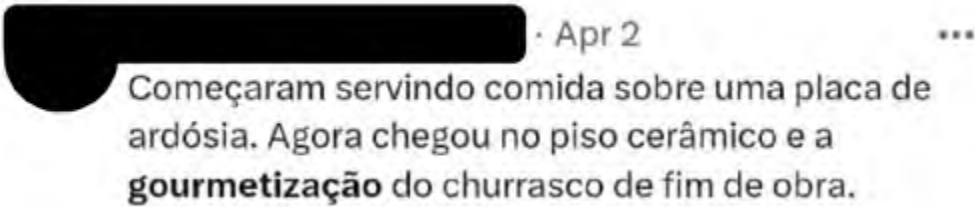
Já no exemplar [26], a afirmação de que “*gourmetizaram* os crentes” remete a um vídeo que circulou nas redes sociais, e cujo conteúdo foi compartilhado na postagem em questão, no qual uma jovem registra suas impressões ao visitar igreja evangélica diferente daquilo que, no imaginário popular, se compreende de igrejas dessa vertente religiosa. Indo além, a própria jovem quebra essa expectativa estereotípica do que popularmente se atribui a evangélicos (ou “crentes”) pelo fato de vestir roupas contemporâneas, de circular pelo ambiente portando um copo similar aos das grandes redes de café (e não com uma Bíblia em mãos) e de ter alguém filmando tudo aquilo que ela faz no ambiente. Por diferir daquilo que se acredita ser um “evangélico tradicional” é que é o autor da postagem em [26] afirma que “*gourmetizaram* os crentes”.

Em [27], o objeto *gourmetizado* é um banco de praça. Neste caso, aquilo que, por estar em uma praça ou em um jardim público, deveria ser de acesso livre para a população tem um sistema que só permite seu uso mediante pagamento, como afirmado nos trechos em inglês (em tradução livre, o autor da postagem afirma “O banco está coberto de pontas que desaparecem depois que você paga. Boa ideia?”. No próprio vídeo da postagem, é dito que “você tem que pagar para sentar neste banco privado.”). Assim, pela quebra de expectativa face à necessidade de se pagar por algo que habitualmente é de graça, é que se diz que “*gourmetizaram* até o banco da praça”.

Considerando esses exemplos, e outros que não pudemos expor em função da extensão deste trabalho, apresentamos a seguir uma proposta de definição para *gourmetizar*. Vale ressaltar que, nos dados coletados durante a pesquisa, esse verbo tem uma conotação negativa.

- ação de tornar requintado, refinado, sofisticado ou caro aquilo que, no imaginário popular, deveria ser simples, ordinário, trivial, sem requintes e/ou com preços acessíveis, como locais públicos, estabelecimentos comerciais, serviços, objetos, alimentos ou pessoas.

A segunda unidade lexical derivada de *gourmet* – e de *gourmetizar* – é *gourmetização*.

[28]	
------	--

[29]	[REDACTED] · Jan 25 ... tenho um Od10 de gourmetização de serviço. colocam um monte de coisa que nem todo mundo faz questão que tenha só pra justificar o preço 10x maior. Exemplo é barbearia cara só pq oferece café e cerveja
[30]	[REDACTED] · Apr 17 ... não aguento essa gourmetização do brechó pq tão vendendo no preço de uma nova as roupas  matthel ☆ @omatthel · Apr 16 a querida q ficou ofendida pq falei que acho ridiculo brechó querer cobrar 50 reais numa camiseta
[31]	[REDACTED] · Oct 13, 2023 ... R\$300,00 MEIA ENTRADA....pra ver a selecinha empatar com a Venezuela. PQP...A Gourmetização padrão FIFA acabou com futebol. Que era o ópio do povo. 🙄🤔
[32]	[REDACTED] · Jan 8 ... Sem contar que por conta dessa gourmetização do açaí muita gente acha que a forma que a gente consome é “nojenta”. Já tive que ouvir absurdos de gente falando que açaí com peixe/camarão deve ser horrível sem nunca ter experimentado, enfim... x.com/gabeleirbag/st...

Do mesmo modo que *gourmet* e *gourmetizar*, a unidade lexical *gourmetização* funciona a partir de uma quebra de expectativa. Em [28], essa quebra está na associação de um “churrasco de fim de obra”, que, tradicionalmente, deveria ser algo sem requintes por causa da forma em que é preparado – a saber, em um ambiente de construção, com uma churrasqueira muitas vezes improvisada com materiais do próprio local – a algo mais refinado ou requintado. De acordo com essa postagem, o modo tradicional, e talvez mais rudimentar, de se preparar um churrasco para comemorar o término de uma construção é substituído por um churrasco servido em placas de ardósia ou em piso cerâmico.

Essa quebra de expectativa não se restringe apenas à forma como algo é feito, como em [28], como também se estende aos preços cobrados por serviços e produtos. No exemplar [29], reclama-se do serviço oferecido em barbearias que cobram um “preço 10x maior”. Por sua vez, em [30], a insatisfação está nos altos preços cobrados em brechós, locais onde se comercializam produtos de segunda mão, em geral com preços mais acessíveis do que os de lojas convencionais. Já em [31], a reclamação está nos altos preços cobrados em estádios que seguem padrões estabelecidos pela FIFA.

Por fim, e seguindo nessa mesma esteira, o exemplar [32] diz respeito a uma questão cultural sobre as diferentes formas de consumo do açaí no Brasil. Em determinados locais, especialmente em partes da região Norte, o açaí é servido como comida salgada, acompanhado de peixe e/ou camarão, farinha de mandioca ou tapioca. Possivelmente é este o contexto local da postagem em questão. De acordo com o autor, a forma como o açaí é preparado em outras partes do país – a saber, servido de forma gelada com frutas (banana, morango, uva), granola, leite em pó, leite condensado, entre outros acompanhamentos – indica que o preparo dessa fruta sofreu o processo de *gourmetização*, isto é, foi transformado em algo mais requintado do que tradicionalmente se esperava.

Com base nessas postagens, podemos, pois, apresentar mais uma proposta de definição, desta vez para *gourmetização*, que, à semelhança de *gourmetizar*, é usado com uma conotação negativa, em tom de crítica.

- ato ou processo de tornar requintado, refinado, sofisticado ou caro aquilo que, no imaginário popular, deveria ser simples, ordinário, trivial, sem requintes e com preços acessíveis, como estabelecimentos comerciais, locais públicos, serviços, objetos, alimentos ou pessoas.

Tendo analisado o uso de *gourmet* e de suas derivações no português brasileiro (*gourmetizar*, *gourmetização*), discutimos a seguir como essas unidades lexicais podem ser compreendidas como neologismos.

Considerações finais

Ao longo deste trabalho, investigamos o uso de *gourmet* e de suas derivações no português brasileiro. Importa, neste momento, discutirmos o aspecto neológico dessas unidades lexicais, estabelecendo uma relação com a teoria chomskyana.

Em relação à *gourmet*, podemos afirmar que se trata de um neologismo semântico, conforme definido por Carvalho (1987), Alves (2002) e Correia e Almeida (2012), para quem uma unidade lexical já existente é utilizada de maneira diferente do que está registrado nos dicionários. Assim, considerando as novas acepções incorporadas às já identificadas no *corpus* de exclusão deste trabalho, concluímos que *gourmet* passou pelo processo de neologia semântica, o que exemplifica a produtividade lexical descrita por Chomsky (1986), que, por meio da recursividade, permite que os falantes atribuam novos sentidos a unidades lexicais preexistentes, expandindo o repertório semântico da língua sem a necessidade de criar novas formas. Essa transformação é notável em múltiplas dimensões: originalmente associada a uma pessoa – um ser animado, como o conhecedor de comidas refinadas –, passou a caracterizar ambientes inanimados, como espaços ou objetos; evoluiu de substantivo para adjetivo em usos qualificadores; e, em muitos contextos, transitou de uma conotação positiva de sofisticação para uma negativa, associada a excessos ou elitismo.

Por sua vez, não encontramos registros de *gourmetizar* nem de *gourmetização* no *corpus* de exclusão. Desse modo, por serem unidades lexicais ainda não dicionarizadas, podemos concluir que *gourmetizar* e *gourmetização* são casos de neologismo formal. Essa ausência nos dicionários pode ser um indicativo de que tais unidades lexicais estão, de algum modo, em processo de legitimação no léxico da língua.

Tais resultados apontam, em termos chomskyanos (Chomsky, 2002, 1965), para a capacidade intrínseca das línguas de gerar novas formas a partir de elementos preexistentes. É o caso de *gourmet* enquanto um neologismo semântico: não foi preciso uma criação *ex-nihilo* ("do nada") para dar conta dos diferentes sentidos descritos em nossas análises; pelo contrário, a partir de uma forma dicionarizada outras foram criadas. Indo além, com base nas novas acepções atribuídas a *gourmet*, outras unidades lexicais foram formadas, como *gourmetizar* (*gourmet* + sufixo -izar, sufixo este usado no português brasileiro para a formação de verbos a partir de substantivos, por exemplo, *economia/economizar* e *hospital/hospitalizar*) e *gourmetização* (*gourmetizar* + sufixo -ção, sufixo usado no português brasileiro para formar substantivos a partir de verbos, como em *realizar/realização*, *organizar/organização*).

Por fim, destacamos a relevância das redes sociais (neste caso, do X) como fonte de dados para o estudo de (novas) unidades lexicais. Neste trabalho, foram as interações nessa plataforma que possibilitaram a identificação de neologismos. Desse modo, essa

rede social – e as outras existentes – parecem desempenhar um papel importante na legitimação de novas unidades lexicais, uma vez que sua utilização e popularização entre os usuários podem influenciar a inclusão de novas unidades lexicais em dicionários, o que pode fazer dessas plataformas catalisadoras para a inovação lexical, contribuindo, de alguma maneira, para a importância dos estudos lexicológicos na contemporaneidade.

Referências

ALVES, I. M. Contribuições para a metodologia do trabalho em neologia terminológica: o *corpus* de exclusão. In: CATALÁ, S. Á.; BARITÉ, M. (org.). *Teoría y praxis em termonología*. Montevideu: Ediciones Universitarias, 2017.

ALVES, I. M. Neologia e níveis de análise linguística. In: ISQUERDO, A. N.; ALVES, I. M. (org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Vol. III. Campo Grande: Humanitas, 2007. p. 77-91.

ALVES, I. M. *Neologismo – criação lexical*. 2 ed. São Paulo: Ática, 2002.

ANTUNES, M.; CORREIA, M. Novos formantes da língua portuguesa: análise dos fractoconstituintes presentes no ONP. In: ALVES, I. M. (org.). *Neologia e neologismos em diferentes perspectivas*. São Paulo: Paulistana, 2010. p. 147-172.

AULETE, C. *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

AULETE Digital. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*: Caldas Aulete. Versão digital. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008. Disponível em: <https://www.aulete.com.br>. Acesso em: 29 abr. 2025.

BASÍLIO, M. *Teoria lexical*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2004.

BECHARA, E. *Dicionário da língua portuguesa Evanildo Bechara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

BORBA, F. da S. *Dicionário Unesp do português contemporâneo*. Curitiba: Piá, 2011.

CANO, W. M. Tentativa de caracterização do neologismo: alguns critérios. In: ISQUERDO, A. N.; ALVES, I. M. (org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Vol. III. Campo Grande: Humanitas, 2007. p. 137-145.

CARVALHO, N. *O que é neologismo*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHOMSKY, N. *Syntactic structures*. 2. ed. Berlin: Mouton de Gruyter, 2002.

CHOMSKY, N. *Knowledge of language: its nature, origin, and use*. New York: Praeger Scientific, 1986.

CHOMSKY, N. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge, MA: M.I.T. Press, 1965.

CORREIA, M.; ALMEIDA, G. M. B. *Neologia em português*. São Paulo: Parábola, 2012.

HOUAISS. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Versão online. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004. Disponível em: <houaiss.uol.com.br>. Acesso em: 29 abr. 2025.

MICHAELIS. *Michaelis dicionário brasileiro da língua portuguesa*. Versão digital. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br>. Acesso em: 29 fev. 2025.

PREARO-LIMA, R. Blends lexicais e neologismos: alguns conceitos e problematizações. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 9, n. 3, p. 38-56, set./dez. 2019.

TRIGUEIRO, E. et al. Espaços gourmet em moradas brasileiras: herdeiros de uma “viúva grávida”? *Revista de Morfologia Urbana, [S. l.]*, v. 12, n. 1, p. 1-19, 2024. DOI: 10.47235/rmu.v12i1.366.

VESPUCCI, G.; SABOYA, R. Do quarto de empregada à varanda gourmet: plantas de apartamento em Florianópolis (1954-2008). *Ambiente Construído, [S. l.]*, v. 20, n. 2, p. 305-322, 2020.

A qualidade de voz avaliada por meio de descritores impressionísticos e fonéticos: subsídios para o contexto forense

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v54i3.3815>

Rafael Scarpelli¹

Renata Passetti²

Sandra Madureira³

Resumo

Este estudo avalia a relação entre descritores impressionísticos e fonéticos de qualidade de voz e discute as implicações para exames conduzidos na área de Fonética Forense envolvendo testemunhas auriculares. A metodologia compreendeu o julgamento de um conjunto de vozes por ouvintes com e sem treinamento em fonética e a avaliação dessas vozes por especialistas no uso do Vocal Profile Analysis (VPA). Análise estatística multivariada foi empregada para análise de relações entre os ajustes de qualidade de voz presentes no VPA (descritores fonéticos) e os adjetivos usados por ouvintes sem treinamento em fonética (descritores impressionísticos). Os resultados mostraram associações entre ajustes de qualidade de voz do VPA e adjetivos usados por ouvintes sem treinamento em fonética e lançam luz sobre a compreensão de como características de qualidade de voz impactam as percepções de ouvintes leigos e treinados, tema de interesse para a área de Fonética Forense.

Palavras-chave: qualidade de voz; Fonética Forense; Vocal Profile Analysis; descrição impressionística.

1 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, São Paulo, Brasil; rafacuryscarpelli@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0002-2062-721X>

2 Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil; re.passetti@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0002-1547-2831>

3 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, São Paulo, Brasil; sandra.madureira.liaac@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0001-8263-053X>

Voice quality described through impressionistic and phonetic labels: contributions to forensic application

Abstract

This study evaluates the relationship between impressionistic and phonetic descriptors of voice quality and discusses the implications for forensic phonetic investigation regarding earwitnesses. The methodology included the judgments of a set of voice samples by listeners with and without training in phonetics, as well as the assessment of these voices by experts using Vocal Profile Analysis (VPA). Multivariate statistical analysis was used to examine the relationships between the VPA settings (phonetic descriptors) and the adjectives used by untrained listeners (impressionistic descriptors). The results show associations between the VPA settings and adjectives used by untrained listeners and highlight how voice quality characteristics impact the perceptions of both lay and trained listeners – an area of interest in forensic phonetics.

Keywords: voice quality; Forensic Phonetics; Vocal Profile Analysis; impressionistic labels.

Introdução

Durante a investigação de um crime, é comum a coleta de depoimentos de testemunhas. Em algumas situações, elas podem oferecer detalhes sobre o crime ou ajudar a criar um retrato falado do criminoso; em outras podem descrever a voz do criminoso, como em crimes ocorridos por meio do telefone, envolvendo golpes e extorsões, por exemplo. Este trabalho aborda o cenário apresentado neste último exemplo, em que um “retrato” de uma voz é fornecido por ouvintes leigos. Procura-se entender a relação existente entre adjetivos fornecidos por ouvintes leigos e termos técnicos empregados por especialistas, como peritos e foneticistas, para caracterizar uma voz.

Desta forma, o objetivo deste trabalho é comparar avaliações impressionísticas de qualidade de voz, baseadas em descritores semânticos, com aquelas feitas por meio de descritores fonéticos. Busca-se compreender as relações entre termos leigos e técnicos para descrição da qualidade de voz e como esses mapeamentos terminológicos são organizados, bem como discutir as possíveis aplicações para exames conduzidos na área de Fonética Forense.

Fundamentação teórica

A Fonética Forense é uma área da fonética que aplica teorias, métodos e técnicas experimentais na perícia de voz (Jessen, 2008). A Comparação de Locutor (doravante

CL) é um dos principais exames conduzidos na área e tem como objetivo determinar a probabilidade de amostras de fala comparadas terem sido produzidas por um mesmo falante. Durante a condução dessa tarefa, o foneticista forense recorre a conhecimentos linguísticos, sobretudo fonéticos e sociofonéticos, para encontrar padrões semelhantes e/ou divergentes entre a amostra de fala questionada, associada ao criminoso, e a amostra de referência, associada a um suspeito.

A evolução do conhecimento e de técnicas de análise em Fonética Forense conferiu maior robustez e sistematicidade a investigações envolvendo amostras de voz como evidências de crimes. Dessa forma, foi possível evitar julgamentos que antes se baseavam apenas em depoimentos de testemunhas auriculares ou em análises sem o suporte de metodologias cientificamente fundamentadas.

Um caso de grande repercussão envolvendo o depoimento de uma testemunha auricular foi o sequestro do filho do aviador norte-americano Charles Lindbergh, ocorrido em março de 1932 em Nova Jersey. Durante as negociações do pagamento de resgate, o pai da vítima ouviu a voz do sequestrador. Passados 29 meses do ocorrido, Lindbergh afirmou ser de Bruno Hauptmann, um suspeito detido pela polícia, a voz ouvida durante as negociações e testemunhou contra ele durante o julgamento do caso (Eriksson, 2014).

O caso Lindbergh motivou estudos sobre o efeito do tempo sobre a memória de vozes não familiares e a confiabilidade dos depoimentos de testemunhas auriculares. Em uma revisão sobre a literatura envolvendo identificações oculares e auriculares, conduzida por Fraser (2019), a autora argumenta que depoimentos de testemunhas oculares possuem um nível de precisão questionável devido às altas taxas de erros e que depoimentos de testemunhas auriculares são ainda menos confiáveis, conforme corroborado por Kreiman e Sidtis (2011), recomendando cautela em seu uso nos tribunais.

A confiabilidade de identificações de vozes por ouvintes com treinamento (i.e. foneticistas forenses) e sem treinamento (i.e. ouvintes leigos) em fonética foi investigada por Schiller e Koster (1998). Neste experimento, os ouvintes deviam identificar as amostras pertencentes à voz-alvo em um conjunto com 108 amostras de fala de até oito segundos de duração. Os resultados mostraram o melhor desempenho de ouvintes com treinamento em fonética, cuja taxa de acerto foi de 98% e a de alarmes falsos foi de 1%⁴. Ouvintes sem treinamento apresentaram uma taxa de acerto de 92% e taxa de alarme falso de 2%. Embora os resultados de ambos os grupos de ouvintes tenham sido satisfatórios, esses percentuais revelam a maior precisão dos ouvintes com treinamento em fonética na identificação de vozes.

4 Os percentuais referentes a rejeições corretas não foram considerados na explanação acima.

Em estudo posterior, Koster *et al.* (2007) investigaram se ouvintes treinados teriam desempenho superior a ouvintes leigos na tarefa de identificação de ajustes de qualidade de voz de naturezas fonatórias (e.g. sopro, aspereza, crepitação etc.) e articulatórias (e.g. estiramento ou protusão labial, abertura ou fechamento de mandíbula etc.). Os especialistas apresentaram melhor desempenho que os ouvintes leigos, com taxas de erros de 17,8% e de 51,2%, respectivamente. Esses dados confirmam o melhor desempenho de ouvintes com treinamento em fonética em tarefas de identificação de vozes, como demonstrado no trabalho de Schiller e Koster (1998).

Ao investigar a relação entre termos usados por especialistas em fonética e rótulos impressionísticos dados por ouvintes leigos, Burns (2010) encontrou correlações entre descritores técnicos e aqueles dados por ouvintes leigos, como “Creaky” para descrever “Creaky voice” e “Falsetto” para falsete. No entanto, termos equivocados também foram registrados nas descrições dos ouvintes leigos, como o uso do termo “nasal” para vozes denasais. Além disso, esses ouvintes fizeram referência a vozes de personagens fictícios e de figuras públicas para descrever qualidades de voz, como “Sean Connery” para se referir ao ajuste de língua retroflexa e “Kermit, the Frog” para se referir ao ajuste de laringe elevada. Esses achados sublinham a importância de desenvolver metodologias que melhorem a comunicação entre especialistas e leigos na descrição e caracterização de vozes.

A presente pesquisa tem como objeto de análise a qualidade de voz, compreendida aqui em seu sentido amplo, conforme definido por Laver (1980). Para o linguista, a qualidade de voz resulta da combinação a longo prazo de ajustes de tensão, extensão e de configuração do trato vocal (Laver, 1968). Os ajustes correspondem às posturas articulatórias e fonatórias que se mantêm ao longo da fala e alteram a qualidade dos segmentos fônicos. Esses ajustes, que conferem “coloridos” às vozes, permitem que informações linguísticas e extralinguísticas, como sexo, idade perceptível, região de origem e estado emocional, possam ser acessadas (Madureira, 2020).

Por considerar a qualidade de voz de forma componencial, o modelo fonético de Laver (1980) permite que diferentes componentes de uma voz sejam registrados. Essa abordagem tem grande vantagem para a área forense, pois, pelo seu uso, torna-se possível, em uma perícia criminal, a comparação do conjunto de ajustes que compõem os perfis vocais do suspeito e do criminoso, auxiliando na identificação de semelhanças e divergências em termos de qualidade de voz.

O modelo fonético da qualidade de voz foi sistematizado por meio do Vocal Profile Analysis (doravante VPA, Laver *et al.*, 1991). Em sua versão mais recente⁵ (Laver; Mackenzie-Beck, 2007), constituem o sistema VPA 37 ajustes de qualidade de voz e 19 ajustes de dinâmica

⁵ A versão mais atual do sistema VPA (Laver; Mackenzie-Beck, 2007) está apresentada na seção Anexos.

vocal. Os ajustes de qualidade de voz informam sobre aspectos articulatórios, fonatórios, de tensão e de extensão do trato vocal, enquanto os ajustes de dinâmica vocal informam sobre os aspectos prosódicos e de organização temporal.

A análise da qualidade de voz por meio do sistema VPA é realizada em duas etapas: a primeira, em que se avalia o caráter de neutralidade ou não neutralidade dos 56 ajustes que o compõem, e a segunda, em que se atribui graus de 1 a 6 para os ajustes identificados como não neutros. É possível registrar ainda ajustes não neutros que se manifestam intermitentemente.

O sistema VPA foi utilizado por Scarpelli, Passetti e Madureira (2022) para investigar relações entre descritores técnicos e não técnicos de qualidade de voz no português brasileiro. Nesta pesquisa, adjetivos impressionísticos atribuídos por ouvintes leigos ao conjunto de vozes foram comparados a ajustes não neutros de qualidade de voz atribuídos a essas vozes por especialistas no uso do sistema VPA. Os termos impressionísticos se relacionam tanto a ajustes de configuração e tensão dos subsistemas laríngeo e supralaríngeo quanto a ajustes de dinâmica vocal. São exemplos dessas relações os empregos dos adjetivos “abafada”, associado tanto a um *pitch* médio abaixado quanto à posição recuada do corpo de língua, e “esganiçada”, associado à presença de tensão no trato vocal e a um *pitch* médio elevado.

Os estudos apresentados (Scarpelli et al, 2022; Burns, 2010) evidenciam a relação existente entre descritores técnicos e não técnicos na análise de vozes e a capacidade de ouvintes leigos descreverem uma voz com certo grau de precisão. Portanto, compreender as relações existentes entre termos impressionísticos e técnicos para a descrição de vozes é crucial para a Fonética Forense e outras áreas que têm a voz como objeto de análise. Os desafios são compreender como os mapeamentos entre termos impressionísticos e termos técnicos são organizados e avaliar a confiabilidade dos depoimentos de testemunhas leigas (Fraser, 2019; Jong *et al.*, 2015; Nolan; Grabe, 1996), a fim de se discutir as possíveis aplicações para exames conduzidos na área de Fonética Forense.

Metodologia

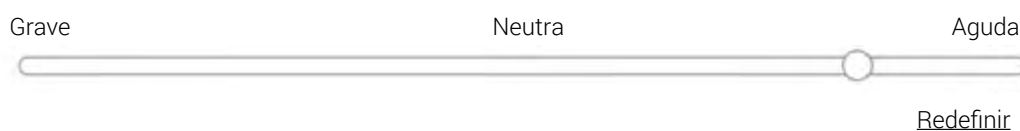
Os experimentos de natureza perceptiva conduzidos neste estudo foram realizados em três etapas: (1) experimento envolvendo julgamentos das características de vozes por juízes leigos, (2) experimento envolvendo julgamentos por juízes treinados com base nos qualificadores fornecidos pelos leigos e (3) avaliação fonético-auditiva das vozes por especialistas no uso do Vocal Profile Analysis (VPA).

As amostras de fala selecionadas para esta pesquisa são provenientes do corpus de Passetti (2015) e consistem de gravações na condição direta (presencialmente, com captação direta por microfone) de dez homens, com idades entre 20 e 25 anos à época da gravação, todos estudantes de graduação da Universidade Estadual de Campinas. As gravações foram editadas para ter duração de, aproximadamente, 45 segundos, conforme recomendado para avaliações de perfis vocais (Beck, 2005). As amostras de fala foram organizadas e nomeadas de V1 a V10 para fins de análise.

Primeiro teste perceptivo

O primeiro teste perceptivo teve como objetivo avaliar a percepção de ouvintes leigos. O teste consistiu na seleção de adjetivos pelos ouvintes leigos, a partir de uma lista de pares de adjetivos. Os ouvintes foram instruídos a escolher os adjetivos da lista que consideravam mais adequados para descrever cada voz apresentada e uma pontuação referente ao grau de manifestação desses adjetivos. A lista foi apresentada em uma escala contínua de diferencial semântico, representada na Figura 1, contendo uma barra de deslizamento, o que permitia a movimentação em três níveis. Os participantes atribuíam pontuações de 1 a 3 para cada adjetivo, indicando o nível de manifestação na voz avaliada. O deslizador era posicionado mais próximo do adjetivo que melhor caracterizava a voz ouvida, conforme a pontuação de intensidade percebida.

Figura 1. Barra de deslizamento para uma voz considerada aguda com pontuação 2



Fonte: Elaboração própria

Os dez pares de adjetivos escolhidos para este teste são advindos da pesquisa de Scarpelli *et al.* (2022): Grave/Aguda, Tensa/Relaxada, Rouca/Límpida, Jovem/Idosa, Esganiçada/Suave, Entusiasmada/Desanimada, Rápida/Lenta, Segura/Insegura, Forte/Fraca e Abafada/Clara.

No primeiro teste perceptivo, participaram 58 ouvintes sem treinamento em fonética. Os participantes foram convidados por *e-mail*. Dos 58 participantes, 16 eram homens, e 42, mulheres. As idades variaram de 16 a 80 anos (desvio padrão de 18,3 anos). Os participantes eram de diversos estados, principalmente São Paulo ($n = 48$), com alguns de Minas Gerais ($n = 4$), Rio de Janeiro ($n = 1$), Tocantins ($n = 1$) e Amazonas ($n = 1$). A escolaridade variou de ensino médio incompleto a pós-graduação completa, e não houve divergências nas respostas devido à região de origem.

Para analisar a concordância entre as respostas dos participantes nesse primeiro teste perceptivo, aplicamos o teste Alpha de Cronbach (Cronbach, 1951), utilizando a linguagem R no *software* R Studio. O teste foi realizado com o auxílio do pacote Psych (Revelle, 2023). De acordo com as orientações do teste, valores acima de 0,65 são recomendados para indicar uma boa consistência interna. O coeficiente Alfa de Cronbach obtido para as respostas desses participantes foi de 0,67, indicando uma coerência moderada. O intervalo de confiança a 95% variou entre 0,61 e 0,69, evidenciando a consistência moderada das respostas dos participantes.

Segundo teste perceptivo

A segunda etapa do estudo compreendeu a aplicação de um teste perceptivo envolvendo filas de reconhecimento vocais, as quais foram geradas conforme as diretrizes apresentadas em Broeders e Van Amelvoort (1999). Essas filas eram compostas pelo mesmo conjunto de vozes do primeiro teste perceptivo, porém com cada amostra editada para ter a duração de 20 segundos. Cada fila de reconhecimento era composta por cinco amostras de fala, uma voz-alvo e quatro vozes distratoras. As amostras de fala foram organizadas aleatoriamente nas filas por meio do *script* CreateLineUp (Barbosa, 2021) Praat.

Cada fila de reconhecimento foi acompanhada pelos quatro adjetivos mais frequentes usados para descrever a voz-alvo, selecionados com base nos resultados do primeiro teste perceptivo. Esses adjetivos ajudaram a guiar os juízes na identificação das vozes-alvo nas filas de reconhecimento. O objetivo foi investigar se os adjetivos atribuídos pelos participantes do primeiro teste seriam úteis para o reconhecimento das vozes descritas. Participaram desta etapa 32 juízes com formação em fonética (linguistas, fonoaudiólogos e peritos de voz). A idade dos participantes variou entre 22 e 66 anos (desvio-padrão de 11,6 anos). A origem dos participantes variou entre São Paulo, com 13 participantes; Paraíba, com 5; Rio Grande do Norte, Ceará, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, com 2 cada um; e Rio Grande do Sul, Pernambuco, Goiás, Maranhão, Sergipe e Distrito Federal, com 1 participante cada. Todos os participantes possuíam pós-graduação, com exceção de um deles, que possuía apenas ensino superior.

Avaliação do conjunto de vozes por especialistas no VPA

As amostras de fala utilizadas no primeiro teste perceptivo também foram avaliadas por um grupo de três juízes treinados no uso do VPA, no caso, os autores deste trabalho. Cada juiz preencheu o VPA de forma independente, e, posteriormente, as avaliações individuais foram comparadas para discutir convergências e divergências. Esse processo permitiu a elaboração de um único perfil vocal para cada uma das 10 amostras de fala.

Análise estatística

A correlação entre os descritores impressionísticos – adjetivos atribuídos pelos ouvintes leigos – e técnicos da qualidade de voz – ajustes não neutros do VPA – foi investigada por meio do método estatístico Multiple Factor Analysis (MFA). Seu principal objetivo é correlacionar as variáveis qualitativas e quantitativas, considerando a projeção dessas variáveis no espaço vetorial dentro das dimensões com maior ganho inercial, ou seja, aquelas que compreendem as variáveis significativas. Dentro de uma mesma dimensão, as variáveis apresentam correlações, sejam elas positivas, ou negativas (Husson; Le; Pagè, 2020).

Resultados

Dentre os adjetivos mais selecionados no primeiro teste perceptivo para descrever as vozes do *corpus* de pesquisa deste trabalho, podemos destacar “grave”, “entusiasmada” e “fraca”.

As taxas de acerto, referentes à escolha das vozes-alvo corretamente com base no conjunto de adjetivos que as descrevia, do segundo teste perceptivo variaram entre 6% e 66%, com algumas vozes apresentando alarmes falsos significativos (vozes distratoras selecionadas com mais frequência do que a voz-alvo). Esses dados mostram uma diversidade nas percepções e ajustes para diferentes vozes.

Dentre os ajustes mais frequentes nos perfis vocais dos falantes, advindos da etapa de avaliação das vozes por meio do protocolo VPA, destacam-se *creaky voice*, nasalidade, estiramento de lábios e ponta de língua avançada.

Os resultados das três etapas da pesquisa, para cada uma das vozes-alvo, estão resumidos na lista abaixo:

- **V1:** Adjetivos: grave, relaxada, segura, forte. Taxa de acerto: 56%. Ajustes: corpo de língua abaixado, nasal, *creaky voice*, média alta de *loudness*.
- **V2:** Adjetivos: relaxada, límpida, desanimada, lenta. Taxa de acerto: 22%. Voz distratora (alarme falso): V7 (34%). Ajustes: nasal, corpo de língua avançado, *creaky voice*, alta variabilidade de *loudness*.
- **V3:** Adjetivos: tensa, desanimada, lenta, fraca. Taxa de acerto: 59%. Ajustes: extensão de lábios minimizada, ponta de língua avançada, corpo de língua avançado, nasal intermitente, trato vocal relaxado, laringe relaxada, *creaky voice* intermitente, média alta de *pitch*, fala interrompida.

- **V4:** Adjetivos: relaxada, entusiasmada, segura, forte. Taxa de acerto: 6%. Voz distratora (alarme falso): V5 (50%). Ajustes: estiramento de lábios, corpo de língua abaixado, nasal, *creaky voice* (grau 2).
- **V5:** Adjetivos: límpida, entusiasmada, segura, forte. Taxa de acerto: 44%. Ajustes: estiramento de lábios, extensão ampla de lábios, extensão ampla de língua, nasal, trato vocal tenso, *creaky voice* (grau 2), extensão ampla de *pitch*, variabilidade ampla de *pitch*, média alta de *loudness*.
- **V6:** Adjetivos: grave, tensa, límpida, insegura. Taxa de acerto: 22%. Voz distratora (alarme falso): V10 (53%). Ajustes: lábios arredondados, corpo de língua recuado, laringe abaixada, extensão ampla de *loudness* (grau 2), variabilidade alta de *loudness*, fala interrompida.
- **V7:** Adjetivos: grave, relaxada, suave, segura. Taxa de acerto: 38%. Ajustes: extensão minimizada de lábios, extensão minimizada de mandíbula, corpo de língua levantado, *creaky voice* intermitente, *whispery*.
- **V8:** Adjetivos: aguda, relaxada, esganiçada, segura. Taxa de acerto: 44%. Ajustes: extensão ampla de mandíbula, corpo de língua recuado, corpo de língua abaixado, nasal, *creaky voice* (grau 2), variabilidade alta de *pitch*.
- **V9:** Adjetivos: aguda, límpida, rápida, fraca. Taxa de acerto: 66%. Ajustes: estiramento de lábios, extensão minimizada de lábios, ponta de língua avançada, corpo de língua avançado, denasal, *creaky voice*, média alta de *pitch*, média alta de *loudness*, variabilidade alta de *loudness*, taxa de elocução rápida.
- **V10:** Adjetivos: grave, tensa, insegura, forte. Taxa de acerto: 50%. Ajustes: extensão ampla de lábios, extensão ampla de mandíbula, corpo de língua abaixado, *creaky voice* intermitente, extensão ampla de *pitch*, fala interrompida.

Na tabela 1 apresentamos a relação dos resultados do segundo teste perceptivo com filas de reconhecimento de voz. Na parte superior da tabela, em negrito, temos a porcentagem de seleção da voz-alvo (taxa de acerto); de E1 a E5, temos a ordem apresentada na fila de reconhecimento; e na parte inferior da tabela, temos os estímulos apresentados em cada fila, com destaque para a voz-alvo em negrito.

Tabela 1. Resultados do segundo teste perceptivo (taxas de acerto e alarmes falsos)

	Fila 1	Fila 2	Fila 3	Fila 4	Fila 5	Fila 6	Fila 7	Fila 8	Fila 9	Fila 10
E1	13%	22%	16%	19%	9%	16%	22%	16%	16%	9%
E2	9%	28%	59%	50%	44%	9%	38%	9%	6%	9%
E3	0%	0%	9%	6%	6%	22%	13%	3%	66%	9%
E4	56%	34%	9%	22%	22%	53%	13%	28%	9%	50%
E5	22%	16%	6%	3%	19%	0%	16%	44%	3%	22%
	Fila 1	Fila 2	Fila 3	Fila 4	Fila 5	Fila 6	Fila 7	Fila 8	Fila 9	Fila 10
E1	V4	V2	V10	V7	V4	V3	V2	V5	V3	V2
E2	V2	V3	V3	V5	V5	V5	V7	V2	V7	V3
E3	V9	V5	V6	V4	V9	V6	V10	V10	V9	V1
E4	V1	V7	V2	V1	V1	V10	V3	V4	V6	V10
E5	V7	V8	V9	V8	V6	V8	V8	V8	V1	V4

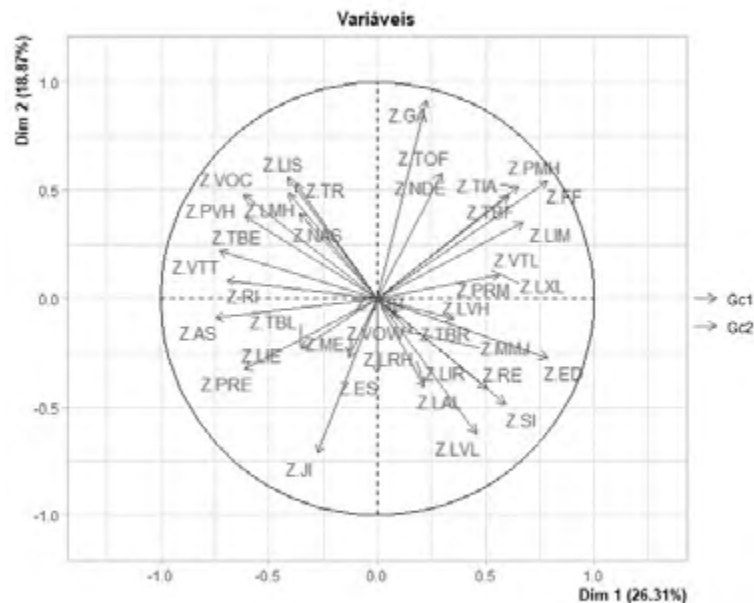
Fonte: Elaboração própria

Resultado da análise multifatorial para todas as variáveis

Para a análise da correlação entre descritores impressionísticos e técnicos da qualidade de voz, foram considerados dois grupos de dados: as médias das pontuações obtidas para cada par de adjetivos no primeiro teste perceptivo (Gc1) e os graus atribuídos a cada ajuste nos estímulos avaliados como não neutros no VPA (Gc2). Ambos os conjuntos de dados foram tratados como variáveis quantitativas na análise, utilizando o ambiente e a linguagem R. Essa abordagem permitiu investigar a estrutura subjacente dos dados e identificar as relações entre as variáveis de tipos diferentes.

Na Figura 2, temos o gráfico de vetores para todas as variáveis nas dimensões 1 e 2. Por meio deste gráfico, podemos observar a relação de oposição ou semelhança entre as variáveis. Por exemplo, a variável GA (Grave/Aguda) está em oposição à variável JI (Jovem/Idosa), ou seja, quando o valor de uma sobe, o da outra decresce. A mesma relação pode ser apontada em relação às variáveis FF (Forte/Fraca) e PRE (Extensão ampla de *pitch*), RI (Rouca/Límpida) e ED (Entusiasmada/Desanimada), LVL (Fala interrompida) e LIS (Lábios estirados). Em termos de relação de semelhança, podemos observar as variáveis que estão linearmente dependentes. É o caso de FF (Forte/Fraca), PMH (Média de *pitch* alto), LIM (Extensão de lábios minimizada), TIA (Ponta de língua avançada) e TBF (Corpo de língua avançado); LMH (Média alta de *loudness*), LIS (Lábios estirados) e TR (Tensa/Relaxada), dentre outras.

Figura 2. Gráfico de vetores para todas as variáveis nas dimensões 1 e 2



Fonte: Elaboração própria

As variáveis significativas com maior valor de correlação, em módulo, são: AS (Abafada/ Clara), ED (Entusiasmada/Desanimada), ES (Esganiçada/Suave), FF (Forte/Fraca), GA (Grave/aguda), JI (Jovem/Idosa), TR (Tensa/Relaxada), RI (Rouca/Límpida), LIM (Extensão de lábios minimizada), LVH (Alta variabilidade de *loudness*), PMH (Média alta de *pitch*), TBE (Extensão ampla de corpo de língua), TIA (Ponta de língua avançada) e VTT (Trato vocal tenso).

Com base nessas variáveis, foi realizada uma nova análise multifatorial para explorar as relações subjacentes entre elas. As variáveis presentes na Tabela 2 foram utilizadas nesta nova etapa. Os dados da Tabela 2 mostram as correlações e valores de p para as variáveis investigadas dentro das três dimensões com maior ganho inercial. Na análise multivariada, o termo “dimensões” refere-se ao número de variáveis ou características em um conjunto de dados, que podem ser visualizadas como eixos em um espaço geométrico. As variáveis dentro de uma mesma dimensão estão correlacionadas de acordo com o valor apresentado.

Tabela 2. Variáveis projetadas em cada dimensão e respectivos índices de correlação e valor de significância

Dimensão	Variável	Correlação	Valor de p
Dim 1	Z,ED (Entusiasmada/Desanimada)	0,788	0,0068
Dim 1	Z,FF (Forte/Fraca)	0,785	0,0071
Dim 1	Z,LIM (Extensão minimizada de lábios)	0,6717	0,0334
Dim 1	Z,TIA (Ponta de língua avançada)	0,6491	0,0423
Dim 1	Z,PMH (Média alta de <i>pitch</i>)	0,6491	0,0423
Dim 1	Z,RI (Rouca/Límpida)	-0,6957	0,0255
Dim 1	Z,VTT (Trato vocal tenso)	-0,7275	0,0171
Dim 1	Z,TBE (Extensão ampla de corpo de língua)	-0,7275	0,0171
Dim 1	Z,AS (Abafada/Clara)	-0,7441	0,0136
Dim 2	Z,GA (Grave/Aguda)	0,9156	0,0002
Dim 2	Z,JI (Jovem/Idosa)	-0,7137	0,0204
Dim 3	Z,LVH (Alta variabilidade de <i>pitch</i>)	0,6676	0,0349
Dim 3	Z,TR (Tensa/Relaxada)	-0,6441	0,0444
Dim 3	Z,ES (Esganiçada/Suave)	-0,7091	0,0217

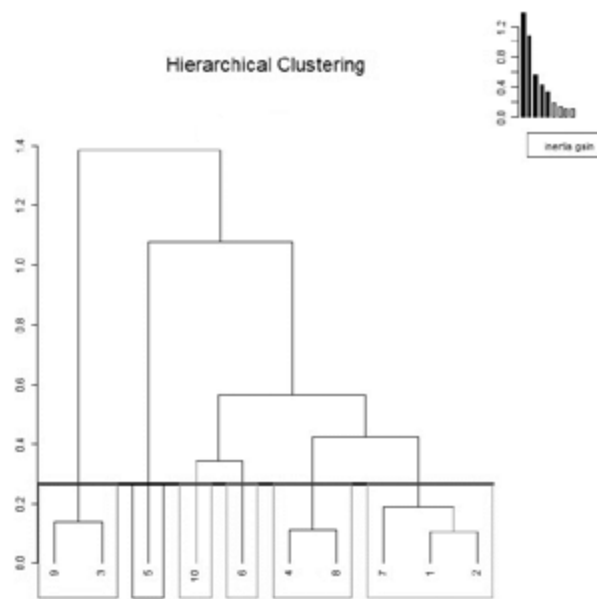
Fonte: Elaboração própria

As variáveis presentes na Tabela 2 geraram a distribuição dos estímulos nos *clusters* compreendidos no dendrograma da Figura 3. Considerando a extensão no eixo vertical, quanto menor a extensão da chave, maior a similaridade entre os estímulos dentro de um *cluster*. Dessa maneira, os estímulos 1 e 2 são os que apresentam maior grau de similaridade, seguidos dos estímulos 4 e 8.

Considerado o corte em 0,25 no dendrograma da Figura 3, configuraram-se os seguintes *clusters*: *Cluster 1* – V5; *Cluster 2* – V10; *Cluster 3* – V1, V2 e V7; *Cluster 4* – V4 e V8; *Cluster 5* – V6; *Cluster 6* – V3 e V9. Os dados do dendrograma indicam similaridade entre os estímulos agrupados dentro de um mesmo *cluster*.

A seguir, apresentamos o dendrograma com a distribuição de todos os estímulos. Na parte superior direita, o dendrograma verifica-se pelas extensões das barras que as dimensões 1, 2 e 3 são as que apresentaram maior ganho inercial.

Figura 3. Dendrograma para variáveis selecionadas



Fonte: Elaboração própria

Discussão

Os estímulos V1 e V5, avaliados no VPA com média alta de *loudness*, foram associados ao adjetivo “forte” pelos participantes. O mapa vetorial (Figura 2) mostrou que as variáveis PRE (Extensão ampla de *pitch*), LIE (Extensão ampla de lábios) e MEJ (Extensão ampla de mandíbula) também se relacionam com a percepção de “forte”.

No entanto, ao se observar os resultados obtidos no segundo teste perceptivo, nota-se que o estímulo V9, apesar de ter sido avaliado no VPA com uma média alta de *loudness*, foi percebido pelos ouvintes treinados como “fraco”. Provavelmente esta percepção deve-se à interferência de outros ajustes de qualidade de voz no perfil vocal deste falante, como TIA (Ponta de língua avançada), TBF (Corpo de língua avançado), PMH (Média de *pitch* alta) e LIM (extensão de lábios minimizada). Além disso, esses ajustes também são compartilhados pelo estímulo V3, o que pode explicar a maior taxa de alarmes falsos (16%) para essa voz na fila em que V9 era a voz-alvo.

A análise multifatorial evidencia essas observações, mostrando uma correlação entre o aumento da variável FF (Forte/Fraca) e os ajustes TIA, TBF, PMH e LIM. O mapa vetorial para todas as variáveis nas dimensões 1 e 2 (Figura 2) destaca essa relação, indicando que a combinação desses ajustes influencia como os ouvintes percebem uma voz como “forte” ou “fraca”.

A fala interrompida, caracterizada por uma alta incidência de pausas silenciosas (ajuste "*Interrupted*") de organização temporal referente à avaliação de continuidade na fala) (Laver; Mackenzie-Beck, 2007) foi relacionada à percepção de "tensão" e "insegurança" nos estímulos V3, V6 e V10. Em contraste, a fala "relaxada" foi associada à ausência de interrupções. O gráfico vetorial para todas as variáveis nas dimensões 1 e 2 (Figura 2) evidencia essa correlação, mostrando uma relação de oposição entre as variáveis LVL (fala interrompida) e TR (tensa/relaxada), e uma relação linear entre SI (segura/insegura) e LVL. Esse resultado demonstra que os adjetivos "tensa" e "relaxada" possivelmente foram interpretados pelos ouvintes como o estado mental de tensão ou relaxamento, respectivamente, e não como uma característica fisiológica relacionada ao estado de rigidez ou relaxamento de partes dos subsistemas laríngeo e supralaríngeo (trato vocal), como avaliado no VPA.

A presença do ajuste não neutro de lábios estirados no perfil vocal do VPA dos estímulos V4 e V5 foi associada ao adjetivo "entusiasmada" pelos ouvintes leigos, provavelmente devido à sensação de "sorriso" nas vozes desses falantes. O estímulo V5 foi mais frequentemente descrito com esse adjetivo, porque combinava diferentes ajustes de qualidade de voz: extensão ampla de língua, trato vocal tenso, extensão ampla de *pitch* e média alta de *loudness*. O gráfico vetorial da análise multifatorial para todas as variáveis nas dimensões 1 e 2 (Figura 2) confirma essa relação componencial. O gráfico mostra que as variáveis LIS (estiramento de lábios), LMH (média alta de *loudness*), TBE (Extensão ampla de corpo de língua), VTT (trato vocal tenso) e PVH (alta variabilidade de *pitch*) diminuem quando a variável ED (entusiasmada/desanimada) aumenta, o que indica a seleção do adjetivo "entusiasmada" para esses ajustes de qualidade de voz.

Por fim, o dendrograma para variáveis selecionadas (Figura 3) explica alguns dos alarmes falsos que ocorreram no segundo teste perceptivo, com ouvintes treinados. Os estímulos V2 e V7 foram agrupados dentro de um mesmo *cluster* e foram confundidos na segunda fila de reconhecimento. Os estímulos V6 e V10, que foram confundidos na sexta fila, foram agrupados de forma muito próxima, dentro de um mesmo *cluster*, se considerarmos um corte em 0,4 em vez de 0,25 como foi realizado. Estímulos com distribuição próxima dentro do dendrograma, tais como os estímulos V3 e V9 na terceira fila de reconhecimento e V4 e V8 na oitava fila de reconhecimento, produziram alarmes falsos.

Conclusão

A análise multifatorial revelou correlações entre adjetivos utilizados por ouvintes sem treinamento em fonética e ajustes do VPA relacionados à modificação, extensão e tensão do trato vocal, além da dinâmica vocal. Relações estabelecidas entre adjetivos impressionísticos, ajustes do VPA e taxas de acerto no teste perceptivo com ouvintes treinados evidenciam o potencial de alguns adjetivos para descrição de vozes.

Os adjetivos que tiveram melhor desempenho na descrição dos estímulos foram: o adjetivo “fraca”, correlacionado com corpo de língua avançado, ponta de língua avançada, extensão minimizada de lábios e média de *pitch* alta; o adjetivo “entusiasmada”, associado à extensão ampla de corpo de língua, variabilidade alta de *pitch*, trato vocal tenso, lábios estirados e média alta de *loudness*; o adjetivo “forte”, relacionado à extensão ampla de lábios e mandíbula; os adjetivos “tensa” e “insegura”, correlacionados à fala interrompida.

O adjetivo “límpida” possuiu pouco potencial descritor no segundo teste perceptivo, e foi correlacionada à ausência de ajustes que provocassem sensação de “rouquidão” na voz, como “*Creaky*”, “*Harsh*” e “*Whispery*”.

Essas relações confirmam a hipótese de que há pareamentos entre termos impressionísticos e técnicos na descrição de qualidade de voz. Este trabalho preenche uma lacuna na pesquisa sobre associações entre ajustes de qualidade de voz e descrições de vozes com base em descritores semânticos, lançando luz sobre as atribuições feitas por ouvintes sem treinamento em fonética.

Este estudo experimental, ao comparar descrições de vozes feitas por leigos com aquelas realizadas por especialistas no VPA, apresenta pareamentos existentes entre termos impressionísticos e fonético-acústicos de descrição da qualidade de voz no português brasileiro. Essas correlações fornecem subsídios para a condução de análises envolvendo o depoimento de testemunhas auriculares e para a composição de laudos periciais em Fonética Forense. Como continuidade da pesquisa, pretende-se aprofundar a investigação da relação entre descritores impressionísticos e fonéticos da qualidade de voz, incluindo a análise acústica de ajustes de qualidade de voz. Isso enriquecerá a discussão sobre descritores impressionísticos e terá desdobramentos para áreas como a Fonética Forense.

Agradecimentos

O primeiro autor agradece ao CNPq e ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem da PUCSP (PPG-LAEL) pela Bolsa de Mestrado concedida (Processo CNPq nº 130094/2022-6). A segunda autora agradece à CAPES e ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSCar (PPGL/UFSCar) pela Bolsa de Pós-Doutorado concedida (Processo CAPES nº 88887.804443/2023-00). A segunda autora agradece, ainda, o apoio financeiro concedido pelo PPGL/UFSCar, proveniente de verba CAPES/PROAP, para sua participação no evento que gerou a presente publicação.

Referências

BARBOSA, P. *Create Lineup*, 2021.

BECK, J. Perceptual analysis of voice quality: the place of vocal profile analysis. In: HARDCASTLE, W. J.; BECK, J. (org.). *A Figure of Speech: A Festschrift for John Laver*. 1. ed. [S. l.]: Routledge, 2005. p. 285-322.

BECK, J. *Vocal Profile Analysis Scheme: A User's Manual*. Edinburgh: Queen Margaret University College-QMUC, Speech Science Research Centre, 2007.

BROEDERS, T.; VAN AMELVOORT, A. G. Lineup Construction for Forensic Earwitness Identification: A Practical Approach. 1999, San Francisco, CA. *Proceedings of the XIVth International Congress of Phonetic Sciences*. San Francisco, CA: [s. n.], 1999. p. 1373-1376.

BURNS, J. *Voice Quality: Labelling by Untrained Listeners*. [S. l.: s. n.], 2010.

ERIKSSON, A. Aural/Acoustic vs. Automatic Methods in Forensic Phonetic Case Work. In: NEUSTEIN, A.; PATIL, H. (org.). *Forensic Speaker Recognition*. [S. l.]: s.n., 2012. p. 41-69.

ERIKSSON, A. Tutorial sobre fonética forense. *Revel*, [s. l.], v. 12, n. 23, 2014.

FRASER, H. The reliability of voice recognition by 'ear witnesses'. *Language and Law / Linguagem e Direito*, [S. l.], v. 6, p. 1-9, 2019.

HUSSON, F.; LE, S.; PAGÈS, J. *Exploratory multivariate analysis by example using R*. 2. ed. Boca Raton: Chapman and Hall/CRC, 2020.

JESSEN, M. Forensic phonetics. *Language and Linguistics Compass*, [s. l.], v. 2, n. 4, p. 671-711, 2008.

JONG, G. D. *et al.* Voice lineups: A practical guide. 2015. *Proceedings of the International Congress of Phonetic Sciences*. [S. l.]: s.n., 2015.

KÖSTER, O.; JESSEN, M.; KHAIRI, F.; ECKERT, H. Auditory-perceptual identification of voice quality by expert and non-expert listeners. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF PHONETIC SCIENCES, 16., 2007, Saarbrücken. *Proceedings [...]*. Saarbrücken: ICPhS, 2007. p. 1845-1848. Disponível em: <http://www.icphs2007.de>. Acesso em: 2 out. 2024.

KREIMAN, J.; SIDTIS, D. Identifying unfamiliar voices in forensic contexts. In: *Foundations of voice studies: An interdisciplinary approach to voice production and perception*. Oxford: Wiley Blackwell, 2011. Capítulo 7, p. 237-259.

LAVER, J. *The Phonetic Description of Voice Quality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

LAVER, J. Voice Quality and Indexical Information. *British Journal of Disorders of Communication*, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 43-54, 1968.

LAVER, J.; WIRS, S.; MACKENZIE-BECK, J.; HILLER, S. M. A perceptual protocol for the analysis of vocal profiles. In: LAVER, J. (ed.). *The gift of speech: papers in the analysis of speech and voice*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1991. p. 265-280.

LAVER, J.; MACKENZIE-BECK, J. *Vocal Profile Analysis Scheme-VPAS*. Queen Margaret University College-QMUC, Speech Science Research Centre. Edinburgh. 2007.

NOLAN, F.; GRABE, E. Preparing a voice lineup. *Forensic Linguistics*, [S. l.], v. 3, p. 74-94, 1996.

PASSETTI, R. O EFEITO DO TELEFONE CELULAR NO SINAL DA FALA: Uma análise fonético-acústica com implicações para a verificação de locutor em português brasileiro. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Instituto de Estudos da Linguagem Campinas, SP, 2015.

SCARPELLI, R; PASSETTI, R; MADUREIRA, S. Avaliação impressionística e fonético-descritiva de qualidades de voz: convergências, divergências e contextos de aplicação forense. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PROSÓDIA, 2., 2022, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: Lbass, 2023. v. 1, p. 120-133. Disponível em: http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/anais_coloquio/index.

SCHILLER, O. N.; KOSTER, O. *The ability of expert witnesses to identify voices: a comparison between trained and untrained listeners*. [S. l.]: University of Birmingham Press, 1998.

Anexo – Protocolo Vocal Profile Analysis (Laver; Mackenzie-Beck, 2007)

		FIRST PASS		SECOND PASS						
		Neutral	Non-neutral	SETTING	moderate			extreme		
					1	2	3	4	5	6
A. VOCAL TRACT FEATURES										
1. Labial			Lip rounding							
			Lip spreading							
			Labiodentalization							
			Extensive range							
			Minimised range							
2. Mandibular			Close jaw							
			Open jaw							
			Protruded jaw							
			Extensive range							
			Minimised range							
3. Lingual tip/blade			Advanced tip/blade							
			Retracted tip/blade							
4. Lingual body			Fronted tongue body							
			Backed tongue body							
			Raised tongue body							
			Lowered tongue body							
			Extensive range							
5. Pharyngeal			Minimised range							
			Pharyngeal constriction							
6. Velopharyngeal			Pharyngeal expansion							
			Audible nasal escape							
			Nasal							
7. Larynx height			Denasal							
			Raised larynx							
			Lowered larynx							
B. OVERALL MUSCULAR TENSION										
8. Vocal tract tension			Tense vocal tract							
			Lax vocal tract							
9. Laryngeal tension			Tense larynx							
			Lax larynx							
C. PHONATION FEATURES										
	SETTING	Present		Scalar degree						
		Neutral	Non-neutral	Moderate			Extreme			
				1	2	3	4	5	6	
10. Voicing type	Voice									
	Falsetto									
	Creak									
	Creaky									
11. Laryngeal friction	Whisper									
	Whispery									
12. Laryngeal irregularity	Harsh									
	Tremor									
				moderate			extreme			
				1	2	3	4	5	6	
D. PROSODIC FEATURES										
13. Pitch	Mean	High								
		Low								
	Range	Extensive range								
		Minimised range								
14. Loudness	Variability	High								
		Low								
	Mean	High								
		Low								
	Range	Extensive range								
		Minimised range								
	Variability	High								
		Low								
E. TEMPORAL ORGANIZATION										
15. Continuity	Interrupted									
16. Rate	Fast									
	Slow									
F. OTHER FEATURES										
17. Respiratory support	Adequate									
	Inadequate									
18. Diplophonia	Absent									
	Present									

Eu peguei e apresentei: uma análise sintática da construção [V1 (E) + V2] no português brasileiro

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v54i3.3894>

Victória Cristina Shimada Souza¹

Resumo

Este artigo tem como objeto a construção [V1 (E) + V2] no Português Brasileiro, particularmente quando V1 é o verbo 'pegar', como nos exemplos: a) *Eu peguei (e) saí de fininho*; b) *Ele pegou (e) falou isso p'ra mim ontem*. Trabalhos como Rodrigues (2004, 2006); Almeida e Oliveira (2010); Grilo e Tavares (2013); Daoud (2023) e Carvalho e Santos (2024) propõem descrições relevantes dessa construção. No entanto, há dados da língua que não condizem com o que é descrito pelas autoras. Assim, o objetivo deste trabalho é apresentar e discutir esses dados, retirados principalmente da plataforma X e do Google. Argumentamos que esses novos dados apontam para uma análise em que [V1] é um item gramatical; [V1] não seleciona argumentos; e a construção não exige um sujeito [+agente], [+humano] e [+animado].

Palavras-chave: análise sintática; construções do PB; verbo 'pegar'.

¹ Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil; vitoria.shimada@gmail.com; <https://orcid.org/0009-0001-8590-5401>

***Eu peguei e apresentei*: A Syntactic Analysis of the construction [V1 (E) + V2] in Brazilian Portuguese**

Abstract

The object of this article is the construction [V1 (E) + V2] in Brazilian Portuguese, particularly when V1 is the verb 'pegar', as in the examples: a) *Eu peguei (e) saí de fininho*; b) *Ele pegou (e) falou isso p'ra mim ontem*. Works such as Rodrigues (2004, 2006); Almeida and Oliveira (2010); Grilo and Tavares (2013); Daoud (2023); Carvalho and Santos (2024) offer relevant descriptions of this construction. However, there are data from the language that do not match what is described by the authors. Therefore, the aim of this paper is to present and discuss these data, taken mainly from the X platform and Google. We argue that these new data point to an analysis in which [V1] is a grammatical item; [V1] does not select arguments; and the construction does not require a subject [+agent], [+human], and [+animate].

Keywords: syntactic analysis; BP constructions; verb 'pegar'.

Introdução

Este artigo tem como objeto a construção [V1 (E) + V2] no português brasileiro (PB), especialmente quando V1 é o verbo 'pegar', como nos exemplos abaixo:

1. Eu **peguei (e) saí** de fininho.
2. Ele **pegou (e) falou** isso p'ra mim ontem.
3. Os cara queriam chamar a polícia [...] eu **peguei e corri** [...] ²

Os dados (1), (2) e (3) indicam que o verbo 'pegar'³ dentro dessa construção não possui seu sentido canônico de 'agarrar' ou 'segurar' algo, já que, mesmo na presença de um sujeito agente, não há um participante passível de ser segurado ou agarrado; V1 tem, portanto, seu sentido esvaziado. Quem tem a função de verbo principal, que seleciona argumentos e traz sentido para a sentença, é o V2, verbo lexical. Assim, a construção denota apenas um evento, este expresso por V2: em (1), o evento expresso é 'sair'; em (2) é 'falar'; e em (3) é 'correr'.

² Exemplo retirado da rede social X, antigo Twitter.

³ O verbo *pegar* também aparece sem seu sentido canônico em construções com verbos leves, como "eu *peguei* o ônibus" ou "nesse final de semana, nós *pegamos* uma prainha". Contudo, essas construções não são do tipo [V1 (e) + V2], e por isso não serão analisadas neste trabalho.

Do ponto de vista sintático e semântico, Carvalho e Santos (2024) argumentam que a construção seria uma Construção Verbo Serial (CVS), construções que têm como característica principal a monoclausalidade. Já Almeida e Oliveira (2010), Grilo e Tavares (2013) e Daoud (2023) consideram que a construção é uma perífrase, na qual V1 exerce um papel semelhante ao de um verbo auxiliar da expressão de aspecto. Para além disso, esses trabalhos também discutem se há a necessidade de um sujeito-agente (Almeida; Oliveira, 2010; Grilo; Tavares, 2013; Daoud, 2023; Carvalho; Santos, 2024) e quais são as restrições para predicados na posição de V2 (Daoud, 2023; Carvalho; Santos, 2024).

Ainda que esses estudos procurem discutir aspectos relevantes da construção com 'pegar', há dados no PB que não condizem com as descrições propostas. Assim, o objetivo deste artigo é, a partir desses dados, discutir as descrições e análises da construção [V1 (E) + V2] sugeridas nesses trabalhos e mostrar que essas análises não têm cobertura empírica adequada.

Argumentamos que a construção não pode ser considerada uma perífrase canônica, do tipo hipotática, e que o conceito de perífrase paratática parece estar mais relacionado à construção com 'pegar' no PB, mas essa classificação não é muito comum na literatura. Sobre considerar a construção uma serialização, parte das análises feitas por Carvalho e Santos não condizem com os dados encontrados na língua. Por fim, apontamos que os dados analisados neste trabalho indicam que: a) [V1] não possui argumento externo e nem interno; b) [V1] é um item gramatical, que auxilia na expressão de aspecto do evento denotado por [V2]; e c) a construção não exige um sujeito [+humano], [+animado] e [+agenteivo].

O artigo se divide como segue: a primeira seção apresenta as características da construção [V1 (E) + V2] que constituem um consenso nos estudos mencionados; em seguida, a segunda seção apresenta as descrições propostas por Carvalho e Santos (2024), Almeida e Oliveira (2010), Grilo e Tavares (2013) e Daoud (2023) sobre essa construção. Por sua vez, a terceira seção apresenta e discute os dados que contradizem em alguma medida as análises feitas por essas autoras. A última seção apresenta nossas considerações finais.

Eu peguei e apresentei as descrições

A construção [V1 (E) + V2]

As principais características da construção [V1 (E) + V2] já foram elencadas por Rodrigues (2004, 2006):

a) V1 e V2 compartilham o mesmo sujeito, flexão verbal, número e pessoa.

4. Ele **pegou e falou**.

5. *Ele **pegou e vamos falar**.

b) A negação não tem escopo somente sobre V1.

6. Eu **peguei e não falei** com ele.

7. *Eu **não peguei e falei** com ele.

c) Os constituintes têm uma ordem fixa.

8. Eu **peguei e falei**.

9. *Eu **falei e peguei**.

d) V1 não pode ser resposta de uma interrogação.

10. O que você fez hoje?

Eu **peguei e saí** / Eu **saí** / *Eu **peguei**.

e) V1 e V2 podem estar conectados por 'e' ou podem estar justapostos.

11. Eu **peguei e comprei** lá na farmácia mesmo.

12. Eu **peguei comprei** lá na farmácia mesmo.

A característica elencada em (d) aponta para a monoclausalidade da sentença, dado que V1 não pode ser tratado de forma independente. Consequentemente, a construção com 'pegar' não pode ser lida como uma coordenação canônica. Nas coordenações, V1 e V2 são independentes entre si, por isso, podem expressar eventos distintos, além de poderem ser negados separadamente. Na construção com 'pegar', V1 é dependente de V2, os dois verbos expressam um único evento, este denotado por V2, além de V1 não poder ser negado separadamente, como apresentado no item (b). As sentenças abaixo expõem essa diferença – em (13) temos a coordenação, e em (14) a construção com 'pegar'.

13. Eu peguei a carteira e comprei pão / Eu não peguei a carteira e comprei pão / Eu peguei a carteira.

14. Eu **peguei e comprei** pão / *Eu não peguei e comprei pão / *Eu peguei.

Essa descrição é o ponto de partida das análises encontradas na literatura sobre a construção [V1 (E) + V2] no PB. Ou seja, os trabalhos pesquisados admitem essas

características elencadas acima como necessárias para que a construção ocorra e seja gramatical. Porém, para além disso, as análises que apresentamos abaixo divergem: Carvalho e Santos (2024) defendem que temos uma Construção Verbo Serial, enquanto Almeida e Oliveira (2010); Grilo e Tavares (2013) e Daoud (2023) defendem que temos uma Construção Perifrástica.

[V1 (E) + V2] como Construção Verbo Serial

A análise da construção com ‘pegar’ como CVS é proposta por Carvalho e Santos (2024), que se baseiam em Aikhenvald (2018) para discutir as características dessas construções. Conforme Aikhenvald, os verbos seriais descrevem um único evento, e geralmente são pronunciados como se fossem uma única palavra. Além disso, as CVS tendem a compartilhar sujeitos e objetos e possuem apenas um valor temporal, aspectual, modo e valor modal – ou seja, uma parte não se pode referir ao passado e outra ao presente. Outra característica é a ausência de marcas de coordenação ou subordinação; com relação a essa propriedade, Carvalho e Santos argumentam que isso não impediria que a construção com ‘pegar’ seja considerada como verbo serial, pois, no PB, o ‘e’ entre V1 e V2 é opcional, como em (15). De acordo com Carvalho e Santos (2024, p. 101), “os falantes que aceitam as CFFs⁴ sem a conjunção, também aceitam a versão com a conjunção expressa, mas o inverso não é verdadeiro”.

15. Eu **peguei falei** pra ele ficar mais um pouco.

Carvalho e Santos (2024) também discutem outras características que fariam com que a estrutura [V1 (E) + V2] pudesse ser considerada uma CVS. A primeira delas é a possibilidade de uso em diferentes contextos gramaticais, ou seja, a construção com ‘pegar’ não está limitada a um uso específico, o que a diferenciaria, por exemplo, de expressões idiomáticas. Essa característica, segundo as autoras (p. 113), pode ser observada nos exemplos (16)-(19), em que a CFF: a) ocorre com o morfema que acumula as informações de tempo presente e modo indicativo (16); b) ocorre no futuro perifrástico (17); c) ocorre com morfemas verbais que indicam subjuntivo (18); e d) ocorre com o gerúndio (19).

16. O João **pega e fala**.

17. O João **vai pegar e falar**.

18. Que o João **pegue e fale** a verdade.

19. O João **pegando e falando** a verdade, vamos ficar livres do problema.

4 CFFs é a sigla dada por Rodrigues (2004) para “Construções do tipo foi e fez”, que englobam as construções com “pegar”.

Outra propriedade das CVS discutida por Carvalho e Santos seria o compartilhamento de argumentos, geralmente o argumento sujeito. Para argumentar que a construção com ‘pegar’ apresentaria essa característica, as autoras analisam o exemplo em (20). Nesse exemplo, o pronome ‘ela’ só poderia se referir a um elemento humano ou talvez animado. Dado que o verbo ‘parar’ aceita tanto argumentos animados como inanimados, ficaria claro, segundo as autoras, que essa restrição seria imposta pelo verbo ‘pegar’, que manteria, em alguma medida, seu sentido lexical.

20. Ela **pegou e parou**.

Assumindo, assim, que as construções com ‘pegar’ são CVS, Carvalho e Santos defendem que elas se comportam como serializações de VP, que ocorreriam quando o V1 assume uma função gramatical e demanda um V2 como complemento, impondo certas restrições. No caso das construções com ‘pegar’, V2 não poderia ser um verbo estativo nem inacusativo. Segundo as autoras, os dados em (21) e (22), considerados agramaticais por elas, “exemplificam que V1 tem um papel preponderante nessa restrição, conservando [...] suas propriedades de seleção de um argumento externo agentivo” (Carvalho; Santos, 2024, p. 121). Em (21), com verbos estativos, o argumento externo não pode ser agentivo e, em (22), com verbos inacusativos, não há argumento externo. Ou seja, para elas, o traço [+agentividade] é necessário.

21. *A Maria **pegou e soube** a resposta.

*A Maria **pegou e percebeu** o cheiro. (Carvalho; Santos, 2024, p. 120, exemplos (38b-c))

22. *O bebê **pegou e nasceu**.

*O bebê **pegou e cresceu**.

*O bebê **pegou e morreu**. (Carvalho; Santos, 2024, p. 121, exemplos (39c-e))

Além disso, Carvalho e Santos (2024) argumentam que ‘pegar’ marca apenas o início da ação que é expressa por V2, o que também geraria incompatibilidade com verbos estativos: “[...] o V1 pegar das CFFs recai sobre o início de uma ação expressa por V2, e, conseqüentemente, verbos estativos, por não demarcarem o início da ação, são incompatíveis com as CFFs” (Carvalho e Santos, 2024, p. 125).

Resumindo, para as autoras, as características que fariam com que a construção com ‘pegar’ fosse uma CVS são: a) monocausalidade; b) ocorrência em diferentes contextos gramaticais; e c) compartilhamento de argumentos. Além disso, sobre a sua funcionalidade, a construção com ‘pegar’ precisaria de um argumento externo agentivo para funcionar, impondo assim restrições a um V2 estativo ou inacusativo. Verbos estativos também sofreriam restrição por não demarcarem o início da ação. A seguir, apresentamos as propostas que analisam a construção com ‘pegar’ como perífrase verbal.

[V1 (E) + V2] como Construção Perifrástica

A segunda análise, defendida por Almeida e Oliveira (2010), Grilo e Tavares (2013) e Daoud (2023), compreende que a construção com 'pegar' seria uma perífrase verbal, na qual V1 exerceria uma função parecida com a de verbo auxiliar aspectual em relação ao núcleo V2.

Para Almeida e Oliveira e Grilo e Tavares, seguindo um viés funcionalista, 'pegar' começa a exibir características de auxiliar, pois estaria passando pelo processo de gramaticalização, que acontece quando "construções linguísticas que ocupam categorias lexicais passam a ter um comportamento gramatical, ou [...] passam a funcionar de forma ainda mais gramaticalizada" (Almeida; Oliveira, 2010, p. 138).

Na interpretação de aspectualidade, Almeida e Oliveira e Grilo e Tavares argumentam a favor da leitura de aspecto global. Segundo Grilo e Tavares, um verbo auxiliar de aspecto global ressalta a perfectividade já existente no verbo principal ou atribui nuances perfectivas a esse verbo, sendo ele de natureza imperfectiva. Logo, 'pegar' traria à tona traços "de natureza pontual, repentina, imediata ou até brusca desse evento, e/ou a tomada de iniciativa por parte do agente" (Grilo e Tavares, 2013, p. 109). Para Almeida e Oliveira, o verbo 'pegar' apresenta os valores aspectuais inceptivo/incoativo, pontual/perfectivo e iterativo/frequentativo.

Já em Daoud (2023), a construção com 'pegar' é analisada como uma perífrase paratática relacionada à expressão do aspecto lexical. Sobre o conceito de perífrase paratática, a autora parte de Merlan (1999, p. 159), que aponta que essas perífrases seriam "compostas por dois verbos flexionados no mesmo modo, tempo, número e pessoa, em relação copulativa, dos quais somente o segundo conserva integralmente o semanticismo". O aspecto lexical classifica a eventualidade a partir das informações temporais intrínsecas. Nesse sentido, os verbos aspectuais "que contribuem para a expressão do aspecto lexical são elementos por meio dos quais uma situação pode ser derivada" (Daoud, 2023, p. 10). Ou seja, a construção com 'pegar' seria uma perífrase relacionada à expressão de aspecto, pois ela evidenciaria os estágios/subeventos intrínsecos de um evento denotado pelo verbo principal.

Sobre as propriedades semânticas e sintáticas, as descrições propostas pelas autoras divergem das apresentadas por Carvalho e Santos (2024). Almeida e Oliveira (2010) e Daoud (2023) argumentam que a atribuição de animacidade e agentividade não é obrigatória para o sujeito. Segundo Daoud (p. 8), os dados abaixo sugerem que "a construção [pegar e V2] [...] não necessariamente exige um sujeito [+humano] (sequer [+animado])":

23. A criança **pegou e quebrou** a perna sem querer na educação física [...]

24. Aí **pegou e choveu**.

Os exemplos apresentados pela autora mostram a possibilidade do uso da construção com sujeitos não-agentivos, além do caso extremo em (24), no qual temos um V2 zero argumental e mesmo assim a sentença é gramatical e produtiva.

Ainda para Daoud (2023), 'pegar' pode co-ocorrer com verbos de *accomplishments* (25), atividades (26) e *achievements* (27):

25. O João **pegou e construiu** uma casa.

26. O João **pegou e passeou** no parque.

27. O João **pegou e ganhou** a corrida.

Diferentemente de Carvalho e Santos (2024), que, como apresentado anteriormente, argumentam que V2 não pode ser um verbo estativo, pois a construção dá enfoque apenas ao início do evento, Daoud (2023, p. 12-13) aponta que a construção com 'pegar' dá "enfoque ao *onset* e todos os demais estágios aplicáveis, evidenciando que o evento denotado pelo verbo principal é formado por estágios que lhe são intrínsecos", por isso co-ocorre com os tipos apresentados acima em (25)-(27). Desse modo, quanto aos verbos estativos na posição de V2, a autora faz a previsão de que a construção funciona, ainda que de modo mais marcado, apenas se há estágios/subeventos identificáveis (28); estativos não-faseáveis, ou seja, que não tem estágios/subeventos, não seriam possíveis (29).

28. A Maria **pegou e foi amável** comigo. (aceitável, porém marcado)

29. *Eu **peguei e fui** brasileira.

Por último, a análise de Grilo e Tavares também diverge da proposta por Carvalho e Santos, haja vista que as autoras argumentam que 'pegar' não pode ser considerado um aspectualizador indicativo do momento inicial de um evento, pois nos exemplos analisados por elas "não ocorre um destaque especial para a etapa inicial do evento referido por V2" (Grilo; Tavares, 2013, p. 114).

Apresentadas as análises de Almeida e Oliveira (2010), Grilo e Tavares (2013), Daoud (2023) e Carvalho e Santos (2024), a próxima seção discute dados que não corroboram as propostas das autoras.

Eu peguei e fiz uma discussão dos dados

Nesta seção, nosso objetivo é mostrar que as análises apresentadas na seção anterior não têm cobertura empírica adequada.

Os dados utilizados neste artigo, em sua maioria, foram coletados na rede social X e no Google. Utilizamos a própria ferramenta de pesquisa dos *sites*, inserindo o verbo ‘pegar’ e o V2 alvo para verificar as ocorrências. Buscamos particularmente ocorrências de V2 não-agentivos e estativos, mas obtivemos mais resultados com ocorrências de V2 não-agentivo.

Os dados com V2 não-agentivo contradizem a descrição apresentada por Carvalho e Santos (2024), que propõem uma restrição a V2 estativos e inacusativos. Já os dados com estativos não-faseáveis contradizem a descrição de Daoud (2023), que propõe que somente estativos faseáveis são aceitos nas construções com ‘pegar’.

Os dados (30)-(34) são exemplos com verbos não-agentivos.

30. aí você **pegou e acordou** do sonho amg?

31. Viu antes d chama alguém d criança **pega e amadurece** primeiro.

32. Segui a mari maria hoje pensando “ah quero ver quando o bb dela nascer” daí **pegou e nasceu** hoje.

33. quando meu pai vai fala q alguém morreu ele fala “aí ele **pegou e morreu**”.

34. eu pintei minha unha de preto, ela **pegou e cresceu** rápido [...]

Estamos assumindo que a agentividade é uma propriedade semântica que, quando está presente em uma construção, indica que um “certo evento foi causado pela ação do agente”, conforme Franchi e Cançado (2003, p. 107). Já em Cançado (2003, p. 99), um agente é conceituado como uma função semântica (ou papel temático) associado à propriedade de desencadear o evento e de ter “controle sobre [seu] desencadeamento” (além de ter intenção de realizá-lo). ‘Ter controle’, nos termos da autora, acarreta que a entidade denotada pelo sintagma com o papel temático de agente seja [+animado]. Podemos observar essas propriedades em um exemplo simples, como “O João quebrou o vaso com o martelo” (exemplo da autora), em que ‘o João’ estaria associado a todas as propriedades citadas.

Nos exemplos em (30)-(34), os sujeitos não são agentes das orações, uma vez que eles não desencadeiam e não têm controle sobre os eventos denotados por V2. O verbo principal de cada sentença, respectivamente ‘acordar’, ‘amadurecer’, ‘nascer’, ‘morrer’ e

'crescer', atribui ao seu único argumento o papel temático de 'paciente', já que são todos verbos inacusativos.

Esses exemplos contradizem a análise proposta por Carvalho e Santos (2024) de que a construção com 'pegar' apresenta necessariamente um argumento sujeito agente, impondo, assim, restrições a V2 inacusativos e a sujeitos que não sejam humanos ou animados. Como vimos anteriormente, para as autoras, nas construções [V1 (E) + V2], os pronomes só podem fazer referência a um "elemento humano (ou, talvez, a um elemento animado)" (Carvalho; Santos, 2024, p. 114), ou seja, em uma sentença como "ela **pegou e parou**" (exemplo (20)), o pronome só poderia se referir a uma pessoa e não a um objeto inanimado. Desse modo, para Carvalho e Santos, (35) seria gramatical, mas um dado como (36) seria agramatical.

35. Mariana se sentiu mal, daí **ela pegou e parou** de correr.

36. Comprei minha geladeira ontem, novinha, cê acredita que **ela pegou e parou** de funcionar?

Todavia, o dado em (36) é semelhante ao (34), uma vez que os referentes de 'ela' não são humanos e nem agentivos. Em (34), o referente de 'ela' em "ela pegou e cresceu" é a unha, que pode ser considerada uma parte do corpo, ou seja, não é humano nem animado, além de não apresentar controle sobre o evento 'crescer'.

Uma interpretação semelhante é feita em (36) – o referente de 'ela' em "ela pegou e parou" é a geladeira, um objeto inanimado, que não tem controle sobre o evento 'parar de funcionar'. Logo, podemos observar que isso não impede que a construção seja realizada e seja produtiva no PB. Sustentamos a observação feita por Daoud (2023) e Almeida e Oliveira (2010): não é necessário um argumento agentivo com o traço [+animado] para que a construção com 'pegar' funcione e seja gramatical. Os dados colocam em questão a análise defendida por Carvalho e Santos (2024), pois, diferentemente do que afirmam as autoras, o verbo 'pegar' parece ter perdido por completo seu sentido lexical no que concerne à seleção de um argumento externo agentivo.

Dessa forma, algumas características que as autoras apresentam para assumir que a construção com 'pegar' seria uma CVS, como compartilhamento de argumento sujeito, a necessidade de um sujeito humano ou ao menos animado, para manter algumas características de seleção do verbo, e a restrição quanto aos predicados V2 estativos, são contrárias às características dos dados apresentados acima.

Além disso, a proposta de que a construção com 'pegar' seria uma CVS recebe algumas críticas. Rodrigues (2004), por exemplo, questiona se as descrições realizadas seriam suficientes para afirmar que a construção é do mesmo tipo das CVS. A autora argumenta que "é impossível definir 'verbos seriais' uniformemente, já que cada vez mais esse termo

tem sido usado para identificar diferentes “tipos” de verbos seriais encontrados em diversas línguas” (Rodrigues, 2004, p. 6). Assim, para manter a descrição das construções com ‘pegar’ como uma CVS, parece ser necessário ampliar a discussão sobre verbos seriais e procurar entender se as características assumidas por Carvalho e Santos (2024) seriam de fato imprescindíveis para definir as CVS.

Sobre a presença de verbos não-agentivos nas construções com ‘pegar’, é possível recuperar a proposta de Grilo e Tavares (2013) de que, na presença de um sujeito agente, ‘pegar’ ressaltaria a tomada de iniciativa por parte desse agente. Assim, em dados como (36), o falante atribuiria uma “tomada de iniciativa” a um sujeito inanimado, o que seria explicado no campo do discurso e da pragmática. E sintática e semanticamente? Como explicar essas ocorrências? De todo modo, a “tomada de iniciativa” não é suficiente para dar conta do exemplo em (37), com o verbo ‘chover’ – um verbo que não seleciona argumentos.

37. Lavei as roupa [...] coloquei no arame, **pegou e choveu** de madrugada.

Passemos, agora, aos dados com V2 estativo não-faseável:

38. eu **pego e sei** dançar forró

39. Eu sinto minha enxaqueca, eu **pego e sei** qual remédio eu tenho que tomar⁵

40. O SUS-BH é bem estruturado e é uma construção coletiva que vem desde os anos 80 e Kalil **pegou e soube** pegar esse bonde andando [...] ⁶

Os dados acima são exemplos de estativos não-faseáveis que exprimem um estado mental de tomar/ter consciência de alguma coisa. Partindo da análise feita por Daoud, os estativos acima são verbos que não possuem estágios/subeventos identificáveis, portanto, não seria possível dizer “eu *comecei* a saber dançar forró” (‘começar’ se aplicaria ao *onset* do evento faseável, nos termos de Daoud (2023)), “ele *começou* a saber pegar”, ou “eu *terminei* de saber qual remédio eu tenho que tomar”, que se aplicaria ao final. É necessário observar que, nos contextos acima, o verbo ‘saber’ é um estativo puro e não pode ser interpretado como ‘descobrir’, o que o tornaria um *achievement* e explicaria a gramaticalidade dessas construções.

Ainda que dados desse tipo não sejam frequentes, e que pensar em estativos faseáveis contradiga o que é geralmente consenso sobre os estativos – isto é, que eles, por natureza, não apresentam estágios –, sua existência aponta para a necessidade de rediscutir a

5 Disponível em: <https://repositorio.ufff.br/jspui/bitstream/ufff/3171/3/larissadumondduarte.pdf.txt>. Acesso em: 18 nov. 2024.

6 Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/03/17/interna_gerais,1247884/e-um-cenario-de-filme-de-terror-diz-medico-infectologista-sobre-bh.shtml. Acesso em: 15 out. 2025.

análise de Daoud (2023), que defende que os estativos não-faseáveis seriam barrados nas construções com 'pegar'. No entanto, há de fato restrições a verbos estativos, como mostram os dados de Daoud (2023). Assim, é necessário levantar a questão: por que construções como “*Eu pego e sou brasileira” e “*Ela pega e tem 1,80” são agramaticais, mas exemplos como (38)-(40) tem maior aceitabilidade?

De qualquer forma, os novos dados discutidos neste trabalho confirmam a ideia de Almeida e Oliveira (2010) e Grilo e Tavares (2013), apresentada na seção anterior, de que a construção está passando por um processo de gramaticalização. Pode-se dizer que esses dados mostram um estágio ainda mais avançado da gramaticalização do verbo 'pegar'. Uma investigação mais aprofundada nesse sentido poderia explicar as restrições observadas acima.

Com relação à interpretação da construção como perifrástica, o problema é parecido com o das CVS: parece-nos que falta uma melhor descrição de quais características fazem com que 'pegar' possa ser considerado semelhante a um verbo auxiliar dentro dessa construção. Como apresentamos nos exemplos abaixo, ele não pode substituir um verbo auxiliar canônico:

41. Eu vou sair com ela amanhã.

42. *Eu pego sair com ela amanhã.

Além desse, outro teste apresentado por Carreira e Shimada Souza (2024) mostra que a construção não possui características importantes pertencentes às construções perifrásticas, como ocorrer com question tags. Em (43), podemos ver o funcionamento da question tag com um verbo auxiliar.

43. Você está saindo com ela, não está ~~saindo com ela~~?

Esse tipo de elipse não funciona com a construção [V1 (E) + V2], já que 'pegar' não retoma a ação em V2, como apresentado em (44):

44. *Você **pegou e saiu** com ela, não **pegou e saiu** ~~com ela~~?

Propomos, então, que a construção não é, de fato, uma perífrase canônica, e que ela se aproxima mais da descrição de “perífrase paratática”, apresentada por Daoud (2023) e Merlan (1999). Todavia, essa classificação não é comum dentro da literatura, e ainda há dados, como as restrições a V2 estativo, que não possuem uma explicação.

Em suma, podemos concluir que as duas propostas apresentam características relevantes para compreender o funcionamento da construção com 'pegar', como

a monoclausalidade e o processo de gramaticalização, porém, elas ainda não têm cobertura empírica adequada para acomodar os dados que encontramos no PB. Todavia, os trabalhos também apontam para uma análise que pode ser melhor explorada para descrever esse tipo de construção – a interpretação de V1 como um núcleo aspectual.

De acordo com Almeida e Oliveira (2010) e Grilo e Tavares (2013), ‘pegar’ reforçaria a leitura de aspecto global, que ressalta a perfectividade já existente no verbo principal ou atribui nuances perfectivas a esse verbo, sendo ele de natureza imperfectiva. Além disso, Grilo e Tavares argumentam que ‘pegar’ atribuiria à sentença os traços [+pontual], [+repentino] e [+tomada de iniciativa]. Já para Almeida e Oliveira, o verbo ‘pegar’ apresenta os valores aspectuais inceptivo/incoativo, pontual/perfectivo e iterativo/frequentativo. Para Daoud (2023), ‘pegar’ estaria relacionado à expressão do aspecto lexical, que classifica a eventualidade a partir das informações temporais intrínsecas, ou seja, V1 evidenciaria os estágios/subeventos que são intrínsecos de um evento denotado pelo V2. Desse modo, os verbos estativos, que não são faseáveis, teriam uma restrição, como discutido neste artigo. Por fim, para Carvalho e Santos (2024), diferentemente de Daoud, ‘pegar’ estaria relacionado à expressão de aspecto gramatical, mas marcando apenas o início da ação expressa por V2, por isso a construção não seria possível com os estativos, já que estes não marcam início de ação.

Nota-se, portanto, que a leitura de ‘pegar’ como um item gramatical que expressa aspecto aparece em todos os trabalhos. Cabe, portanto, investigar que aspecto V1 pode veicular, haja vista que ‘pegar’ não ressalta apenas o início do evento, como apontado por Carvalho e Santos, e também não parece estar completamente vinculado ao aspecto lexical, como propõe Daoud. Sobre o aspecto global, proposta de Almeida e Oliveira e Grilo e Tavares, há uma crítica formulada por Daoud (p. 8), que questiona a ausência de clareza sobre as propriedades que restringem dados como “eu peguei e fui brasileiro”, “uma vez que não parece haver exigência de um sujeito com papel temático de agente, e qualquer eventualidade pode ser vista de um ponto de vista perfectivo”.

Pretendemos, portanto, trazer essa análise mais aprofundada de V1 como núcleo aspectual em trabalhos futuros, pois analisar V1 como responsável por veicular aspecto gramatical explicaria o motivo de não ser possível considerar ‘pegar’ somente como marcador discursivo, e também explicaria o porquê de esse verbo não selecionar argumentos.

Conclusão

Este artigo teve como intuito analisar as descrições propostas por Almeida e Oliveira (2010), Grilo e Tavares (2013), Daoud (2023) e Carvalho e Santos (2024) sobre a construção [V1 (E) + V2], além de apresentar e discutir dados, retirados principalmente da rede social X e do Google, com o objetivo de mostrar que essas análises da construção com ‘pegar’ não têm cobertura empírica adequada.

De acordo com Carvalho e Santos, a construção com ‘pegar’ poderia ser interpretada como uma CVS (Construção Verbo-Serial), já que a principal característica compartilhada entre as duas construções é a monoclausalidade. Todavia, essa descrição não é suficiente para afirmar que a construção é do mesmo tipo das CVS. Já para Almeida e Oliveira (2010), Grilo e Tavares (2013) e Daoud (2023), [V1 (E) + V2], a construção com ‘pegar’ é interpretada como uma construção perifrástica, ou seja, ao perder seu uso canônico, V1 assume papel de verbo semelhante ao dos auxiliares em relação ao V2, que é o núcleo lexical. Sobre essa questão, apontamos que ‘pegar’ não pode ser considerado um auxiliar canônico, logo, não se associa às perífrases canônicas/hipotáticas. Sobre as perífrases do tipo paráticas, argumentamos que elas são as que mais se aproximam das construções [V1 (E) + V2], todavia, essa classificação não é muito comum dentro da literatura.

Além disso, quanto às propriedades sintáticas e semânticas da construção com ‘pegar’, os dados apresentados comprovam que V1 não possui argumento externo nem interno. Quanto à necessidade de um sujeito agentivo, concordamos com Almeida Oliveira (2010) e Daoud (2023), que propõem que a construção pode funcionar sem que haja um sujeito que possua os traços [+humano] ou [+animado]. Sobre os tipos de predicado, vimos que há restrições para ocorrências com predicados estativos, porém as descrições apresentadas ainda não dão conta de dados como “eu **pego e sei** dançar forró”, que deveria ser agramatical, partindo da análise de Daoud (2023) de verbos estativos não-faseáveis. Além disso, nenhuma das propostas apresentadas elabora uma descrição quanto ao uso de um V2 zero-argumental, como em “**pegou e choveu**”. Apenas Almeida e Oliveira tentam explicar esse uso apontando para uma maior gramaticalização do verbo ‘pegar’.

Por fim, sinalizamos que parece haver, sim, alguma restrição quanto ao tipo do verbo principal, e que talvez ela esteja relacionada a fatores extra-gramaticais, como atribuir “tomada de iniciativa” a um objeto inanimado (“a unha pegou e cresceu rápido”), a um estado mental (“eu pego e sei dançar forró”), ou a um fenômeno da natureza (“pegou e choveu”); no entanto, também devemos procurar respostas dos pontos de vista sintático e semântico para essas ocorrências. Cabe, portanto, uma análise que foque na descrição de V1 como item gramatical que auxilia na expressão de aspecto e quais aspectos ele pode veicular. Por meio dessa investigação, seria possível considerar V1 como um elemento sintático e não apenas discursivo, e também explicaria o motivo pelo qual o verbo não seleciona argumentos.

Agradecimentos

Agradeço ao GEL pelo espaço dos seminários. Agradeço à CAPES pela bolsa concedida e ao PRPPG por custear a viagem para a apresentação deste trabalho. Agradeço a todos pela parceria e confiança.

Referências

AIKHENVALD, A. Y. *Serial verbs*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2018.

ALMEIDA, C. M. B. de; OLIVEIRA, M. J. de. Gramaticalização do verbo PEGAR em construções perifrásticas [PEGAR+(E)+ V2] – uma abordagem formal. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 18, n. 2, p. 135-164, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17851/2237-2083.18.2.135-164>. Acesso em: 18 nov. 2024.

CANÇADO, M. Um estatuto teórico para os papéis temáticos. In: MÜLLER, A. L., NEGRÃO, E. V., FOLTRAN, M. J. (org.). *Semântica Formal*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 95-124.

CARREIRA, M. B.; SHIMADA SOUZA, V. C. Vamos pegar e fazer uma análise sintática da construção 'pegar (e) + v2' no português brasileiro. In: SANTOS, G. L. I., OLIVEIRA, J. K. de; LEGROSKI, M. C. (org.). *Ensino, pesquisa e formação: a linguística no curso de Letras da UEPG*. Curitiba: Pedex, 2024. p. 56-84.

CARVALHO, J. M. R.; SANTOS, M. I. L. Características da serialização no Português brasileiro: um estudo preliminar das construções *foi* e *fez*. *ReVEL*, v. 22, n. 42, 2024. Disponível em: <https://www.revel.inf.br/files/a9b817cf78d03d654bb5b361be77d6a4.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2024.

DAOUD, S. E. R. Observações sobre a perífrase verbal [PEGAR E V2]. *Uniletras*, Ponta Grossa, v. 45, p. 1-15, 2023. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/uniletras/article/view/22468>. Acesso em: 18 nov. 2024.

FRANCHI, C.; CANÇADO, M. Teoria generalizada dos papéis temáticos. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 11, n. 2, p. 83-123, 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17851/2237-2083.11.2.83-123>. Acesso em: 18 nov. 2024.

GRILO, D. da S.; TAVARES, M. A. Uso do verbo PEGAR na perífrase [PEGAR (E) V2]: traços semântico-pragmáticos. *Revista Odisseia*, n. 10, p. 103-119, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/odisseia/article/view/10793>. Acesso em: 18 nov. 2024.

MERLAN, A. Sobre as chamadas “perífrases verbais paratáticas” do tipo “pegar e + V2” nas línguas românicas (com referência especial ao português e ao romeno). *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas*, série II, v. 16, p. 159-205, 1999. Disponível em: <http://aleph.letras.up.pt/index.php/rll/article/viewFile/8183/7476>. Acesso em: 18 nov. 2024.



RODRIGUES, A. "Eu peguei e saí": uma construção nos limites da coordenação. *VEREDAS – Revista de Estudos Linguísticos*, v. 8, p. 29-40, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/article/view/25253>. Acesso em: 18 nov. 2024.

RODRIGUES, A. As construções do tipo *foi e fez*. 53º. *Seminário do GEL: Resumos*, São Carlos: Mercado de Letras, 2006. p. 330-338.